

**CONFLITOS E AGENDAS NAS TRILHAS DA POLÍTICA
AMBIENTAL: DEBATES ACERCA DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA
APA COSTA DAS ALGAS E DO REVIS DE SANTA CRUZ – ES**

LEONARDO BIS DOS SANTOS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO - UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
2007**

LEONARDO BIS DOS SANTOS

**CONFLITOS E AGENDAS NAS TRILHAS DA
POLÍTICA AMBIENTAL: DEBATES ACERCA DO
PROCESSO DE CRIAÇÃO DA APA COSTA DAS
ALGAS E DO REVIS DE SANTA CRUZ – ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Políticas Sociais
Orientador: Prof. Dr. Ailton Mota de Carvalho

**CAMPOS DOS GOYTACAZES
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

017/20

Santos, Leonardo Bis dos

Conflitos e agendas nas trilhas da política ambiental: debates acerca do processo de criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz - ES. / Leonardo Bis dos Santos. -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2007.

201 f. : il

Orientador: Ailton Mota de Carvalho
Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do

**CONFLITOS E AGENDAS NAS TRILHAS DA POLÍTICA AMBIENTAL: DEBATES
ACERCA DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA APA COSTA DAS ALGAS E DO
REVIS DE SANTA CRUZ – ES**

LEONARDO BIS DOS SANTOS

“Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Políticas Sociais”

Aprovada em: 14/06/2007

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Aristides Arthur Soffiati Netto
Universidade Federal Fluminense – UFF

Profª Drª Adélia Maria Miglievich Ribeiro
Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF

Profª Drª Celeste Ciccarone
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Profª Drª Teresa Peixoto Faria
Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF

Prof. Ailton Mota de Carvalho (representado pelo Prof. Dr. Marcos Antonio Pedlowski)
Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF
Orientador

Às Naturezas, por permitir a existência da vida humana.

Queiroz e Áurea, que me proporcionaram a dádiva da vida.

Mary, que me apoiou nos momentos mais difíceis na empreitada desta dissertação, e deu sentido a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Natureza por permitir nossa existência. A ela, ainda, por suportar tantos filhos ingratos que a degradam além de sua capacidade de regeneração. Somente uma mãe mesmo para ter a capacidade de suportar tal situação. Agradeço ainda a todos os meus familiares, que de alguma forma contribuíram para minha formação enquanto ser social sociável, e que, de maneira direta ou indireta, me instigaram a ser sociólogo. Dedico agradecimentos especiais à Tia Cenira e ao Tio Adilson que, a despeito das poucas afinidades religiosas, abriram seu lar para mim. Aos meus fiéis amigos no Espírito Santo, Luciano, Tyto e Wellen, que – mesmo sem entender muito bem o que eu fazia – sempre me proporcionaram, quando nos encontramos, ótimas conversas sobre futebol e mulheres (incluindo, é lógico, nossas diletas esposas e namoradas). Aos meus companheiros de mestrado – que entendiam um pouco mais sobre o que eu realizava em minhas pesquisas – Beatriz, Gileno, Halisson, pelas noites boêmias, onde afogamos nossas angústias uenfianas. Aos companheiros de república, também uenfianos e também boêmios, James, Wander, Eduardo, e suas respectivas “namoridas”, Carol, Aline e Michele, além de todos os que passaram pelas “casas do Júnior” enquanto eu estive em Campos. Para a realização desta pesquisa, tenho muito a agradecer à Gerência Executiva do IBAMA no Espírito Santo, em especial a Roberto Sforza; ao Profº Luis Cláudio Ribeiro, do Departamento de História da UFES; ao Profº Agnaldo Silva Martins, do Departamento de Ecologia e Recursos Naturais da UFES; às Associações e Colônias de Pescadores, às ONG’s e demais associações comunitárias e à comunidade em geral de Serra, Fundão e Aracruz, que permitiram minha inserção na temática; aos estagiários, em especial à Xamã, e funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APE-ES, que me forneceram todos os documentos referentes ao levantamento histórico. Em termos acadêmicos, tenho muito a agradecer aos integrantes do Setor de Estudos Urbanos – SEUR, especialmente a Marcão e a Eugênia; a todos os integrantes do Núcleo de Estudos em Teoria Social – NETS; à Profª Adélia Miglievich, ao Profº Aristides Soffiati, à Profª Celeste Ciccarone e ao Profº Marcos Pedlowski, pela contribuição para que este trabalho se realizasse e fosse finalizado; e especialmente ao Profº Ailton Mota de Carvalho pelas orientações e participação na construção de idéias aqui expostas.

A consciência ecológica somente surgirá quando aliarmos ao nosso conhecimento racional uma intuição da natureza não-linear de nosso meio ambiente. Tal sabedoria intuitiva é característica das culturas tradicionais, não-letradas [...], em que a vida foi organizada em torno de uma consciência altamente refinada do meio ambiente.

Fritjof Capra

RESUMO

Os vários projetos de apropriação social dos recursos ambientais, alinhados à combinação complexa entre estilo de vida e modelos culturais e econômicos de reprodução material, atingem níveis de conflitos nunca antes vislumbrados na história da humanidade. Nas últimas duas décadas, mormente, esses conflitos passaram a emergir com vigor nas pesquisas sócio-ambientais. Apesar dessa importância empírica, pouco se discutiu, ainda, sobre as bases epistemológicas do conflito *per se*. Buscamos traçar as origens dos conflitos e, em especial, os conflitos sócio-ambientais, assim como o processo de institucionalização dos debates ambientais. Esses últimos ganham novo destaque a partir do século XIX em todo o mundo, culminando com a criação do primeiro parque nacional da era moderna: Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA. No Brasil, os primeiros passos no sentido de traçar uma política ambiental nacional podem ser caracterizados no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva; porém, somente na década de 1930, é criado nosso primeiro parque nacional: Parque Nacional de Itatiaia, em 1937. A sistematização do processo de criação e gerenciamento de áreas protegidas, entendidas como um dos principais mecanismos de política ambiental para a consecução da conservação da natureza, só seria efetivada a partir de 2000, com a promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. O processo de criação de unidades de conservação, contudo, envolve doses distintas de disputas políticas, científicas e econômicas. O jogo de forças distribuídas na arena social, materializada no processo decisório de políticas ambientais, dá o tom das disputas através da construção de fatos políticos, o que concorre para a estruturação de agendas em torno de interesses. Transpomos esse contexto para avaliar as transformações na política ambiental brasileira, bem como para observar como os agentes se comportam no campo de disputas em torno da criação de unidades de conservação. Para tal, recorreremos ao processo de criação, ainda não finalizado, da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, ambos no estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Conflitos; política ambiental; sociologia da questão ambiental; ecologia política; unidades de conservação; Área de Proteção Ambiental Costa das Algas; Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz.

ABSTRACT

The several projects of environmental resources appropriation, lined up to the complex combination between lifestyle and cultural and economic models of material reproduction, are reaching levels of conflict never before glimpsed in the history of humanity. In the last two decades, these conflicts had started to emerge with vigor in the socio-environmental research. Despite this empirical importance, few discussions had taken place, on the epistemologic bases of the conflict itself. We intend to trace the origins of the socio-environmental conflicts, as well as the institutionalization process of the environment debates. These last ones have gained new prominence since the begging of XIX century in the whole world, culminating with the creation of the first national park of the modern age: the National Park of Yellowstone, in U.S.A. In Brazil, the first steps to trace a national environmental policy can be found in the Jose Bonifácio de Andrada and Silva thinking, however, only in 1930, our first national park was created: the National Park of Itatiaia, in 1937. The systematization of creation and management of protected areas, understood as one of the main mechanisms of environmental policies to preserve of the nature, was only accomplished in the 2000's, with the promulgation of the National System of Conservation Units - SNUC. The creation process of conservation units, however, involves distinct doses of politic, scientific and economic disputes. The forces game present in the social arena materializes itself in the decision making power of environmental policies, giving it a tone of dispute through constructing political facts, which set agendas around interests. We transpose this context to evaluate the transformations in the Brazilian environmental policies, as well to observe how the agents behave in the dispute field around the creation of conservation units. For such, we'll appeal to the creation process, still not finished, of the Environmental Protection Area of Seaweed Coast and the Wild Life Shelter of Santa Cruz, both in the state of the Espirito Santo.

Key-words: Conflicts; environmental policies; environmental question sociology; ecology politics; protected areas; Environmental Protection Area of Seaweed Coast; Wild Life Shelter of Santa Cruz.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Rodolito calcário arribado, colonizado por alga parda.....	115
Fotografia 2 –Tufos de <i>Halimeda</i> sp ancorados em fragmentos de conchas e corais abaixo do substrato.....	116
Fotografia 3 – Consulta pública acerca da criação das unidades APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz.....	139
Fotografia 4 – Manifestação social contrária à criação de unidade de proteção integral durante a consulta pública.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diferenças dimensionais entre as correntes ambientalistas.....	86
Tabela 2 – Unidades de conservação (UC) federais, no Brasil.....	90
Tabela 3 – Número de áreas protegidas criadas por década no mundo e no Brasil.....	93
Tabela 4 – Unidades de conservação em Aracruz.....	109
Tabela 5 – Número estimado de pescadores por localidade diretamente afetada, nos municípios.....	137
Tabela 6 – Matérias relacionadas à criação de áreas marinhas protegidas.....	147
Tabela 7 – Tipos de conflitos: intensidade X escalas.....	177
Tabela 8A – Relação de matérias publicas em <i>A Gazeta</i> , entre 01 de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2006, sobre criação de unidades de conservação marinhas.....	196

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigo 225, Capítulo VI, da Constituição Federal de 1988.....	80
Quadro 2 – Critérios de sustentabilidade multidimensional segundo Sachs (2002).....	88
Quadro 3 – Disputa entre bases econômica e ambiental na esfera federal de poder político.....	103
Quadro 4 – Relação de instituições proponentes do Parque Nacional Marinho de Santa Cruz.....	122
Quadro 5 – Impactos da criação do PARNA Marinho em Santa Cruz, segundo a MESAção.....	125
Quadro 6 – Questionamentos escritos feitos na audiência pública da APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz.....	139
Quadro 7 – Declarações de apoio à criação da APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz durante a realização da consulta pública.....	140
Quadro 8 – Polêmica chegada da Thotham em Santa Cruz, Aracruz.....	151
Quadro 9 – Contestação jurídica de movimentos sociais contra a Thotham.....	154
Quadro 10 – Audiência pública para captar audiência do público: a atuação da FAMOPES.....	155
Quadro 11 – Tornando pública a proposta de área protegida.....	156
Quadro 12 – Ocupação indígena.....	158
Quadro 13 – Seqüência de recursos judiciais no conflito pela posse de terras.....	159
Quadro 14 – Retaliação municipal contra a manifestação indígena de ocupação de terreno.....	161
Quadro 15 – O cálculo do conflito indígena pela posse da terra: autorização da demarcação da Aldeia Piraquê-Açu.....	162
Quadro 16 – Relação simbiótica na pesca entre <i>outsiders</i> e os locais em Santa Cruz.....	164
Quadro 17 – Denúncias contra o IEMA.....	167
Quadro 18 – Conflitos pela direção da política ambiental no estado do Espírito Santo.....	168
Quadro 19 – Conflitos entre criação de unidades de conservação marinhas e a indústria do petróleo I.....	171

Quadro 20 – Conflitos entre criação de unidades de conservação marinhas e a indústria do petróleo II.....	172
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Proposta de criação do PARNA marinho de Santa Cruz.....	120
Mapa 2 – Proposta de criação do PARNA marinho de Santa Cruz II.....	121
Mapa 3 – Áreas prioritárias para conservação – plantas marinhas.....	131
Mapa 4 – Sobreposição da área das UCs com atividades petrolíferas e de mineração de sedimentos biodetríticos.....	134
Mapa 5 – Localização da APA e do REVIS em relação aos municípios de Aracruz, Fundão e Serra.....	135
Mapa 6 – Pontos de pesca por localidade.....	136
Mapa 7 – Mapa comparativo das três propostas de REVIS.....	141

LISTA DE SIGLAS

AETA – Associação das Empresas de Turismo de Aracruz

AMIP – Associação Amigos do Piraquê-Açu

ANP – Agência Nacional de Petróleo

APA – Área de Proteção Ambiental

APA Sul-RMBH – Área de Proteção Ambiental Sul-Região Metropolitana de Belo Horizonte

APP – Área de Proteção Permanente

ARCEL – Aracruz Celulose S/A

CDB – Convenção da Biodiversidade Biológica

CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COPESCA – Câmara de Ordenamento da Pesca e Recursos Vivos Marinhos do Ibama

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DN – Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EBMAR – Estação Biologia Marinha Ruschi

FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNATURA – Fundação Pró-Natureza

GEREX – Gerência executiva

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MESAção – Movimento Espírito Santo em Ação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ORCA – Organização Consciência Ambiental

PARNA – Parque Nacional

PCAP – Plano de Compensação de Atividade de Petróleo

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PORTOCEL – Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

REVIS – Refúgio de Vida Silvestre

SEAMA – Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

SEMAM/PR – Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

RECOS – Uso e Apropriação dos Recursos Costeiros

RESEX – Reserva Extrativista

RUMAR - Rede de Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas

UC – Unidade de Conservação

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UICN – União Mundial para a Natureza

UNCED – United Nations Conference on Environment and Development

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
Caminho metodológico.....	24
Resumo da introdução.....	30
CAPÍTULO 1 – TEORIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE APREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADES E MEIO AMBIENTE.....	31
1.1 A perspectiva dos conflitos nas obras de Simmel e Bourdieu.....	31
1.2 O campo ambiental: especificidades e inter-relações da problemática verde.....	41
1.3 Sociologia da sociologia da questão ambiental.....	44
1.4 Constelações de relações homens-naturezas: Ciência, economia e política.....	48
1.4.1 Epistemologia científica e temática ambiental – campo científico.....	48
1.4.2 A sociedade urbano-industrial – campo econômico.....	51
1.4.3 Geopolítica mundial e degradação ambiental – campo político.....	56
Resumo do capítulo I.....	60
CAPÍTULO 2 – INCURSÕES HISTÓRICAS ACERCA DO SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL NA MODERNIDADE.....	61
2.1 O contexto do surgimento da questão ambiental: Europa.....	61
2.2 Movimentos contestatórios da década de 1960 e seu papel na emergência da temática ambiental em escala global.....	65
2.3 A questão ambiental e os projetos de desenvolvimento no Brasil.....	70
Resumo do capítulo II.....	83
CAPÍTULO 3 – O PAPEL DOS CONFLITOS NA CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS.....	84
3.1 A criação de áreas protegidas: conservacionismo vs. preservacionismo.....	84
3.2 Unidades de conservação no Brasil.....	89

3.3 Conflitos ambientais e a criação de unidades de conservação.....	96
Resumo do capítulo III.....	107
CAPÍTULO 4 – O CÁLCULO DO CONFLITO NA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA APA COSTA DAS ALGAS E DO REVIS DE SANTA CRUZ.....	108
4.1 O cálculo do conflito na criação de áreas protegidas: um estudo de caso.....	108
4.1.1 Apresentando o campo: o litoral centro-norte capixaba.....	109
4.1.2 Primeira proposta de área protegida para Santa Cruz: APA.....	114
4.1.3 Segunda proposta de área protegida para Santa Cruz: PARNA.....	120
4.1.3.1 Desenho de políticas públicas ambientais e sua relação com a postura dos agentes: pescadores e representantes de interesses industriais.....	121
4.1.3.2 A legitimidade de instrumentos políticos e a questão indígena.....	127
4.1.4 Terceira proposta de área protegida para Santa Cruz: REVIS e APA.....	130
4.1.4.1 Consulta pública: momento de explicitar conflitos na consecução de objetivos.....	137
4.2 Influência midiática no arranjo das agendas pública e institucional.....	142
4.3 Contando uma história a partir de histórias: o conteúdo das notícias.....	149
4.3.1 A chegada da Thotham Mineração Marítima Ltda.....	150
4.3.2 A questão indígena.....	157
4.3.3 O dilema da sobrevivência dos pescadores.....	163
4.3.4 O histórico político de criação do IEMA.....	166
4.3.5 O petróleo é nosso.....	170
4.4 Situação momentânea da pauta ambiental.....	172
Resumo do capítulo IV.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	183
ANEXOS.....	195

Anexo 1 – Relação de matérias publicas em <i>A Gazeta</i> , entre 01 de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2006, sobre criação de unidades de conservação marinhas – tabela 8a.....	195
Anexo 2 – Relação de fontes primárias: entrevistados, informante e participação em reuniões.....	199

INTRODUÇÃO

As transformações apreciadas na segunda metade do século XX – principalmente as vividas nos meios de comunicação e de transporte – colocam em pauta a potencialização ou a ruptura da condição de modernidade. Esta, fundada a partir dos marcos do Iluminismo, da Revolução Industrial, juntamente com a origem e consolidação do capitalismo, e da Revolução Francesa, é marcada na contemporaneidade por questionamentos em suas bases epistemológicas. Avanços tecnológicos, mormente, a partir da segunda metade do século XX, proporcionaram mudanças na percepção humana de tempo e espaço, o que vem fornecendo elementos para debates.

Contiguamente, processaram-se mudanças no campo ambiental. O cenário global coloca em dúvida o que fazer diante dos atuais níveis de degradação do meio ambiente. Os avanços tecnológicos mostraram-se ineficazes na redução de níveis totais de emissão e lançamento de poluição, seja na terra, no ar ou nas águas. Muito se discute como fazer para reverter-se o quadro, mas será que existe um projeto transnacional eficaz para breçar a deterioração da natureza? Se existe, tal projeto é capaz de unir os indivíduos numa busca altruísta pelo bem comum? Acreditamos que não – e os dados nos são favoráveis. Por outro lado, não queremos dizer com isso que a situação não possa ser alterada.

Encontram-se em curso mudanças na concepção social da natureza. As vertentes contemporâneas destas transformações têm início a partir da segunda metade do século XX, com os conflitos originados pelas variadas formas de apropriação do meio ambiente. Tais conflitos começaram a ser explicitados para a comunidade internacional de maneira cada vez mais sistemática, demonstrando, assim, que não existe um projeto, mas sim vários projetos de apreensão social dos recursos¹ ambientais.

Há relativo consenso, apesar das divergências teóricas, de que as discussões envolvendo os recursos ambientais entraram na pauta de reivindicações da agenda pública internacional a partir da década de 1960 (FERREIRA, 2006; LEFF, 2001 e 2006; TAVOLARO, 2001; URBAN, 1998; VIOLA, 1987; ROHDE, 2001; PÁDUA, 1987; HOBBSAWM, 2001; DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001; DIEGUES, 2004; BRÜSEKE, 2001; BENSUSAN, 2006). Os anos 1960 são marcados pelo surgimento de um movimento ecologista que questiona os padrões da sociedade tecnológico-industrial (capitalista e

¹ O próprio conceito recursos ambientais já pressupõe a apropriação mercantil do meio ambiente. Assim, a idéia de recursos transforma a natureza em mercadoria.

socialista). Diegues (2004) afirma que “o novo ecologismo surgiu com as agitações estudantis de 1968, nos Estados Unidos e na Europa... [e] as questões ecológicas passaram a ser uma das bandeiras de luta, ao lado do antimilitarismo/pacifismo, direitos das minorias, etc.” (DIEGUES, 2004, p. 39).

A explicitação dos conflitos pela apropriação dos recursos ambientais pelas revoltas estudantis da década de 1960 e os debates sobre os padrões de degradação do meio ambiente culminaram, na década posterior, com a publicação do relatório do Clube de Roma, intitulado *Limites do Crescimento* e, no mesmo ano, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972 (BRÜZEKE, 2001). Soffiati (2007) destaca que a discussão ambiental foi potencializada na década de 1970 por “pensadores como Rudolf Bahro, André Gorz e seu pseudônimo Michel Bosquet, Ivan Illich, Jean-Pierre Dupuis, Dominique Simmonet e pelos pensadores vinculados aos partidos verdes alemão e francês” (SOFFIATI, 2007). Desde então, têm se intensificado buscas por alternativas para aliar interesses sócio-ambientais e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, atualmente o conceito de sustentabilidade tem destaque no cenário científico, econômico e político, na consecução de medidas ambientais. A questão da sustentabilidade, entendida sob o foco multidimensional, abarca critérios sociais, culturais, ecológicos, ambientais, territoriais, econômicos e de políticas nacional e internacional (SACHS, 2002), e, tendo em perspectiva a solidariedade intergeracional (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988), coloca uma série de dimensões muitas vezes contraditórias se consideradas suas racionalidades na contemporaneidade (LEFF, 2001; 2006). Abre-se, assim, uma disputa ideológica pela legitimidade de portar a sustentabilidade nos discursos. Argumentos das várias dimensões envolvidas são abordados, a fim de fundamentar a retórica e legitimar as ações.

Enquanto conceito norteador, a sustentabilidade manifesta-se nas políticas públicas de proteção dos recursos ambientais. As interfaces entre os campos político e ambiental são historicamente perpassadas pelo campo científico. Neste último, observa-se uma disputa pela legitimidade dos discursos, o que envolve uma dicotomia fundamental no que concerne ao papel do homem frente ao meio ambiente. Esta disputa filosófico-científica se manifesta nas correntes preservacionista e conservacionista, nas quais, segundo Diegues (2004), a primeira é caracterizada pelo conceito de *wilderness* (mundo/vida selvagem) e marca a separação entre a humanidade e a natureza (DIEGUES, 2004, p. 35). A corrente conservacionista, ao contrário, é permeada pelas interações entre homem e meio ambiente. No campo político, esta

ambivalência entre as correntes se materializa nas unidades de conservação de proteção integral – não permite a presença humana em seu interior – e de uso sustentável – que permite a exploração dos recursos ambientais desde que respeitadas as determinações de cada modelo de unidade de conservação.

O presente trabalho se justifica, dessa forma, por se dedicar à reflexão de uma temática vital para a perpetuação dos seres humanos – o meio ambiente. Os recursos ambientais, inegavelmente, são a base da reprodução material da sociedade e passam por um momento de questionamento sobre sua capacidade de suporte. Um possível colapso num futuro próximo é motivo de preocupação global, conferindo importância ímpar ao campo de estudos. Recursos como petróleo e, principalmente, água potável vêm apresentando suas limitações a uma sociedade que crera, até bem pouco tempo atrás, ter matérias-primas ilimitadas. Nessa conjuntura, apresentamos como objetivo geral desta pesquisa a análise da fundamentação do contexto moderno com foco nas relações homens-naturezas², bem como os conflitos advindos das diferentes formas de exploração do meio ambiente e suas inter-relações com as medidas adotadas para conter os níveis de degradação ambiental. Assim, o estudo se insere na perspectiva da sociologia da temática ambiental, enfocando as medidas institucionais materializadas a partir de políticas ambientais. Esta última foi aqui contemplada a partir da política de criação de unidades de conservação no Brasil.

A capilaridade do campo ambiental pode ser facilmente reconhecida nos processos de políticas sociais e públicas envolvendo populações diretamente relacionadas com serviços ambientais, o que sinaliza um projeto como esse no seio de um Programa de Políticas Sociais. Como políticas sociais entendemos os mecanismos específicos de alocação e distribuição de valores, tendo em perspectiva os arranjos e relações de poder, a fim de buscar maior equidade social (ABRANCHES, 1985, p. 49). O pressuposto teórico básico das políticas sociais, apresentadas dessa forma, é a distribuição desigual para combater desigualdades, portanto menos sensível ao sistema valorativo capitalista. As políticas sociais seriam um dos formatos de políticas públicas circunscritas à provisão de serviços públicos. A equidade social, no caso das políticas públicas, com exceção das políticas sociais, seria muito mais um resultado da provisão de serviços públicos do que uma definição teórica implícita ao conceito. Por isso, as políticas públicas são mais sensíveis aos fluxos e relações de poder. O meio ambiente

² Neste trabalho, natureza, no plural e no singular, aparece como sinônimo de meio ambiente. As relações e/ou interações homens-naturezas são entendidas ao longo desta exposição como um conjunto amplo de ações entre indivíduos, cujo contexto envolve cenários ambientais. A separação terminológica “homens” e “naturezas” não pretende anular o *continuum* entre ambos, tão caro à perspectiva sistêmica. Ao contrário, buscamos evidenciar que as relações sociais estão inseridas em um tempo-espaço ambiental.

enquanto fornecedor de serviços ambientais essenciais é um fator decisivo para a produção e reprodução de populações tradicionais e, por isso, segundo Leff (2001), deve ser menos sensível à racionalidade econômica, aproximando-se, assim, do conceito de políticas sociais.

Boneti (2003) nos fornece um exemplo de interseção entre políticas ambientais e políticas sociais. Analisando o Projeto Baixo-Açu, no Rio Grande do Norte, que tratava da construção de uma barragem com objetivo de proporcionar infra-estrutura hidráulica para estimular a agricultura irrigada, destacou o processo de “limpeza” da área no sentido de viabilizar o projeto de modernização e desenvolvimento econômico. Tal “limpeza” consistiu na desapropriação de terras, expropriando os meios materiais de subsistência dos camponeses locais (BONETI, 2003). A distribuição e o acesso a bens ambientais, entre vários componentes da sociedade contemporânea e intergeracional, é um processo que envolve o conceito de equidade – central na gestão de políticas sociais. A degradação ambiental é fator decisivo para determinar o impacto na habilidade de produzir renda das populações altamente dependentes dos ciclos ambientais (pequenos agricultores, pescadores e comunidades de coletores).

Leonel (1998) destaca conseqüências ambientais e sociais de políticas de ampliação da fronteira agrícola brasileira em direção à Amazônia. A competição da pesca com a agropecuária, promovida por projetos de desenvolvimento nacional, acirrou conflitos pelo uso dos recursos ambientais, com prejuízo para populações de pescadores (LEONEL, 1998). A postura política e os grandes projetos de desenvolvimento influenciam os fluxos ambientais, o que pode trazer conseqüências desastrosas.

Como as relações sociais não são unas – apesar de os projetos de coercitividade buscarem esse padrão –, o embate de interesses é um ponto presente na coletividade. Por isso, pautamos nosso trabalho inicialmente por uma reflexão sobre o conceito *conflito* – atualmente amplamente referido em estudos ambientais. Partimos das reflexões de Simmel (1983; 1986; 2006) até chegarmos ao quadro teórico bourdieusiano para discutir o papel do conflito³ na apreensão do cenário social, e, mais especificamente, para o sócio-ambiental. Apesar de os dois autores nunca terem se dedicado à temática ambiental e de estarem vinculados a escolas sociológicas distintas – um é representante da escola alemã e outro da francesa, a despeito da influência de Simmel na obra de Bourdieu –, propusemos uma aproximação entre eles, assim como a aplicação do quadro teórico à análise da questão ambiental – o que representou um grande desafio nesta pesquisa.

³ Como os conflitos apresentam intensidades distintas na sua relação com as agendas social e política, buscamos alcançar uma tipologia dos embates sociais.

Os conceitos de *habitus* – pré-disposições das ações dos agentes – e *campos* – espaços sociais mais ou menos autônomos em relação à sociedade ampla – são discutidos tendo em perspectiva sua aplicabilidade na interpretação das relações homens-naturezas. O capítulo 1 é finalizado com uma revisão da literatura da Teoria Social com base nos marcos da modernidade: Ciência, economia e política.

No segundo capítulo, é feito um resgate histórico do papel da Ciência, da economia e da política, partindo da transição do feudalismo para a modernidade e chegando à contemporaneidade. Por se tratar de um lapso temporal de mais de cinco séculos, permitimo-nos ser pontuais à questão ambiental, assim como procedemos acerca da história da política ambiental no Brasil. Salientamos a política de criação de unidades de conservação como manifestação da política ambiental no mundo e em nosso país, abarcando as Divergências entre as correntes preservacionista – que defendem a adoção de unidades de conservação de proteção integral – e conservacionista – que defendem a adoção de unidades de conservação de uso sustentável.

Iniciamos o terceiro capítulo analisando a relação entre conflitos socioambientais e criação de unidades de conservação. O papel e a intensidade das divergências entre projetos sociais distintos permeiam as reflexões desse capítulo que se propõe a um estudo de caso do processo, não concluído, de criação de duas unidades de conservação marinhas contíguas no estado do Espírito Santo. As disputas de interesses divergentes que envolveram, num mesmo cenário, empreendimentos industriais de escala internacional como a Aracruz Celulose S/A e a Petrobras S/A, de um lado, e comunidades indígenas e pescadores, de outro, dão o tom dos debates.

No quarto e último capítulo, fazemos referência à relação entre agenda pública, agenda política e agenda da mídia. Essas agendas representam fluxos de comunicação social portadores de significações e intencionalidades. A agenda pública refere-se aos debates públicos travados no seio de um dado grupo social – variável de acordo com o recorte geográfico abrangido. A agenda política ou institucional trata dos debates ocorridos nos espaços sociais institucionalizados para tomada de decisões. Essa agenda é referida por regras e normas legitimadas pela sociedade. A agenda da mídia é aquela adotada pelos meios de comunicação de massa. Assim, uma temática que estiver na agenda pública pode forjar debates nas agendas da mídia e política, de acordo com seu vigor. Não podemos, contudo, afirmar que os fluxos de interação e de interferência são estáveis, ao ponto de concebermos uma estrutura rígida do tipo “a agenda A interfere decisivamente na agenda B, a ponto de

manipulá-la”. A partir desses conceitos, pudemos analisar como os recursos discursivos foram envolvidos para legitimar ou não as estratégias dos grupos. Para isso, apresentamos dados de pesquisa referente a matérias jornalísticas entre os anos de 2000 e 2006. Assim, captamos a forma e o conteúdo das informações transmitidas para a população e sua relação com o andamento do processo de criação da área protegida.

O resultado final foi um estudo, que se propôs rigoroso e amplo, das relações entre seres humanos e meio ambiente, partindo das origens da modernidade. O foco das relações recaí sobre a institucionalização de políticas ambientais, mormente a criação de unidades de conservação e as especificidades das áreas marinhas. Nesse processo, pautamo-nos por distintos projetos sociais de apreensão da natureza, o que envolve doses desiguais de conflito. Estas foram ordenadas em forma de tipologia, numa matriz de intensidade e escala, e que se apresentam como ferramentas analíticas para apreensão de níveis de embates e ações políticas.

Caminho metodológico

A visão sistêmica predomina neste trabalho, o que justifica o caminho histórico percorrido até desembocar no estudo de caso analisado. Aliás, nos permitimos rotular esta composição como de cunho *sistêmico centrado no conflito*, dada a relevância deste último em nossa metodologia e resultados. Tomamos como pressuposto básico o fato de que os recursos ambientais são apropriados socialmente de formas diferentes, o que dá origem a conflitos.

A metodologia é entendida aqui como o conjunto de parâmetros norteadores da pesquisa, que tem por objetivo conferir validade e replicabilidade aos experimentos científicos. A metodologia em Ciências Humanas, principalmente nas Ciências Sociais, onde se situa este trabalho, é composta basicamente pelos *métodos* de coleta, *materiais* coletados e *conceitos* analíticos – ferramentas teóricas para tornar inteligíveis processos sociais. Métodos, materiais e conceitos se inter-relacionam a ponto da impossibilidade de separá-los sob pena de se perder a ótica do concreto, do empírico. Pierre Bourdieu (2004) destaca que:

A divisão “teoria”/“metodologia” constitui em oposição epistemológica uma oposição constitutiva da divisão social do trabalho científico num dado momento [...]Penso que se deve recusar completamente esta divisão em duas instâncias separadas, pois estou convencido de que não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Os conceitos de *habitus* e de campos serão a base do entendimento das dinâmicas sociais que envolvem os debates ambientais. Por *habitus*, entende-se as disposições individuais apreendidas ao longo da vida que regem ações sociais (BOURDIEU, 2004). O conceito foi formulado com o intuito de reagir contra o estruturalismo e sua teoria da ação composta pelo elemento “inconsciente” – o que reduz o agente a suporte desse elemento e da estrutura. O conceito de *habitus* agrupa o elemento pré-reflexivo da ação, compreendido como uma disposição construída socialmente – de cunho quase postural – incorporada pelo indivíduo (BOURDIEU, 2003; 2004; 2004a; 2005).

Para uma definição mais precisa acerca do *habitus*, contudo, há de se considerar outro conceito fundamental na obra de Pierre Bourdieu: o de *campo*. Este se apresenta como espaços sociais, de significação coletiva, mais ou menos autônomos diante da sociedade em seu conjunto (BOURDIEU, 2004). O grau de autonomia reflete-se na tradução/retradução e/ou refratação das leis sociais, de modo que quão mais autônomo um campo, maior sua autonomia de retraduzir ou refratar as leis sociais vigentes. O conceito de campo permite romper com reducionismos de ordem social (marxismo) ou individual (individualismo metodológico). Em suas palavras, Bourdieu (2004) destaca que este conceito permite a “recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa” (BOURDIEU, 2004, p. 64). Metodologicamente, a proposta do autor se concentra em definir as leis internas aos campos e sua taxonomia – a fim de traçar as posições dos indivíduos –, assim podem-se interpretar os atos dos produtores. Em uma passagem, Bourdieu (2004) destaca que:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 2004, p. 69).

As ações dos indivíduos levam em conta as leis internas dos campos e as disposições individuais dentro do campo. As diferentes posições que um indivíduo pode ocupar dentro da estrutura dos campos permitiram, em graus distintos, a reinterpretação ou mesmo a refutação de leis internas. O ambientalismo, entendido em seu sentido lato, será analisado aqui como um campo diferenciado que produz e reproduz normas sociais, jogos e fluxos de poder distintos. Associado a ele, contudo, destacamos as influências dos campos científico, econômico e político. A plasticidade da teoria dos campos nos permite uma interpretação singular das disputas envolvendo a criação das unidades de conservação, em que é possível destacar as mudanças de posicionamentos dos agentes ao longo do tempo e as alianças construídas, a fim de defender os interesses abarcados.

Esse quadro teórico geral foi analisado tendo em perspectiva três hipóteses. A primeira é a de que *os debates ambientais podem ser interpretados como um campo ambiental, pois têm o poder de retraduzir e até mesmo de refratar normas sociais mais gerais*. Confirmada, esta hipótese permite a leitura de que a dinâmica interna ao campo pode aproximar ou distanciar agentes na arena de decisões. A interação entre outros campos e o campo ambiental pode produzir situações ímpares. As normas internas do campo ambiental, assim, podem influenciar os agentes de acordo com sua posição ocupada na hierarquia interna compondo um cenário de conflitos pelos usos sociais dos recursos ambientais. O conflito, neste caso, deverá ser interpretado livre de suas causas e conseqüências relacionando-se às diferentes visões acerca do conceito de “sustentabilidade”. Esta primeira hipótese se relaciona diretamente com a teoria bourdieusiana. Assim, o presente estudo se coloca na condição de testar a viabilidade empírica de tal teoria, abrindo possibilidades.

A segunda hipótese está relacionada diretamente à política de criação de unidades de conservação e é manifestada na seguinte sentença: *as unidades de conservação de uso indireto – proteção integral – não abarcam a totalidade do conceito sustentabilidade por excluir, pelo menos, uma das dimensões que a estrutura*. Para tal hipótese nos apoiamos no conceito de sustentabilidade apresentado por Sachs (2002), que abarca as dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e internacional.

A terceira e última hipótese se relaciona com o estudo de caso do processo de criação das unidades de conservação contíguas marinhas Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, no estado do Espírito Santo. Assim definimos como hipótese que *os debates iniciais sobre criação e implementação das unidades de conservação “Área de Proteção Ambiental Costa das Algas” e “Refúgio da Vida Silvestre de Santa Cruz” são a materialização da explicitação de conflitos oriundos das distintas formas de apropriação social dos recursos ambientais*.

Nas três hipóteses, o conflito é entendido como elemento vinculado a transformações sociais. Cabe ressaltar que este conceito apresenta diversas formas e intensidades de manifestação no jogo de forças. Por isso, buscaremos definições pontuais de conflitos, tendo em vista o processo decisório.

Para alcançar o processo de degradação ambiental, buscamos o apoio da Teoria Social contemporânea. Entendemos que os atuais níveis de impacto negativo na natureza possuem um conteúdo histórico característico. Procurando demonstrar as inter-relações entre Ciência, economia e política e suas influências no campo ambiental, tendo em perspectiva nossas

hipóteses, buscamos as relações homens-naturezas desde os primórdios da modernidade até a atualidade realçando o cenário global, mas com foco na questão brasileira. Para isso, nos valemos de literatura científica e documentos oficiais sobre legislação ambiental no Brasil.

As políticas públicas de proteção ambiental foram analisadas segundo as seguintes variáveis: *agenda* ambiental internacional e nacional (análise de material teórico); *formulação* de políticas públicas de proteção ambiental no Brasil (análise de material teórico e legislativo); processo de debates e *aprovação* dos modelos de proteção ambiental (análise de material teórico e legislativo); *implementação* dos modelos de proteção ambiental (análise de material legislativo).

O contexto tempo-espaço será abordado segundo exame de conjuntura política e social, pautada pela influência recíproca entre estrutura macro (global) e estrutura micro (local). Num primeiro momento, colocamos em evidência o contexto temporal que remonta às origens da modernidade no plano global, assim como seus reflexos na conjuntura brasileira. Depois, partimos para a análise da ascensão do ecologismo como pauta internacional de reivindicações, bem como as peculiaridades do processo no Brasil. E, num terceiro momento, salientamos a criação de unidades de conservação como uma política ambiental no espaço mundial, nacional e regional.

Aplicamos, no terceiro momento, a reflexão teórica sobre políticas ambientais ao estudo do processo de criação da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, ambos no estado do Espírito Santo, como forma de testar as hipóteses, especialmente a segunda e a terceira. Para tal, empreendemos a tarefa de reunir, sistematizar e interpretar dados empíricos sobre o modelo de política adotado na região-foco. Os meios de obtenção dos dados foram a partir: 1) da participação em reuniões setoriais para definição das propostas de modelos de políticas públicas; 2) da análise do relatório final das propostas das unidades de conservação; 3) da análise das atas, manifestações de apoio e repúdio à criação das áreas protegidas, ofícios e relatórios contidos em anexo no relatório final; 4) da análise de relatórios – EIA's RIMA's – sobre a região proposta para as unidades de conservação; 5) análise da memória visual do processo de criação da APA e do REVIS, contendo fotos das reuniões e da área, bem como a filmagem da audiência pública de criação das unidades; 6) da sistematização de notícias do Jornal A Gazeta⁴ entre os anos de 2000 e 2006, totalizando 2.555 jornais verificados, e; 7) entrevistas semi-estruturadas, sendo uma

⁴ Trata-se do jornal mais tradicional ainda em circulação no estado, fundado em 1928. A Rede Gazeta, composta por veículos de rádio, televisão e jornal impresso, detêm desde 1976 o monopólio dos direitos de retransmissão de imagens das Organizações Globo no estado do Espírito Santo.

gravada em áudio e transcrita, e outras 3 com registro gráfico em caderno de notas, além do apoio de um informante representante de um órgão público federal envolvido na questão.

A participação nas reuniões teve como objetivo a análise do comportamento e dos argumentos orais utilizados no processo de legitimação dos interesses. Os discursos puderam ser comparados aos ofícios e demais documentos escritos na composição das estratégias de ação dos agentes.

Na análise documental, procedemos à separação dos documentos por grupo de agentes. Ao escaloná-los temporalmente, pudemos identificar mudanças nos argumentos e no posicionamento – jogo de forças dentro do campo, observando os *habitus* dos agentes – o que permitiu traçar uma taxonomia de interesses. Como se trata de vários documentos assinados e datados, eles aparecem como dados objetivos na pesquisa. Os relatórios de pesquisa – Estudos de Impacto Ambiental, Declaração de Impacto Ambiental, Relatórios Técnicos – apresentam muitos dados quantitativos que foram explorados nesta pesquisa, contextualizando-os frente ao quadro geral de análise. A memória visual foi comparada com a ata e o relatório da consulta pública, a fim de corroborar ou não a retórica contida nos documentos.

Fez-se, neste trabalho, a opção de privilegiar os documentos datados e assinados na interpretação dos eventos sociais que envolveram o processo de criação das unidades de conservação foco deste estudo. Assim, pudemos avaliar a representação das opiniões dos agentes institucionais envolvidos, permitindo uma análise de alterações e continuidades dos discursos ao longo dos sete anos abarcados – entre 2000 e 2006. As informações oficiais puderam ser comparadas e complementadas a partir da observação da postura e dos argumentos de pescadores, agentes públicos, pesquisadores e moradores locais de um modo geral, em reuniões, em consulta pública e demais manifestações coletivas.

Buscaram-se as unidades de registro⁵ (RICHARDSON, 1985) “unidades de conservação marinhas”, “Thotham Mineração Ltda.”, “exploração de algas calcárias”, assim como sinônimos e expressões correlatas, nos jornais compreendidos entre 01 de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2006, totalizando 7 anos de veiculação. Após a seleção dos jornais, procedeu-se à análise das reportagens tendo como parâmetros quantidade de matérias e de linhas, sua posição na folha de jornal, e localização e contextos em que as unidades de registro aparecem. Os resultados foram contextualizados no processo de criação das unidades,

⁵ Bauer e Gaskell empregam a definição unidades de texto para se referir aos símbolos, entendidos de forma geral, pesquisados na análise de conteúdo clássica – AC. Segundo esses autores “no divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 190).

a fim de identificar as relações entre agenda da mídia, agenda pública e agenda institucional. Algumas reportagens foram selecionadas e transcritas na íntegra, a fim de ilustrar o conteúdo completo das informações. Optamos por priorizar as primeiras e últimas reportagens sobre a temática, além de algumas intermediárias.

As entrevistas e as informações passadas pelo informante figuraram como componentes de corroboração dos dados, assim como a visão de representantes de grupos envolvidos. O volume de informações e, principalmente, a identificação por assinaturas nas atas e nos ofícios, figuraram como evidências primeiras, haja vista que não tínhamos dilema ético algum em identificar as fontes. Afinal, os documentos são de domínio público, assim como as reportagens de jornais.

RESUMO DA INTRODUÇÃO

Nesta introdução, apresentamos o caminho, teórico e empírico, percorrido neste estudo. A contribuição das reflexões de Simmel sobre o conceito “conflito” são o nosso ponto de partida para problematizar a questão tendo em vista a política ambiental. Estabelecemos um diálogo entre o pensador alemão e Pierre Bourdieu, ao destacar a dimensão conflitiva contida no conceito “campos” e suas âncoras teóricas. A relevância desse debate foi transposta para destacar as singularidades da problemática ambiental no mundo e no Brasil, além de situá-la no contexto da modernidade.

A análise documental, a partir de unidades de registro, foi apresentada como método principal de apreensão dos dados para a parte empírica do estudo. Essa técnica foi aplicada às reflexões acerca dos debates do processo de criação das unidades de conservação Área de Proteção Ambiental “Costa das Algas” e Refúgio de Vida Silvestre de “Santa Cruz”, ambas no litoral centro-norte do Espírito Santo.

CAPÍTULO 1 – TEORIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE APREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADES E MEIO AMBIENTE

O cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo ‘coisas teóricas’ muito importantes a respeito de objectos ditos ‘empíricos’ muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios. [...] O que conta, na realidade, é a construção do objecto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objectos socialmente insignificantes em objectos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objectos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto [...].

BOURDIEU, 2004, p. 20.

1.1 A perspectiva dos conflitos nas obras de Simmel e Bourdieu

Nas relações que envolvem pressupostos científicos, econômicos e políticos, tendo em perspectiva as interações sociais que envolvem o meio ambiente, o conflito emerge como idéia-força. Os debates ambientais têm apresentado vigor, nas pesquisas empíricas, como fator que pressiona composição de agendas na sociedade, confluindo para explicitar os distintos usos sociais dos recursos ambientais. Assim, diferentes proposições sociais de interação homens-naturezas são reveladas. A análise dos conflitos demonstra, dessa forma, pontos de vista no que concerne a padrões de reprodução material e simbólica, refletindo os interesses em curso. Estes são legitimados e apoiados em bases científicas, operacionalizados politicamente e apropriados pelos preceitos da economia. Emerge assim a relevância da perspectiva adotada neste trabalho de abarcar as constelações de relações (SANTOS, 1999) científicas, econômicas e políticas para interpretar a questão ambiental.

O conflito pode ser interpretado de várias maneiras, variando de obstáculos a propulsores de mudanças sociais. Este pressuposto nos instigou a buscar as especificidades dos conflitos na sua relação com a ação política. Diretamente relacionado à temática ambiental, nos apoiamos na hipótese lançada por Ferreira (2004) que “explica a organização social que promove mudança através dos conflitos em torno do uso de recursos naturais” (FERREIRA, 2004). Os conflitos suscitados pelas diferentes formas de relação entre homens e destes com os bens ambientais, apresentam singularidades que nos permitem distinguir

recursos legitimadores de ações e do processo de dinâmica e mudança social – arena de interesses.

Apesar da relevância do conflito como elemento social, há ainda carência de estudos que se dedicam a tratá-lo de forma específica e singular. Apesar dos escritos de Marx e Engels, abarcando o conflito como elemento da dinâmica social⁶, o primeiro autor notadamente da sociologia a dedicar atenção ao conceito em si foi Georg Simmel. Este autor, no início do século XX, empenhou esforço na análise do conflito e inaugurou nova perspectiva sobre a questão. Na verdade, Simmel (1986) atribui ao conflito uma dimensão de socialização, de interação entre indivíduos, desvelando conotação positiva ao embate.

Para Öelze (2005), a obra simmeliana possui a propriedade de conjugar conceitos e proposições opostos, como metafísica e empiria concentrada num mesmo substrato social, como forma de alcançar a “essência” das coisas. Esse ponto de vista aplicado à observação e análise do conflito resulta na sentença de que “é preciso distanciar os pólos extremos o máximo possível, pois tanto mais aumenta, com isso, a tensão. Portanto, com a distância, intensifica-se a relação e cresce a proximidade” (ÖELZE, 2005, p. 232). Assim, o embate surge como elemento de aproximação entre indivíduos e não como elemento dissociativo.

O ponto de vista simmeliano declara que a atribuição de valores ao conceito não se dá pelos seus impulsos e pelas suas conseqüências, e sim pelo conflito por si mesmo. Para Simmel “toda acción recíproca entre hombres es una socialización, la lucha, que constituye una de las más vivas acciones recíprocas y que es logicamente imposible de limitar a un individuo, ha de constituir necesariamente una socialización” (SIMMEL, 1986, p. 265). Os impulsos geradores, como inimizade, egoísmo, inveja, desejo e suas conseqüências como, em último grau, o aniquilamento de uma das partes, é que conferem uma conotação negativa ao conflito. Este, analisado isento de suas causas e conseqüências, aparece sob novo ângulo e ressignifica formas sociais de interação como o próprio conflito. Simmel, entretanto, ressalva que “seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente” (SIMMEL, 1983, p. 123).

Para Simmel, em essência, as divergências são componentes inatos às relações humanas, contudo, o não-equacionamento relativo de forças descaracteriza o conflito. A incapacidade de uma das partes em se defender descompassa a luta, transformando-se em opressão (SIMMEL, 1986). Assim, partindo da análise da natureza humana, o autor declara

⁶ Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A história dos homens (A ideologia alemã). In: FERNANDES, Florestan. **Marx/Engels: história**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 182-214.

que a própria unidade é resultado de vários elementos conflitivos e que estes resolvem questões entre contrastes. Estes elementos se combinam na própria existência do indivíduo, concebido pela absorção de traços da sociedade (SIMMEL, 2006). Dessa forma, os elementos conflitivos são identificados na essência do instinto humano:

Pero, sobre todo parece inevitable el reconocer un instinto de lucha a priori, si se tiene en cuenta los motivos increíblemente nimios y hasta ridículos, que originan las luchas más serias. (...) la facilidad con que se sugieren sentimientos hostiles, me parece indicar también la existencia de un instinto humano de hostilidad (SIMMEL, 1986, p. 279).

A concepção simmeliana de homem se aproxima do pensamento essencialista, na medida em que o conflito é “um instinto” concebido universalmente. Este, por sinal, é um dos pontos sociologicamente mais criticados da concepção do autor. Segundo Moraes Filho (1983), ao contra-argumentar o materialismo histórico, a obra de Simmel reduz tudo ao produto da mente humana. Especificamente ao tratar do conflito, salienta que:

A sua perspicaz sugestão do conflito como forma elementar e necessária do processo da sociação, e não mais como permanente fator dissociativo, não foi além dessa função positiva de manutenção do grupo, de sua coesão, com superação das divergências. Na verdade, tanto em Simmel, como em Coser, como em Dahrendorf, estamos diante de teorias conservadoras do conflito, de natureza estruturalista e funcionalista (MORAES FILHO, 1983, p. 29).

A proposta simmeliana de separar epistemologicamente o conflito de suas causas e conseqüências apresenta ângulos inteiramente novos à questão das divergências entre indivíduos ou grupos. É inegável sua originalidade e sua contribuição. Concordamos que, apesar de aparentemente se situar na contracorrente de seu contexto histórico e pensar elementos até então tidos como dissociativos – além do *conflito*, o autor repousa atenção na categoria *segredo*, entre outras –, seu objetivo se situa na explicação da manutenção da sociedade. Entretanto, não comungamos da proposta de atribuir rótulo estruturalista ao pensamento de Simmel, haja vista que a tensão entre indivíduo e estrutura – tão cara ao estruturalismo – não se faz presente no caso. A própria concepção psicologista presente anula substancialmente esta tensão, uma vez que componentes inatos já estão formados dentro dos indivíduos, como a propensão à divergência, sem a interferência de estruturas sociais. Este ponto, aliás, é crítico acerca de conflitos, tendo em vista que a sociedade, para Simmel, interfere apenas na forma como se manifestam alguns fenômenos sociais pré-concebidos pela natureza humana, potencializando ou não certos elementos pré-existentes.

Afastamos-nos completamente desse pensamento, aderindo à materialidade e à simbologia das relações sociais construídas a partir da interação entre indivíduos. A dimensão do conflito contida na obra de Pierre Bourdieu, nesse sentido, fornece uma alternativa à superação da proposta simmeliana. A sociologia bourdieusiana é constituída tendo como

parâmetros a tensão/conflito sempre presente entre elementos macro e micro sociais. A interação entre essas dimensões sociais produz significados individuais e coletivos, o que confere inteligibilidade às ações e instituições sociais. A proposta bourdieusiana permite uma plasticidade singular no tratamento dos distintos projetos sociais de apreensão dos bens ambientais. Dessa forma, podemos captar os mecanismos de legitimação das ações e interferências de outras dimensões como a científica, econômica e política, no conjunto complexo de relações sócio-ambientais.

Para Bourdieu (2004), no plano individual, as ações são compostas pelo embate de elementos constituídos socialmente e incorporados. Os agentes, dotados de potência de ação, são operadores práticos das construções sociais de objetos (BOURDIEU, 2004). Assim, Bourdieu põe em destaque a capacidade inventiva e criativa dos seres humanos, em detrimento do estruturalismo clássico e do determinismo. Ao mesmo tempo destaca o universo material com o qual os agentes lidam diariamente. O autor rompe ainda com a idéia de um poder gerador de espírito universal ao destacar a relevância da ação, racionalmente composta tendo em vista os elementos – materiais e simbólicos – à disposição dos agentes. A própria idéia de agente ao invés de ator revela preocupação de colocar em evidência as capacidades dos indivíduos. Esta perspectiva nos permite operacionalizar as diferentes propostas de interações entre homens e naturezas. Assim, tornam-se evidente as distinções entre projetos sociais de apreensão dos bens ambientais, de acordo com a própria relação com os ciclos ambientais.

Ainda com base nos argumentos que sustentam o rompimento com o pensamento de homem universal, o autor descreve diferenças entre o pensamento substancialista e o relacional. O primeiro “leva a tratar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou a certos grupos de certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de *essência* biológica” (BOURDIEU, 2005, p. 17). Para o autor, o pensamento substancialista é base para preceitos racistas, entre outros. Os fatos em si mesmos não possuem significados sociais, ou melhor, possuem significados limitados pela aparência, escamoteando as relações sociais contidas. O mecanismo substancialista naturaliza relações sociais de forma a legitimá-las e banalizá-las. O pensamento relacional, ao contrário, destaca a relação entre elementos socialmente constituídos, levando em consideração suas especificidades temporais e espaciais. A configuração do *locus* espacial leva em consideração a disposição de capitais, sendo que os mais eficientes na construção de espaços sociais são os capitais econômico e cultural (BOURDIEU, 2005). A questão ambiental *per se* não seria, assim, capaz de unir os agentes

em torno de uma ação social que abarque toda a sociedade. A confluência de ações em torno de uma ação ampla seria muito mais o resultado da habilidade de conjugar forças do que um movimento espontâneo⁷.

Nessa perspectiva, o agente está inserido num sistema de fluxos contínuos que estabelece elos de reciprocidade conflitiva entre dimensões macro e micro, formando o indivíduo enquanto ser social. Para operacionalizar tais processos, é cunhado o conceito *habitus*, que representa o elemento que constitui o agente (plano individual). Tal elemento trata da incorporação de signos constituídos coletivamente – língua, linguajar, hábitos, gostos, estilos de vida, etc., além de agrupar elementos pré-reflexivos da ação, entendidos como uma disposição constituída socialmente – de cunho quase postural –, inculcada pelo indivíduo (BOURDIEU, 2004).

Ao analisar estilos de vida, por exemplo, o autor destaca que antes da renda, o *modus operandi* de determinadas atividades está associado à base objetiva de reprodução social dos agentes. Estas bases objetivas são as “formas de apropriação material e/ou simbólica”:

A visão de mundo de um velho marceneiro, sua maneira de gerir o orçamento, lidar com o tempo e o corpo, seu uso da linguagem e escolha de roupa estão inteiramente presentes em sua ética de trabalho escrupulosa e impecável, no cuidado e esmero, no bem-acabado e na estética do trabalho pelo trabalho que o faz medir a beleza de seus produtos pelo cuidado e paciência que exigiram (BOURDIEU, 2003, p. 74-75).

Pressões materiais e urgências temporais influenciam diretamente a ordem de prioridades dos agentes, alterando de forma significativa a ordem de escolhas pessoais. A necessidade impõe uma escala de prioridades que interfere diretamente nos gostos e nos estilos de vida. Assim, populações que estabelecem relação direta entre sua base de reprodução material e simbólica e os ciclos ambientais estabelecem, em sua taxonomia de escolhas diretamente ligadas às suas ações, um gradiente inteligível entre os elementos.

Onde as classes populares, reduzidas aos bens e às virtudes de ‘primeira necessidade’, reivindicam limpeza e comodidade, as classes médias, mais liberadas da urgência, desejam um interior quente, íntimo, confortável ou cuidado, ou uma roupa da moda e original. Por serem muito arraigados, esses valores lhes parecem naturais e evidentes, sendo relegados a segundo plano pelas classes privilegiadas. [...] Assim, os gostos obedecem a uma espécie de lei de Engels generalizada: em cada nível de distribuição, aquilo que é raro, luxo inacessível ou fantasia absurda para os ocupantes do nível anterior ou inferior, torna-se banal ou comum e relegado à ordem do necessário e do evidente mediante o aparecimento de novos consumos, mais raros e, portanto, distintivos (BOURDIEU, 2003, p. 76).

⁷ Olson, em uma interpretação clássica em torno da ação coletiva, destaca que grandes grupos têm uma propensão maior ao fracasso, em relação a grupos pequenos de indivíduos. O dilema olsoniano da ação coletiva, entretanto, é incapaz de explicar a atual comoção global em torno da problemática ambiental. Sobre este aspecto ver: OLSON, Mancur. *A Lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999. (Clássicos; 16).

No plano coletivo, por sua vez, as distinções são apropriadas continuamente pelos agentes de forma a materializá-las em suas práticas. Os símbolos são produzidos coletivamente na sociedade e a configuração do *habitus* é resultado dos contatos entre agentes com as estruturas macro e micro sociais. Esta tensão é composta por espaços abstratos mais ou menos autônomos, onde as normas gerais são retraduzidas e reformuladas. Os campos, assim, são espaços sociais específicos que se apresentam a partir de construções objetivas mais ou menos autônomas diante da sociedade em seu conjunto (BOURDIEU, 2003, 2004, 2004a, 2005).

O grau de autonomia de um campo é refletido na tradução/retradução e/ou refratação das leis sociais gerais. Desse modo, quão mais autônomo um campo, maior autonomia terá um indivíduo de retraduzir ou refratar as leis sociais gerais vigentes. O conceito de campo permite romper com reducionismos de ordem social (marxismo) ou individual (individualismo metodológico). Para o autor, este conceito permite a “recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa” (BOURDIEU, 2004, p. 64). Metodologicamente, a proposta se concentra em definir as leis internas aos campos e sua taxonomia – a fim de traçar as posições dos indivíduos. Dessa forma, podem-se interpretar os atos de seus produtores. O autor salienta que:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 2004, p. 69).

As ações dos indivíduos, assim, levam em conta as leis internas dos campos e as disposições incorporadas dos agentes – *habitus* –, orientadas pela taxonomia interna do campo e das condições objetivas de reprodução social. Ferreira (2006) destaca que Bourdieu “propõe uma teoria da prática na qual as ações sociais são concretamente realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global” (FERREIRA, 2006, p. 17). As diferentes posições que um indivíduo pode ocupar dentro da estrutura dos campos permitem, em graus distintos, a reinterpretção ou mesmo a refutação de leis internas, o que varia de acordo com os capitais acumulados. Uma ação manifestada por um agente poderia ser potencializada – cristalização da ação em si – ou inibida ao ponto máximo de não se realizar.

Os recursos discursivos de legitimação de ações exercem papel de destaque no processo de realização da ação. Populações que não dominam mecanismos retóricos amplamente aceitos na sociedade ou no (s) campo (s) de atuação, enfrentam obstáculos – às

vezes intransponíveis dadas às condições – na legitimação de suas ações. No caso de populações tradicionais, em comparação com discursos científicos e técnicos pautados em preceitos positivistas, a desqualificação das ações e dos discursos são constantes.

Nesse quadro conceitual, a história exerce um importante papel na constituição do *habitus* e dos campos e é expressa pela história incorporada e pela história reificada ou objetivada. A primeira trata de como as formas coletivas são apropriadas pelos indivíduos ao longo da história, cristalizando corporeamente elementos socialmente constituídos. A história incorporada se situa no nível individual – subjetivo – e trata de como a história reificada – plano coletivo – objetiva-se nos indivíduos. Cabe ressaltar que cada indivíduo reage diferentemente à história reificada, assim a posição do historiador perante o passado revela a posição latente sobre o presente ou “contra os adversários do presente” (BOURDIEU, 2004, p. 78). A história reificada, por sua vez, trata da objetivação da história no plano coletivo e leva os indivíduos a se esquecerem da origem do mundo social. A fim de transpor os determinismos social ou individual, Bourdieu (2004) descreve que a história presente é fruto das inter-relações entre história reificada – visão macro – e história incorporada – visão micro (BOURDIEU, 2004).

Bourdieu (2004) faz questão de compor o conflito entre os planos coletivo e o individual e explorar a tensão exposta pelo choque entre os dois níveis de análise. Há uma aproximação entre a história objetivada e o conceito de campo, de um lado, e história incorporada e *habitus*, de outro. As vontades e escolhas pessoais são produtos do conflito entre as forças coletivas e individuais:

Para escapar às alternativas mortais nas quais se encerrou a história ou a sociologia e que, tal como a oposição entre o acontecimento e a longa duração ou, noutra ordem, entre os “grandes homens” e as forças coletivas, as vontades singulares e os determinismos estruturais, assentam todas na distinção entre o individual e o social, identificado com o coletivo, basta observar que toda a ação histórica *põe em presença* dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus* (BOURDIEU, 2004, p. 82).

Assim, há um rompimento com o funcionalismo durkheiminiano, que considera a sociedade um ente superior às vontades individuais. Ao mesmo tempo, o autor não se seduz pelo individualismo absoluto, pois considera que o *habitus* é formado a partir da tradução, pelo agente, da estrutura do campo no qual está inserido – o que dependerá da posição ocupada na estrutura, assim como do acúmulo de seus capitais. A história reificada ou objetivada só se materializa no momento em que os agentes, consciente ou inconscientemente, subordinam-se – que achem interessante ou que se reconheçam na

estrutura: “não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 85-86).

O campo pode ainda exigir uma postura que não condiz com a história incorporada do agente, o que concorre para uma nova ordem de conflitos. A atividade individual é o:

relacionar de duas histórias, e o presente o encontro de dois passados. [...] Podemos compreender que o ser social é aquilo que foi; mas também que aquilo que uma vez foi ficou para sempre inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos (BOURDIEU, 2004, p. 100).

A consolidação (objetivação) da história nos corpos e coisas limita as possibilidades ao provável. A herança histórica aparece como uma forma específica de capital e os “esquemas de pensamento e de percepção são, em cada momento, produto das opções anteriores transformadas em coisas” (BOURDIEU, 2004, p. 101). À medida que a história incorporada e a história objetivada se consolidam, imprime certos conceitos que influenciam, em graus distintos de acordo com a autonomia dos campos, as ações individuais, influenciando substancialmente nas mudanças. O poder de reificação da história e de sua incorporação nos agentes tem relação direta com as possibilidades de transformações sociais. Quão mais intenso o processo de reificação e perda da apreensão de sua gênese, materializado na naturalização de elementos sociais e, portanto, históricos, maior a dificuldade e menor a velocidade de alterações nas instituições sociais. Emerge, assim, o vigor das tradições, especialmente em comunidades isoladas.

A transmissão oral e a cristalização de condutas entre comunidades com forte dependência de ciclos ambientais são marcadas pela relação com a natureza. As relações e os períodos de trabalho, as lendas e ritos culturais, o linguajar – gírias e conceitos populares, enfim, há todo um conjunto mais ou menos harmônico entre a configuração social e a apreensão social da natureza entre comunidades de pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e seringueiros. O ponto de vista desses grupos sociais, ao entrar em contato com a retórica técnica-científica hegemônica, entra em choque, dadas as fissuras entre os discursos. Assim, as pesquisas empíricas forjam a entrada do conflito como item da pauta de estudos ambientais.

O conflito, como idéia-força, apresenta-se com vigor se pensada a partir da transformação – muito cara para a realização deste trabalho. A problemática da legitimação pelo discurso, o que envolve doses de conflitos e mecanismos simbólicos, é crucial para o entendimento das posições que os agentes ocupam no interior dos campos. Assim, a idéia de

capitais – simbólico, cultural, econômico, artístico, global, etc. –, baseada no conhecimento/reconhecimento, está amplamente assentada na perspectiva de legitimação (BOURDIEU, 2003, 2004, 2004a, 2005). Somente um discurso legítimo é reconhecido por seus pares, ao mesmo tempo em que, para ser legítimo, precisa ser reconhecido pelos mesmos. A dominação simbólica torna-se central na distribuição dos agentes dentro de um determinado campo, assim como na configuração dos conflitos – internos a um campo ou entre agentes de campos distintos. A ação e a reação dos agentes, a fim de perpetuar ou mudar certas normas, utilizando-se dos próprios recursos simbólicos dotados nos campos, compõem a dinâmica da vida social.

A história só pode produzir a universalidade trans-histórica produzindo, por meio das lutas tantas vezes impiedosas dos interesses particulares, universos sociais que, por efeito da alquimia social das suas leis históricas de funcionamento, tendem a extrair da defrontação dos interesses particulares a essência sublimada do universal. (BOURDIEU, 2004, p. 73)

A defrontação de interesses, em conluio com as normas do campo, configura as ações e dão forma às instituições sociais. As relações homens-naturezas, como não poderiam deixar de ser, estão incluídas no íterim social apresentado pelas disputas de interesses. A universalidade de apreensões sociais do meio ambiente é composta por distintas relações, inviabilizando um pseudo projeto uno de uso e apropriação dos bens ambientais.

A teoria bourdieusiana, contudo, apresenta lacunas e sofre críticas pertinentes ao estruturalismo. Segundo palavras do próprio Bourdieu, ele buscou “elaborar um estruturalismo genético” que consistia na:

análise das estruturas objetivas – as estruturas dos diferentes campos – é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais (que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais) e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, é produto de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço). (BOURDIEU, 2004a, p. 26)

A tensão entre indivíduo e sociedade contida na obra de Bourdieu, nas palavras de Boltanski (2005), carece de maiores esclarecimentos no que tange ao peso relativo de cada estrutura – estrutura estruturante (campo) e estrutura estruturada (*habitus*) – e o papel da incerteza nas condutas humanas. Essa é uma questão essencialmente direcionada à tradição estruturalista da qual faz parte a teoria da ação bourdieusiana. Seus críticos atribuem aspectos deterministas à coercitividade contida na noção de campo, anulando a tensão entre indivíduo e sociedade e, conseqüentemente, a ação individual.

Ao refletir sobre a questão da mudança na perspectiva estruturalista bourdieusiana, Robert Castel (2005) declara ousadia na exposição de uma questão delicada. Para esse autor, pode-se falar em uma:

rigidez bourdieusiana, entendendo por ela a consciência perspicaz de Bourdieu de que a vida social inicialmente é feita de exigências impiedosas, que podem romper os sujeitos sociais, sufocar seus projetos, privando-os das condições mínimas necessárias para sua realização (CASTEL, 2005, p. 354).

Contudo é inegável que Bourdieu assentou atenção na vontade de transformar a sociedade. O embate interior entre as dimensões descritiva e normativa se revela em sua perspectiva científica, pesando a revelação dos mecanismos de dominação – dimensão descritiva – em mecanismos de escolhas e ações transformadoras – dimensão normativa.

Talvez ele tenha levado as coisas por outro caminho, devido à sua obstinação em perseguir tudo o que, por trás das seduções da liberdade e da subjetividade, remete à ordem da violência e das relações de dominação. Mas é que ele pensava que a margem de manobra de que pode dispor o sujeito social só pode entrar em ação a partir da consciência dessas coerções. Provavelmente, a liberdade não é uma palavra que ocupa um lugar central no vocabulário de Bourdieu, pois ele desconfiava das grandes palavras que agradam a quem as ouve. No entanto, os objetivos que ele perseguiu durante toda a sua vida por um conhecimento dos fenômenos sociais, livre das complacências da má-fé e contras as múltiplas figuras da dominação e da violência simbólica, eram iniciativas de libertação, estabelecidas em sua certeza de que *só podemos libertar-nos se soubermos o que nos aprisiona* [grifos nossos] (CASTEL, 2005, p. 355).

A perspectiva de desvendar os mecanismos de poder, a fim de promover a mudança, talvez tenha na leitura de Gramsci sobre o *Príncipe* de Maquiavel⁸ seu ponto de inflexão na sociologia. Portanto, a visão de delação dos instrumentos de coerção e dominação como forma de promover questionamentos de suas estruturas não é original. Ademais, a tônica dada à ação do agente e a relação deste com normas mais gerais, permite uma leitura que rompe com determinismos nos dois grandes focos sociológicos – funcionalismo e individualismo metodológico.

Nossa perspectiva é a de que uma leitura dos conceitos de *habitus* e campo, tendo como elemento central os conflitos entre agentes, permite-nos vislumbrar os mecanismos de transformação social – e, no caso específico deste trabalho, as mudanças nas relações de dominação de grupos entre si na apropriação material e simbólica do meio ambiente. A interpretação simmeliana de efetuar a separação epistemológica entre causas, conseqüências e o conflito em si mesmo, nos fornece parâmetros para traçar as inter-relações deste último com mudanças na sociedade. E, nesse sentido, há uma aproximação entre Simmel e Bourdieu. Ao

⁸ Cf. GRAMSCI, Antonio. O moderno príncipe. In: _____. **Maquiavel: a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp. 3-102.

traçar as formas como se processam as disputas pela legitimidade num dado campo, estamos aptos a abraçar o ponto de vista do conflito como elemento que põe as forças em movimento pela hegemonia de poder em vários sentidos e níveis, inclusive nas disputas socioambientais. Esta base conceitual tolera a segmentação dos conflitos, uma vez que este é apresentado sob novos ângulos, por Simmel, e com graus distintos nos eixos espacial – estrutura macro e micro – e temporal – história incorporada e reificada –, por Bourdieu.

Do eixo temporal, já podemos tirar a conclusão que alguns conflitos se naturalizam. A perda da apreensão da gênese dos conflitos pode se confundir com estruturas sociais rígidas. Tal processo potencializado conduz à reificação, o que, em última instância, transforma o significado social dos conflitos. Neste nível de apreensão social, os conflitos podem ser encarados pelos indivíduos como elemento da tradição.

1.2 O campo ambiental: especificidades e inter-relações da problemática verde

A reflexão sobre o conceito de conflito e, principalmente, a abordagem centrada em campos e *habitus*, pretende-se totalizante no sentido de que almeja explicar o universo social. Daí decorrem alcances e limitações quando aplicadas à realidade empírica. Nosso exercício, então, focou a transposição do arcabouço teórico descrito para a questão ambiental. Para isso, delineamos, num primeiro momento, a perspectiva sociológica e, posteriormente, repousamos atenção no que chamamos de pilares da modernidade, a saber: dimensão científica, dimensão econômica e dimensão política.

A proposta de trabalhar a questão ambiental como um campo específico dentro do cenário social não é original. Apesar de haver carência de trabalhos que manifestem considerações específicas sobre o conflito, a produção acadêmica no Brasil tem se intensificado na produção de artigos e livros sobre a temática ambiental, tendo como fio condutor conflitos socioambientais. Os campos são recursos metodológicos que, aplicados aos dados, realçam as especificidades de cada área social. Dada a complexidade social, é impossível separar empiricamente as várias convergências existentes nas sociedades. Aplicado ao universo social, porém, o desenho metodológico dos campos permite captar estratégias discursivas utilizadas para camuflar retóricas próprias a interesses de outras áreas. Especificamente para a temática ambiental, permite distinguir as estratégias econômicas, políticas e científicas no processo de legitimação de objetivos. Bourdieu buscou, assim, um

rompimento com a concepção de dimensões por não arquitetar paralelismos sociais, e sim um emaranhado complexo de relações.

Acselrad (2004) destaca que, no cerne dos conflitos ambientais, há de se considerar a apreensão cultural e política dos recursos ambientais. Essas são mediadas por formas de legitimação e diferenciação entre agentes, configurando ambiente de dominação. Os conflitos, assim, seriam manifestações de contrastes entre projetos distintos de uso/perturbação do mundo material.

Os modos sociais de apropriação do mundo material, dimensão integrante dos chamados 'modelos de desenvolvimento', articulam, portanto, formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade, formas sociais, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, e formas culturais que encerram os valores e racionalidades que orientam as práticas sócio-técnicas (ACSELRAD, 2004, p. 16).

No domínio do campo ambiental, a dimensão sócio-cultural do meio ambiente conflui para a desnaturalização da natureza. O descompasso temporal entre tempo humano e tempo natural experienciado converge para a reificação da natureza. Isto coloca em pauta pelo menos uma questão essencialmente dramática, no que tange às mudanças ambientais globais. Estas, apesar de amplamente divulgadas, atualmente são desconhecidas ou desconsideradas por ampla parcela da população, dado seu caráter intergeracional. Essa característica é mais sentida em ambientes de natureza exuberante, onde os recursos parecem infinitos. A explicitação da relação simbiótica entre seres humanos e natureza – base do pensamento sistêmico –, contudo, demonstra o caráter social da apreensão humana do meio ambiente. Assim, se desvela que os bens ambientais não são apreendidos igualmente por todos os indivíduos. Interesses distintos são permeados por projetos político-econômicos, assim como permeados e legitimados pelas ciências. O conflito, dessa forma, é a manifestação dos diferentes projetos de apropriação do meio ambiente. As populações confrontam seu modo de vida e sua dependência, mais ou menos estável, dos ciclos naturais com a apropriação mercantil dos bens ambientais.

Os acordos sociais firmados entre os agentes são manifestações de tentativas de estabilização dos conflitos. Os processos de estabilizações sociais são instáveis e se modificam de acordo com a acomodação dos interesses envolvidos. Os acordos, assim entendidos, não significam que os conflitos foram extintos. Muito pelo contrário, eles continuam presentes, na forma tácita ou latente, e são suscitados à medida que os agentes tiverem força política para tal e lhes convierem, na promoção da busca de seus objetivos.

Acselrad (2004) destaca a operacionalização da teoria dos campos para a interpretação dos mecanismos de dominação simbólica e legitimação de projetos sociais de apropriação de recursos ambientais, baseados nos conflitos.

Se nos remetermos à teoria social de Bourdieu, o campo será visto como uma configuração de relações objetivas entre posições na estrutura de distribuição de diferentes espécies de poder. No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas – espaços de conflito pela posse das espécies de poder/‘capital’ específicas que os caracterizam. Os campos não são constituídos, conseqüentemente, por lugares vazios, pois há nele ação e história produzidos pela ação coletiva: sendo construídos pelos próprios atores nas condições históricas dadas, as próprias divisões dos campos podem mudar, fugindo do determinismo rígido do estruturalismo convencional (ACSELRAD, 2004, p. 18-19).

A esfera simbólica dá o tom das relações de poder através da legitimação dos discursos e dos processos de relação homem-natureza. As estratégias discursivas se pautam pela universalização do bem comum através de estratégias particulares. A função propriamente ideológica das linguagens surge quando analisadas as classificações contidas nas dimensões sociais cotidianas (BOURDIEU, 2004). Quando se fala em meio ambiente, a dimensão científica assume um papel crucial no desenho e determinação dos parâmetros das posturas dos seres humanos frente à natureza. Bourdieu (2004), ao tratar do poder simbólico, aquele poder invisível baseado no conhecimento e reconhecimento dos agentes e instituições, esclarece que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2004, p. 15).

O conceito *sustentabilidade* talvez seja, atualmente, o vetor principal de disputas pela sua representação no campo ambiental. Assim, a propriedade de ser o portador da sustentabilidade é motivo de embates entre as ciências dentro da Ciência e se materializa na consolidação de propostas de políticas. Acselrad (2004), ao tratar da questão da sustentabilidade, destaca que “em torno a ela [sustentabilidade], abre-se, por certo, a luta entre os que pretendem alterar ou reforçar a distribuição de legitimidade e, portanto, de poder tanto sobre mercados como sobre mecanismos de acesso a recursos do meio material” (ACSELRAD, 2004, p. 16). A sustentabilidade, enquanto conceito norteador, manifesta-se nas políticas públicas de proteção dos recursos ambientais e nos projetos políticos de desenvolvimento na contemporaneidade (DALY, 2002). As interfaces no campo ambiental, entre o campo político e o campo econômico, são perpassadas pelo campo científico, criando uma arena de inter-relações. Nesse último campo, observa-se uma disputa pela legitimidade dos discursos e envolve uma dicotomia fundamental – os seres humanos fazem ou não, parte

da paisagem ambiental? –, abarcando o papel do homem frente ao meio ambiente, na consecução de políticas.

A teoria bourdieusiana se pretende totalizante no sentido de que almeja explicar o cotidiano social, porém, a questão ambiental, *per si*, nunca foi tema central em seus estudos. Desta conclusão, após feitas considerações acerca de suas limitações na explicação de mudanças, passamos adiante a refletir sobre a sociologia da questão ambiental tendo como fio condutor a exposição realizada até agora. Mais especificamente, tratamos de compor um rol de autores, que se dedicam ao tema, separando-os analiticamente em torno de três eixos da contemporaneidade – a Ciência, a economia e a política – diretamente relacionados ao campo ambiental. Esta análise será finalizada no próximo capítulo, quando, a partir do feixe temporal que parte da gênese e consolidação da modernidade, traçamos as mudanças históricas globais, que culminaram com as propostas de pauta da política ambiental nacional e, mais especificamente, propostas de políticas de proteção ambiental. Todo esse processo se insere na proposta sistêmica de observar as inter-influências dos diversos campos no campo ambiental, ao longo do espaço-tempo delineado no estudo.

1.3 Sociologia da Sociologia da Questão Ambiental

Assuntos como a exaustão de reservas minerais não-renováveis – tais como as de petróleo, gás natural e minério de ferro –, bem como a escassez de água potável e a degradação dos solos, colocam em pauta um tema muito recorrente nas discussões acadêmicas recentes: o meio ambiente. Devido à sua alta complexidade, o assunto suscita um grande número de questões, extremamente ecléticas em seu conteúdo, configurando um ambiente propício à participação de diversos campos de conhecimento em sua investigação (JOLLIVET e PAVÉ, 1997), assim como envolve uma gama de interesses e agentes. Certamente, essa característica não é exclusiva do tema, entretanto contribui substantivamente para caracterizá-lo.

Tradicionalmente, o meio ambiente, como temática, é abordado pelas ciências naturais e exatas. As humanidades, por meio da economia, do direito, da geografia, da sociologia, da antropologia, da ciência política e da história⁹, se ocupam cada vez mais da temática verde.

⁹ A inauguração da história ambiental como ramificação da história, nos revela o interesse deste campo de conhecimento por aquele tema.

No Brasil, segundo Viola e Leis (1995), durante a década de 1980, formaram-se grupos científicos – sendo que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência atuou como catalisadora do processo – para abordar a temática ambiental de forma interdisciplinar, em que se destacaram as áreas da geografia, geologia, medicina preventiva, direito, engenharia sanitária e ambiental, ecologia e sociologia (VIOLA e LEIS, 1995). A ciência econômica, contudo, talvez seja a precursora, dentre as ciências humanas, no trato com essa temática¹⁰, tendo em vista seu objeto central: a escassez. Essa prerrogativa coincide com os preceitos contemporâneos dos recursos naturais. À medida que se foi desvendando o caráter finito da natureza, no fornecimento de matérias-primas, o conceito escassez se aproximava concomitantemente do objeto das ciências econômicas e da problemática ambiental.

A sociologia, desde sua gênese enquanto ciência ocupou-se do meio ambiente. Apesar de autores clássicos, como Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx, não aprofundarem as discussões sobre meio ambiente – tendo em vista que não significava uma pauta de pesquisa sistemática no contexto histórico desses autores –, podemos claramente identificar aspectos teóricos, que levam em consideração o tema como sendo uma variável a ser analisada dentro dos estudos sociológicos, já no século XIX.

As obras dos clássicos da sociologia, contudo, possuem um alcance limitado para explicação da atual dinâmica da problemática ambiental. Para Goldblatt (1996), as limitações das interpretações de Weber, Durkheim e Marx, acerca da temática ambiental, possuem três fundamentos: primeiro, à época o tema não fazia parte da agenda de pesquisa dos autores; segundo, o contexto analisado não é o mesmo de hoje; e, em terceiro, os conhecimentos acerca do meio ambiente – até mesmo os conhecimentos em Biologia – eram limitados em relação aos níveis atuais (GOLDBLATT, 1996).

Outro aspecto relevante a ser considerado é o contexto de surgimento da sociologia acadêmica. As influências do empirismo de Bacon, do racionalismo de Descartes e, principalmente, do positivismo de Comte, forneceram elementos cognitivos que estabeleceram uma separação radical e artificial entre seres humanos e natureza. Tal premissa, potencializada, foi base do discurso de legitimação científica fundante da então nova disciplina. Na ânsia de constituir parâmetros singulares para consolidar um novo campo de estudos, a sociologia clássica estabeleceu uma relação ambígua com as ciências exatas e

¹⁰ Entre as ciências humanas, “as primeiras a serem interpeladas foram, na seqüência, a economia, o direito e a sociologia. Elas constituem as três disciplinas que concentram o maior número de pesquisas e que fizeram avançar mais intensamente a problematização [...] das questões suscitadas pela referência ao meio ambiente.” (Jollivet & Pavé, 1997, p. 102).

naturais. Ao mesmo tempo em que se distanciavam destas últimas, a fim de se diferenciar e compor uma agenda de pesquisa própria, as ciências sociais foram largamente amparadas pelas ciências exatas e naturais no campo epistemológico. Traçando esse perfil científico, considerando o meio ambiente enquanto objeto de pesquisa, a sociologia relegou a temática, ao mesmo tempo em que era profundamente influenciada pelas ciências que se ocupavam de aspectos da natureza. Assim, observa-se um quadro geral onde, quando a sociologia se ocupava da problemática, o fazia de forma a legitimar a dominação humana sobre o meio ambiente – cujas influências são pertinentes às idéias de progresso, tão caras ao positivismo comtiano e as ciências duras. Nesse sentido, Hannigan (1995) descreve o termo “vendedores ambulantes” de desenvolvimento para retratar o papel dos sociólogos em relação à ideologia de progresso (HANNIGAN, 1995, p. 19).

A perspectiva dominante, de transposição de leis naturais para o campo social, atingiu seu primeiro ápice na década de 1930 com os estudos de ecologia humana da Escola de Chicago, nos EUA. Influenciados pela perspectiva inaugurada com o zoólogo alemão Ernest Haeckel que, em 1866, desenhou o termo Ecologia pela primeira vez, os estudos de ecologia humana ganharam destaque metodológico. Alguns destes estudos mais relevantes, foram publicados no Brasil no final da década 1940, sob a organização de Donald Pierson – então professor da Universidade de São Paulo – USP. Os princípios da ecologia humana se fundamentam em aplicar conceitos da ecologia, como, por exemplo, competição, cooperação, comunidade, população, dominância, sucessão e simbiose, na interpretação das relações sociais. Park (1948), um de seus maiores expoentes, declara que:

A Ecologia Humana é uma tentativa de aplicar às inter-relações dos seres humanos, um tipo de análise aplicado anteriormente às inter-relações de plantas e animais. O termo “simbiose” descreve um tipo de relação social que é mais biótico do que cultural. Esta ordem biótico-social vem a existir e se mantém pela competição. Nas “sociedades” de plantas e animais, a competição não é restrita por uma ordem institucional ou moral. A sociedade humana é consequência e efeito dessa restrição da ordem simbiótico-social pela moral. Há diferentes ciências que lidam com as diferentes formas que esta restrição da ordem social natural, ou ecológica, assume nos diferentes níveis: 1) econômico (Economia), 2) político (Ciência Política) e 3) moral (Sociologia e Antropologia Social) (PARK, 1948, p. 37).

A ecologia humana da primeira metade do século XX estava muito mais preocupada em aplicar as regras acima sintetizadas do que estabelecer um quadro sistemático de estudos envolvendo as inter-relações entre meio ambiente e sociedades. Assim, a problemática ambiental é abarcada apenas de forma tangencial. Outra característica marcante na produção da Escola de Chicago é o contexto social onde se inserem os estudos: a impressionante expansão urbana da cidade de Chicago. A literatura contemporânea classifica a produção intelectual da Escola de Chicago como sendo do campo da sociologia urbana, notadamente

preocupado com “um problema político e social [...], que à época preocupava todas as grandes cidades americanas e ultrapassava os limites de uma sociologia da cidade: o da imigração e da assimilação de milhões de imigrantes à sociedade americana” (COULON, 1995, p. 8). Os métodos utilizados pela Escola de Chicago estabeleceram um elo com a academia brasileira a partir das publicações de Pierson¹¹ e sua passagem pela USP.

A produção intelectual tratando da inter-relação entre sociedades e natureza permaneceu latente e manifesta até a década de 1960, quando o contexto formado pelo acúmulo de produção científica, o quadro de contestação sócio-política e a sinalização de crise econômica impulsionaram a explicitação da temática ambiental¹². No campo das ciências humanas, na década de 1970, podem ser destacadas as contribuições de Bahro, Gorz, Ilich, Dupuis, Simmonet, além de Lutzenberger, especificamente no caso brasileiro (SOFFIATI, 2007). Na sociologia, a proposta de Catton e Dunlap (apud LENZI, 2006) foi pioneira, em fins da década de 1970. Estes autores, oriundos do campo da sociologia rural, estabeleceram os primeiros passos do que anos depois viria a ser conhecida como sociologia ambiental (HANNIGAN, 1995; LENZI, 2006).

Desde então, autores da teoria social contemporânea vêm realizando a tarefa de atualização da temática ambiental. Esse processo se esforça por ser sensível à atual complexidade apresentada nas relações ser humano X meio ambiente. Para Goldblatt:

Entre os teóricos sociais e sociólogos históricos contemporâneos, os constrangimentos que o mundo natural exerce sobre as sociedades humanas foram reinvestigados com um novo vigor e uma visão ecológica mais sensível. No entanto, tem sido prestada menor atenção às origens e efeitos da degradação do ambiente nas sociedades modernas (GOLDBLATT, 1996, p. 24).

Seguindo a linha de raciocínio de Goldblatt (1996), no próximo tópico iremos explorar a Teoria Social contemporânea como ferramenta teórica para entendermos os atuais níveis de deterioração dos recursos ambientais. Esse debate se justifica na medida em que o desconhecimento das raízes dos problemas nos desabilita a buscar soluções que extrapolem a esfera paliativa.

¹¹ Além de *Estudos de Ecologia Humana: Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social* publicado pela Livraria Martins Ed. em 1948, Donald Pierson lançou *Teoria e Pesquisa em Sociologia* publicado originalmente pela editora Melhoramentos e que em 1968 já estava na 11ª edição. O autor dedica vários capítulos desse último livro ao quadro metodológico da Escola de Chicago e, em especial, à Ecologia Humana, onde destacamos o capítulo VII “Ecologia Humana” (pp. 109-118) e o IX “Natureza humana” (pp. 127-134).

¹² Esse ponto em especial é desenvolvido no capítulo seguinte, dada sua influência na política ambiental no mundo e no Brasil. Para tanto adotou-se a perspectiva histórica para elencar os acontecimentos.

1.4 Constelações de relações homens-naturezas: Ciência, economia e política

Partimos nesse momento de duas questões básicas: em primeiro lugar, quais a origem dos atuais níveis de degradação ambiental?; e, em segundo, qual a contribuição da Teoria Social contemporânea para o entendimento das questões relacionadas à temática ambiental moderna? Segundo Goldblatt (1996), “as políticas que propomos para impedir a actual crise ecológica devem depender do modo como diagnosticamos as suas origens” (GOLDBLATT, 1996, p. 35).

Detemos-nos na análise de três constelações de relações (SANTOS, 1999) homens-naturezas: os padrões de legitimação dos conhecimentos científicos, as relações econômicas e as disputas pelo poder encarnadas na política na contemporaneidade. Nesse momento de reflexão, partimos do pressuposto de que a Teoria Social contemporânea acumulou conhecimentos que permitem: a) uma fonte de consulta para entendermos as atuais relações sociais travadas entre homem e meio ambiente, tendo como parâmetros a Ciência, a economia e a política; e b) indicam caminhos para políticas públicas de proteção dos recursos naturais, tendo em perspectiva a conservação ambiental, social e cultural. Basicamente, a verificação destes pressupostos se processou a partir de revisão bibliográfica, porém as considerações contidas no terceiro e no quarto capítulos, pautadas em dados empíricos, estabelecem forte correlação com as reflexões a seguir.

1.4.1 Epistemologia científica e temática ambiental – campo científico

Aqui analisamos argumentos que se aproximam da epistemologia das ciências e sua relação com a temática ambiental. As relações entre ciências e meio ambiente nos interessam, pois revelam os argumentos usados para legitimar as ações, na disputa pelos usos sociais dos recursos ambientais, no campo político. Já manifestamos o quão importante é o processo de legitimação para o processo de dominação. Nesse sentido, observa-se a inauguração da ecologia política como um movimento científico que perpassa fundamentalmente a política ambiental e seu contexto de aplicação no sentido amplo.

Na contemporaneidade, onde os preceitos científicos são constantemente questionados (BECK, 1997; GIDDENS, 1991 e 1997), os resultados das pesquisas justificam pontos de vistas tão díspares quanto concorrentes. Cabe às ciências um papel ambíguo na definição de

resultados, o que, na prática, materializa um dos obstáculos na consecução de políticas ambientais. Nesse sentido, há dificuldades em estabelecer medidas de refreamento da degradação ambiental surgidas no hiato formado pelas divergentes respostas dadas pelas pesquisas científicas. Esta relação entre Ciência e problemática ambiental é pautada, concomitantemente, pela acentuação e refreamento da degradação do último. Para Castells (1999), o ambientalismo estabelece uma relação estreita e ambígua com as ciências e a tecnologia. O discurso científico é apropriado para questionar preceitos científicos.

Por vezes essa é a ciência ruim, fingindo saber o que acontece com a natureza e com os seres humanos e revelando a verdade oculta sob os interesses do industrialismo, capitalismo, tecnocracia e burocracia. Embora critiquem a dominação da vida pela ciência, os ecologistas valem-se da ciência para fazer frente à esta em nome da vida (CASTELLS, 1999, p. 155).

A apropriação do discurso científico fragmentado é alvo de críticas, seguindo basicamente o pensamento romântico de que um dia poderemos voltar a viver sem os aparatos tecnológicos modernos. Contudo, também é abarcado como salvação incondicional da vida humana e natural, onde os avanços da Ciência serão responsáveis pela mitigação, compensação ou manutenção dos efeitos da degradação, provocada pelo estilo moderno de vida. A saída para este drama ainda é um tanto nebulosa, entretanto temos a convicção de que não se situa nos extremos.

Essa relação, entre movimento ambientalista e Ciência, é ponto central para uma corrente de teóricos da filosofia da ciência e da sociologia da ciência, mais afinados com a epistemologia. Tal corrente defende uma ruptura na base do paradigma cartesiano como alternativa para a superação dos atuais níveis de degradação ambiental. Assim, atribuem os problemas ambientais à organização do conhecimento moderno. As inovações tecnológicas e científicas se processariam, mas seu escopo seria alternado para um conhecimento sistêmico, não fragmentado.

Henrique Leff (2001) defende que a temática ambiental seja por excelência eleita para promover a ruptura com o atual paradigma. O autor destaca que “o processo civilizatório da modernidade fundou-se em princípios de racionalidade econômica e instrumental que moldaram as diversas esferas do corpo social” (LEFF, 2001, p. 133). Esta organização social pautada na racionalidade econômica deve ser repensada e suplantada. A sociologia ambiental do conhecimento reúne os elementos para alavancar o processo de transformação, pois:

muda o ângulo de visibilidade das relações sociedade-natureza, dominado pelos fundamentos epistemológicos, pelas ‘ciências exatas’ (o positivismo lógico) e sua colonização ecologista, para métodos integradores de processos de ordem natural e social através da articulação de ciências e paradigmas teóricos que respondem a

processos de diferentes ordens de materialidade e racionalidade (LEFF, 2001, p. 156).

A nova racionalidade, fundada a partir da temática ambiental, seria a *racionalidade ambiental* (LEFF, 2001; 2006), onde homem e natureza seriam pensados integradamente e a racionalidade econômica – hegemônica até o momento – seria superada. Assim, a nova racionalidade seria responsável por uma mudança radical nos moldes de produção, o que provavelmente iria aniquilar o capitalismo enquanto ordem econômica, inaugurando outra forma de organização material. Os críticos dessa perspectiva a relacionam com o pensamento utópico, uma vez que pressupor a superação do capitalismo é algo que se mostra empiricamente distante.

As reflexões de Bruno Latour (2004) também envolvem o questionamento das bases científicas. O autor, assim como Leff, questiona o contrato científico moderno – pautado na separação entre homem e natureza e entre política e natureza – afirmando que este deve ser revisto. A revisão da epistemologia científica é levantada para renovar a ecologia política, que seria o veículo científico das transformações. A questão exposta é de que a ecologia política deve ser reformulada.

Do ponto de vista conceitual, a ecologia política não *começou ainda a existir*; simplesmente se conjugaram os dois termos, “ecologia” e “política”, sem repensar inteiramente os componentes; em consequência, os desafios, que até aqui sofreram os movimentos ecológicos, não provam *nada*, nem quanto às derrotas passadas nem quanto a seus possíveis sucessos. A razão deste atraso é muito simples. Acreditou-se, muito depressa, que bastaria reempregar tais ou quais conceitos antigos de natureza e de política. Ora, *oikos*, *logos*, *physis* e *polis* permanecem como os verdadeiros enigmas, tanto que não se apresentam os quatro conceitos de *uma só vez*. Acreditou-se poder fazer economia deste trabalho conceitual, sem perceber que as noções de natureza e de política já haviam sido desenhadas, ao longo dos séculos, para *tornar impossível* qualquer reconciliação, qualquer síntese, qualquer combinação entre os dois termos. Coisa ainda mais grave, pretendeu-se, no entusiasmo de uma visão ecumênica, “ultrapassar” a antiga distinção dos humanos e das coisas, dos sujeitos de direito e dos objetos de ciência, sem considerar que eles haviam sido aparelhados, delineados, esculpidos, para se tornarem pouco a pouco incompatíveis (LATOURE, 2004, p. 13).

O fato de Latour definir a ecologia política enquanto ramo científico já demonstra a inscrição da disciplina no meio acadêmico – mesmo que, segundo o autor, suas bases conceituais não estejam postas como crítica e sim como elemento conservador. A atenção manifestada sobre a questão demonstra que Latour, no mínimo, reconhece a inauguração da ecologia política e, de forma mais abrangente, a necessidade de repactuação científica nos moldes da complexidade moderna ou mesmo da gênese de uma nova era¹³.

¹³ Um dos precursores dessa proposta é Fritjof Capra. Sobre esse aspecto ver: CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 14ª ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

Os caminhos são diversos, mas há um relativo consenso entre os autores de que a questão científica aplicada ao meio ambiente deve ser completamente reformulada. A temática ambiental coloca em pauta o contrato científico fundado com a modernidade. As interseções entre os campos ambiental e científico são substantivas para a materialização de projetos nos campos econômico e político. Sua definição e apropriação de conceitos são centrais na distribuição dos agentes na estrutura de dominação.

1.4.2 A sociedade urbano-industrial – campo econômico

Até a década de 1980, havia um relativo consenso de que os atuais níveis de degradação do meio ambiente provinham, basicamente, das relações capitalistas de produção. O estilo de vida, baseado no consumismo, era fator determinante para o entendimento da relação travada com o meio ambiente. As forças postas em movimento pelo capitalismo determinaram o ritmo e a intensidade da degradação ambiental. Contudo, nas décadas de 1960 e 1970, ou seja, concomitante ao período histórico anterior à queda do muro de Berlim, uma corrente de pensadores da Teoria Social pôs em reflexão a relação entre capitalismo e degradação ambiental (SOFFIATI, 2007). Houve, a partir desse momento histórico, a necessidade de buscar novas explicações para os níveis de degradação, haja vista a situação ambiental dos países do então mundo socialista.

Goldblatt (1996) analisa os argumentos publicados em “The Nation-State and Violence”, lançado em 1985¹⁴, por Anthony Giddens com relação à gênese dos atuais problemas ambientais, destacando as relações entre capitalismo e industrialismo.

A validade histórica e a força explicativa dos termos ‘sociedade capitalista’ e ‘sociedade industrial’. Giddens considera que a última é incompleta em dois pontos. Primeiro, não consegue explicar a qualidade dinâmica da modernidade, os seus poderes de transformação inerentes e contínuos e a aceleração da escala e velocidade das transformações sociais. Nenhuma das descrições habituais da sociedade industrial, nem mesmo a descrição do industrialismo de Giddens conseguem dar uma explicação para estes factos. Segundo, a noção de uma sociedade industrial deveria sugerir que o industrialismo, na sua qualidade de ordem produtiva, tem um efeito considerável na constituição e organização de outras estruturas sociais. Giddens, argumenta uma vez mais que o termo não consegue simplesmente suportar a carga explicativa que lhe é reconhecida (GOLDBLATT, 1996, p. 41).

Adotando a afirmativa de Goldblatt, podemos considerar que Giddens faz parte do grupo de pensadores que mudou de posição com relação às origens dos atuais problemas

¹⁴ Publicado no Brasil com o título *Estado Nação e Violência* pela Edusp.

ambientais. Em “As Conseqüências da Modernidade”¹⁵, Giddens (1991) destaca que é o industrialismo o responsável pelos atuais níveis de degradação ambiental. Para isso, o autor promove uma separação epistemológica entre capitalismo e industrialismo, declarando que “devemos ver capitalismo e industrialismo como ‘feixes organizacionais’ ou dimensões diferentes envolvidos nas instituições da modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 61). Efetuando a separação analítica entre capitalismo e industrialismo, Giddens (1991) tem a possibilidade de desvincular conseqüências, antes atribuídas isoladamente ao capitalismo, e apontá-las em direção ao industrialismo. Com esse recurso teórico, abre-se uma lacuna que permite atribuir os males ambientais apenas ao industrialismo e, com isso, avaliar o capitalismo e o socialismo de Estado, tendo em perspectiva a transformação do meio ambiente, sob o mesmo enfoque.

Em *As Conseqüências da Modernidade*, Giddens (1991) descreve o industrialismo como:

O eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade. [...] A indústria moderna, modelada pela aliança da ciência com a tecnologia, transforma o mundo da natureza de maneiras inimagináveis às gerações anteriores. Nos setores industrializados do globo – e, crescentemente, por toda parte – os seres humanos vivem num *ambiente criado*, um ambiente de ação que, é claro, é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas mas a maioria das outras paisagens também se torna sujeita à coordenação e controle humanos. (GIDDENS, 1991, p. 66)

O industrialismo, juntamente com o capitalismo, o controle da informação e o poder militar, com suas respectivas variações¹⁶, formam as dimensões institucionais da modernidade. Seus impactos vão além dos muros das fábricas, o que conduz a uma maior amplitude e intensidade das transformações, atingindo também a interação humana com o meio ambiente.

Mesmo nos estados que permanecem primordialmente agrícolas, a tecnologia moderna é frequentemente aplicada de modo a alterar substancialmente as relações preexistentes entre a organização social humana e o meio ambiente. Isto vale, por exemplo, para o uso de fertilizantes ou outros métodos de lavoura artificial, para a introdução de moderna maquinaria agrícola etc. A difusão do industrialismo criou *um mundo* num sentido mais negativo e ameaçador do que o que foi mencionado – um mundo no qual há mudanças ecológicas reais ou potenciais de um tipo daninho que afeta a todos no planeta (GIDDENS, 1991, p. 81).

A categoria risco é invocada para interpretar a modernidade no que tange, principalmente, a aspectos relacionados ao meio ambiente e ao militarismo. O risco é

¹⁵ Obra publicada originalmente sob o título *The Consequences of Modernity* em 1990 – ou seja, após as publicações de *The Constitution of Society: Outline of a Theory of Structuration* (1984) e *Nation-State and Violence* (1985) – é considerado como um sumário modificado das obras até então escritas pelo sociólogo.

¹⁶ Giddens adota variações para representar as quatro dimensões institucionais da modernidade, assim o controle da informação aparece como análogo à Estado-nação (1991, p. 76) e à política da vida (1991, p. 157), por exemplo. As variações para as outras dimensões institucionais podem ser visualizadas nas páginas indicadas.

composto pelos elementos ameaçadores da modernidade. A singularidade do risco na modernidade é expressa: 1) pela intensidade do risco; 2) pela extensão planetária dos riscos; 3) pelos riscos ligados ao “ambiente criado”; 4) pelo risco institucionalizado; 5) pela consciência do risco como risco; 6) pela consciência bem distribuída do risco; e, 7) pela consciência das limitações da perícia (GIDDENS, 1991). Além disso, para Giddens (1991), a dúvida que toma conta da contemporaneidade torna o risco contrafactual. O autor argumenta que:

Quanto maior for o perigo, mensurado não em termos de sua ameaça generalizada à vida humana, mais inteiramente contrafactual ele é. Os riscos envolvidos são necessariamente *irreais*, porque só poderíamos ter uma clara demonstração deles se ocorresse eventos que são demasiado terríveis de se contemplar. Eventos de escala relativamente pequena, como o bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki ou os acidentes em Three Mile Island ou Chernobyl, nos dão alguma sensação do que poderia acontecer (GIDDENS, 1991, p. 135-136).

Não obstante, Beck (1997) destaca que a sociedade de risco é reflexo da modernização reflexiva. Esse processo é fruto da radicalização da modernidade, que invade a sociedade industrial e abre espaço para uma outra modernidade, caracterizada pelo autor a partir de “uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial” (BECK, 1997, p. 15). Assim como Giddens, Beck (1997) atribui os males ambientais contemporâneos ao industrialismo sem, no entanto, fazer uma discussão sobre sua separação em relação ao capitalismo. Beck destaca dois momentos distintos da sociedade de risco: um primeiro, onde os riscos são produzidos, mas não entram na agenda pública como tema de debate; e outro, onde os riscos são centrais nos debates, tanto na esfera pública quanto na privada – ou seja, entram na agenda pública.

A institucionalização do risco, no caso ambiental, deve-se principalmente pela imprecisão referente aos cálculos dos efeitos da degradação ambiental. Esta imprecisão abre uma lacuna em que a reflexividade, na apropriação do conhecimento, proporciona questionamentos acerca dos conhecimentos.

Quatro mudanças sistêmicas foram observadas a partir do surgimento da sociedade de risco: a primeira trata das divergências no processo de distribuição, que se transferiram dos bens para os malefícios; a segunda envolve as mudanças na relação homem X natureza; a terceira se refere à relação com os riscos produzidos pela sociedade; e a quarta mudança abarca o entendimento cultural – a exaustão, a desintegração e o desencantamento de significados coletivos (BECK, 1997). Essas mudanças promovem um ambiente de incertezas.

Neste contexto, devemos também reconsiderar a essência da ‘crise ecológica’ atual. A metamorfose dos efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na

perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca – um chamado ‘problema ambiental’ – mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial. Enquanto esses desenvolvimentos forem vistos em contraposição ao horizonte conceitual da sociedade industrial, e, portanto, como efeitos negativos de ação aparentemente responsável e calculável, seus efeitos de destruição do sistema permanecerão irreconhecíveis. Suas conseqüências sistemáticas aparecem apenas nos conceitos e na perspectiva da sociedade de risco, e somente então elas nos tornam conscientes da necessidade de uma nova autodeterminação reflexiva. Na sociedade de risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da ‘racionalidade’. No autoconhecimento da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva (no sentido mais estrito da palavra), o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria. [...]

Entretanto, o ponto decisivo é que o horizonte se obscurece à medida que os riscos crescem. Pois os riscos nos dizem o que não deve ser feito, mas não o que deve se evitar. Alguém que considera o mundo como um risco vai finalmente se tornar incapaz de agir. O ponto que se destaca aqui é, por fim, a expansão e a intensificação da intenção do controle terminam produzindo o oposto (BECK, 1997, p. 19-21).

O que nos perguntamos é se realmente a intenção do controle está produzindo um ambiente de falta de controle. Concordamos que a autocrítica e a contraposição dos saberes, inaugurada com a modernização reflexiva, promove o questionamento de “verdades”. Contudo, deve ser examinada a luta interna de cada campo de conhecimento e entre estes dentro do campo científico pela legitimação do discurso. Assim, ao invés de falar em falta de controle, salientamos antes apreender as lutas internas do campo científico pela legitimação do controle sobre os pares, na aceção de conceitos hegemônicos e dominantes. Nesse sentido, Beck subestima o poder legitimador dos “produtores” de informação.

Os recursos naturais são uma das bases do conceito de sociedade de risco. A importância estratégica para o industrialismo faz do meio ambiente uma variável substantiva no projeto moderno. Sua politização se acentua progressivamente:

Já está se tornando reconhecível que a natureza, a grande constante da época industrial, está perdendo seu caráter pré-ordenado, está se tornando um produto, a “natureza interna” integral e ajustável (neste sentido) da sociedade pós-industrial. A abstração da natureza conduz à sociedade industrial. A integração da natureza na sociedade vai além da sociedade industrial. A “natureza” torna-se um projeto social, uma utopia que deve ser reconstruída, ajustada e transformada. Renaturalização significa desnaturalização. Neste contexto, o apelo da modernidade para ajustar as coisas tem sido aperfeiçoado sob a bandeira da natureza. A natureza transforma-se em política. [...] Entretanto, isso significa que a sociedade e a natureza se fundem em uma “natureza social”, seja pelo fato de a natureza se tornar socializada ou de a sociedade se tornar naturalizada. Mas isso só significa que ambos os conceitos – natureza e sociedade – perdem e mudam seu significado (BECK, 1997, p. 40).

Ao interpretar a obra de Beck, contudo, Goldblatt (1996) alerta para a relação entre a esfera econômica e a governamental, em que a primeira influencia as ações da segunda. Para Goldblatt, “a popularidade do governo está intimamente relacionada com o desempenho

econômico” (1996, p. 255). Esse aspecto é negligenciado por Beck ao atribuir um amplo espectro de incertezas e de falta de controle dos riscos ao cenário global. Admitimos como premissa que o atual estágio de relações homens-naturezas é fruto do modelo de racionalidade econômico-instrumental que adotamos e que as mudanças são produzidas por agentes dotados de potencial transformador. Até por estarmos em um momento reflexivo, como descrevem Beck e Giddens, as ações são racionalmente refletidas e os resultados, mesmo quando inesperados em sua totalidade, são calculados e refratados de acordo com suas bases objetivas de reprodução. Os agentes, dentro de seus campos, fazem suas escolhas tendo em vista suas possibilidades materiais de perpetuação e de acordo com seus sistemas simbólicos – posição dentro da estrutura e capitais acumulados. A posição de que a sociedade de risco “surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças” (BECK, 1997, p. 16) é aqui interpretada com uma série de ressalvas – a ponto de se questionar a própria afirmação.

Acselrad (2004) considera errônea a proposição teleológica de que o aumento da percepção dos riscos levaria inevitavelmente à tomada de consciência e que, por seu turno, conduziria a um amplo movimento de luta contra a degradação ambiental. O autor descreve que:

Uma contraface desta abordagem apresenta como dificuldade do ambientalismo o fato do meio ambiente não ter um sujeito específico que o represente e o defenda. Assim posta, a alternativa pareceria estar colocada entre a unidade total entre os sujeitos ou a ausência total de sujeitos (ACSELRAD, 2004, p. 13).

Os vários projetos de interação entre homens e naturezas inibem a aceitação de uma ação coletiva ampla, com a inclusão de agentes com interesses tão díspares quanto os estilos de vida. Essa proposta, para se materializar, deveria encerrar ou neutralizar divergências entre *habitus* de empresários de exploração madeireira e indígenas, por exemplo. O nível de conflito, então, deve possuir um conteúdo político capaz de unir, num mesmo grupo, interesses tão díspares quanto concorrentes, ao ponto máximo possível. Ao mesmo tempo, o nível de conflito não poderia se situar no patamar da naturalização, o que inibe a ação transformadora. Assim, concluímos que há um nível ótimo de conflitos que levam à ação política coordenada no sentido de mudanças.

Salientamos o caráter lento das transformações mais substantivas. Afinal, componentes sociais, como a cultura, são resultado de processos e conteúdos históricos. Não podemos ignorar o papel político – lutas e conflitos pelo poder sobre outros agentes – das mudanças. Para o risco assumir característica de ubiquidade na contemporaneidade, seria necessário

conduzir um projeto uno de apropriação dos recursos ambientais – o que é notavelmente impossível dada a diversidade sócio-cultural humana.

A relação entre a esfera produtiva e o meio ambiente está pautada na apropriação dos recursos, na forma de matéria-prima, onde a degradação/perturbação ambiental é uma variável constante. O industrialismo já deu mostras de que se ocupa com escalas temporais curtas (SANTOS, 1999; LEFF, 2001; 2006), o que está em descompasso com o tempo ambiental e até mesmo com o tempo cultural – calcado na tradição. As interferências do campo econômico na definição de ações ambientais são constantes haja vista seu grande capital simbólico conquistado a partir do capitalismo. Esse conhecimento/reconhecimento social torna utópico, nas atuais condições de modernidade, a proposição de Leff em inverter a lógica econômica para a ambiental.

1.4.3 Geopolítica mundial e degradação ambiental – campo político

Na corrente oposta às observações de Giddens (2001) e Beck (1997), acerca das relações entre capitalismo e degradação ambiental, Boaventura de Sousa Santos (1999) e Henrique Leff (2001, 2006) afirmam existir relação de causa/conseqüência. Os interesses econômicos, marcados pela busca incessante por lucros, numa escala espaço-tempo reduzida, culmina numa degradação ambiental nunca antes vista na história da humanidade (SANTOS, 1999; LEFF, 2001, 2006; Porto-Gonçalves, 2004). A exposição de Santos (1999) é ilustrada pela dinâmica de polarização geopolítica centrada nos fluxos de relações entre *Norte X Sul*, na qual o primeiro representa os países centrais e o segundo os países periféricos (SANTOS, 1999). O autor trabalha com quatro espaços-tempo diferentes, sendo um *mundial*, um *doméstico*, um da *produção* e um da *cidadania*. Seu problema central situa-se na problemática da emancipação do indivíduo. Assim, Santos analisa vetores para “traçar o mapa do terreno onde podem ser queridas e buscadas algumas alternativas emancipatórias” (SANTOS, 1999, p. 284). No espaço-tempo mundial – que é uma das constelações das relações sociais – o problema fundamental está na relação assimétrica entre países centrais e periféricos, ilustrados a partir dos países do *Norte* e países do *Sul*, que apreendemos como uma extensão da política colonialista européia, incitando a divisão internacional do trabalho. Esta relação desigual é caracterizada por uma série de vetores, contudo, Santos (1999) destaca três: a explosão demográfica, a globalização da economia e a degradação ambiental.

A questão demográfica “torna-se um problema quando produz um desequilíbrio entre a população e os recursos naturais e sociais para a sustentar adequadamente” (SANTOS, 1999, p. 287). Problemas com a expansão demográfica associadas à temática ambiental foram descritos por Thomas Malthus, no século XVIII, em sua célebre e controvertida tese sobre aumento populacional. Sua tese vem sendo revisitada e reinterpretada, desde então, com o neomalthusianismo.

Mesmo autores que refutam a tese central malthusiana atestam a importância da demografia para o entendimento de questões ambientais contemporâneas (SANTOS, 1999; GOLDBLATT, 1996). A análise com base na polarização entre Norte e Sul feita por Santos assume como objeto as *causas* dos movimentos demográficos. Assim, a tese de Malthus não se concretizou devido aos avanços na capacidade de produção, contudo:

A diferença entre o tempo de Malthus e o nosso reside em que no século XVIII e XIX a explosão demográfica e a explosão tecnológica tiveram lugar na mesma região do sistema mundial, enquanto hoje a primeira ocorre no Sul e a segunda ocorre no Norte. Aliás, a disparidade entre o Norte e o Sul é tão grande que, enquanto o Sul se debate com o problema da explosão demográfica, o Norte começa a preocupar-se com o crescimento negativo da população e com o envelhecimento desta (SANTOS, 1999, p. 288).

A saída então seria o desenvolvimento tecnológico no Sul? Os padrões tecnológicos do Norte estão associados com os padrões de vida e de consumo vigentes no Norte. Tais padrões não podem ser alargados sob pena de colapso, em curto prazo, dos recursos naturais e do equilíbrio ecológico, mostrando-se uma saída política cambaleante. Boa parte dos recursos naturais do Norte já foi exaurida pelo padrão de crescimento vigente a partir de projetos políticos de desenvolvimento. Santos (1999) afirma que as “disparidades entre o Norte e o Sul tornam ainda mais questionável a universalização do modelo de desenvolvimento capitalista” (SANTOS, 1999, p. 288).

A globalização da economia é o segundo vetor analisado na discrepância entre Norte e Sul. Relativo à temática ambiental destaca-se a biotecnologia desenvolvida por multinacionais cada vez mais poderosas. Estas, por seu turno, desenvolvem tecnologias à custa da biodiversidade, cobrando *royalties* sobre as patentes de DNA modificados. A tecnologia, além de criar vínculos de dependência, não é acessível devido aos altos preços cobrados, exacerbando ainda mais as diferenças entre Norte e Sul, considerando o domínio e a aplicação das novas tecnologias.

O vetor da degradação ambiental está relacionado aos vetores precedentes. Assim, a explosão demográfica e a globalização da economia interferem decisivamente na questão. Para Santos (1999), o problema da degradação ambiental é “talvez o mais intrinsecamente

transnacional” (SANTOS, 1999, p. 296). Um ponto dramático para os países do Sul se revelou na década de 1980 com política da dívida externa, cujo aumento vertiginoso¹⁷, levou os países periféricos a produzirem mais a fim de pagarem seus débitos internacionais (SANTOS, 1999; LEFF, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2004). O aumento da produção se processou via políticas de abandono das culturas de subsistência e concomitante incentivo público às culturas de exportação, das quais a soja, no Brasil, talvez seja o exemplo mais ilustrativo. A comercialização de bens ambientais pouco valorados economicamente por parte dos países do Sul – é notadamente alarmante o ritmo de destruição da Amazônia brasileira para comercialização de madeiras nobres e outros itens de nossa biodiversidade – associado aos níveis de emissão de poluição dos países do Norte – “os Estados Unidos são o maior emissor mundial de gases que produzem o efeito estufa com 17,6% do total de emissores” (SANTOS, 1999, p. 297) – são sintomas da relação assimétrica entre países centrais e periféricos.

Santos (1999) afirma que, tendo em perspectiva os vetores da explosão demográfica, da globalização da economia e da degradação ambiental, a situação no espaço-tempo mundial é dilemática, pois:

O modelo de desenvolvimento capitalista assume uma hegemonia global no momento em que se torna evidente que os benefícios que pode gerar continuarão confinados a uma pequena minoria da população mundial, enquanto os seus custos se distribuirão por uma maioria sempre crescente. [...] Por outro lado, os processos políticos dos Estados que compõem o sistema interestatal estão cada vez mais dominados por lógicas, cálculos e compromissos de curto prazo, avessos, por natureza, a objetivos intergeracionais ou de longo prazo. Acresce que a própria globalização da economia e dos problemas que ela gerou minou a eficácia dos dispositivos institucionais que lhe poderiam fazer face [...]. A perda de centralidade institucional e de eficácia reguladora dos Estados nacionais, por todos reconhecida, é hoje um dos obstáculos mais resistentes à busca de soluções globais. [...]. O quarto e último dilema do espaço-tempo mundial reside em que, no momento em que os países centrais e as instituições internacionais sob seu controle impõem aos países periféricos e semiperiféricos a adoção de regimes de democracia representativa e de defesa dos direitos humanos, as relações entre Estados no interior do sistema interestatal são cada vez menos democrática, na medida em que os países do Sul têm cada vez menos autonomia interna e estão sujeitos a imposições externas de toda a ordem, por vezes indiciadoras do início de um novo ciclo de colonialismo ou, pelo menos, de neocolonialismo (SANTOS, 1999, p. 299-300).

Os sistemas políticos são os veículos de institucionalização de padrões de interações entre homens-naturezas. Tal institucionalização concorre para a normatização, das relações entre países, e de planos de desenvolvimento. A forma como um país ou região assume como referencial para atingir o bem-estar de sua população – e o que é entendido como bem-estar

¹⁷ Segundo Porto-Gonçalves “a dívida dos países latino-americanos, que era de US\$ 46,3 bilhões em 1971, atingira, em 1999, US\$ 982 bilhões, mesmo tendo sido pagos US\$ 739 bilhões somente no período de 1982 a 1999” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 79).

por uma população – é regido pelas escolhas políticas. As formas de coerção são variadas, para impor estilos de vida. Os modelos hegemônicos são colocados como propostas únicas e, por vezes, é utilizada a força militar a outrem para a adesão de sistemas políticos e de desenvolvimento. Entretanto, formas de coação financeiras são as mais legitimadas na contemporaneidade. A complexidade do sistema político-financeiro internacional envolve os países de forma a “beneficiar” – e subjugar – os que entram no jogo. Este cenário é mais dramático nos países cuja influência internacional é menos destacada.

RESUMO DO CAPÍTULO I

O embate de forças dentro do campo científico tem privilegiado ferramentas das ciências naturais como elementos cognitivos do meio ambiente. Ao suscitar interações sociedades-naturezas, contudo, as ciências humanas são convidadas a participar das discussões. A Teoria Social, nesse sentido, apresenta respostas à essa demanda. Conceitos e teorias capazes de apreender relações entre homens, e entre estes e o meio ambiente, fazem parte da pauta social há bastante tempo.

Os conflitos, tema de estudos sociológicos desde o século XIX, assumem proeminência nos debates ambientais ao emergirem do substrato empírico. As contribuições de Simmel e de Bourdieu nos permitem concluir que há níveis de conflitos que podem promover ou não ações transformadoras. Os conflitos, quando atingem o nível naturalizado, impõem obstáculos às mudanças.

Os vários projetos sociais de apreensão do meio ambiente colocam em curso interesses não-convergentes, o que culmina em disputas. As correlações epistemológicas entre a modernidade e a problemática verde, principalmente a partir da década de 1960, re-significam o papel da Teoria Social nos estudos ambientais. Cada vez se torna menos provável a ausência teórica da figura humana no meio ambiente – seja ela percebida através de mecanismos científicos, econômicos ou políticos –, conferindo, assim, destaque ao entendimento social da natureza.

CAPÍTULO II – INCURSÕES HISTÓRICAS ACERCA DO SURGIMENTO E CONSOLIDADAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL NA MODERNIDADE

A história, quando sabe reencontrar a unidade dos pensamentos humanos sob os três aspectos artificialmente separados da idéia de Natureza (científico, moral e estético), permite dar um sentido completamente novo ao velho problema das relações entre a arte e a ciência que, doutra forma, apenas serve de pretexto para vãos exercícios.

LENOBLE, 1969, p. 37.

2.1 O contexto do surgimento da questão ambiental: Europa

Os debates ambientais, como conhecemos hoje, são marcadamente contextualizados na modernidade, apesar de as discussões não serem observadas apenas na história recente da humanidade. Vestígios de mecanismos coercitivos, atrelados a uma máquina de governo em vigor numa escala territorial ampla, antes do período moderno, fazem parte do conjunto da exceção. Principalmente se pensarmos nos casos medievais, em que a estrutura de poder se baseava em feudos – cada qual tinha autonomia sobre seus territórios.

De um modo geral a idéia de natureza que perdurara até a modernidade é moldada pelo descompasso entre os aspectos moral, estético e científico (LENOBLE, 1969) – pelo menos na pauta científica que se adota hoje. Na pré-modernidade, elementos totêmicos das sociedades eram quase que totalmente extraídos ou relacionados à natureza tornando-a intrinsecamente relacionada à dimensão mágica. Explicações para desastres ambientais eram amplamente difundidas como resultado do mau-humor dos deuses na antiguidade. As relações dos indivíduos com a natureza eram marcadas pela quase completa dependência dos ciclos ambientais. Segundo Giddens:

Na maior parte das culturas pré-modernas, mesmo nas grandes civilizações, os seres humanos se viam em continuidade com a natureza. Suas vidas estavam atadas aos movimentos e disposições da natureza – a disponibilidade das fontes naturais de sustento, a prosperidade das plantações e dos animais de pasto, e o impacto dos desastres naturais (GIDDENS, 1991, p. 66).

A modernidade inaugura uma nova fase na relação homens-naturezas. O então novo momento histórico, iniciado com o movimento renascentista, e que ganha nova musculatura no século XVIII com o Iluminismo – artes e ciência –; a Revolução Industrial, juntamente com a origem e consolidação do capitalismo; e, a Revolução Francesa, com a materialização da burguesia enquanto classe dominante; alteram profundamente as relações sociais vigentes.

Os marcos científico, econômico e político são refundados e, ao mesmo tempo, fundam o novo contexto: a modernidade (SANTOS, 2006).

Do ponto de vista científico empreendeu-se a tarefa de reposicionar o Homem frente ao universo e efetuar sua separação em relação à natureza. Este empreendimento, potencializado, alude à coisificação dos objetos científicos como proposta de neutralidade e objetividade científica, sugerindo o completo afastamento entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado, sob pena de ter seus resultados questionados. Concomitante e inter-conexo ao novo cálculo científico, emergiram novos sentidos de tempo e espaço, comprimindo-os, permitindo assim novos parâmetros de combinações e recombinações que viabilizaram, em grande medida, as várias configurações do capitalismo desde então. O advento das Grandes Navegações (século XV e XVI) e os contínuos avanços nos meios de transporte e comunicação permitiram novas relações entre seres humanos, permeadas pela nova noção temporal-espaçial. Esta concepção foi acompanhada da mudança no eixo temporal, transferindo do foco centrado no tempo da natureza para o tempo econômico, criando um contexto de desconexão temporal e desgaste acelerado dos bens ambientais (LEFF, 2001 e 2006).

No plano econômico, a transição do feudalismo para o mercantilismo e, posteriormente, os novos padrões de produção das economias centrais, baseados na indústria, exigiam novas fontes energéticas – centradas em matérias inanimadas, como o carvão – em escala nunca outrora exigida. Giddens (1991) declara que, em condições de modernidade, os novos padrões de produção de bens e mercadorias, pautados na indústria, se tornam o principal eixo da interação entre seres humanos e natureza (GIDDENS, 1991, p. 66). O autor ainda salienta que a globalização dos impactos ambientais inaugura uma característica distintiva da modernidade, se comparada com a pré-modernidade, pois:

Em condição de modernidade, os perigos que enfrentamos não derivam mais primariamente do mundo da natureza. É claro, ciclones, terremotos e outras catástrofes naturais ainda ocorrem. Mas em sua maior parte, nossas relações com o mundo físico são radicalmente diferentes daquelas das épocas anteriores – especialmente nos setores industrializados do globo, mas em certo grau em toda parte. À primeira vista, os perigos ecológicos que enfrentamos atualmente podem parecer semelhantes às vicissitudes da natureza encontradas na era pré-moderna. O contraste, contudo, é muito nítido. Ameaças ecológicas são o resultado de conhecimento socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material (GIDDENS, 1991, p. 111-112).

Sócio-politicamente, a emergência da burguesia enquanto classe e, posteriormente, o surgimento da classe operária – fruto do advento da industrialização –, complexifica o campo político ao incluir novas demandas e novos agentes aos debates públicos – ainda que a inserção inicialmente seja forjada de forma lenta e violenta. Após as vitórias das revoluções

burguesas na Europa e nos EUA o centro de conflito interno das nações passara do poder monárquico *vs.* burguesia – intermediada pelo clero e nobreza – para burguesia *vs.* proletários – intermediada pela luta pelo controle dos meios legítimos para uso da força.

A Ciência, por sua vez, herda em grande medida a dimensão mágica que outrora estivera relacionada à natureza. O poder explicativo científico suplanta paulatinamente – ainda hoje em sociedades e grupos sociais que absorveram de maneiras distintas ou mesmo não absorveram a ideologia ocidental e, conseqüentemente, as explicações lógico-positivistas – interpretações que não se enquadram nos então novos padrões de conhecimento. Assim Lenoble (1969) salienta que:

A magia [...] é uma necessidade psicológica, tal como a razão. Não morreu no final da Antiguidade, não morreu no século XVIII, os mitos sócio-naturistas aos quais eu aludia e cuja virulência ninguém pode negar mostram que na nossa época ela se encontra em recrudescência e não em declínio. Fala-se muito da evolução das idéias como de uma passagem, lentamente conseguida no decurso do tempo, de um pensamento ‘pré-lógico’ para o pensamento ‘lógico’, de um ‘estado pré-científico’ para um ‘estado científico’. Quiçá útil como primeira aproximação, esta maneira de ver encobre, no entanto, uma dupla ilusão. Em primeiro lugar, estabelece, na história, cortes não só artificiais [...] como enganadores. Não toma em consideração o facto, todavia essencial, de *todas* as épocas serem definidas como ‘lógicas’ e ‘científicas’ por referência às suas predecessoras ‘pré-lógicas’ e ‘pré-científicas’. Substitui, pois, pela falsa solução de um *escalonamento cronológico* das formas mentais, o único problema real: o do crescimento interno do ‘lógico’ e do ‘científico’. Para mais, dando-nos assim o direito de tomar por nós e por nosso turno a atitude satisfeita dos Antigos, fazemos da ‘nossa ciência’ e da ‘nossa lógica’ o tipo definitivo do saber (LENOBLE, 1969, p. 38).

O ritual de atribuir categorias depreciativas ao ‘antigo’ possui caráter indissolavelmente valorativo do ‘novo’. Os padrões de conhecimento, marcados tão profundamente pelo movimento iluminista, com sua vertente científica positivista – destacadamente do empirismo de Bacon, na Inglaterra, e do cartesianismo de Descartes¹⁸, na França (PROTA, 2000) –, desprezam qualquer saber que não se enquadre em perímetros da lógica moderna. Esta visão de conhecimento ainda hoje é recursiva¹⁹, embora no século XIX tenham surgido correntes anti-positivistas e que tenham ganhado robustez nas últimas décadas. Segundo Rohde (2001) “a invasão das desordens nas ciências ditas ‘duras’ (ou ainda, ‘deterministas’, ‘termodinâmicas’ etc.) e a inclusão das noções de probabilidade, incerteza e risco em diversas disciplinas” marcam o definhamento do paradigma cartesiano-newtoniano (ROHDE, 2001, p. 41). Correntes que contestam os padrões de legitimação de conhecimentos

¹⁸ Segundo Prota (2000), René Descartes, “cujo nome em latim era Renatus Cartesius, donde que sua descendência tenha sido conhecida como cartesianismo”, foi o fundador do racionalismo (PROTA, 2000, p. 123).

¹⁹ A visão mecanicista clássica – que faz alusão às engrenagens de um relógio – em conluio com o empirismo, sofisticados pelos padrões de conhecimento atuais, é recorrente em metodologias utilizadas para compor conhecimentos – ainda que em muitos casos de forma implícita.

surgem e ocupam espaços no campo científico, obtidos a partir de questionamentos nas bases epistemológicas do padrão dominante de conhecimento, ironicamente proporcionados pelos avanços tecnológicos alcançados sob o paradigma positivista. Os avanços tecnológicos vivenciados, mormente, a partir da segunda metade do século XX, proporcionaram mudanças nos sistemas de transporte e comunicação e estas transformações colocam as “verdades” na pauta de debates.

O marco econômico da modernidade – Revolução Industrial – dá sinais de crise a partir do século XIX e, com mais intensidade, no século XX. O industrialismo como motor de economias avançadas era incapaz de – ou na perspectiva do conceito marxista de *exército de reserva*, não pretendia – absorver a massa de trabalhadores que deixavam os campos, e oferecia condições sub-humanas à ampla parcela da população urbana. Do ponto de vista ambiental, a crença no mito das matérias-primas ilimitadas sofreu fortes golpes – a partir do conhecimento da finitude do globo com as descobertas dos últimos recantos isolados da Terra e com a decadência de florestas e outros recursos de suma importância para a reprodução de sociedades urbano-industriais. Apesar de persistir, principalmente entre setores progressistas e desenvolvimentistas, a faceta da limitação dos bens ambientais – hoje amparada, entre outras, pela noção de capacidade de suporte – foi realçada pelo descompasso entre meio ambiente degradado e economia pujante.

No plano político – simbolizado pelo marco da Revolução Francesa –, intimamente ligado ao marco econômico, a grande massa populacional começava a perceber que os ganhos obtidos com as revoluções burguesas não foram distribuídos nas camadas menos abastadas da sociedade. Os escritos marxistas compunham a principal retórica esclarecedora de tal situação e foram o combustível intelectual da explicitação dos grandes conflitos sociais dos séculos XIX e XX. Tal configuração contextualiza, socialmente, as irrupções de trabalhadores de 1º de maio de 1890 (PERROT, 2001) e da Revolução Russa em 1917. Essas demonstrações de insatisfação foram simbólicas por suas repercussões, contudo não foram fatos isolados. Tratava-se de manifestações que explicitavam conflitos socialmente latentes e eram abafados por mecanismos coercitivos poderosos, principalmente com o uso legítimo da violência pelo Estado. Esses eventos estavam imbricados numa teia de acontecimentos que sinalizava – ainda de forma incipiente – o início do profundo questionamento dos marcos da modernidade. Esse evento é especialmente valioso, do ponto de vista do poder explicativo da mudança de concepção envolvendo a temática ambiental, escalonando-a em termos globais.

Como num movimento espiral, o marco científico, que proporcionou em grande medida as transformações nos marcos econômico e político, teve interrogada sua capacidade interpretativa de acordo com os desdobramentos de sua própria matriz. A constante configuração e reconfiguração da questão social ao longo dos séculos XIX e XX, tendo por base os marcos – estes também configurados e reconfigurados ao longo da passagem histórica – científico, econômico e sócio-político, conduziram a uma série de eventos de suma importância para a história recente da humanidade, como por exemplo, as Grandes Guerras²⁰, e principalmente para o direcionamento dos projetos nacionais de desenvolvimento – o que envolve diretamente a ecologia política na perspectiva da apropriação social dos recursos ambientais.

A dinâmica de elementos sociais promoveu o recondicionamento dos eventos, tornando-os novos. Assim, a despeito da contestação de suas bases epistemológicas, o padrão de cientificidade positivista ainda supera, no plano hegemônico, suas ambigüidades conceituais, dado seu poder ideológico. Da mesma forma, o capitalismo atravessou suas crises, reformulando-se, e a elite política manteve-se no poder excluindo as massas populares do círculo decisório. A roupagem assumida no século XX, principalmente após 1945, é uma extensão da modernidade avocada pela potencialização do pressuposto de separação entre tempo e espaço, assumida pela conjuntura internacional. A composição espaço-temporal deu origem a novos arranjos e a complexos sistemas distintos dos modelos anteriores. No que tange a temática ambiental, tais mudanças promoveram alterações no contexto mundial que proporcionaram a emergência de debates como nunca dantes experienciados.

2.2 Movimentos contestatórios da década de 1960 e seu papel na emergência da temática ambiental em escala global

A questão ambiental enquanto tema de debates públicos amplos só pode ser observada efetivamente na década de 1970. Apesar de haver divergências em relação ao início do movimento ambientalista, há um amplo consenso em definir esse período como marco de inflexão sobre as reflexões acerca da apropriação social dos bens ambientais, devido à centralidade conquistada nas discussões globais sobre desenvolvimento e o futuro da humanidade, com a realização de eventos de visibilidade global, assim como a produção de

²⁰ Na verdade muitos avanços tecnológicos alcançados durante as Grandes Guerras Mundiais foram utilizados nas indústrias e produziram enorme impacto no meio ambiente.

pesquisas e relatórios de impacto de mesma magnitude (BENSUSAN, 2006; BRÛSEKE, 2001; DIEGUES, 2004; FERREIRA, 2006; JOLLIVET e PAVÉ, 1997; LEFF, 2001; TAVOLARO, 2001; VIOLA e LEIS, 1995).

Os recursos ambientais sempre foram centrais nos projetos políticos de desenvolvimento. O fornecimento de matérias-primas sempre foi crucial na abordagem industrial²¹, contudo questões relativas ao meio ambiente quando abordadas no pré-1970, eram tratadas secundariamente e sem projeção pública ampla. A questão *smog*, na Inglaterra, é emblemática nas mudanças da questão ambiental na agenda pública. A proibição de uso do carvão, em 1953, em Londres (HOBSBAWM, 2001) representou antes um evento ligado às discussões sobre saúde pública do que de ordem ambiental. Segundo Dias (1994), “o ar densamente poluído de Londres [...] provocou a morte de 1.600 pessoas” (DIAS, 1994, p. 34) em 1952. As doenças respiratórias e as mortes provocadas pela fumaça fizeram parte do escopo de debates acerca da saúde coletiva e da produção mercantil, uma vez que a mão-de-obra empregada nas indústrias representava um grupo social dos mais afetados com a poluição. A explosão verde que seria observada duas décadas depois não só insere como imprime um novo ímpeto ao ambientalismo em relação à agenda pública internacional.

Segundo Dalton (apud TAVOLARO, 2001), a primeira “onda de ação ambiental” é datada do período entre 1880 a 1910, quando se formaram grupos em defesa da vida selvagem. É desse período que são datadas a constituição dos primeiros parques da Era Moderna²². Os intensos processos de aglomeração urbana e de industrialização sem a mínima preocupação ambiental foram os fatos políticos motivacionais que alimentaram a explicitação de conflitos nesse período. Tais movimentos, contudo, tiveram atuação limitada – tanto em termos geográficos quanto em visibilidade social – e estavam basicamente subjacentes à idéia de mundo selvagem – *wilderness* (DIEGUES, 2004). A relevância dessa “primeira onda de ação ambiental” se situa muito mais no plano da legislação ambiental, com o aparecimento do mecanismo jurídico-político de criação de áreas especialmente protegidas e, no ideológico-científico, com a potencialização da corrente preservacionista.

Mas é na segunda metade do XX que se observa uma profunda mudança na abordagem ambiental. Os conflitos originados pelas formas de apropriação dos recursos ambientais

²¹ Atualmente incentivos fiscais, acesso à malha logística e de mão-de-obra – custos de produção – têm um peso diferenciado na localização industrial em relação aos primórdios da evolução industrial. Contudo, o acesso a matérias-primas ainda é um parâmetro envolvido na decisão de localização de parques industriais.

²² Acerca desta questão aprofundaremos nossas idéias no item 1.4 A criação de áreas protegidas: preservacionismo vs. conservacionismo.

começaram a ser explicitados para a comunidade internacional de maneira cada vez mais sistemática e eficiente. A poluição das grandes cidades e a saúde dos habitantes passam a ser debatidas não apenas sob o ponto de vista econômico. Na economia mundial, a experiência da crise – o *crack* de 1929 e os períodos de Guerras Mundiais – sobreposta pela Era de Ouro (HOBSBAWM, 2001) do pós-1945 opunha duas gerações: uma mais velha, conservadora, que vivenciou a crise e outra mais jovem, impulsiva, formada num contexto de padrões estáveis de emprego. A geração pós-guerra vivenciou uma extraordinária expansão econômica, em que a produção de manufaturados cresceu vertiginosamente exigindo a intensificação do uso de combustíveis fósseis e, de um modo mais geral, de consumo de energia. A demanda por matéria-prima também aumentou, estabelecendo novos padrões de apropriação dos recursos ambientais. A exploração dos recursos ambientais era potencializada num ritmo frenético. Tal panorama produziu efeitos significativos no cenário ambiental. Hobsbawm destaca que:

Mal se notava ainda um subproduto dessa extraordinária explosão, embora em retrospecto ele já parecesse ameaçador: a poluição e a deterioração ecológica. Durante a Era de Ouro, isso chamou pouca atenção, a não ser de entusiastas da vida silvestre e outros protetores de raridades humanas e naturais, porque a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade. A industrialização nos países socialistas foi por isso particularmente cega às conseqüências ecológicas da construção maciça de um sistema industrial algo arcaico, baseado em ferro e fumaça. Mesmo no Ocidente, o velho lema do homem de negócios do século XIX, ‘Onde tem lama, tem grana’ (ou seja, poluição quer dizer dinheiro), ainda era convincente [...] (HOBSBAWM, 2001, p. 257).

A expansão econômica do pós-guerra destacou disparidades econômicas na geografia mundial, haja vista que não se processou homogeneamente entre as nações. Os custos ambientais da relação entre países centrais e periféricos produziram ônus e bônus desigualmente distribuídos, geralmente em detrimento de países periféricos – maior parte do ônus – no cenário econômico mundial. Estes, por seu turno, figuram como fornecedores de matérias-primas para os parques industriais centrais realçando a divisão internacional do trabalho, presente, pelo menos, desde as relações colônias-metrópoles.

No plano sócio-político, a classe operária já se consolidara como grupo politicamente relevante. Os sindicatos demonstravam poder de mobilização e de agitação e não eram ignorados no cenário decisório – apesar de suas principais demandas não serem atendidas. A década de 1960 marca a entrada da massa universitária como um novo grupo de agentes inseridos nos debates públicos, complexificando o campo de discussões e marcando uma importante transição nas questões ambientais. O aumento significativo no nível de escolaridade, principalmente a ampliação vertiginosa da demanda por ensino superior, além

de ter contribuído para o maior acesso à informação, fez crescer numericamente a quantidade de estudantes em todo o mundo. Segundo Hobsbawm (2001), a rebelião estudantil teve um impacto cultural muito maior que o político na maior parte do mundo – com exceções dos países ditatoriais –, contudo sinalizou profundas mudanças sociais.

Uma vez que era diretamente relevante para o modo como a economia funcionava, a mudança no estado de espírito dos trabalhadores teve muito mais peso que a grande explosão de agitação estudantil em 1968 e por volta dessa data, embora os estudantes oferecessem material mais sensacional para os meios de comunicação e muito mais alimento para os comentaristas. A rebelião estudantil foi um fenômeno fora da economia e da política. Mobilizou um setor minoritário da população, ainda mal reconhecido como um grupo definido na vida pública, e – em grande parte fora da economia, a não ser como compradores de discos de *rock*: a juventude (classe média). Seu significado cultural foi muito maior que o político, que foi passageiro [...]. Contudo, serviu como aviso, uma espécie de *memento mori* a uma geração que em parte acreditava ter solucionado para sempre os problemas da sociedade ocidental. Os grandes textos do reformismo da Era de Ouro [...], todos escritos entre 1950 e 1960, baseavam-se na presunção da crescente harmonia interna de uma sociedade agora basicamente satisfatória, se bem que aperfeiçoável, ou seja, na confiança na economia de consenso social organizado. Esse consenso não sobreviveu à década de 1960 (HOBSBAWM, 2001, p. 280).

A complexidade da relação entre a humanidade e a natureza manifestara nova faceta. A reação conservadora ilustrada pela concepção de consenso geral teórico-empírico perseguido pela sociedade foi posta em questão. A essa altura, no nível científico, o positivismo sofrera questionamentos contundentes em suas bases conceituais com as novas descobertas científicas da Física e da Biologia. Tais descobertas, em essência, indicaram que o modelo cartesiano-newtoniano não previu o universo complexo aos quais os seres humanos foram apresentados a partir das idéias evolucionistas – Lamarck e Darwin – e de dissipação de calor – termodinâmica e entropia – e, especialmente, da teoria quântica. Dada sua dinâmica, esta última requer um modelo explicativo que alcance a totalidade do conhecimento, a ponto de incluir o próprio observador na trama interpretativa – o que é impensável do ponto de vista cartesiano devido sua concepção de validação de resultados científicos.

A física quântica não permite uma descrição completamente objetiva da natureza, como a coisa realmente acontece ou como na realidade está acontecendo. [...] Não podemos falar muito do comportamento de uma partícula independentemente do seu processo de observação. O reconhecimento da participação pessoal é inescapável.

Existe, portanto, uma interdependência entre observador, processo de observação e objeto observado. O conhecimento é um produto de uma relação indissociável entre essas três variáveis que constituem um único sistema, devendo ser tratadas como partes integrantes do mesmo todo, donde se conclui que *a complexidade, a visão sistêmica, é essencial para a compreensão de um fenômeno* (HEISENBERG apud MORAES, 1998, p. 77).

A teoria sistêmica se apresenta, assim, como forma de interpretar fenômenos complexos. A visão holística dos eventos naturais e sociais oferece uma possibilidade de superação epistemológica frente à fragmentação dos conhecimentos pautada no cartesianismo.

As discussões sobre a questão ambiental, acumuladas até então, encontraram uma configuração favorável dos elementos balizadores da modernidade – ciência, economia e política – à inclusão da temática ambiental na agenda política internacional. Do ponto de vista tecnológico, os avanços dos meios de comunicação e de transporte foram decisivos para uma mobilização local com impacto global, complexificando o campo ambiental ao incluir novos agentes. As agitações estudantis tiveram o mérito de expor os conflitos latentes da sociedade pós-guerra, criando um fato político e promovendo uma recomposição da agenda pública internacional. Apesar de seus efeitos imediatos – e, até mesmo, seus objetivos primeiros – serem questionados, o movimento de 1968 trouxe novos elementos ao debate político.

As universidades eram capazes de difundir idéias e informações com uma rapidez impressionante para a época, além de possuir capacidade de mobilização. Com a ampliação dos quadros e aumento de demanda por vagas a força universitária ganhou em intensidade. Como se tratava da vanguarda intelectual mundial, temas tácitos e latentes, pouco ou até mesmo não debatidos, ganharam visibilidade. A nova pauta era baseada em temas como antimilitarismo, defesa de direitos das minorias e preocupações ecológicas, associada a temas antigos, transfigurados por recomposição de elementos, como trabalho e renda, assumindo nova versão. Estes foram adotados em várias partes da Europa e nos EUA por movimentos populares de contestação nos anos subseqüentes. Os abalos e a exposição dos conflitos desencadearam uma série de eventos diretamente ligados à pauta de reivindicações constituídas em 1968.

Diegues (2004) afirma que os movimentos estudantis do final da década de 1960 marcam a passagem da antiga proposição de proteção da natureza “cujas instituições provinham do século XIX (sociedade de proteção da natureza, da vida selvagem, dos animais, etc.)” para o novo ecologismo que “provinha de um movimento de ativistas que partiam de uma crítica da sociedade tecnológico-industrial (tanto capitalista quanto socialista), cerceadora das liberdades individuais, homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza” (DIEGUES, 2004, p. 39). Esse contexto marca o início de debates sistemáticos em escala global acerca do futuro da humanidade e, conseqüentemente, da apropriação social dos recursos ambientais. Os níveis de degradação ambiental já não podiam ser ignorados e a proposição preservacionista se tornara questionável (DIEGUES, 2004; VIOLA E LEIS, 1995; CASTELLS, 1999; DIAS, 1994; BRÜSEKE, 2001).

A explicitação dos conflitos pela apropriação dos recursos ambientais pelas revoltas estudantis da década de 1960 e os debates acumulados até então sobre os riscos da degradação

do meio ambiente emergiram num contexto singular – configurado pelas forças sociais que o moldaram – estrutura estruturada – e, ao mesmo tempo, foram moldados por ele – estrutura estruturante – (BOURDIEU, 2004, 2005). Os marcos político, econômico e, principalmente, científico da modernidade, a despeito de sua capacidade de reconfiguração, eram postos à prova pelos agentes que foram influenciados pelos campos. O nível educacional – acesso à informação – cresceu substancialmente e a população acumulou mecanismos, devido aos avanços na tecnologia de comunicação, que possibilitaram tomadas de decisão e perspectivas de mudanças sociais profundas. Os níveis de degradação ambiental se tornaram alarmantes – as grandes cidades européias e norte-americanas sofriam com a poluição do ar advinda do tráfego de veículos e da produção industrial urbana – e de escala global.

A indicação de questionamentos e mudanças nas esferas científica, econômica e política na segunda metade do século XX, mais uma vez mudaria a relação homens-naturezas – transformada em sociedade-meio ambiente. Tavolaro (2001) destaca este período como a “reaproximação simbólica” entre ser humano e natureza (TAVOLARO, 2001). A conjuntura dos elementos culminou, na década de 1970, com a publicação do relatório do Clube de Roma, coordenado por Dennis Meadows, intitulado *Limites do Crescimento* e, no mesmo ano, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – UNCED, em Estocolmo, além de uma série de outros eventos relevantes para o trato do meio ambiente. Desde então, os debates têm se intensificado no sentido de aliar a sustentabilidade sócio-ambiental e o desenvolvimento econômico em todo mundo. Segundo Colby (1989), desde a Conferência de Estocolmo os níveis teórico e operacional têm avançado muito na relação entre atividade humana e seu contexto natural.

2.3 A questão ambiental e os projetos de desenvolvimento no Brasil

Atualmente as preocupações ecológicas se tornaram explícitas nos discursos sócio-políticos. Ainda que haja um hiato entre discurso e prática, a massificação da retórica ambiental demonstra o vigor com que esta se apresenta na agenda pública. Os embates pela apropriação dos recursos ambientais são identificáveis por seu escopo, ora implícito ora explícito, em torno de bens como jazidas de combustíveis fósseis – destacadamente petróleo e gás – e controle sobre recursos hídricos, além da intensidade da verbalização do pressuposto qualidade de vida. Os projetos de desenvolvimento assumidamente prescrevem novas formas

de apropriação social dos bens ambientais, geralmente assumindo premência econômica frente à cultura. Tal desequilíbrio altera a agenda de pesquisas ambientais quando se segue o rumo estritamente economicista ou, no caminho diametralmente inverso buscado pela anulação do ser humano na paisagem ambiental. Salientamos, com isso, a relevância da cultural nas explicações científicas.

No caso brasileiro, as primeiras percepções construídas em torno da natureza remontam elementos da visão mercantilista – econômica – e do movimento renascentista – cultural –, então hegemônicos na Europa. Assim, a questão ambiental confunde-se com a história da chegada dos europeus no Brasil. Os anseios mercantilistas, inicialmente, conferiram dinâmicas e pressões sobre os recursos naturais baseadas na pauta econômica da metrópole. Por seu turno, a cultura renascentista construía uma imagem exótica do Brasil, a partir dos relatos dos viajantes que por aqui passavam. Segundo Pádua (1987) as primeiras descrições do Brasil apresentavam uma imagem paradisíaca, realçando os elementos da natureza. O destaque dado à exuberância dos recursos naturais, nos relatos do início do século XVI, combinava o estranhamento cultural renascentista e a possibilidade de pilhagem ambiental mercantilista, criando uma imagem profundamente marcada pela exuberância natural.

Em nenhuma circunstância, porém, o sentido dessa identificação entre natureza e imagem do Brasil adquiriu tanta força simbólica quanto na escolha do próprio nome da nova terra, no uso da árvore do pau-brasil para inspirá-lo. Devemos lembrar que a vitória final do nome ‘Brasil’ significou uma verdadeira façanha em termos simbólicos, pois logrou deslocar a designação original de Terra de Santa Cruz, passando por cima da ideologia religiosa que constituía um dos pilares do processo colonizador (PÁDUA, 1987, p. 18).

A vida na colônia era apresentada como um reencontro com o paraíso. A ilustração da natureza foi realçada por elementos bucólicos, próprios da visão romântica. A simbologia vinculando o Brasil à imagem de um lugar com belezas cênicas incomensuráveis e *habitat* exótico de espécies animais e vegetais com alto potencial de exploração comercial obteve intensa aceitação. Hoje ainda podem-se observar manifestações culturais vinculando a vida selvagem à idéia de nação brasileira. Vale ressaltar que, a despeito da visão romântica, a imagem excêntrica associada à selva carrega consigo fortes componentes preconceituosos. A noção de natureza aparece, não raro, em oposição a progresso – conceito esse presente em nosso lãbaro nacional, misturado a elementos da natureza simbolizados pelas cores amarelo, azul e verde –, representando ausência de elementos civilizadores. Observamos falsa ambigüidade entre retórica e empiria, no que concerne ao discurso romântico de exaltação da natureza e a prática de exploração predatória de nossos recursos. Tal contra-senso é aparente, no sentido de que a questão-chave é obscurecida pela verbosidade paradisíaca de romancistas,

encontrando seu ápice no movimento literário romântico do século XIX²³ – compondo uma sucessão coesa e conflituosa.

Não obstante às primeiras interpretações acerca da relação homens-natureza no Brasil colônia, vinculadas geralmente à problemática do atraso sócio-cultural, a questão ambiental é debatida – em um círculo restrito e sem força política para ampliar as discussões – na obra de José Bonifácio de Andrada e Silva. Apesar de ter tido um alcance limitado à sua época, os escritos de Bonifácio (apud PÁDUA, 1987) se firmaram como primeira tentativa expandida de considerar as inter-relações entre política e meio ambiente. Antes, destaca-se o propósito de Frei Vicente (apud PÁDUA, 1987) em interpretar a destruição da natureza como evento relacionado à postura dos colonizadores que:

Por mais arraigados que na terra estejam, e por mais ricos que sejam, tudo pretendem levar para Portugal (...) e isso não têm só os que da lá vieram, mas os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída (FREI VICENTE SALVADOR apud PÁDUA, 1987, p. 20).

Contudo, a concepção de Bonifácio fora marcadamente sem precedentes na história das idéias ambientais no Brasil. Suas idéias partiam do Iluminismo e da ação consciente do homem, frente à natureza, a fim de gerir o progresso humano, e consideravam que a “economia da natureza”²⁴ deveria suprir os indivíduos de informações sobre o funcionamento – no sentido cartesiano-newtoniano – do mundo natural. A idéia de progresso é recorrente em suas interpretações e ressalta que o sistema político deveria considerar a questão dos recursos naturais sob pena de exaurir as riquezas ambientais. À frente de seu tempo, essa questão foi especialmente mencionada, talvez prevendo o tom que tomaria conta dos debates ambientais a partir do século XX: “o tema da destruição da natureza era uma possibilidade longínqua e por isso mesmo pouco mencionada, enquanto que para Bonifácio parecia ser uma realidade dramática” (PÁDUA, 1987, p. 32).

Apesar de sua forte inclinação para conceber os recursos naturais como passivos da operação humana em prol do desenvolvimento, opondo meio ambiente intocado e progresso – o que era condizente com seu contexto histórico –, inovações conceituais propostas por José Bonifácio no campo ambiental só encontraram eco nas gerações que o sucederam (URBAN,

²³ Segundo Pádua (1987) o conteúdo do movimento romântico brasileiro não teve o mesmo caráter contestatório que o europeu. A arte no Brasil do século XIX esteve fortemente vinculada à apreciação do meio ambiente e seus elementos como valores estéticos positivos. Obras como a de Álvares de Azevedo, que se alinham à vertente ultra-romântica com fortes conteúdos de rebeldia, compunham o conjunto das exceções.

²⁴ O termo ecologia surgiria mais tarde para designar a ciência que se ocupa da relação entre seres vivos e seus *habitats*. Antes, porém, o termo economia da natureza era amplamente empregado para rotular as pesquisas sobre a interação entre seres humanos e meio ambiente.

1998). O projeto de desenvolvimento do Brasil de Bonifácio levava em conta a utilização consciente e racional dos bens ambientais limitados que dispúnhamos. Segundo Diegues (2004), “José Bonifácio, já em 1821, sugeria a criação de um setor administrativo especialmente responsável pela conservação das florestas, uma vez que várias áreas da Mata Atlântica, principalmente no Nordeste, tinham sido destruídas para a construção de barcos” (DIEGUES, 2004, p. 112-113). A questão ambiental possui centralidade em seu ideal de progresso e deve ser gerida cientificamente.

A abordagem ambiental na obra de Bonifácio teve seus legatários. O pensamento de André Rebouças – fortemente influenciado pelas idéias preservacionistas – destaca-se, entre outros, devido à proposta de criação do primeiro parque nacional em 1876, inaugurando no Brasil os debates em torno de um dos mecanismos políticos mais utilizados em todo mundo no sentido de proteger recursos ambientais. Apesar de os componentes ambientais permearem os projetos de desenvolvimento – a partir de imperativos dos ciclos econômicos vividos ou simplesmente do fornecimento de matérias-primas – não havia uma tradição de pesquisa ambiental e muito menos uma pauta composta pela interação entre meio ambiente e política, o que exerceu influência na obra de Rebouças. As discussões eram incipientes, realçando, assim, trabalhos como o de Bonifácio. A orientação política liberal apresentava-se como vanguarda intelectual e pautava as discussões de Rebouças, assim como a de Joaquim Nabuco. Este último tangenciou a questão da exploração ambiental em suas interpretações abolicionistas sobre a escravidão e suas críticas às monoculturas. O liberalismo defendido por Nabuco e Rebouças era o passo inicial rumo à civilização – aqui o componente progresso excedia sua robustez – onde implicitamente o mercado assume papel de controle da devastação ambiental, haja vista sua eficácia extrapolada ao tratamento de matérias-primas, estabelecendo níveis aceitáveis na relação consumo-produção.

O problema da destruição da natureza se coloca nesse contexto, assim como já se colocava para José Bonifácio, não como uma consequência do crescimento da civilização industrial moderna, como afirmam os atuais ecologistas, mas sim como um sintoma da falta dessa mesma modernidade. Na utopia liberal de Nabuco e Rebouças, a modernidade capitalista era sinônimo de eficiência e uso correto dos recursos naturais. A luta pela natureza, portanto, se confundia com a luta pela civilização (PÁDUA, 1987, p. 40-41).

O pressuposto político-liberal se torna incompatível com a proposta de intervenção do Estado, sendo o mercado o veículo racional que intermedeia a relação entre seres humanos e natureza. Se axiomáticamente estendermos a premissa liberal para a proposição de delimitação de espaços protegidos, encontramos uma situação onde a consecução de áreas protegidas pelo Estado limitaria sobremaneira a atuação do mercado. A composição do preservacionismo, grosso modo, expressa incompatibilidade entre presença humana na

natureza e proteção de seus recursos, ou seja, o mercado – expoente das relações sociais –, assim como todas as inter-relações Homem-Natureza, constitui o bojo de interações sociais ambientalmente degradantes. Assim, a posição de Rebouças seria marcada pela tentativa – frustrada – de combinar o “ethos da Idade do Progresso” (NASH apud DIEGUES, 2004, p. 29) ao emergente movimento preservacionista iniciado nos EUA, expressando contradição entre o componente preservacionista de sua obra e seu alinhamento político.

Os elementos da ideologia de progresso marcariam, hegemonicamente, as incursões sobre uso e apropriação dos bens ambientais até a segunda metade do século XX no Brasil. A sofisticação dos argumentos encontrou seu ápice no discurso tecnológico, fortemente incrementado pelo industrialismo dos países centrais, influenciando decisivamente a mudança de rumo do projeto nacional, que transferiu o foco no modelo agrário-exportador para o centrado na mediação industrial das relações Homem-Natureza como meio para se atingir a ‘modernidade’. A potencialização da demanda industrial e suas conseqüências sócio-ambientais não compunham a pauta de preocupações políticas até o limiar do século XIX no Brasil. A exploração econômica, proposta pelo acesso à tecnologias de ponta, era designada como viável ambientalmente.

Na aurora do século XX, encontramos um ponto de inflexão para a proposição de políticas ambientais no Brasil, a partir da obra de Alberto Torres. Urban (1998) declara que no centro de pensamento de Torres, “estava a idéia de que a civilização humana, movida pela cobiça, é inevitavelmente devastadora” (URBAN, 1998, p. 83). Assim, a proposta de Torres (apud PÁDUA, 1987) alcançaria de forma coerente os preceitos de preservação, ao declarar incompatibilidade entre proteção ambiental e sociedades humanas. Pádua (1987), entretanto, não comunga da interpretação preservacionista de Urban. Apesar de admitir que Alberto Torres perceba “a existência de uma contradição básica na marcha civilizatória, que é o fato de ela acelerar a extinção dos recursos naturais finitos do planeta”, ele “não abdica [...] do conceito ideal de ‘civilização’, entendido como estado de harmonia entre os homens e o meio físico” (PÁDUA, 1987, p. 52-53). Portanto, não obstante no plano descritivo a civilização ter caminhado – e potencializado seus passos ao longo do tempo – em direção ao colapso ambiental, no plano normativo, o escopo da política deveria ser o de buscar alternativas para concretizar a sintonia entre seres humanos e natureza de forma a garantir qualidade de vida e conservação ambiental. O arquétipo político vislumbrado, responsável por zelar pelas riquezas naturais e pelo bem-estar da sociedade, compunha uma ‘outra modernidade’ que não a ‘civilizadora’ de Bonifácio, Nabuco ou Rebouças. A proposta alimentava um novo pacto sócio-ambiental relacionado ao projeto de nação. Nas palavras de Pádua (1987):

Na formação do pensamento brasileiro podemos observar quatro posturas distintas diante da questão da natureza: a) o elogio retórico e laudatório do meio natural, indiferente e, por vezes, conivente com a realidade da sua devastação; b) o elogio da ação humana em sentido abstrato passando ao largo das suas conseqüências destrutivas; c) a crítica da destruição da natureza, propondo como remédio a modernização do país nos moldes da civilização urbano-industrial; d) a crítica da destruição da natureza, propondo como remédio a busca de um modelo alternativo e autônomo de desenvolvimento nacional (PÁDUA, 1987, p. 60).

A primeira postura é identificada na literatura, principalmente no movimento romântico. A segunda está vinculada aos pensadores otimistas, que creram na capacidade inventiva do ser humano. A terceira faz parte da tradição contestadora dos séculos XVIII e XIX, tendo como expoentes Bonifácio, Nabuco e Rebouças, e a quarta postura é inaugurada com Torres.

Durante a primeira metade do século XX, o pensamento ambiental no Brasil não sofreu alterações significativas. Podemos destacar, porém, que o processo de difusão das idéias ambientais inauguradas no período predecessor foi profícuo – ainda que lento –, ganhando paulatinamente espaço na pauta de debates. Carvalho (apud DIEGUES, 2004) salienta que, em 1934, surgiram o primeiro Código de Caça e Pesca, o Código de Minas, o Código das Águas e o Código Florestal. Este último código foi responsável por introduzir na legislação a representação legal de unidades de conservação. Três anos depois, foi criada a primeira unidade de conservação no Brasil (BENSUSAN, 2006, p. 18; DIEGUES, 2004, p. 114; PEREIRA, 2005, p. 122), e a Constituição desse ano:

endossando a de 1934, que definiu as responsabilidades da União em proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico, afirma em seu artigo 134 que os monumentos históricos, artísticos e naturais gozam de proteção e cuidados especiais da Nação, dos estados e municípios (DIEGUES, 2004, p. 113-114).

Segundo Urban (1998), a mobilização social em torno da questão ambiental até 1950, que, inicialmente, se limitava às discussões sobre proteção das florestas, foi ampliando seu desígnio de atuação – “na década de 40, os conservacionistas já demonstravam grande capacidade de organização” (URBAN, 1998, p. 89). O ano de 1958 inaugura uma nova fase do ambientalismo, tendo em vista a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN (DIAS, 1994; URBAN, 1998; VIOLA e LEIS, 1995, p. 81), que seria uma das primeiras expressões da sociedade civil organizada em torno de uma instituição que se pretendia nacional. A inauguração da FBCN possui relevância na interpretação da questão ambiental no Brasil, pois até então observavam-se núcleos regionais de proteção ambiental. A consolidação de uma entidade nacional torna-se, assim, um marco.

O surgimento dessa e de outras instituições ambientalistas, contudo, seria marcado pelo relativo esquecimento, dadas às condições sócio-políticas do país nas décadas

subseqüentes. O Brasil vivia um momento em que a ideologia desenvolvimentista havia encontrado historicamente um de seus principais interlocutores políticos – Juscelino Kubitschek – e teria forte ressonância no período ditatorial, iniciado na primeira metade da década de 1960. Esta, por seu turno, foi marcada pela instabilidade política, culminando com o golpe de 1964. Influenciada pelo cenário internacional favorável – reconstrução dos países devastados pelas Grandes Guerras – a economia brasileira viveu um período de intenso crescimento econômico até a década seguinte.

Por sua vez, os movimentos sociais – incluindo-se o ecologista – por mais críticos que fossem, encontravam limitações de organização e de expressão, tendo em vista as condições impostas pelo regime militar. A configuração política do país contribuiu substancialmente para que a pauta de reivindicações dos movimentos estudantis e operários da Europa não ecoasse no Brasil. A pauta dos movimentos contestatórios nacionais era composta hegemonicamente por questões ligadas à liberdade de expressão e embates contra o regime político vigente. Na pauta de reivindicações dos agentes atrelados à União Nacional dos Estudantes – UNE, por exemplo, não sobrava espaço para questões ligadas à defesa de minorias étnicas, questões de gênero e proteção do patrimônio natural, salvo quando tangenciadas pelo centro gravitacional dos conflitos: a democracia política.

A situação *sui generis* experienciada nos países governados por ditaduras, em especial os latino-americanos, acentuou desequilíbrios em relação aos países centrais. A preocupação em resolver preceitos amplamente difundidos nas sociedades ocidentais – como a democracia –, já cristalizados e assentados nos países dominantes, direcionou as preocupações nacionais no sentido inverso ao decurso hegemônico da história política e, especialmente, a da política ambiental. O movimento ambientalista brasileiro amargou um período de relativa dormência e só se constituiria de fato na década de 1970 dados os contextos nacional – surgimento de novas associações e o início da “política de *distensão* do presidente Geisel, com o conseqüente afrouxamento dos controles estatais sobre a organização da sociedade civil” (VIOLA, 1987, p. 80) – e internacional – com a realização de eventos e publicações de inserção global (Relatório Limites do Crescimento e a UNCED 1972²⁵).

Em relação a essa última, foi especialmente emblemática a posição Brasileira. Segundo Dias (1994):

²⁵ Segundo Dias (1994) a conferência é “considerada um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento do ambiente” (DIAS, 1994, p. 38). As pressões internacionais sobre os países participantes começam a ser desenhadas a partir de 1970, ainda que tímidas, influenciando assim as políticas ambientais nacionais.

Para espanto do mundo, representantes do Brasil pediram poluição, dizendo que o país não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, desde que o resultado fosse o aumento do PNB (Produto Nacional Bruto). Um cartaz anunciava: 'Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento.'

Foi um escândalo internacional. Quando a preocupação com a degradação ambiental era o motivo da conferência, o Brasil externava a abertura de suas portas à poluição [...] (DIAS, 1994, p. 38).

Viola (1987) vai além e justifica as bases da gafe brasileira na Suécia:

O crescimento econômico acelerado tornou-se ponto de consenso das elites brasileiras desde que o presidente Juscelino Kubitschek o erigiu em ideologia dominante através da palavra de ordem 'avançar 50 anos em 5'. A ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios nos jornais e revistas do primeiro mundo convidando as indústrias poluidoras a transferir-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipolvente, e a delegação brasileira na Conferência Internacional de Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o ascenso dos países em desenvolvimento (VIOLA, 1987, p. 83-84).

O campo ambiental no Brasil era desprovido de debates amplos e críticos em relação à ideologia desenvolvimentista. O contexto nacional materializava-se em obstáculo, demasiado intrincado, para a explicitação de conflitos pelos distintos usos sociais dos recursos ambientais, falseando um pseudo consenso em torno do progresso. A acefalia crítica política em torno de questões ambientais era ampla. A ideologia de progresso estava cristalizada e não sofria grandes pressões graças à blindagem – violenta – imposta pelo regime militar em torno do governo e de seu plano de desenvolvimento e mesmo pelo acelerado crescimento econômico observado no Brasil.

Um ano após a Conferência de Estocolmo, foi criado “o primeiro organismo brasileiro, de ação nacional, orientado para a gestão integrada do meio ambiente” (DIAS, 1994, p. 39). A Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA foi criada no âmbito do Ministério do Interior (Decreto nº. 73.030, de 30 de outubro de 1973), e teve suas atividades iniciadas em 1974. Foi concebida graças a pressões internacionais, marcando, segundo Viola (1987), o início do “ambientalismo bissetorial” no Brasil – reunindo agências públicas de proteção ambiental e movimentos ambientalistas pautados na denúncia e na conscientização pública. O movimento, segundo o autor, é marcado pela bipolaridade, de caráter simultaneamente cooperativo e conflitivo, entre entidades ambientalistas e agências ambientais estatais (VIOLA, 1987; VIOLA e LEIS, 1995).

O Brasil, até então, não reunia elementos que possibilitassem a inclusão de novos agentes ao debate ambiental. Apesar de a questão do futuro da humanidade emergir com

robustez no contexto internacional, o cenário nacional apresentava descompasso em relação ao assunto. Mesmo com a criação da SEMA e de instituições públicas de meio ambiente em alguns estados, os movimentos sociais não possuíam força política para forjar uma pauta de reivindicações nacionais.

Somente a partir da década de 1980 é que o Brasil reúne elementos que permitem a agregação de novos agentes e demandas ao campo ambiental. Esse período coincide com a emergência de movimentos sócio-ambientais de abrangência nacional²⁶, que ganham paulatinamente espaço na agenda midiática, além da exposição continuada de movimentos regionais, como o observado no Rio Grande do Sul²⁷. A inclusão, na agenda pública nacional, de questões como a deterioração ambiental e o desenvolvimento a qualquer custo, são referendadas por pressões tácitas – influência das experiências dos movimentos ambientalistas e da produção acadêmica – e explícitas – pressões político-econômicas vinculadas, principalmente, a acesso a financiamentos –, no cenário global. A importância que o Brasil assumia em termos de economia internacionalizada; a relevância da biodiversidade brasileira no cenário ecológico mundial e seu rápido processo de degradação; redemocratização política, debates acerca da constituinte e o amadurecimento do movimento ambientalista nacional, no cenário interno, exerceram importante influência nas mudanças na pauta de reivindicações no Brasil.

Segundo Liszt Vieira (1987), a crise econômica experimentada na década de 1980 coincidia com a crise social advinda da ilegitimidade das instituições sociais, forjadas pela força e arbitrariedade, chegando “a um tal ponto que os seus próprios mecanismos abriram, bem ou mal, caminho para uma transição conservadora, cuja característica fundamental é apelar para a magia da palavra mudança” (VIEIRA, 1987, p. 146). Estes elementos possibilitaram, em grande medida, a emergência de debates sistemáticos e aprofundados acerca do modelo de desenvolvimento econômico adotado nacionalmente. Por outro lado, as contestações da sociedade civil organizada demonstraram força política para compor sua agenda.

²⁶ Entre o final da década de 1970 e a década de 1980 movimentos de âmbito nacional, como a luta contra a inundação das Sete Quedas (1979-83), a campanha nacional de denúncia de desmatamento da Amazônia (1978-9) (DIEGUES, 2004; VIOLA, 1995), a campanha para enfrentar a catástrofe ambiental em Cubatão/SP (1982-84) e a campanha para apoiar candidatos ambientalistas para o Congresso Constituinte de 1986, ganham visibilidade social no país (VIOLA, 1995).

²⁷ José Lutzenberger, no início da década de 1970, funda, no Rio Grande do Sul, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN. Segundo Viola (1987), foi “a primeira associação ecologista a surgir no Brasil e na América Latina” (VIOLA, 1987, p. 87).

Na década de 1980 e na posterior, observa-se profícua efervescência no campo legislativo, no que concerne ao meio ambiente. Em 1981, é criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e, em 1985, surge o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – que pode ser considerado o primeiro embrião ministerial do que viria a ser o Ministério do Meio Ambiente. No ano de 1990, é criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – SEMAM/PR, ligada diretamente à presidência da república e que seria o passo decisivo para, em 1992, inaugurar a pasta ministerial do meio ambiente, a partir da Lei nº. 8.490, de 19 de novembro. O Ministério do Meio Ambiente – MMA, depois, assumiria novos contornos abarcando nomes como Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (entre dezembro de 1993 e dezembro de 1994) e Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998). A partir de janeiro de 1999, contudo, consolidou-se a atual denominação.

No mesmo contexto histórico, processaram-se os embates em torno da constituinte. Estes, por seu turno, incorporaram questões ambientais a partir do apoio popular – ainda tímidas em relação a outras demandas sociais – e da criação do Partido Verde, em janeiro de 1986. A aura de otimismo com a possibilidade da mudança de postura política, tendo a participação da sociedade civil enquanto vetor de transformações, marca a década de 1980 e, principalmente, sua segunda metade. O Partido Verde é um ponto de inflexão na explicitação da politização ecológica no Brasil, apesar de seu pequeno peso político no cenário nacional. Seu lançamento coincide com o pleito que definiria os parlamentares que comporiam a Constituinte de 1988. Para ter inserção no jogo político, os verdes se aliaram a partidos de esquerda para o lançamento de candidatos²⁸ e:

por iniciativa do deputado Fábio Feldmann (líder da Oikos, uma das entidades-chave na constituição do ambientalismo brasileiro) organiza-se em 1987 o bloco parlamentar verde que durante as deliberações do Congresso Constituinte desempenhará um papel de articulador dos diferentes setores do ambientalismo para atuarem como força de apoio no processo (vitorioso) de ecologização da nova Constituição (VIOLA e LEIS, 1995, p. 86).

A influência dos debates sobre desenvolvimento sustentável marcou o texto do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 – quadro 1 –, que trata do meio ambiente. O conceito de desenvolvimento sustentável contido no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, intitulado *Nosso Futuro Comum* (1988) – também conhecido

²⁸ No Rio de Janeiro, políticos do PV “lançam a estratégia de estruturar uma coligação com o PT e o PSB, de modo a conseguir legenda para seus candidatos já que o reconhecimento legal do partido seria impossível em prazo viável para concorrer nas eleições de 1986. As negociações com o PSB estagnam-se, mas as conversações com o PT avançam rapidamente até ser aprovada na convenção do PT em final de abril a coligação, incluindo a candidatura de Gabeira a governador.” (VIOLA, 1987, p. 102). Naquela eleição Fernando Gabeira (PV) ficaria em terceiro lugar recebendo 8% do total de votos no estado.

por Relatório Brundtland²⁹ –, assumiu praticamente sua forma literal³⁰ na composição do referido artigo constitucional.

Quadro 1 – Artigo 225, Capítulo VI, da Constituição Federal de 1988

CAPÍTULO VI Do meio ambiente
<p>Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.</p> <p>Parágrafo 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:</p> <p>I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;</p> <p>II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;</p> <p>III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;</p> <p>IV – exigir, na forma de lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;</p> <p>V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;</p> <p>VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;</p> <p>VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma de lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.</p> <p>Parágrafo 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma de lei.</p> <p>Parágrafo 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.</p> <p>Parágrafo 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.</p> <p>Parágrafo 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.</p> <p>Parágrafo 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.</p>

Fonte: Constituição Federal [1988], 2001, Capítulo VI, p. 125-126.

²⁹ Gro Harlem Brundtland exercia o cargo de primeira ministra da Noruega quando acumulou a função de Presidente da Comissão Mundial. O Relatório foi redigido entre outubro de 1984 e abril de 1987. Contou com a participação de Paulo Nogueira Neto – titular da SEMA durante 1974 a 1986, entre os governos de Geisel, Figueiredo e Sarney.

³⁰ “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

O relatório Nosso Futuro Comum (1988) é a base conceitual da política ambiental – mormente a de cunho conservacionista – no Brasil e no mundo. Representa uma posição moderada, se comparada às discussões prévias contidas no Relatório Limites do Crescimento (1972), Declaração de Cocoyok (1974) e no Relatório Dag-Hammarskjöld (1975) (BRÜSEKE, 2001). A definição de desenvolvimento sustentável, contida no Relatório Brundtland, apóia-se na tentativa de aliar desenvolvimento econômico (aspirações capitalistas), proteção ambiental (conservacionismo) e anseios sociais (qualidade de vida). Tal definição apresentou-se como um poderoso mecanismo discursivo que promoveu a revisão das fissuras expostas com o questionamento da sociedade desenvolvimentista.

O auge das discussões ambientais no Brasil, no século XX, foi atingido com a realização da UNCED, no Rio de Janeiro, em 1992. Neste evento, foram debatidos temas centrais para a proteção ambiental, o que foi fundamental para fomentar debates nacionais em termos legislativos, aprofundando discussões materializadas nos embates políticos em torno da Constituição de 1988, e de organização e expressão da sociedade civil.

Ao longo dos anos, o campo ambiental brasileiro se modificou e os conflitos pelas distintas apropriações do meio ambiente ganharam espaço na agenda pública e política. A relação dos agentes com o campo ambiental é marcada pela influência, ora estimulada pela estrutura política, ora rompendo-a, a partir da ação dos agentes, sempre observadas – de forma não-determinante – pressões do cenário internacional. Nesse ínterim reflexivo, entre agentes e campo, o sistema normativo vem sendo aperfeiçoado, contudo o plano descritivo ainda desenha um cenário preocupante. Dada à juventude de seu renascimento político no Brasil, a questão democrática ainda carece de maiores discussões. Por exemplo, não há consenso em torno do modelo democrático a ser perseguido no que concerne à ecologia política: democracia representativa ou participativa (ALONSO e COSTA, 2003)?. O que fica evidente, no processo político, é que a participação de setores da sociedade civil organizada, dotada de elementos que influenciam os vetores de mudança, reflete na inclusão de pautas – e aqui tratamos especialmente da ambiental – esquecidas pelas elites. Assim, concluímos que a explicitação de conflitos latentes é fundamental no processo de questionamento e mudança – ainda que esta tenha que ser mais arrojada nos próximos anos – de postura política frente à degradação dos recursos ambientais.

Daí decorre a existência de pelo menos mais três níveis de conflitos: latentes, manifestos e explícitos. O primeiro é encoberto por fatores sociais e culturais; o segundo é exposto à sociedade ampla, mas não possui força política para entrar na agenda política; e, o

terceiro, quando os conflitos são expostos para a sociedade e possuem força política para forjar sua entrada na pauta social.

Desde a chegada dos portugueses, observam-se pessoas preocupadas com a questão ambiental no Brasil. No nosso quadro teórico acerca dos conflitos, relacionados à problemática ambiental, podemos inferir o nível latente até a expressão de Bonifácio. A partir desse autor, a problemática passa a ser exposta a um público maior. Seus legatários mais expoentes, Rebouças, Nabuco e Torres tiveram o papel de exibir a relevância da temática, configurando, dentro da nossa perspectiva, o cenário de conflitos manifestos. O cenário nacional e internacional contribuiu para a explicitação dos conflitos a partir de fins da década de 1970 no Brasil, quando a temática atinge a massa e a agenda política, materializando-se em ações sociais e institucionais.

Pelo menos desde a figura de Bonifácio, encontramos expressões nacionais preocupadas com a temática, indicando que a condição interna favorável fora construída paulatinamente ao longo do tempo, constituindo-se em um conteúdo histórico. A conjuntura de fatores externos e internos, assim como a postura dos agentes – seja em relação à produção acadêmica ou organizada no formato de grupos de pressão social – foi marcante para o desenho e posicionamento atual das instituições ecológicas no Brasil. Motivado por essas forças, na aurora do século XXI, o Brasil deu um importante passo na definição de sua política de proteção ambiental e que será exposto no próximo capítulo.

RESUMO DO CAPÍTULO II

A questão ambiental é uma problemática intrinsecamente relacionada à modernidade. A despeito de preocupações com o meio, verificadas ao longo da história humana, as mudanças introduzidas pelo Renascimento, Iluminismo e Positivismo, no plano científico; pela Revolução Industrial, no plano econômico; e pela Revolução Francesa, no plano político, mudaram significativamente as relações sociais travadas até então. A nova relação de produção, que exigiu níveis cada vez maiores de matérias-primas e combustíveis fósseis, potencializou problemas ambientais.

Tal situação chamou a atenção de intelectuais no século XIX. No Brasil, José Bonifácio foi um dos precursores da discussão ecológica, sendo sucedido por expoentes como André Rebouças, Joaquim Nabuco e Alberto Torres. Estes autores expunham a relação entre a questão ambiental e os projetos de desenvolvimento do país. A ideologia de progresso foi um elemento central na composição do discurso nacional e internacional até a década de 1960, o que contribuiu para relativa dormência da temática ambiental. Nessa década, contudo, movimentos contestatórios na Europa e nos EUA evidenciaram problemáticas das minorias, incluindo nesse bojo a temática ambiental. O Brasil, assim como grande parte da América Latina, vivia um momento político *sui generis* com as ditaduras, o que colocava em pauta demandas ligadas à redemocratização e direitos humanos. Em fins da década de 1970 a situação política no país dá sinais de mudança. Os movimentos sociais passam a ter mais liberdade de atuação e, assim, ampliam a pauta de reivindicações sociais. Assim, a problemática ambiental ganha novo fôlego na agenda social.

Conclui-se, neste capítulo, que a exposição dos conflitos no nível político forja a pauta social. No momento em que os movimentos sociais – na Europa, na década de 1960, e no Brasil, na década de 1970 – expõem suas demandas ambientais, considerados elementos internos e externos, ampliam a possibilidade de alcançarem as agendas social e política. Porém, nem todos os conflitos são expostos à sociedade ampla como sendo um conflito. E dentre os que são expostos, nem todos têm força para atingirem as agendas. Daí decorre a existência de pelo menos mais três níveis de conflitos: latentes, manifestos e explícitos. Os primeiros são encobertos por mecanismos sócio-culturais e não se apresentam como conflitos para a sociedade ampla. Os manifestos são aqueles expostos à sociedade, mas não possuem força política para entrar na agenda social e política. Os últimos são aqueles que, a partir da exposição social, têm vigor ao ponto de forjar sua entrada nas agendas social e política.

CAPÍTULO III – O PAPEL DOS CONFLITOS NA CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS

Não existe de um lado a política e de outra a natureza. Desde a invenção do termo, toda política é definida por sua relação com a natureza, de que cada traço, cada propriedade, cada função depende da vontade polêmica de limitar, de reformar, de fundar, de encurtar caminhos, de iluminar a vida pública.

LATOUR, 2004, p.11.

3.1 A criação de áreas protegidas: preservacionismo vs. conservacionismo

Após apresentar o campo amplo de debates ambientais, fazendo uma breve incursão histórica, desde a aurora da modernidade – no século XV –, pelos contextos mundial e nacional, propomos aqui uma reflexão sobre um dos mecanismos políticos mais utilizados na proposição de resguardar recursos ambientais: a criação de áreas protegidas. Já identificados quatro níveis de conflito – conflitos naturalizados, exposto no capítulo I, conflitos latentes, manifestos e explícitos, apresentados no capítulo II –, passamos a aplicá-los de maneira mais incisiva, além de buscar novos níveis. Na consecução de áreas protegidas, agregam-se arquétipos distintos e conflitos envolvendo os diversos interesses acerca da questão ambiental. Assim, não teremos dificuldades teóricas ou empíricas em traçar relações entre a política ambiental focada e a teoria dos conflitos desenhada.

Apesar de estar inserida na modernidade, assim como o conjunto que abarca a temática ambiental atual, a idéia-base de delimitar áreas e recursos para protegê-los especialmente é antiga e remonta a antiguidade. Segundo Dourojeanni e Pádua (2001), a utilização de mecanismos políticos de defesa dos bens ambientais remonta a pré-história cristã, tendo exemplos também na Idade Média.

Já no ano de 252 a.C, o imperador Ashoka, da Índia, tinha dado uma ordem proibindo a caça, a pesca e o corte de árvores em uma extensa região de seu império. A história registra também a criação de uma área protegida no ano de 684 na ilha de Sumatra (Indonésia) pelo rei de Srivijya (Miler, 1997). No ano de 1084, o rei Guilherme I da Inglaterra fez o primeiro inventário nacional de terras, florestas, áreas de pesca, áreas agricultáveis e reservas de caça, entre outros recursos naturais produtivos do país, para planejar seu uso (MacKinnon et al, 1986). Esse foi, sem dúvida, um dos primeiros exemplos de ‘zoneamento ecológico econômico’ do mundo. Mas existem muitos outros casos registrados de estabelecimento de reservas naturais em todos os continentes, inclusive na América Latina (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001, p. 51-52).

Bensusan (2006) volta ainda mais longe no tempo e destaca que “reservas reais de caça já aparecem nos registros históricos assírios de 700 a.C.” (BENSUSAN, 2006, p. 12). Tais exemplos, contudo, não passam de singularidades, pertencendo ao bojo das exceções da regra: apropriação acrítica dos bens ambientais. Os padrões de concentração produtiva inaugurada com a Revolução Industrial, contudo, acirraram e modificaram as relações culturais dos homens em si e com a natureza. É no contexto de potencialização da Revolução Industrial que, na segunda metade do século XIX, é criado o primeiro parque da Era Moderna.

O Parque Nacional de Yellowstone foi criado em 1872 nos EUA, seguindo a tendência dominante da corrente preservacionista que ganhava musculatura naquele país (DIEGUES, 2004) e se espalhou pelo mundo. O parque foi concebido com a proposta de criar um espaço especialmente protegido, livre da presença humana em seu interior, para fins de manutenção do ecossistema e contemplação da sociedade urbano-industrial, que crescia num ritmo acelerado, devastando os recursos locais. A industrialização nos países centrais já havia atingido níveis alarmantes de interação degradante com o meio ambiente e o pensamento preservacionista aparecia como uma solução radical aos níveis de depredação ambiental. Manifestado em sua faceta ortodoxa, o preservacionismo declara incompatibilidade completa entre os objetivos de proteção da natureza em composição com seres humanos, incitando a idéia de que toda relação entre seres humanos e natureza é prejudicial à última. Segundo Diegues (2004) – um de seus principais críticos no Brasil –, a corrente preservacionista “pode ser descrita como a reverência à natureza, no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 2004, p. 30). O preservacionismo, enquanto corrente ambientalista, tornou-se dominante em todo mundo e exerceu – e exerce – forte influência sobre o movimento ambientalista e a política ambiental no Brasil.

Apoiado nas considerações de Morin (apud DIEGUES, 2004) acerca dos mitos, Diegues (2004) propôs uma análise que se tornou clássica para os que se interessam pela questão ambiental. Há uma oposição fundamental entre os neomitos – que podem ser caracterizados como uma interconexão entre o pensamento racional inaugurado com o positivismo e o mitológico – e os mitos bioantropomórficos – que interpretam a relação entre sociedades com fortes afinidades com os ciclos naturais e a natureza (apresentando-se como fator de desnaturalização da natureza ou socialização do meio ambiente). O neomito, base da corrente preservacionista, apoiando-se na concepção científica positivista propõe a separação conceitual entre sujeito-pesquisador e sujeito-objeto com fins de se atingir neutralidade axiológica. O mito bioantropomórfico, ao contrário, apresenta aspectos da simbiose homem-

natureza, declarando a invalidade de sua pseudo-separação. Comunidades altamente dependentes dos recursos e dos ciclos ambientais para sua manutenção, estabelecem relações com alto grau de reciprocidade. Esses elementos são os pilares da corrente conservacionista que, em sua origem, insere-se no contexto de transformação da natureza em mercadoria (DIEGUES, 2004).

O grande desafio do conservacionismo consiste no uso racional da natureza sem desafinar com o propósito de proteção ambiental. As atividades humanas não são completamente antagônicas ao pressuposto da conservação e, desde que orientada para esse propósito, a ação antrópica pode coexistir dentro de uma área protegida.

A proteção dos recursos ambientais permeada pela multidimensionalidade característica da temática se manifesta no campo político. As interfaces entre este último e o campo ambiental são perpassadas pelo campo científico. No contexto do campo científico, observa-se uma disputa pela legitimidade dos discursos que envolvem uma dicotomia fundamental, abarcando o papel do homem frente ao meio ambiente, na consecução de políticas. Essa disputa filosófico-científica se revela nas correntes conservacionista e preservacionista e, no campo político, a ambivalência entre elas se materializa nas propostas de criação de áreas de proteção integral – não permite a presença humana em seu interior – e de uso sustentável – que permite a exploração dos recursos ambientais desde que respeitadas as determinações de cada modelo de unidade de conservação (tabela 1).

Tabela 1 – Diferenças dimensionais entre as correntes ambientalistas

Corrente/ Dimensão	Preservacionista	Conservacionista
Filosófica	Mito da natureza intocada/neomito	Natureza desnaturalizada/mito bioantropomórfico
Científica	Total incompatibilidade entre preservação ambiental e presença humana permanente no interior das áreas protegidas	Compatibilidade entre conservação ambiental e presença humana no interior das áreas protegidas, desde que norteada pela defesa dos recursos ambientais
Econômica	Uso indireto dos bens ambientais	Uso direto dos bens ambientais, orientado pela conservação dos mesmos
Política	Proposição de área protegida de proteção integral	Proposição de área protegida de uso sustentável

Tal disputa tem suas origens assentadas nas duas visões distintas de proteção ambiental de Gifford Pinchot e John Muir, nos EUA. O primeiro, um engenheiro florestal, defendia o

uso racional dos recursos ambientais transformados em mercadoria. O segundo, fortemente influenciado pelas idéias de Henry David Thoreau, defendia um valor intrínseco à natureza “selvagem” (DIEGUES, 2004). Atualmente, esta ambivalência é entendida ambigualmente de forma conflitiva e cooperativa, se analisado o objetivo último que é a proteção do meio ambiente. As duas visões são concebidas como prioritárias, considerados os casos específicos de sua aplicação.

A não-confluência de posições frente à utilização dos recursos ambientais caracteriza um ambiente de disputas (ACSELRAD, 2004), que é marcante no campo ambiental. Há indícios evidenciados de que a proposição preservacionista provocou reações chegando ao limite da violência. Tais ações reflexas, por vezes, excediam a explicitação de conflitos e atingiam o nível de conflitos extremos. Ainda apresentando a criação do primeiro parque do mundo, Bensusan (2006), citando Colchester, realça que:

A criação do Parque Nacional de Yellowstone desalojou povos indígenas, como os *crow*, *blackfeet* e *shoshone-bannock*. Essa resposta simples, entretanto, revelou rapidamente sua face complexa: cinco anos depois da criação de Yellowstone, 1877, os *shoshone* entraram em conflito com as autoridades do parque, resultando em um saldo de 300 mortos. Nove anos depois, a administração do Parque Nacional de Yellowstone passou para as mãos do Exército americano (COLCHESTER apud BENSUSAN, 2006, p. 113).

Os conflitos em torno da presença humana em áreas protegidas se multiplicaram no século XX, ao ponto da inevitabilidade do questionamento acerca da posição do homem na natureza. As divergências entre as correntes preservacionistas e conservacionistas foram elevadas ao debate amplo e marcam a atualidade dos conflitos teóricos internos ao movimento ambientalista. Do ponto de vista político, contudo, a idéia de oposição entre preservacionismo e conservacionismo carece de uma série de ressalvas. A despeito das considerações citadas, a configuração de forças no campo ambiental pode afastá-los ou atraí-los, de acordo com o escopo geral. A idéia de campo com suas regras mais ou menos autônomas em relação à sociedade como um todo permite criar condições sociais ímpares, de acordo com sua consolidação (BOURDIEU, 2004, 2005). A criação de um fato político pode consolidar a conjunção ou disjunção entre as correntes. Tal movimento pode ainda ser momentâneo ou perene. Enfim, as regras internas do campo ambiental são dinâmicas e apresentamos aqui um esboço das possibilidades.

Há ainda uma terceira corrente de interação homens-natureza denominada como desenvolvimentista, caracterizada pela apropriação desenfreada dos recursos ambientais e situa-se historicamente do descobrimento até a década de 1970 de forma quase que

homogênea no Brasil. Sua visão é a de recursos ilimitados à produção de bens de consumo. Essa vertente é a responsável pela apropriação sem critério dos bens ambientais.

Quadro 2 – Critérios de sustentabilidade multidimensional segundo Sachs (2002)

Critérios de sustentabilidade	
Social	<ul style="list-style-type: none"> - alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - distribuição de renda justa; - emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; - igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); - capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); - autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; - limitar o uso dos recursos não-renováveis.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); - melhoria do ambiente urbano; - superação das disparidades inter-regionais; - estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento econômico intersectorial equilibrado; - segurança alimentar; - capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia da pesquisa científica e tecnológica; - inserção soberana na economia internacional.
Política nacional	<ul style="list-style-type: none"> - democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; - desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; - um nível razoável de coesão social.
Política internacional	<ul style="list-style-type: none"> - eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; - um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); - controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; - controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; - sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Adaptado de Sachs, 2002, p. 85-88.

Os conflitos envolvendo os diversos interesses acerca da questão ambiental são elementos sempre presentes nos debates. Entre os pólos conservacionista e preservacionista existe uma gama de interesses intermediários que se configuram singularmente no campo ambiental. Por um lado, a análise da posição dos agentes frente à criação de unidades de conservação revela as respectivas diretrizes políticas em questão, bem como a visão ambiental dos agentes. Por outro, os mecanismos de pressão utilizados para justificar um determinado modelo de gestão demonstram as forças sociais envolvidas. Os exames dos discursos dos agentes e dos instrumentos de influência envolvidos possibilitam um quadro geral da configuração da política ambiental adotada.

Entre os gargalos na configuração de políticas ambientais está o papel ambíguo da ciência no trato da questão ambiental (CASTELLS, 1999) e as múltiplas dimensões contidas no conceito de sustentabilidade (VIOLA e LEIS, 1995; SACHS, 2002; LEFF, 2001, 2006). O discurso científico é usado para legitimar os modelos de gestão ambiental, podendo conduzir à exploração econômica, à subsistência de populações residentes nas áreas ou, até, à expulsão dos moradores locais.

Fortemente amparado pelo conceito de desenvolvimento sustentável contido no Relatório Brundtland, o conceito de sustentabilidade apresentado por Ignacy Sachs (2002) – quadro 2, acima – é um exemplo da complexidade envolvida nos debates acadêmicos. As dimensões envolvidas no conceito de sustentabilidade são de difícil convergência, ampliando as divergências entre os cientistas. Leff (2001, 2006) chega a declarar que as dimensões possuem racionalidades e bases epistemológicas distintas – mormente as dimensões econômica e ambiental (LEFF, 2001, 2006) – o que, potencializados ao nível de políticas ambientais ou na busca pela legitimação do Estado, originam conflitos pelo uso dos recursos ambientais.

3.2 Unidades de conservação no Brasil

Do conjunto das políticas de gestão dos recursos ambientais adotadas no Brasil, destaca-se a criação de unidades de conservação. Citando dados do IBAMA referentes a 2002, Pereira (2005) destaca que, no Brasil, o total de unidades de proteção integral (uso indireto) e de unidades de uso sustentável (de uso direto) corresponde, respectivamente a 2,61% e 5,52% do território nacional, chegando a 8,13% de área protegida (PEREIRA, 2005). Se considerarmos apenas as unidades federais, a partir de números atualizados em 2006, o

percentual do continente coberto por unidades de conservação de uso indireto e direto é de 3,29% e 3,94%, respectivamente – tabela 2. E esses números crescem a cada ano.

Tabela 2 – Unidades de conservação (UC) federais, no Brasil

Tipo de uso	Área das uc's*	Área continental do Brasil**	% do continente brasileiro	Número absoluto de unidades
Proteção integral	28.147.214,93	854.546.635,67	3,29	139
Uso sustentável	33.663.938,75	854.546.635,67	3,94	165
Totais	61.811.153,68	854.546.635,67	7,23	304

*Área expressa em hectares. As sobreposições entre as uc's foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição.

** Baseia-se na malha municipal digital do Brasil de 1996, fornecida pelo IBGE, não inclui as ilhas oceânicas.
Fonte: IBAMA.

A proposta de criação de áreas especialmente protegidas no Brasil, contudo, remete-nos ao século XIX e seguiu a tendência preservacionista de seu contexto histórico. Couberam a André Rebouças, em 1876, as duas primeiras propostas de criação de parques nacionais – inspirados no Parque Nacional Yellowstone. As sugestões de Rebouças privilegiaram a Ilha do Bananal, no que hoje é o estado de Tocantins, e outra no sul do país, que se estenderia das Sete Quedas até Foz do Iguaçu, no Paraná (PÁDUA, 1987; URBAN, 1998). Segundo Urban, até então:

os esforços da Coroa portuguesa para estancar a devastação das florestas brasileiras, mediante uma sucessão interminável de cartas régias, regimentos e proibições de todo o tipo, contagiaram a República e geraram um estilo gerencial singular, baseado muito mais em documentos legais – ainda que pouco aplicados – do que em políticas adequadas para a conservação do patrimônio natural do país. No período colonial, são poucos os esforços que merecem registro (URBAN, 1998, p. 79).

A seu tempo, as propostas de Rebouças não se concretizaram no Brasil. Um dos principais inimigos em comum do meio ambiente na época – materializado pela sociedade urbano-industrial – existia de fato nos países industrializados, mas não no Brasil. Afinal, o processo de industrialização só se processaria aqui décadas depois. Isso contribuiu para a não-formação de um fato político necessário à adoção de medidas como o foi nos EUA. Ademais, a força da ideologia de progresso era substantiva em nossa sociedade.

A adoção de espaços especialmente protegidos em termos nacionais só se tornaria efetiva quase seis décadas após os esforços de Rebouças. Empiricamente, contudo, as primeiras experiências nacionais de criação de espaços especialmente protegidos

correspondem aos Jardins Botânicos, criados no século XIX (PEREIRA, 2005). Para tanto, em 1983 a partir da Portaria 223-P, é adotado o Regulamento de Parques Nacionais para a gestão do Jardim Botânico do Estado do Rio de Janeiro. Mas, em termos legislativos, é em São Paulo, no ano de 1896, que foram criados o primeiro Serviço Florestal (DIEGUES, 2004) e o primeiro parque no Brasil – Parque Estadual da Cidade de São Paulo (DIAS, 1994) –, adotando nomenclaturas que se tornariam correntes na política ambiental brasileira.

Somente na década de 1930 é que ocorrem importantes eventos, em termos nacionais, na consecução de áreas protegidas como instrumento de política ambiental. Em 1934, é realizada a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (DIAS, 1994; DIEGUES, 2004) e é decretado o primeiro Código Florestal (Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934), que introduziu três categorias de proteção: zonas de preservação em propriedades privadas ou florestas protetoras, florestas protegidas ou florestas remanescentes e florestas suscetíveis à exploração econômica ou florestas de rendimento (BIODIVERSITAS apud BENSUSAN, 2006; PEREIRA, 2005). A implantação de unidades protegidas ambientalmente, em nível federal, teve início com a criação do Parque Nacional de Itatiaia – em 1937, a partir do decreto nº. 1.713 –, na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, seguida da criação do Parque Nacional do Iguaçu – Paraná – e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos – Rio de Janeiro – (respectivamente, decretos 1.035 e 1.822). A categoria parque, restritiva à presença humana em seu interior e aberta à visitação, dava o tom geral do modelo originalmente adotado no país, sendo estas áreas administradas por funcionários do Ministério da Agricultura (URBAN, 1998). A tutela direta ou indireta desse ministério sobre as áreas protegidas se estenderia até fins da década de 1980, mas a responsabilidade pela proteção dos recursos ambientais, apesar de atenuada, atualmente ainda consta das atribuições de órgãos vinculados à pasta ministerial³¹.

Os Códigos Florestais (1934 e 1965), em conjunto com as leis complementares que os seguiam, figuravam como o instrumento legal que regia a proteção da vegetação, principalmente florestas. Dada sua ampla maioria como escopo de proteção ambiental no Brasil e a atribuição, em 1944, à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, de orientar e fiscalizar os parques nacionais, as áreas protegidas federais estavam amplamente subordinadas aos códigos florestais. Sua orientação geral era a preservacionista, ainda que a criação de parques nacionais estivesse vinculada à contemplação pública e recreação de elites

³¹ O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF atualmente responde por atribuições ligadas diretamente ao controle de recursos florestais e é subordinado ao Ministério da Agricultura.

urbanas – não esvaziando assim seu conteúdo ideológico, pois o espaço é apresentado em tom de exemplificação de como a natureza é exuberante, sem a presença humana permanente.

O Código Florestal de 1965 (Lei nº. 4.771) apresentou novas disposições para os parques nacionais e as florestas nacionais e a Lei nº. 5.197 de 1967 instituiu as reservas biológicas como categoria de área protegida. Não há indícios na literatura de que a presença humana permanente no interior das áreas protegidas era discutida, conduzindo a um julgamento apressado de que não havia moradores no seu interior. A presença de seres humanos com domicílio nas categorias de proteção era tratada como manifestação da incompatibilidade radical entre homem e natureza. A então diretora da Divisão de Proteção da Natureza, que cuidava dos parques nacionais, vinculada ao Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza – DN, órgão este componente da estrutura do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, criado em 1967, manifestara em *Parques Nacionais do Brasil* – publicação de 1979, em co-autoria com Coimbra Filho – que:

após o término do plano de manejo e a resolução de problemas ainda pendentes, em especial no que concerne à demarcação definitiva entre o Parque Nacional [do Araguaia] e a Reserva Indígena, inclusive com a devida regularização fundiária, pretende-se retirar todos os posseiros do Parque Nacional e adequá-lo convenientemente para a recreação (PÁDUA e COIMBRA FILHO apud DIEGUES, p. 116).

Referindo-se ao Parque Nacional do Monte Pascoal, Diegues (2004) salienta outro trecho da ex-diretora do IBDF, “contudo, enfrenta ainda este Parque Nacional problema da mais difícil solução, que há anos vem prejudicando sua administração. Trata-se da pequena população rústica (*sic*) que habita a parte litorânea do seu interior” (PÁDUA e COIMBRA FILHO apud DIEGUES, p. 116).

Essas seqüências textuais possuem dois pontos relevantes inter-relacionados para nossa interpretação. O primeiro deles é o que está sendo evidenciado até o momento e trata da orientação, ancorada nos neomitos, da política de proteção ambiental adotada no Brasil. O segundo marca o papel dos conflitos na viabilidade de transformação do *status quo*. As declarações mostram que as áreas instituídas com o propósito de defesa dos bens ambientais eram habitadas. O termo “posseiro” era empregado para designar os moradores dessas áreas de forma pejorativa e, não por acaso, foi amplamente adotado para identificar os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. A retirada era um “problema da mais difícil solução” indicando que os habitantes não saíam sem impor resistência. Se por um lado, o desenvolvimento como idéia força era marcante no plano econômico e limitava a emergência de debates questionando suas bases, de outro, o conceito de natureza intocada marcava a sufocação da emergência no debate público da compatibilização entre seres

humanos e meio ambiente. O poder ideológico da concepção preservacionista impediu durante décadas que a questão entrasse na agenda pública e política de forma não pejorativa. Sim, porque até então era tema público e político, mas no sentido de traçar alternativas de expulsão utilizando o uso legítimo da força se necessário. A resistência cada vez mais incisiva dos agentes em relação à expulsão de suas moradias, manifestada pela situação crítica de “*difícil* solução”, associada aos contextos internacional e nacional incentivam, ainda que de forma tímida, a revisão das categorias na década de 1980³².

Na criação das áreas protegidas os interesses pessoais figuravam como forte fator de intervenção na proposição da escolha do local para sua implantação. Segundo Pereira (2005), no período da ditadura militar, a política de criação de espaços especialmente protegidos se fazia mediante decretos e resoluções, “conveniente para fazer face às urgências, mas que gerou insegurança jurídica” (PEREIRA, 2005, p. 123). Os movimentos sociais não participavam dos debates em torno da questão – impedidos muitas vezes pela desorganização social imposta pelo regime – deslegitimando as ações ambientais estatais. As conexões entre democracia e criação de áreas protegidas no Brasil se mostraram dramáticas no período. Observa-se, a partir da década de 1970, um aumento significativo no número de unidades de conservação criadas em nível federal. É nessa década que os debates entram definitivamente na agenda pública de discussões internacionais, o que impulsionou a criação de novas áreas protegidas no mundo – tabela 3.

Tabela 3 – Número de áreas protegidas criadas por década, no mundo e no Brasil

	No mundo	No Brasil
Antes de 1900	37	0
1930 a 1939	251	3
1940 a 1949	119	0
1950 a 1959	319	3
1960 a 1969	573	8
1970 a 1979	1317	11
1980 a 1989	781	58

Fonte: DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub/Usf, 2004, p. 16. (estão incluídos parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, em nível federal somente).

³² Em 1981, a partir da Lei nº. 6.902, é instituído no Brasil o modelo de Área de Proteção Ambiental – APA. Esta categoria é a primeira do país a prever a permanência de populações residentes no interior de seus limites, classificada assim como de uso direto – assim como as Florestas Nacionais, cuja disponibilização legal data do primeiro Código Florestal – e posteriormente como de uso sustentável.

No Brasil pressões externas de organismos vinculados a sistemas de crédito foram importantes mecanismos propulsores. Enquanto no mundo, na década de 1970, houve um aumento de aproximadamente 130% no número de unidades criadas em relação à década de 1960, no Brasil se verifica um aumento de 37% em relação à década precedente. Na década de 1980, ao contrário, enquanto no mundo se assistia uma redução de quase 60% no número de unidades nacionais criadas, no Brasil observa-se um vertiginoso aumento de aproximadamente 430%, em relação à década de 1970. O descompasso brasileiro está intimamente associado às condições sócio-políticas vivenciadas. Na prática, esses dados corroboram o argumento de que a explicitação dos conflitos ambientais promove o debate e a conseqüente adoção de medidas. Tendo em perspectiva o período em que a temática ambiental entrava na agenda pública internacional – décadas de 1960 e 1970 –, no Brasil se destacava a sensível limitação em termos de debates democráticos, haja vista o comando político via regime ditatorial e pela adoção da ideologia desenvolvimentista. Somente na década de 1980, o Brasil consegue reunir elementos para o aprofundamento dos debates ambientais e, conseqüentemente, implantar um maior número de áreas protegidas. Em nível mundial, verifica-se que o processo de descentralização política – marcante na década de 1980 – foi decisivo para reduzir vertiginosamente o ritmo de criação de unidades de conservação federais – tendo em vista que a área total coberta por áreas protegidas continua crescendo desde então. Se, no nível nacional, o ritmo de criação de unidades de conservação desacelerou, nos níveis estadual, municipal e na iniciativa privada, essa tendência não se confirmou.

A política de distensão de Geisel (1974-78), o afrouxamento das rédeas violentas do regime ditatorial de Figueiredo (1979-84) e a transição para o governo civil de Sarney (1985-89) – mormente os dois últimos citados – fazem parte do contexto político nacional que promoveu profundas mudanças na política ambiental de criação de áreas protegidas no Brasil. E, nesse sentido, a década de 1980 é emblemática, pois, de 1979 para 1982, o percentual de abrangência do território nacional coberto por espaços especialmente protegidos passa de 0,28% para 1,2% (PEREIRA, 2005) e, em 1986, as eleições para a Constituinte marcavam as discussões ambientais politizadas. No ano da promulgação da Carta Magna, o IBDF solicita à Fundação Pró-Natureza – FUNATURA um documento para rever a legislação e elaboração de um anteprojeto de lei estabelecendo um sistema de unidade de conservação (BENSUSAN, 2006). Um ano após, em 1989, é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que concentrou a gestão das áreas federais protegidas.

O processo de discussão em torno da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, teve o aporte constitucional do artigo 225 da Constituição e durou cerca de 10 anos entre sua elaboração, discussão e aprovação, sendo criado nos anos 2000. Os interesses de preservacionistas e conservacionistas eram pauta de polêmica nos debates em torno do SNUC. Bensusan (2006) salienta que:

Uma das dificuldades, já evidente na época, era definir as categorias de manejo, excluindo figuras equivalentes e criando novos tipos de unidades onde foram identificadas lacunas. O anteprojeto foi aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e em maio de 1992, já na qualidade de Projeto de lei, foi encaminhado ao Congresso Nacional. Em 1994, o deputado Fábio Feldmann apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei do SNUC, introduzindo modificações significativas no texto original e dando início à polêmica centrada na questão da presença de populações tradicionais nas unidades de conservação, que duraria seis anos. Em 1995, novo substitutivo foi apresentado, dessa vez pelo deputado Fernando Gabeira, aprofundando as divergências entre os ambientalistas e alimentando, ainda mais, a polêmica (BENSUSAN, 2006, p. 19-20).

Fruto das discussões acumuladas até o limiar do século XX no Brasil em torno da questão ambiental, o Congresso aprova a Lei nº. 9.985, em 2000, que instituiu o SNUC, sendo regulamentado em 2002, a partir do Decreto nº. 4.340. Seus objetivos foram apresentados como a:

integrar as inúmeras leis e portarias que regulamentam os parques e reservas e atualizar seus conceitos (proteção do habitat como um conjunto, introduzindo a questão social e o uso dirigido a outros fins de conservação); oferecer uma alternativa de recursos financeiros às unidades, para que a metade do montante obtido com as visitas seja destinada ao próprio parque, hoje, 100% é destinado ao Tesouro Nacional; contribuir à manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; proteger as espécies ameaçadas de extinção; contribuir à preservação e à restauração da diversidade biológica dos ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável e tornar possível as atividades de pesquisa científica, os estudos e monitoramento ambientais (SENADO FEDERAL 22/06/2000 apud PEREIRA, 2005, p. 124-125).

Basicamente, a diversidade de objetivos contidos nas categorias de proteção do SNUC é agrupada segundo a apropriação social dos recursos ambientais. A disputa que se acirrou entre os adeptos dos neomitos e dos mitos bioantropomórficos se materializou no cisma entre categorias que não aceitam o homem como componente da natureza e vice-versa. A lei prevê, no seu artigo 8º, o grupo das Unidades de Proteção Integral que é composto pelas categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e, Refúgio de Vida Silvestre – “o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (SNUC, 2000, artigo 7º, 1º parágrafo). E em seu artigo 14º apresenta as unidades que constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável, que são: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de

Desenvolvimento Sustentável; e, Reserva Particular do Patrimônio Natural – “o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SNUC, 2000, artigo 7º, 2º parágrafo).

Dentre os modelos de proteção ambiental previstos no SNUC está prevista a possibilidade de aplicação de seus modelos em unidades continentais e marinhas. Estas últimas são os modelos de proteção ambiental mais recentes em todo o mundo. Nesse sentido, o retardo do Brasil, em termos de debates e discussões científicas, é relativamente menor em comparação com as unidades continentais, em que o descompasso brasileiro em relação ao mundo é mais marcante.

3.3 Conflitos ambientais e a criação de unidades de conservação

A política de criação de unidades de conservação vem ganhando musculatura no Brasil, devido à implementação de mecanismos específicos de gestão dos recursos ambientais nos últimos anos. Como já destacamos, o SNUC teve importante papel na sistematização das normas de criação e de manejo das áreas. Em 2006, a política de proteção ambiental nacional obteve um importante avanço na consecução do planejamento e institucionalização de áreas especialmente protegidas, com a criação do Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. Este mecanismo foi discutido no final de 2005, na II Conferência Nacional do Meio Ambiente, quando foi aprovada a deliberação de:

Viabilizar a elaboração e implementação do Plano Nacional de Áreas Protegidas por meio de ações integradas no âmbito do Sisnama com demais órgãos públicos e com a sociedade civil organizada, instruindo os governos municipais para adequar seus planos diretores ao SNUC, estendendo o planejamento a todo o território do Município (II CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE: POLÍTICA AMBIENTAL INTEGRADA E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS, DELIBERAÇÕES, 2006, p. 43).

Este mecanismo reflete uma demanda técnico-administrativa e social de enquadrar não apenas as unidades de conservação, mas também áreas indígenas e terras quilombolas. Também reflete acordos internacionais, como “a adoção do programa de trabalho sobre áreas protegidas da Convenção da Diversidade Biológica – CDB (Decisão VII/28, 2004), entre outros” (PROPOSTA DO PLANO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, 2006, p. 2). Há grandes pressões internacionais sobre o Brasil e outros países com altos índices de biodiversidade para o estabelecimento de programas específicos de combate à degradação ambiental. Essas pressões exerceram papel fundamental para a criação de instituições e arenas

de negociação, na década de 1970, no Brasil, como já indicamos. Propostas internacionais oriundas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e da União Mundial para a Natureza – UICN figuram entre as mais adotadas no país.

Ao mesmo tempo, e de forma ambígua, os interesses econômicos transnacionais tencionam a economia nacional a adotar medidas de ampliação da política de transgênicos e monoculturas de exportação, como a soja. Nesse sentido, Leff (2001) descreve como a dívida externa dos países latino-americanos contribuiu para a intensificação do uso dos recursos ambientais e, principalmente, da economia voltada para a exportação, a fim de arrecadar dólares usados nos pagamentos internacionais. Essa combinação econômica apresentou uma faceta dramática na década de 1980, quando, no Brasil, vivenciaram-se altas taxas de inflação combinadas com um cenário internacional de desaceleração da economia.

Atualmente, o Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP exerce influência em cerca de 20% do território nacional – 12,5% de terras indígenas e 9% de unidades de conservação federais. Talvez, dada a sua importância, o plano tenha sido promulgado em pouco mais de um ano – tempo relativamente curto – desde a composição do grupo de trabalho ministerial, em fevereiro de 2005, até a publicação no Diário Oficial do Decreto nº. 5.758, em 13 de abril de 2006.

No que tange aos recursos marinhos, no entanto, a velocidade de criação dos aparatos institucionais específicos não acompanha a da instância terrestre. Ainda na II Conferência Nacional do Meio Ambiente foi aprovada a deliberação de:

Regulamentar as categorias de unidade de conservação considerando as especificidades da UC's da Zona Costeira e Marinha, promovendo estudos para a ampliação e/ou criação da Rumar (Rede de Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas) (II CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE: POLÍTICA AMBIENTAL INTEGRADA E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS, DELIBERAÇÕES, 2006, p. 44).

Essa deliberação, contudo, não foi institucionalizada até o momento, apesar de o PNAP dedicar atenção para a questão marinha. O documento traz como metas para a zona costeira e marinha:

Até 2006 realizar avaliação da representatividade dos principais ecossistemas costeiros e marinhos.

Até 2007 realizar avaliação do sistema nacional de unidades de conservação costeiras e marinhas e de outras áreas protegidas.

Até 2008 concluir diagnóstico das lacunas referentes aos ambientes costeiros e marinhos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, incluindo-se as áreas de exclusão de pesca legalmente estabelecidas.

Até 2012 estabelecer um sistema efetivo e representativo de unidades de conservação costeiras e marinhas.

Até 2015 todas as unidades de conservação e demais áreas protegidas integradas mediante a utilização da abordagem ecossistêmica, levando em consideração a conectividade ecológica.

(Proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas, 2006, p. 46).

O arcabouço político-institucional do Brasil não conta com aparato capaz de abarcar as especificidades sócio-culturais de criação de UC's marinhas. Aliás, esta é uma característica própria ao tema, haja vista sua inovação em termos de preocupação ambiental em todo mundo. Há de se ressaltar, ainda, que os conflitos pelos distintos usos dos recursos ambientais são considerados, na instância pública, como entrave ao andamento das ações governamentais. Essa perspectiva do conflito é ilustrada por Acselrad quando destaca que, “em meados dos anos 1990, o Ministro do Meio Ambiente da Colômbia declarava: ‘é preciso colocar a Natureza fora do conflito social’” (ACSELRAD, 2005, p. 8).

Partimos do pressuposto de que, não obstante a mudança de foco das justificativas, a criação de áreas especialmente protegidas é fruto da explicitação de conflitos em algum nível. Assim, a criação das primeiras áreas protegidas no mundo e no Brasil refletiram um estágio de controvérsias da sociedade urbano-industrial, uma vez que as políticas ambientais adotadas, focadas em estilos de vida incompatíveis com a conservação dos recursos ambientais, foram justificadas a partir de conteúdos estéticos e religiosos. A criação de Yellowstone esteve inserida no contexto de um processo que envolveu elementos de desmistificação da idéia de recursos ilimitados, da política de ocupação do solo norte-americano³³, da divulgação da História Natural e da influência dos escritores românticos (DIEGUES, 2004) – esta última, dadas suas especificidades, teve destaque no caso brasileiro como já mencionamos. Segundo Bensusan (2006), alguns autores entre os quais figuram Diegues, “vinculam as origens da idéia de espaços protegidos ‘intocados’ e desabitados aos mitos judaico-cristãos do paraíso” (BENSUSAN, 2006, p. 13). O paraíso, assim, seria um espaço de contemplação da natureza, onde haveria uma reaproximação entre seres humanos e meio ambiente. Ambigualmente, contudo, não seria permitida a presença contínua desses seres humanos, pois, não sendo dignos de vivência em harmonia com a natureza, deveriam ser expulsos por terem cometido o pecado original. Essa visão altamente idealística é refutada pela apropriação sócio-cultural do meio ambiente, inviabilizando-a.

³³ Diegues (2004) descreve que “em 1862, houve o decreto do *Homestead Act*, pelo qual qualquer cidadão americano podia requerer a propriedade de até 160 acres (cerca de 70 ha) de terra devoluta que tivesse cultivado. A corrida para as terras devolutas foi imensa, e, como diz Koppes (1988), a natureza que apenas tinha sido tocada levemente pelo homem, tornou-se, em curto tempo, domínio de uma agricultura moderna e de uma indústria expansiva. [...] Os custos ambientais e sociais tornaram-se evidentes, e as celebrações do final do século foram também marcadas pela ansiedade, tensão e dúvidas.” (DIEGUES, 2004, p. 27). Com outro formato, a política de expansão das fronteiras agrícolas seria adotada no Brasil nos anos 1970 e, com maior intensidade nos 1980s, avançando sobre os biomas cerrado e floresta amazônica. Tal política atingiu conseqüências não menos dramáticas que as alcançadas no caso norte-americano.

Atualmente, a ciência justifica a criação das uc's tendo como parâmetros critérios de representatividade de espécies, sendo em termos de quantidade – níveis de biodiversidade – ou de possibilidade de sua extinção. A beleza cênica ainda figura como elemento a ser considerado, contudo, não é mais o centro gravitacional para a consecução de áreas protegidas, como outrora o fora.

As bases científicas contemporâneas são invocadas para resolução de disputas pelas apropriações sociais da natureza em diferentes níveis. Pressões internacionais, nacionais, regionais e locais, manifestadas pelos distintos interesses, são observadas na análise de processos de criação de uc's. Ao se reportar à relação entre populações humanas e a Estação Ecológica Juréia-Itatins, em São Paulo, Oliveira (2004) destaca o processo de criação e implementação da unidade, que remonta ao final da década de 1950 e envolve disputa fundiária que “antecede à criação desta Unidade de Conservação” (OLIVEIRA, 2004, p. 19). A questão fundiária que envolve populações assentadas e indígenas Guarani, além de interesses econômicos, dá o tom das disputas na região.

Em Minas Gerais, a proposta de criação da APA Sul-Região Metropolitana de Belo Horizonte – APA Sul-RMBH – representou um conjunto de forças sócio-políticas que teve no conflito o seu cerne. Os discursos dos agentes envolvidos tinham conexão com *habitus* específicos, refletidos em seus interesses e em suas concepções de meio ambiente. Segundo Camargos (2004), “as diferentes representações de natureza evocadas e a gradual metamorfose dessas mesmas representações são indicativas do papel fundamental do aspecto simbólico do conflito” (CAMARGOS, 2004, p. 135), envolvido na mobilização de esforços na criação da área. As disputas centraram-se entre grupos de moradores, empresários do setor imobiliário e empresários do setor minerador.

O caminho trilhado para a criação da APA da Serra do Baturité, nos municípios de Aratuba, Palmácia, Mulungu, Pacoti e Guaramiranga, no estado do Ceará, envolveu basicamente as conseqüências de política de erradicação de cafezais – substituição de cafezais sombreados por cafezais de sol –, na década de 1970, o que acelerou processo de desmatamento e degradação dos solos (DURÁN, 1998, p. 221). Este cenário se mostrou dramático do ponto de vista social, pois expôs com vigor o dilema da sobrevivência dos habitantes locais, além de influenciar um ecossistema estratégico para o abastecimento de água para a capital cearense, distante cerca de 100 km em relação à APA.

O agravamento do quadro ambiental da serra de Baturité na década de 70, após a falência do programa de erradicação do café sombreado promovido pelo IBC [Instituto Brasileiro do Café] e seguido por significativo número de produtores da região, provocou a reação de um segmento dos proprietários de terras da serra.

Curiosamente, o embrião do grupo de pressão que deu início ao movimento para a criação da APA foi formado por veranistas de alta renda e produtores de café que não seguiram o programa de erradicação. Preocupados com a deterioração do meio ambiente da serra, o movimento para a criação da APA foi iniciado em meados da década de 80. Na época, realizaram-se reuniões para definição de um plano de ação. [...] Esse movimento espontâneo acabou resultando na criação da APA do maciço de Baturité, através do Decreto nº. 20.956, de 18-9-1990. A APA cobre uma área de 30.690ha. (DURÁN, 1998, p. 221).

O processo de criação da Reserva Extrativista – RESEX Chico Mendes, no estado do Acre, talvez seja o mais ilustrativo do artifício de explicitação de conflitos como mecanismo de pressão política. As intensas disputas entre seringueiros, de um lado, e madeireiros e grileiros de terras, de outro, ganharam destaque nacional e internacional, principalmente quando da morte de Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, na cidade de Xapuri, no Acre (DIEGUES, 2004). Chico Mendes lutava pela criação de áreas de seringais especialmente protegidas, devido ao acirramento das lutas por terras e intensificação de derrubada de árvores na região amazônica. Sua atuação foi decisiva para chamar a atenção para as demandas sociais e ambientais³⁴ dos seringueiros, além de contribuir para a organização política dos mesmos. Em 22 de dezembro de 1988 o conflito se manifestou em sua dimensão extrema e o seringueiro, sindicalista e ativista ambiental foi assassinado. Pouco mais de um ano após sua morte – já em 1990 – a RESEX pela qual ele tanto lutou foi criada.

Os conflitos, assim, variam podendo chegar a casos extremos como os ocorridos com Chico Mendes ou, mais recentemente, no assassinato da missionária Dorothy Steng, no Pará. Os atentados à integridade física dos embatentes não necessariamente expõem a questão ao debate amplo. Antes de Chico Mendes ser assassinado, vários outros seringueiros foram mortos (DIEGUES, 2004). Isso nos remete à conclusão de que nem todo conflito terá força política para entrar na agenda pública e política, sendo ele extremo ou não.

A exposição de dados contribui para a entrada dos conflitos nas discussões científicas e políticas (FERREIRA, 2004). Estes são abarcados de formas distintas e seus conteúdos podem variar, a partir de combinações e recombinações através de pólos que envolvem a contestação do *status quo* ou sua manutenção. A posição alinhada ao ponto de vista conservador tende a desqualificar os argumentos de populações com alta dependência dos ciclos ambientais e rotulam os conflitos sócio-ambientais como obstáculos à gestão. Outros conteúdos programáticos, entretanto, consideram as demandas sócio-culturais e os projetos políticos contidos na manifestação dos interesses em jogo como uma arena de disputas. A

³⁴ Segundo a ONG Amazonlink.com, no ano anterior ao seu assassinato, Chico Mendes recebeu prêmios internacionais da Organização das Nações Unidas – ONU – e da Organização Better World Society, devido à sua atuação, o que demonstra a visibilidade conferida à questão. (AMAZONLINK.COM. Disponível em: <<http://www.amazonlink.org/ACRE/amazonas/seringueiros/chico.htm>>. Acesso em 08 jan. 2007).

explicitação do conflito, assim, aparece como estratégia de obtenção de objetivos e, quiçá, de sobrevivência de estilos de vida e manutenção cultural.

A linha deste trabalho se adequa à vertente que se ocupa da formulação social de problemas ambientais. Segundo Ferreira:

A formulação social, tal como é conceitualizada na perspectiva construtivista não nega os poderes causais independentes da natureza, mas defende que a ordenação destes problemas pelos atores sociais nem sempre corresponde diretamente à necessidade real. Em um nível considerável, isto reflete a natureza política do estabelecimento da agenda. A compreensão da forma como os problemas ambientais tornam-se política e socialmente negociada dá-lhes um enorme peso normativo (FERREIRA, 2006, p. 48).

A exposição de formas distintas de apropriação dos recursos ambientais conduz o debate, em níveis distintos, de alternativas de relações homens-naturezas. Essas relações possuem um conteúdo historicamente materializado e incorporado pelos agentes sociais (BOURDIEU, 2004), que os definem enquanto grupo. Os agentes, cuja reprodução material deriva em grande medida de uma relação direta com os recursos ambientais, e cuja cultura é singular e manifesta tal interação a partir dela, tendem a ser considerados como tradicionais. Salvo as exceções à regra, tais agentes estão envolvidos – direta ou indiretamente – em debates ambientais e, em especial, na definição de políticas ambientais e criação de uc's. Seus interesses refletem sua preocupação com a manutenção de um estilo de vida característico – pescadores, seringueiros, indígenas, etc. Há uma corrente de pensamento que os avalia como pré-capitalistas e pré-modernos em sua organização sócio-econômica, o que os tornariam parceiros na consecução de ações conservacionistas, tendo em vista que sua escala de produção e sua organização social se pautam por laços estreitos com a natureza (DIEGUES, 2004). Tal relação de dependência os conduziria a uma postura diferenciada frente aos recursos ambientais, pois a manutenção dos ciclos biológicos refletiria na manutenção do próprio grupo. Os críticos dessa posição definem, entretanto, que o rótulo tradicional naturaliza práticas sociais, além de ser excludente em relação a outros grupos que não mantêm o mesmo grau de interdependência em relação ao meio ambiente (FERREIRA, 2004).

Nossa percepção se filia a esta última, dados os indícios de que nem toda prática tradicional está inserida no foco conservacionista, apesar de concordarmos que muitos desses grupos desenvolveram mecanismos sofisticados, baseados em sua cultura e organização social, capaz de estabelecer parâmetros sustentáveis de relação com o meio ambiente. Outro ponto crítico ao assinalar os tradicionais se estabelece pela dificuldade conceitual de traçar seu perfil em termos legais. O SNUC, em seu Capítulo VII, Art. 42, Parágrafo 2º, estabelece medidas, quando da incompatibilidade entre modelo de unidade e presença humana, para

manutenção das populações tradicionais em áreas de uc's até que o reassentamento seja efetuado. Porém não é feita menção sobre a definição de populações tradicionais.

Seguindo o mesmo caminho, o PNAP, em seu Capítulo IX, Artigos de 35 a 39, cuida do processo de reassentamento das populações tradicionais, sem que haja uma definição específica do que significa ser tradicional. A única manifestação escrita, assim como no SNUC, indica um caminho referente ao “modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais” (PNAP, Capítulo IX, Art. 35) quando do processo indenizatório. As ações de reassentamento são destinadas especificamente a situações continentais e referentes apenas às “populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação” (PNAP, Capítulo IX, Art. 36). Além de não definir de forma clara o termo tradicional, o que gera controvérsias, a lei não prevê mecanismos de compensação para áreas de pesca oceânica, salvo em categorias de uso sustentável – que permitem a pesca artesanal, dados os constrangimentos previstos no plano de manejo e em conselhos consultivos ou deliberativos – ou em caso de os residentes – pescadores – possuírem propriedades que sejam abarcadas pelos limites da unidade de conservação. Esse ponto especificamente causa uma série de constrangimentos quando da criação de unidades marinhas.

Os agentes institucionais responsáveis pela formulação legal e delimitação das áreas são um grupo – nada coeso – que, via de regra, manifesta-se na consecução de aparatos de proteção à natureza. Estes são representados pelo poder de Estado em seus três níveis – municipal, estadual e federal – e, assim como a sociedade ampla, aglutinam diversos interesses. As divergências podem se manifestar entre esferas de poder ou no mesmo nível. Secretarias de Estado e instituições mais alinhadas à questão ambiental tendem a adotar perspectiva conservacionista ou preservacionista. Órgãos vinculados à temática do desenvolvimento e da economia aproximam-se da corrente desenvolvimentista. Esta tensão se faz presente na administração pública e é reflexo do pensamento hegemônico que percebe a conservação dos recursos ambientais como um entrave à ampliação da economia. O exemplo mais ilustrativo vem da esfera federal onde a atual ministra do meio ambiente no Brasil, num histórico recente, vem sofrendo pressões da base econômica – quadro 3.

Preocupações ambientais se tornaram moeda corrente em grandes empreendimentos estatais e industriais, sendo que a ala economicista do governo e os agentes industriais tendem a tratá-las como obstáculos. Na quebra de braço entre ambientalistas e desenvolvimentistas, há uma tendência a privilegiar os segundos, dada a predominância de interesses econômicos

na sociedade capitalista. O controle social, contudo, exerce papel imprescindível no processo de embate de forças econômicas quando em detrimento da dimensão ambiental.

Quadro 3 – Disputa entre bases econômica e ambiental na esfera federal de poder político

<i>Marina em questão</i>	<i>Tereza Cruvinel</i>
<p><i>O presidente Lula e a ministra Dilma Rousseff sabem o que a ministra Marina Silva representa para o governo: Por sua trajetória e sua militância, ela se tornou uma espécie de avalista das boas intenções ambientais do governo Lula, mesmo quando alguns resultados deixaram a desejar. Sua eventual saída do ministério seria percebida, interna e externamente, como um revés.</i></p>	
<p><i>Até onde se sabe, não há decisão tomada, embora os primeiros nomes de substitutos comecem a despontar na bolsa de apostas. O que se está tentando, em nome da urgência de “destravar” as obras de infra-estrutura, é sua concordância com mudanças na legislação, destinadas a garantir mais celeridade ao processo de licenciamento. Para os ambientalistas, o outro nome dessa “celeridade” pode ser “negligência”. [...]</i></p>	
<p><i>Mario Montovani, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, via na mesma linha, entre surpreso e assustado com a possibilidade da troca.</i></p>	
<p><i>- Custa-me crer que este governo seja capaz de comprometer assim uma das poucas áreas em que ele teve rumo, mesmo fazendo muitas concessões. Sob esse discurso do “destravamento” vejo o mesmo ímpeto “desenvolvimentista” da década de 70, sob a ditadura, que levou ao Brasil à condição de 8ª economia do mundo, mas a uma das últimas posições em qualidade de vida. A saída da ministra Marina seria uma perda, mas também acho que seria ruim ela ficar mas enfraquecida, subordinada a essa obsessão pelo crescimento que demoniza a exigência de sustentabilidade.</i></p>	
<p><i>Marina é uma das figuras do governo que Lula trata com o máximo de delicadeza. Nas vezes em que ela foi derrotada dentro do governo, como na questão dos transgênicos, ele fez questão de dar-lhe uma demonstração pública de apreço e prestígio. E Marina tem perdido, sem reclamar, muitas batalhas internas. Desta vez, Lula fez repetidas queixas públicas da “trava ambiental” antes de dar à ministra Dilma Rousseff a tarefa de buscar um entendimento com Marina sobre os obstáculos que têm impedido o andamento de mais de 120 obras. A primeira queixa pública ele fez há pouco mais de um mês, já reeleito, numa conversa no Itamaraty, citando o caso do viaduto Coari-Manaus:</i></p>	
<p><i>- Temos lá um investimento de R\$ 1,2 bilhão, três mil homens trabalhando e tivemos que parar tudo. Uma juíza entendeu que a licença do Instituto da Amazônia não valia. Queria a do Ibama, mesmo tendo o Ibama endossado a licença do instituto. Assim fica difícil, vamos ter que mexer na lei – disse Lula, então. [...]</i></p>	

Fonte: O GLOBO, 5 de dezembro de 2006, Coluna Panorama Político de Brasília, p. 2.

O Estado, enquanto organização do coletivo social, é responsável pela produção e reprodução do espaço, sua apreensão econômica e sua gestão, revelando assim “em um contexto paradoxal de ser, ao mesmo tempo, o responsável principal pela qualidade ambiental e um dos seus mais expressivos agentes poluidores” (MORAES apud PEREIRA, 2005, p. 121). A composição do Estado reflete a complexidade da sociedade, formando uma instituição cujo conteúdo historicamente constituído exerce influência sobre as ações

institucionalizadas dos agentes. Esta influência, no entanto, é resultado do conjunto de forças que desenham os mecanismos de poder.

Leonel (1998) destaca o caso amazônico, no qual políticas públicas de expansão das fronteiras econômicas trouxeram devastação ambiental. No jogo de forças de sobreposição de interesses, o lado econômico prevaleceu sobre o ambiental na definição do alargamento da fronteira agrícola. O autor ainda denuncia as políticas de ocupação e uso do solo na região amazônica, cujos antigos moradores locais não foram privilegiados.

A ocupação das várzeas é uma prioridade de alguns governos estaduais, objetivando a produção de alimentos, como no estado do Amazonas, tratando-se de uma meta apresentada como alternativa ao desmatamento na terra firme, menos produtiva. Mas não vem sendo considerada do ponto de vista da pesca, ou da alternativa de usos combinados.

Não se considera o impacto destes programas nas comunidades indígenas e ribeirinhas, geralmente as últimas a serem contempladas em tais projetos, cujos incentivos destinam-se à implantação de grandes empresas, freqüentemente forâneas. O estímulo das políticas públicas ao uso da várzea, ao não priorizar as populações tradicionais que ali vivem e que poderiam fazer delas um uso adequado e combinado, significa, ao mesmo tempo, degradação ambiental e criação de miséria, expulsando-os para a periferia dos grandes centros. A chave do conflito está na precariedade da clarificação fundiária, sendo o ribeirinho e o índio as vítimas da sobreposição de direitos cartoriais, ou da inexistência de títulos fundiários, ou do não-reconhecimento da posse (LEONEL, 1998, p. 168).

Boneti (2003), ao analisar o processo de operacionalização de políticas públicas ambientais, com a modernização agrícola a partir de um empreendimento de irrigação, trata de como a composição das forças políticas se estabelecem no âmbito das relações de poder. Ao abarcar o Projeto de Irrigação Baixo-Açu, o autor desenha o processo de atendimento de anseios econômicos em detrimento de interesses que defendiam a preservação dos antigos meios de produção (BONETI, 2003).

A dimensão econômica, representada por empresários, forma um grupo preponderante na construção de significados coletivos no campo ambiental. Entretanto, os agentes vinculados a interesses comerciais não se manifestam de forma coesa. Há de se destacar ainda que muitas vezes seus interesses são delegados a outros representantes. Há setores empresariais, principalmente os que exploram belezas cênicas da natureza, que se alinham ao pensamento conservacionista. Reconhecemos que é um grupo pouco representativo, pois a maioria ainda se situa no rol desenvolvimentista, apesar de observarmos a sofisticação de instrumentos de controle ambiental – certificações ISO, responsabilidade social e ambiental, etc. –, o que num primeiro momento pode indicar mudanças de postura.

O campo ambiental, nos seus variados *locus* espaços-temporais, aglutina a complexidade da sociedade ampla em várias combinações/recombinações das constelações de relações científicas, econômicas e políticas. As populações diretamente envolvidas com os recursos ambientais, o poder de Estado e os interesses comerciais de larga escala fazem parte dos agentes que compõem o processo de significação social da natureza. A composição de ações políticas de combate à degradação ambiental é fruto do embate de forças entre os agentes dentro do campo ambiental. Este sofre influências, traduzindo e retraduzindo normas de outros campos como o científico, o econômico e o político.

A criação de unidades de conservação, como uma política ambiental, está inserida no jogo de forças entre os agentes. Tal embate forja a agenda de debates sociais classificando-os de acordo com seu impacto na sociedade. Quanto mais evidente uma temática – mais explicitada nos círculos de discussões – maior será a canalização de esforços para sua mitigação ou compensação. E nesse sentido, segundo Mota (2001), a temática ambiental se mostra como ponto da agenda substantiva.

As questões substantivas estão inseridas em setores controversos e sinalizam um maior impacto na sociedade. São suficientemente amplas em escopo e em intensidade, envolvendo todo o tecido social. Estão relacionadas à proteção ambiental, à legislação dos direitos civis, à regulação das atividades econômicas e à reforma do bem-estar. Tendem a acirrar o debate entre a sociedade civil, os poderes constituídos e os gestores públicos (MOTA, 2001, p. 68-69).

A definição de área e de modelo de unidade de conservação para um determinado bioma envolve interesses diversos. O processo de legitimação de discursos encontra na definição das agendas um poderoso recurso. A mídia é instrumento que, num processo dialético, canaliza os debates sociais ao mesmo tempo em que os legitima e os amplifica, influenciando os discursos. Fernandes (2003) destaca pelo menos três tipos de agendas inter-relacionadas: agenda pública, agenda da mídia e agenda institucional. Elas sofrem processo de interação, em que a agenda da mídia – na qual são elencados os assuntos veiculados nos meios de comunicação – exerce influência sobre a agenda pública – que se refere ao conjunto de temas que a sociedade estabelece para os debates. De acordo com pressões sociais originadas a partir das discussões públicas, as temáticas tendem a entrar na agenda institucional, círculo no qual são propostas ações políticas para resolução dos conflitos (FERNANDES, 2003).

O processo de agendamento, via elenco temático dos meios de comunicação, e sua influência sobre a agenda pública e institucional está inserida na hipótese do *agenda setting* (FERNANDES, 2003; COLLING, 2001). O agendamento de um tema, assim, estaria relacionado à pauta midiática.

O processo de agendamento pode ser descrito como um processo interativo. A influência da agenda pública sobre a agenda da mídia é um processo gradual através do qual, a longo prazo, se criam critérios de noticiabilidade, enquanto a influência da agenda da mídia sobre a agenda pública é direta e imediata, principalmente quando envolve questões que o público não tem uma experiência direta (FERNANDES, 2003, p. 6).

Nesse sentido, apesar de não negligenciar os efeitos da agenda pública sobre a agenda da mídia, observa-se que o foco central da hipótese do *agenda setting* são os efeitos da *media mass* – mídia de massa – na hierarquização dos assuntos discutidos pela sociedade. Colling destaca que essa perspectiva, conhecida como agenda do público, “trata sobre o efeito que os meios de comunicação exercem sobre as percepções da opinião pública nas diversas questões sociais. É a relação causal entre a agenda informativa e a agenda do público” (COLLING, 2001, p. 94). É claro que aí está embutida a noção de poder midiático de forma intensa e isso deve ser, no mínimo, melhor discutido – como faz Fernandes (2003) e o próprio Colling (2001). Os movimentos sociais, sabendo que a resposta da sociedade à mídia é mais rápida que o inverso, buscam a *media mass* para forçar a inclusão de temáticas na agenda pública e, conseqüentemente, na agenda institucional. A busca por canais de comunicação para explicitar conflitos é um mecanismo de pressão social para legitimar e atingir objetivos coletivos.

Nessa perspectiva, quando a explicitação de conflitos atinge a agenda da mídia, esta serve como amplificadora da luta social, confluindo para a aglutinação de novos agentes. Esse foi o processo que ocorreu na ascensão da temática ambiental na Europa, na década de 1960 e no Brasil, na década de 1970.

RESUMO DO CAPÍTULO III

Os vários projetos sociais de interação com o meio ambiente, seja para a sobrevivência da espécie humana ou para a apropriação mercantil dos recursos naturais, refletem divergências. Mesmo dentro do movimento ecológico, que tomou forma no século XIX, o consenso é relativo. A forma de como proceder à defesa do meio ambiente não é unívoca, suscitando disputas. Conservacionistas e preservacionistas apresentam singularidades na proposição de políticas de proteção da natureza. Tais especificidades são situadas na posição da espécie humana frente ao meio no qual está inserido. No bojo das ações institucionais, destaca-se a proposição de unidades de conservação, que, ao refletir o embate entre as correntes, foram concebidas nos modelos de uso sustentável e proteção integral.

Ao analisar o processo de debates e criação de unidades de conservação, no Brasil, deparamos-nos com um quinto nível de conflitos: os extremos. ou seja, aqueles que atingem a integridade física de seus ematentes. Os conflitos extremos não necessariamente atingem a agenda social e política e não são justificados sob nenhum aspecto.

CAPÍTULO IV – O CÁLCULO DO CONFLITO NA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA APA COSTA DAS ALGAS E DO REVIS DE SANTA CRUZ

As manifestações bem-sucedidas não são necessariamente as que mobilizam o maior número de pessoas, mas as que atraem maior interesse entre os jornalistas. Exagerando apenas um pouco, poder-se-ia dizer que cinquenta sujeitos inteligentes que conseguem obter cinco minutos na TV para um happening bem-sucedido podem produzir um efeito político comparável ao de meio milhão de manifestantes.

BOURDIEU apud HOBSBAWM, 2001, p. 314.

4.1 O cálculo do conflito na criação de áreas protegidas: um estudo de caso

A dinâmica social é resultado de forças não-convergentes em espaços-tempos diferentes. A complexidade da vida coletiva manifesta culturas e projetos políticos distintos. As interações homens-naturezas são uma das dimensões sociais nas quais se manifestam tais diferenças. Ao analisar como se compôs o processo de criação, em fase final, de duas unidades de conservação contíguas, pudemos observar a movimentação dos agentes no campo ambiental na defesa de seus interesses. As estratégias de legitimação de interesses figuraram como principais pontos de observação do processo analítico. Assim, buscamos o entendimento das posturas – *habitus* – dos agentes frente as suas demandas, bem como suas formas de alcançá-las. Nesse campo de disputas, interessou-nos perceber quais foram os mecanismos de persuasão e coerção utilizados para a consecução das alternativas oferecidas pelos agentes diretamente envolvidos.

Pudemos, ainda, observar a composição dos níveis de conflito – latentes, manifestos, explícitos, extremos e naturalizados – e relacioná-los ao elenco de acontecimentos que envolveram os debates em torno da proposta de criação da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, ambos no litoral centro-norte do estado do Espírito Santo. Conseguimos, assim, remontar o processo de construção social do fato político e caracterizá-lo como um elemento essencial na explicitação de conflitos e na composição das agendas pública, da mídia e institucional. Esta última caracterizada pelos debates políticos em torno dos modelos de ação ambiental institucionalizada.

4.1.1 Apresentando o campo: o litoral centro-norte capixaba

Nosso foco de atenção recaiu sobre a comunidade de Santa Cruz, distrito do município de Aracruz, no estado do Espírito Santo – ES. O município de Aracruz está distante 83 km da capital do estado, Vitória, e faz divisa com o município de Fundão – último ao norte, incluído na Região Metropolitana da Grande Vitória. Segundo os dados do IBGE, referentes ao censo de 2000, o município contava com população de 64.637 habitantes – o que, no contexto estadual, representa pouco mais de 2% da população do ES. Aracruz conta hoje com quatro unidades de conservação em seu território – que mede 1.436 km² (IBGE, 2000) –, conforme apresentamos na tabela 4.

Tabela 4 – Unidades de conservação em Aracruz

Nome	Área total em ha.	Instrumento de criação	Instituição responsável
Reserva Biológica de Comboios	833,23	Dec.nº. 90.222 de 25/09/84	IBAMA
Reserva Florestal Municipal de Aricanga	383,03	Dec. Lei nº. 3.059 de 29/03/88	Pref. Municipal de Aracruz
Reserva Ecológica Municipal dos Rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim	1.651	Lei nº. 89.336 de 31/01/84	Pref. Municipal de Aracruz
Parque de Biologia Marinha	21,40	Escritura 8.832 de 09/03/67	Biólogo André Ruschi

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEAMA apud Dados municipais (IJSN), 2000.

Entre as belezas cênicas do município, as praias figuram como ícones. Os balneários de Santa Cruz e de Barra do Sahy estão entre os mais freqüentados do estado, na estação do verão, canalizando divisas e investimentos imobiliários para a região. A indústria do turismo tem forte presença em Santa Cruz e adjacências, devido à demanda de serviços promovida pela visitação do lugar. Segundo a Associação das Empresas de Turismo de Aracruz – AETA, existem 105 empresas legalmente estabelecidas no município, diretamente ligadas ao setor turístico, para fornecer serviços para uma demanda entre 90 a 100 mil turistas por ano (IBAMA, 2006, v. II, ANEXO 22).

Aracruz é um município onde as atividades industriais desenvolvidas pela Aracruz Celulose S/A – ARCEL – e seus fornecedores exercem considerável impacto sócio-

econômico. A instalação da empresa, na década de 1960, influenciou a dinâmica local e regional, dadas as vastas plantações de eucalipto, o intenso transporte do material utilizado para a produção industrial (toras de eucalipto), as atividades portuárias desenvolvidas, enfim, todo o complexo arranjo produtivo da celulose. As demandas criadas pela ARCEL, aliada à sua relação de proximidade geográfica com a região da Grande Vitória e do complexo industrial da Companhia Siderúrgica Tubarão – CST, vêm atraindo um número expressivo de empresas ligadas ao fornecimento de implementos industriais, principalmente a partir de 1990 (ANJOS, 2004). Tais empreendimentos figuram como um dos principais pólos industriais do estado e possuem destaque no mercado internacional³⁵. Foram concebidos no contexto político do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, no período da ditadura militar.

As atividades da Aracruz Celulose S/A ainda contam com a saída marítima através do PORTOCEL, no distrito de Barra do Riacho. Este se configura como um dos portos com maior potencial de crescimento no Espírito Santo, dada sua localização.

A influência desses arranjos industriais é marcante para a organização sócio-política local e regional. Desde sua implantação, a Aracruz Celulose vem permeando, direta ou indiretamente, a configuração fundiária no norte capixaba e, em especial, em Aracruz.

A ARACRUZ (Florestal) foi implantada em novembro de 1967 com a aquisição de terras no Espírito Santo, plantação de florestas de eucalipto e implantação de sua infra-estrutura agrícola no estado. Em abril de 1972 a empresa foi constituída como Aracruz Celulose S.A., iniciando a etapa de planejamento da fábrica da ARCEL seguido do desenvolvimento do projeto e sua implantação, culminando com a partida da denominada Fábrica “A” em setembro de 1978. Atualmente, o seu capital social é de R\$ 1.854.506.732 (em 30/09/99).

Na década de 80, foi implantado o Porto de Barra do Riacho, nas proximidades da Fábrica da ARCEL, para escoamento de seus produtos, através da empresa denominada PORTOCEL – Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A. criada em janeiro de 1985 (CEPEMAR TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 1999, p. 2).

A política desenvolvimentista do PND influenciou a configuração econômica, política e espacial do ES. A conjuntura interna do estado – marcada pela política de erradicação de cafezais do Instituto Brasileiro de Café (IBC) - promoveu um:

Ciclo de crescimento e a tentativa do Governo Federal de prolonga-lo por meio de II PND, aliados ao esforço das lideranças políticas e empresariais locais, direcionaram para o Espírito Santo importantes investimentos no setor industrial, que vieram transformar radicalmente não só a indústria capixaba mas a própria sociedade, num sentido mais geral (ROCHA, 1998, p. 54).

³⁵ A ARCEL é a principal fornecedora de pasta de celulose branqueada no mercado internacional e a CST se destaca pelas exportações de bobinas de aço.

Assim, destaca-se na história da instalação de grandes empreendimentos industriais na década de 1960 e 1970, no Espírito Santo, sua relação com a política desenvolvimentista da ditadura militar vivenciada no Brasil. Esta relação é realçada no depoimento abaixo:

A Aracruz é um caso a parte. Porque a Aracruz Celulose, a gente tem estudos e eu posso citar aqui o livro do cientista político René Dreifuss [1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe, editado pela editora Vozes de Petrópolis em 1981] que mostra como o golpe de 1964 foi gestado pelos militares, por alguns representantes da classe empresarial brasileira e internacional que tinham interesses na via autoritária para que pudesse facilitar a implantação de seus negócios. E aqui no caso do Espírito Santo, um dos nomes literalmente citados é no caso do Lorentzen que é um dos fundadores da Aracruz Celulose aqui, que teve terras que eram ocupadas por indígenas, por populações tradicionais, por quilombolas e essas terras foram tratadas como terras devolutas. Eram terras que em alguns casos eram ainda cobertas por mata nativa e essas terras foram por diversas maneiras assambarcadas pela Aracruz Celulose para o plantio de eucalipto. No nosso caso, a gente entendia que já havia um laço suficientemente fortalecido entre o poder público e os interesses empresariais que não levavam em consideração os interesses das populações locais. (informação verbal)

O alerta feito pelo entrevistado, acerca da disputa territorial, tem se manifestado empiricamente nas lutas travadas entre quilombolas e indígenas, de um lado, e a ARCEL, de outro. A história, assim, tem revelado que a aquisição de terras pela empresa se processou através de apropriação de espaços ocupados por populações que não detinham sua posse institucionalizada. Os conflitos envolvendo indígenas aparecem, com vigor, ainda na década de 1970. Frutos do processo de contestação dos indígenas, em 1983 são demarcadas, de uma só vez, três reservas indígenas. Nelas, estão localizadas 5 aldeias indígenas das tribos tupiniquim e guarani – aldeias de Caieiras Velha, Comboios, Pau Brasil, Irajá e Boa Esperança.

Reserva Indígena de Comboios: Esta reserva estende-se ao longo do rio Comboios, perfazendo trechos que pertencem à sede e ao distrito de Riacho, limita-se com a Reserva Ecológica de Comboios. Foi instituída pelo Decreto Federal nº. 88601/83 visando a preservação do grupo indígena que nela vive. A preservação/fiscalização da área fica a cargo da FUNAI.

Reserva Indígena Pau Brasil: Esta área foi criada pelo Decreto Federal nº. 88672/83, e que pertence a tribos indígenas do Tupiniquim, localiza-se no Distrito Sede. Da mesma forma a Reserva Indígena fica a cargo da FUNAI.

Reserva Indígena de Caieiras Velha: Agrega os dois principais grupos que se estabeleceram em Aracruz, Tupiniquim e Guarani, esta reserva foi criada através do Decreto Federal nº. 88926/83, situada nas proximidades da localidade de Santa Cruz estando sob proteção da FUNAI (CEPEMAR TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, 2001, p. 139-140).

A questão quilombola local apresenta grande defasagem em relação à indígena, e só começa a aparecer de forma sistemática na agenda pública e política a partir da década 1990, quando a sociedade brasileira começa a se voltar para a questão do negro. Neste contexto, surgem as primeiras propostas institucionais de mitigação dos efeitos da escravidão, mas ainda sem grandes resultados para a área.

A região ainda conta com investimentos da indústria petrolífera, a partir de leilões de blocos de exploração por parte da Agência Nacional de Petróleo – ANP. A descoberta de novos poços de petróleo alavancou investimentos da Petrobras S/A na costa do Espírito Santo e vem criando expectativas no cenário econômico estadual. Não é difícil observar políticos locais fazer reverência ao que estão chamando de “terceira onda de desenvolvimento” capixaba. A questão do petróleo tem influenciado a arena política, acirrando as disputas internas nos municípios, pelo controle público dos royalties recebidos. Ao incrementar o orçamento público, tais divisas geram expectativas sociais, pela melhoria da qualidade de vida, e políticas, pela projeção pública. Infelizmente, o impacto político da injeção de royalties em economias combatidas, como a de grande parte dos municípios brasileiros, foi muito pouco estudada e não fez parte do cerne deste estudo – apesar de abarcada de forma tangencial. A chegada da Petrobras S/A – e de outras empresas petrolíferas à região – interessou-nos enquanto agentes inseridos no campo ambiental. A influência do seu papel na configuração da agenda política e, por conseguinte, de políticas ambientais locais, tem sido marcante, o que justifica sua inclusão em nossa reflexão.

Ainda na fase de pesquisas e descobertas, a exploração de blocos petrolíferos alterou a rotina de grande parte dos moradores do litoral capixaba. A comunidade de Santa Cruz, que tem como base econômica o turismo e a pesca, foi uma das comunidades influenciadas pela vinda da indústria do petróleo. A chegada dos navios de pesquisa, a partir do sistema de sísmica³⁶, era relacionada, pelos pescadores locais, ao desaparecimento de espécies na costa capixaba. Segundo Martins e Doxsey (2006), os conflitos com a indústria do petróleo formam o quinto problema mais citado pelos pescadores do litoral capixaba em pesquisa realizada em 2002 –, quando do auge das pesquisas sísmicas.

Os problemas ambientais (número moderado a grande) foram apontados como conflito em 42% das comunidades. Os principais problemas citados foram assoreamento (dificuldade de entrada e saída da barra), poluição (esgoto doméstico e de empresas), ondas sísmicas (Petrobras) e problemas que envolvem as atividades da Aracruz Celulose (transporte marítimo, lançamento de dejetos, etc.) (MARTINS & DOXSEY, 2006, p. 114).

Os pescadores do litoral de Aracruz compõem grupo significativo no total de habitantes na região. A atividade pesqueira é responsável direta pela reprodução material de pelo menos 400 famílias de pescadores nos distritos de Barra do Riacho, Barra do Sahy e Santa Cruz, além de compor o sistema cultural dada sua tradição.

A pesca, caracterizada como atividade tradicional no município, foi explorada inicialmente pelos indígenas, que se utilizavam dos recursos hídricos fartamente

³⁶ O sistema de pesquisas de blocos petrolíferos a partir de sísmica consiste na emissão de ondas sonoras no piso oceânico. A forma de refração do som emitido revela o resultado da pesquisa inicial.

disponíveis. Posteriormente, com o surgimento dos primeiros núcleos urbanos litorâneos, a pesca marítima foi sendo largamente utilizada, destacando-se como uma das principais atividades desenvolvidas nestes núcleos, quando não a mais importante.

É importante se ressaltar que a atividade pesqueira tem sido desenvolvida (ao menos pela maioria dos pescadores locais), ao longo de todo o processo de transformação na história econômica de Aracruz, com base no mesmo “estado de arte” que a originou. Ou seja, pequenas embarcações e conhecimento empírico adquirido dos antepassados, tem sido os recursos utilizados para a exploração da pesca por parte dos pescadores que vivem no município (CEPEMAR TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 1999, p. 252).

Os pescadores vêm sofrendo com a competição com barcos vindos de fora do estado. Tais embarcações possuem “equipamentos modernos e mais arrojados, levando à estagnação do estoque pesqueiro” (CEPEMAR TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, 2001, p. 140). Essa concorrência é manifestada por 23% de todos os pescadores oceânicos do Espírito Santo como sendo prejudicial (SILVA & DOXSEY, 2006), dadas as condições tecnológicas locais em relação às embarcações “de fora”³⁷. Tais embarcações são descritas como traineiras, cujo poder de captura é representado por redes cujo tamanho pode chegar a 60 km. Essas embarcações possuem alto índice de descarte de pescados, devido à baixa seletividade de seus instrumentos de pesca e, segundo os pescadores, chegam a capturar de uma só vez o equivalente a pesca de 10 ou mais barcos artesanais.

O descarte é um dos principais problemas da pesca no mundo. No processo de devolução do pescado ao mar – estimulado por fatores legais ou comerciais – se obtêm elevadas taxas de mortandade (SANTOS, 2004). Segundo Hall (1999):

A prática [do descarte] é esbanjadora em termos da proteína não usada potencialmente, que nós não colhemos do mar, mas também por causa dos níveis de mortalidade impostos em taxa que nós nunca desejaríamos colher para lucro comercial³⁸ (tradução nossa) (HALL, 1999, p. 46).

Os maiores índices de descarte estão entre os barcos que usam redes (balões, tangoneiros, traineiras, etc.), podendo chegar entre 70% (LOUREIRO, 1988, p. 29) e 80%

³⁷ Elias e Scotson (2000), ao estudarem uma pequena comunidade, traçaram a relação entre os estabelecidos e os outsiders. Os autores traçaram paralelos entre práticas sociais comunitárias e a manutenção do poder local. No que concerne à pesca, a relação entre estabelecidos e outsiders é expressa na competição pela manutenção dos padrões de reprodução material e simbólica das comunidades estabelecidas. Podemos observar empiricamente duas formas de estabelecimento: uma em relação à comunidade e outra em relação à atividade pesqueira. A noção de pertencimento à comunidade está fortemente associada a laços de parentesco e ao tempo de residência no local. Já o pertencimento em relação à atividade, está associado ao tempo de exercício profissional. Assim um morador antigo pode ser considerado “de fora”, em relação à pesca, mesmo morando por muito tempo na comunidade. Esta noção é mais intensa à medida que aumenta o grau de isolamento da comunidade. Salienta-se, entretanto, que a noção de pertencimento à comunidade é mais cristalizada que a noção de pertencimento à atividade. Os barcos “de fora” são representados por diferenças no poder de captura, de locomoção e de processamento do pescado em alto mar.

³⁸ The practice is wasteful in terms of the potential useable protein that we fail to harvest from the sea, but also because of the levels of mortality imposed on taxa that we would never wish to harvest for commercial gain. (Hall, 1999, p. 46).

(DOWBOR, 2003, p. 32). Andrew & Pepperell (apud HALL, 1999) estimaram um descarte global da ordem de 16,7 milhões de toneladas somente para pescarias de camarão (ANDREW & PEPPERELL apud HALL, 1999). Além de causar um impacto considerável no meio aquático – haja vista os números apresentados acima –, segundo os pescadores artesanais este evento é responsável direto pela *pescaria fracassada*³⁹, influenciando também o meio social.

4.1.2 Primeira proposta de área protegida para Santa Cruz: APA

Observa-se que diversos setores sociais da região de Santa Cruz enfrentavam conflitos de cunhos histórico e étnico, envolvendo a questão fundiária – indígenas e quilombolas –, e de concorrência marítima pelo uso e apropriação dos estoques pesqueiros da região – pescadores artesanais e os de fora. A região, ainda, abarca um complexo conjunto de interesses industriais continentais e oceânicos, o que divide a opinião da população local e regional. Uma parte preocupada com os empregos e recursos gerados, bem como com o discurso de desenvolvimento constante, tende a se alinhar à posição de defesa dos interesses dos grandes empreendimentos industriais. Essa parcela da população, em sua maioria, está empregada nas empresas e suas fornecedoras ou é movida pela esperança de um dia vir a ser contratada. Destaca-se que a mão-de-obra empregada nos altos escalões dessas empresas é de alta qualificação tecnológica, requisito esse que não é preenchido por ampla parcela dos moradores do litoral de Aracruz. Assim, os moradores que conseguem enquadramento, em sua maioria, atingem apenas empresas terceirizadas ou funções cuja remuneração é inferior às expectativas criadas.

Outra parcela, afinada com o discurso de manter a qualidade sócio-ambiental local, conservando as vilas de pescadores e indígenas – seus costumes, tradições e cultura –, acredita que a ampliação do parque industrial na região afetará substancialmente sua vida comunitária. Suas demandas se baseiam nos efeitos experienciados com a chegada da ARCEL, desde a década de 1960. A pressão urbana, assim como nas vias terrestres e marítimas – sendo a prostituição na zona portuária uma das grandes preocupações das

³⁹ Termo usado pelos pescadores para descrever uma vigem onde se captura uma pequena quantidade de pescado.

famílias de Barra do Riacho –, e a poluição ambiental dos solos⁴⁰, dos rios⁴¹ e do ar⁴², são alguns dos impactos sentidos pela comunidade de Santa Cruz e adjacências.

Fotografia 1 – Rodolito calcário arribado, colonizado por alga parda



Fonte: IBAMA, 2006, v. 1, p. 27.

No ano de 2000, um novo empreendimento industrial se tornaria notório no cenário ambiental do estado. A chegada da Thotham Mineração Marítima Ltda. entre o final de 1999 e início de 2000, causou efervescência entre moradores e ambientalistas de Aracruz e da Grande Vitória. Tratava-se de uma empresa que pretendia explorar – retirar e processar – algas calcárias, em larga escala, no litoral de Santa Cruz. A chegada da Thotham foi marcada

⁴⁰ As plantações de eucalipto suscitam conflitos em todo estado do Espírito Santo e sul da Bahia. Segundo entrevistados, o eucalipto consome muita água e nutrientes do solo, devido ao seu rápido crescimento. Em média, na região, as árvores de eucalipto levam de 9 a 12 anos para atingirem o ponto de corte.

⁴¹ A comunidade local já se manifestou sobre a poluição industrial e doméstica dos rios e córregos da região. Destacamos aqui o movimento indígena que promoveu a discussão sobre a poluição dos rios Sahy e Guaxindimba que atravessam as aldeias de Caeiras Velha e Pau Brasil. No ano de 2004, a partir de mecanismos de pressão social, os indígenas ganharam um estudo técnico e a adoção de medidas de despoluição dos rios como condicionantes para a ampliação do parque industrial da Aracruz Celulose S/A.

⁴² O forte odor emitido pela ARCEL pode ser sentido a quilômetros de distância nas comunidades de Santa Cruz, Barra do Riacho e Vila do Riacho, todas no município de Aracruz. Os dados levantados pelo Projeto Uso e Apropriação dos Recursos Costeiros – RECOS dão conta de reclamações de moradores em relação ao mau cheiro.

por polêmica, causada pela doação de terras pela Prefeitura Municipal de Aracruz e pelo desconhecimento em relação aos biodetritos marinhos⁴³ - fotos 1 e 2.

Fotografia 2 – Tufos de *Halimeda* sp ancorados em fragmentos de conchas e corais abaixo do substrato



Fonte: IBAMA, 2006, v. 1, p. 27.

A prefeitura municipal, a título de incentivo para a instalação da empresa, havia concedido terreno para implementação da planta industrial. Contudo, a doação desse terreno foi veementemente contestada por indígenas, ambientalistas e outros setores sociais, devido ao fato de pertencer a uma área de proteção permanente – trata-se de área de estuário de rio –, além de, à época, ser considerada área de litígio indígena.

Aliado à contra-prudência da doação, ambientalistas alertaram para o fato de, até então, haver poucos conhecimentos sobre o impacto causado pela exploração em larga escala de algas calcárias. Pouco se sabia – e ainda há carência de estudos sobre a questão – acerca do impacto causado pela retirada em massa de biodetritos marinhos, além dos impactos causados pela sua industrialização. Nas palavras de um ambientalista entrevistado, foi questionada a viabilidade do projeto, pois entendia que:

⁴³ Biodetritos marinhos, algas calcárias, sedimentos calcários, sedimentos marinhos e calcário coralíneo aparecem neste trabalho como sinônimos.

Não era um projeto sustentável seja do ponto de vista ambiental ou ecológico, porque ele simplesmente iria retirar matéria-prima interferindo, impactando a biota sem maiores estudos. Poderia intervir na própria biodiversidade, na reprodução de espécies, na questão de tornar a água naquela região mais turva, impedindo processos de reprodução de espécies, mortalidade de peixes. Interferindo também na questão das correntes, retirando sedimentos principalmente da região de linha de costa. Coisas deste tipo nos preocupavam e também uma empresa deste tipo, tendo todas as benesses do poder público e sem garantias de que esse pó não fosse lançado no meio ambiente e viesse a provocar doenças junto às comunidades indígenas, a um lugar turístico como Santa Cruz. Nós já temos uma experiência muito grande aqui com problemas causados por empresas que lançam partículas no ar (informação verbal).

Nesse contexto, de interesses tão divergentes, surge em 2000 a proposta de criação de uma APA marinha na região. Essa foi a primeira proposta do processo que se arrasta desde então para criação de uma área especialmente protegida em Santa Cruz e adjacências. Encabeçadas por ONG's, com destaque para a Associação Amigos do Piraquê-Açu – AMIP e a Organização Consciência Ambiental – ORCA, foi protocolada proposta de criação de uma unidade de conservação que abarcaria o estuário do rio Piraquê-Açu, além de uma faixa oceânica.

A gente entendeu que a região reunia atributos para que fosse proposta ali a criação de uma área especialmente protegida, então a partir daí a gente começou a tentar, [...] no ano de 2000 e logo em seguida foi promulgada a lei do SNUC. Então nós tomamos contato com essa legislação e entendemos que a legislação oferecia instrumentos bastante efetivos para que o poder público criasse uma unidade de conservação, então a partir daí que a gente centrou nossa luta (informação verbal).

Tal proposta surgiu como alternativa técnico-jurídica para barrar o empreendimento da Thotham. Contudo, alargava o escopo inicial ao disciplinar as ações antrópicas no interior da unidade. A chegada da mineradora se constituiu como uma construção social de um problema ambiental (HANNIGAN, 1995), que culminou em um fato político, aglutinando os conflitos indígenas, pesqueiros, ambientais e comunitários.

Essa primeira proposta de criação de área protegida em Santa Cruz teve o mérito de incorporar várias demandas em torno de si. A questão indígena foi contemplada, tendo em vista que a prefeitura havia doado terras em litígio que os indígenas reivindicaram. Os quilombolas, apesar de não terem aparecido muito em todo o processo, também se sentiram representados na proposta, pois se tratava de terras tradicionais sendo apropriadas por uma indústria – o que se aproximava muito da sua situação, fazendo com que eles se reconhecessem no conflito.

Os pescadores foram incorporados a partir do discurso de possibilidade de alteração dos ciclos de reprodução e de maturação dos estoques pesqueiros, a partir do processo de retirada dos biodetritos marinhos. Mas a principal argumentação que os seduziu, à época, foi a disposição de disciplinar o uso dos recursos costeiros, impedindo a circulação dos pescadores

de fora. A competição entre pescadores de fora e os locais se traduz, na região costeira, em incursões de grandes embarcações de arrasto que, com freqüência, destróem apetrechos de pesca dos pescadores locais (DIEGUES, 2004a). Com a promulgação do SNUC, os pescadores tiveram a oportunidade de normatizar o acesso aos recursos pesqueiros e, de uma forma mais geral, ambientais. Em relatório de viagem, assinado por lideranças de pescadores regionais e representantes do poder político do município de Serra – município cujos limites são muito próximos à comunidade de Santa Cruz –, foi destacado o processo de criação da RESEX Marinha de Corumbau, na Bahia⁴⁴. Na ocasião, os assinantes do relatório salientaram relatos de pescadores.

O Sr. Milton, um dos pescadores mais antigos [de Corumbau], fez um breve resgate histórico da criação da RESEX. Ele comentou que ela surgiu por iniciativa dos próprios pescadores, que queriam preservar o local e evitar a exploração de pessoas de fora (pescadores de outras regiões). [...]

O Sr. Denílson complementou o relato do Sr. Milton dizendo que não existia lei, antes da criação da RESEX, por isso muitos pescadores vinham de fora (RELATÓRIO SOBRE A VISITA À RESERVA EXTRATIVISTA DE CORUMBAU, 2006, p. 2).

Nesse sentido, a criação da APA e de sua zona de amortecimento foi vislumbrada como mecanismo para delimitar o acesso aos estoques pesqueiros, haja vista que, em linhas gerais, o simples fato de o pescador não residir na localidade não o impede de acessar os recursos marítimos⁴⁵. A situação, após a implementação do plano de manejo, permite orientar a fiscalização e a exploração – em casos de unidades de conservação de uso sustentável. O acesso aos recursos só é permitido aos que estiverem amparados pelas normas criadas pelos conselhos gestores. Assim, é possível cadastrar os pescadores e consentir que somente os locais tenham direito ao usufruto da área, desde que respeitadas as normas da unidade.

Os ambientalistas tiveram, dessa forma, a habilidade de compor uma agenda que agregou vários agentes com interesses distintos. Eles constituíram uma pauta e houve convergência de propósitos, tendo em vista que o fato socialmente constituído compunha, pelo menos em parte, anseios de vários setores populares da região. O conflito pelo impedimento da instalação da Thotham representava, naquele momento, a luta pela demarcação de terras indígenas, o fechamento do mar para pescadores de fora, o empenho de

⁴⁴ Entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2005, foi organizada uma visita técnica à RESEX de Corumbau, localizada no sul da Bahia, com o objetivo de apresentar um caso empírico de unidade de uso sustentável a lideranças de pescadores e representantes dos municípios de Serra e Aracruz.

⁴⁵ Existem alguns mecanismos institucionais baseados no tamanho da embarcação e nos petrechos de pesca utilizados para delimitar a distância de uma embarcação em relação à costa. Mas em relação à distância percorrida não há qualquer limitação jurídica no Brasil, salvo a indicação do recurso-alvo de cada barco. Assim uma embarcação brasileira pode se deslocar na costa nacional atrás de seu recurso-alvo. O que geralmente é imposto como barreira são os custos operacionais e a capacidade de locomoção da embarcação.

ambientalistas contra degradação ambiental, enfim a luta de comunidades para garantir qualidade ambiental na região.

Nesse sentido, a relação entre as comunidades litorâneas do município de Aracruz e grandes empresas sediadas na região, intermediada por vezes por esferas do governo, permitiu às primeiras, acumular conhecimentos acerca de como proceder quando de uma insatisfação, ou mesmo barganha, com as segundas. O domínio de informações e de linguagem técnico-jurídica foi de fundamental importância no processo de barganha com setores tão amplamente aparelhados e derivados de interesses internacionais, como os lá reconhecidos.

A gente começou a se reunir e chegamos à conclusão que deveríamos propor uma unidade de conservação, porque dentro da unidade de conservação nós poderíamos discutir aquilo que tivesse [...] afinidade com a proposta de desenvolvimento da região, mas com a conservação ambiental (informação verbal).

Contudo, a primeira proposta de criação de unidade de conservação não obteve êxito. Misteriosamente, o protocolo desapareceu no IBAMA em Brasília.

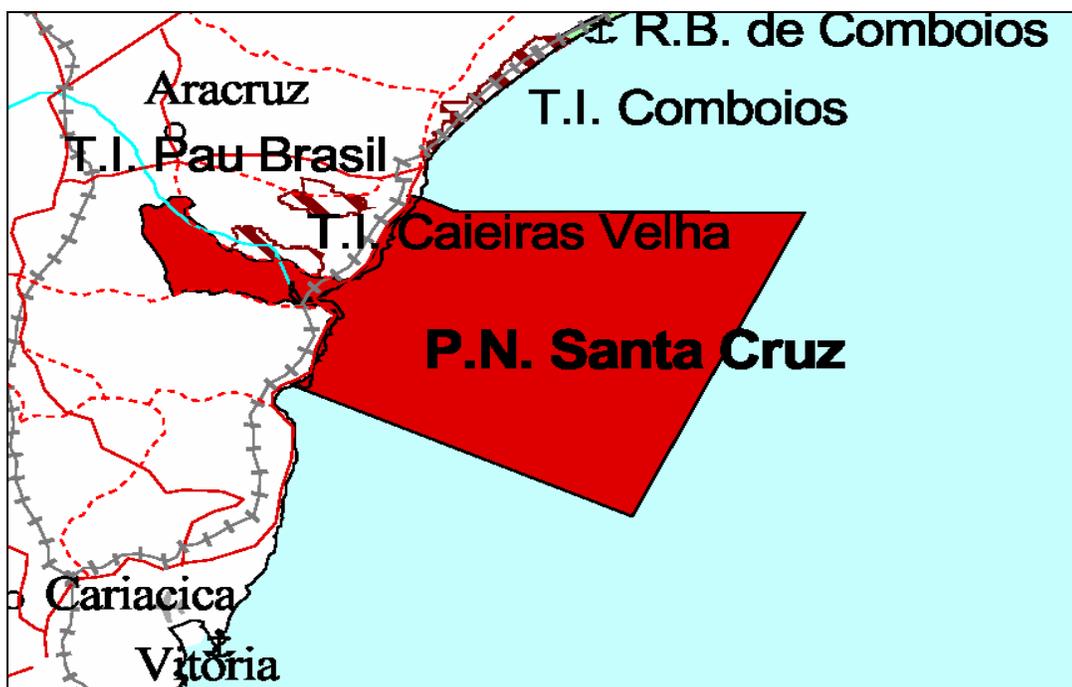
Protocolamos o projeto da APA e ele simplesmente desapareceu. Nós protocolamos o primeiro e ele sumiu. Protocolamos aqui para ser enviado para Brasília, porque o licenciamento não era feito aqui no Espírito Santo. E isso foi outra vitória que nós conseguimos. Que o IBAMA do Espírito Santo participasse do licenciamento, que tivesse cópia do processo aqui, porque não existia. Na verdade aqui não era uma gerência do IBAMA, era uma subgerência, ligada, se não me engano, ao Rio de Janeiro. Não existia uma unidade autônoma aqui no Espírito Santo. Então existia uma complexidade muito grande e o IBAMA daqui estava alheio. Então nós exigimos que o IBAMA daqui tivesse cópia e todas as informações fossem tratadas aqui e nós tivéssemos acesso a isso aqui. E quando o primeiro processo desapareceu, ninguém dava conta dele [...]. Depois em uma das minhas visitas, nas reuniões que fizemos em Brasília, nós fomos atrás desse processo e para minha surpresa nós encontramos só a capa desse processo. Toda a documentação tinha sumido, portanto isso nos levou a crer que havia má fé. Quer dizer, existia *lobby*. Era um *lobby* efetivo e que existiam pessoas lá dentro desses órgãos de licenciamento que tinham interesse em colaborar para que fosse feito o licenciamento e não tivesse nenhum resultado a unidade de conservação que a gente estava propondo (informação verbal).

A informação de que o processo referente à proposta de criação de uma APA em Santa Cruz sumiu é referendada por funcionários do próprio órgão que, contudo, não sabem explicar como desapareceu, pois não estava mais no estado de origem. O contexto indica que realmente existiu *lobby* e que este foi suficiente para corromper funcionários do IBAMA em Brasília, afinal o processo foi extraviado lá. Dificilmente algum dia será desvendado completamente o curso tomado por esse processo, mas a descoberta de seu sumiço, em 2002, movimentou novamente organizações civis em Santa Cruz.

4.1.3 Segunda proposta de área protegida para Santa Cruz: PARNA

Assim que tiveram a certeza de que a proposta inicial não teria como ir à frente, pelo simples fato de ter desaparecido no IBAMA/DF, representantes das instituições proponentes voltaram a se reunir com o objetivo de reformular a proposta. Dessas reuniões, surgiu um novo projeto para a região. Foi protocolada, em 27 de novembro de 2002, uma proposta de criação de um Parque Nacional – PARNA – Marinho. A área proposta para a criação do Parque Nacional Marinho de Santa Cruz se estendia da foz do Rio Preto, no limite entre os municípios de Aracruz e Fundão – sendo este último o limite norte da Região Metropolitana da Grande Vitória –, até a localidade de Barra do Sahy, em Aracruz. A extensão costeira era de aproximadamente de 15 km e se alargava mar à dentro por uma distância aproximada de 28 km (IBAMA, 2006, v. 1, 2006). O mapa 1 ilustra as dimensões do PARNA Marinho de Santa Cruz em relação às Tribos Indígenas – TI – de Comboios, Pau Brasil e Caieiras Velha, além da Reserva Biológica de Comboios. A parte da unidade de conservação que adentra o continente refere-se ao estuário do rio Piraquê-Açu, onde são encontradas grandes áreas de manguezais que, por lei, trata-se de Área de Proteção Permanente – APP.

Mapa 1 – Proposta de criação do PARNA marinho de Santa Cruz



Já o mapa 2 traz, além das dimensões do PARNA, a zona de amortecimento proposta.

Mapa 2 – Proposta de criação do PARNA marinho de Santa Cruz II



Fonte: IBAMA, 2006, v. 1, p. 3.

4.1.3.1 Desenho de políticas públicas ambientais e sua relação com a postura dos agentes: pescadores e representantes de interesses industriais

O PARNA Marinho de Santa Cruz foi proposto com o apoio de 23 instituições locais e regionais – quadro 4 – e representou a persistência de setores da sociedade na consecução de política ambiental. Pode-se observar que foi constituída uma ampla frente composta por ONG's, associações comunitárias, colônia e associações de pescadores, sindicatos e instituições ligadas ao movimento indígena.

Se analisada a motivação inicial dos pescadores para apoiar a instituição de área protegida em Santa Cruz, contudo, nota-se uma contradição de interesses no apoio de suas entidades ao projeto de PARNA. Salientamos que a categoria escolhida faz parte do bojo de unidades de proteção integral, não permitindo, assim, a permanência de populações humanas

em seu interior, ou mesmo qualquer tipo de exploração dos recursos nela inseridos. Só para destacar, a motivação inicial que levou a adesão dos pescadores eram os conflitos com embarcações de fora e a possibilidade da exploração comercial das algas calcárias prejudicar ainda mais a pesca, afetando a reprodução e a maturação do pescado. Contudo, com a possibilidade de criação do PARNA, a área estaria fechada não só para os barcos de fora como também para os barcos artesanais locais. Somente o segundo objetivo – impedir a alteração do ecossistema do qual fazem parte os recursos-alvo de suas pescarias – seria atingido com êxito, mas comprometeria substancialmente a reprodução material das comunidades de pescadores artesanais.

Quadro 4 – Relação de instituições proponentes do Parque Nacional Marinho de Santa Cruz

INSTITUIÇÕES PROPONENTES DO PARNA MARINHO DE SANTA CRUZ
AMIP - Associação Amigos do Piraquê-Açu
EBMAR - Estação Biologia Marinha Ruschi
ORCA - Organização Consciência Ambiental
ACAPEMA - Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente
AVIDEPA - Associação Vilavelhense de Defesa e Proteção Ambiental
ASPEBR - Associação dos Pescadores da Barra do Riacho
ACBR - Associação Comunitária da Barra do Riacho
AITG - Associação Indígena Tupiniquim-Guarani
AMASC - Associação de Maricultura de Santa Cruz
ACSC - Associação Comunitária de Santa Cruz
AMPRAFOR-PSC - Associação de Moradores de Praia Formosa e Portal de Santa Cruz
AETA - Associação das Empresas de Turismo de Aracruz
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
Colônia de Pesca Z-7 - Barra do Riacho
Associação de Moradores da Praia do Sauê
Associação dos Moradores do Conjunto Padre Bauer
CCC - Centro Comunitário de Coqueiral
Sintcel - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Celulose do Espírito Santo
Associação dos Moradores da Balsa
Suport - Sindicato Unificado dos Portuários do Espírito Santo
Associação de Moradores de Mar Azul
Associação de Moradores da Praia dos Padres
Associação de Moradores de Barra do Sahy

Fonte: IBAMA, 2006, v. 1, p. 2.

Essa questão abriu um cisma no grupo de instituições, pois, assim que os pescadores tomaram conhecimento das regras da categoria restritiva, mudaram de postura em relação à proposta de criação da unidade. Em entrevista, dois líderes de pescadores apontaram a falta de conhecimento da jurisdição na época, para justificar o apoio à criação de um PARNA. Essa informação é corroborada por pesquisa realizada na região em 2005, que apontou um índice de 78% da população que desconhece ou sabe pouco acerca de criação e normas de unidades de conservação. Os outros 22%, apesar de terem afirmado que sabiam do que se tratava e quais os objetivos da criação de unidades de conservação, demonstraram pouca clareza em suas definições (ECOCEANO, 2005, p. 62).

A promulgação do SNUC e do Decreto 4.340 eram eventos legislativos recentes na época. Adicionado à novidade legislativa, a primeira proposta se tratava de uma unidade de uso sustentável, o que confundiu os pescadores. Estes foram levados pela expectativa de que a alteração na nomenclatura não representasse mudança tão dramática. A falta de domínio da informação e da linguagem jurídico-institucional levou os pescadores a apoiar uma proposta que os impediria de exercer suas atividades, mesmo que essas fossem apenas para subsistência.

A mudança no perfil do desenho político da unidade fez com que os pescadores retirassem seu apoio à proposta. A necessidade impôs a escala de valores (BOURDIEU, 2003), onde a prioridade recaiu sobre sua sobrevivência. O *habitus* de pescador soou mais alto que qualquer outra postura. Os pescadores perceberam que a concretização da proposta representaria a possibilidade de aniquilamento de suas memórias coletivas, uma vez que seriam impedidos de exercerem a atividade que mais demarca sua história, além de alterar sua estrutura material. Assim, no jogo de forças, a posição dos pescadores passara a se alinhar com a dos grandes empreendimentos da região, redesenhando as alianças.

Em janeiro de 2003 – pouco mais de um mês depois de protocolado o segundo pedido – a proposta foi à consulta pública. Na época, o processo de consulta era efetivado via internet e provocou reações intensas.

A colocação da proposta de criação do Parque Nacional Marinho de Santa Cruz em Consulta Pública, se somou a outras que também foram a consulta pública pelo mesmo mecanismo descrito, no mesmo período ou no final do ano de 2002, num esforço do Governo em atingir metas de criação de áreas protegidas.

Este fato causou reações de setores empresariais do estado, representados pela Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES, que fez moções junto ao IBAMA, ao Ministério do Meio Ambiente – MMA e ao Governo do estado, para que a proposta fosse reavaliada, alegando riscos de comprometimento das atividades industriais da região, notadamente atividades portuárias de Barra do

Riacho, atividades industriais da Aracruz Celulose S.A. e atividades petrolíferas na área marinha, principalmente da Petrobras S.A.

Outras reações partiram da Colônia de Pescadores de Barra do Riacho – Z 7 e da Prefeitura Municipal de Aracruz, que manifestaram-se contrárias à criação do Parque. Apesar de terem sido signatárias da proposta de criação da UC protocolada junto ao IBAMA, no momento da Consulta Pública manifestaram-se contrárias, sendo um dos principais motivos a exploração de sedimentos e nódulos biodetríticos.

Esta mudança de posição se repetiu com outras instituições originalmente signatárias, mas que manifestaram-se contrárias na Consulta Pública e posteriormente (IBAMA, 2006, v. 1, 2006, p. 3).

A desconfiança por parte dos pescadores, gerada a partir da mudança de modelo de conservação adotada, passaria a compor suas ações com vigor. Esta posição se aproximou dos argumentos da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES, que questionou os estudos de viabilidade e justificativas da unidade de conservação. Seus argumentos, pautados na concepção desenvolvimentista, alegavam sobreposição de interesses com comprometimento das atividades da Petrobras, ARCEL e PORTOCEL – porto ligado às operações da ARCEL. A estratégia empregada foi a de questionar a legitimidade dos resultados científicos apresentados.

Interessante ressaltar que os interesses da Thotham não foram incorporados às demandas da Federação. A inviabilidade da exploração das algas calcárias não representava ponto de discórdia, e sim a criação da unidade de conservação que impediria possíveis expansões da área portuária e, principalmente, inviabilizaria a exploração de um bloco petrolífero na costa capixaba, dada as restrições do SNUC.

Após as manifestações iniciais em janeiro de 2003, foi composta uma comissão paritária de acompanhamento, representada pelo setor produtivo, órgãos públicos e sociedade civil. Os debates centraram esforços nos objetivos, justificativas e benefícios da criação do PARNA, assim como “possíveis conflitos com as atividades industriais, notadamente navegação, atividades petrolíferas, portuárias, industriais e a exploração de algas calcárias e sedimentos biodetríticos” (IBAMA, 2006, v. 1, 2006, p. 4).

O ano de 2003 foi marcado por 4 reuniões da comissão de acompanhamento, pela sistematização e produção de informações sobre a área, por uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Espírito Santo e pelas manifestações de agentes envolvidos na disputa. A ONG Movimento Espírito Santo em Ação – MESAção enviou um ofício à Gerex-IBAMA/ES elencando os impactos causados pela criação do PARNA em Santa Cruz – quadro 5.

O ofício cita como entidades afetadas a Agência Nacional do Petróleo – ANP, Aracruz Celulose, Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, Nexem Química do Brasil, Petrobras e Portocel. Além dos empreendimentos industriais citados, o ofício destaca a inviabilidade pesqueira, dadas as restrições de implementação de um parque nacional marinho.

Quadro 5 – Impactos da criação do PARNA Marinho em Santa Cruz, segundo a MESAção

Impossibilidade de expansão das empresas na região da UC e ZA
Impossibilidade de exploração da atividade de extração de petróleo e seus derivados
Retração na movimentação portuária e perda de competitividade do estado
Inviabilidade de expansão portuária
Fuga de implantação de novos empreendimentos (refinarias, gasodutos, etc.)
Retração de investimentos das empresas na área social
Impactos sociais negativos sobre populações tradicionais e pescadores
Perda de divisas decorrentes de impostos e royalties
Fechamento dos atuais postos de trabalho sem possibilidade de abertura de novos
Saída do ES da competição por lugar de destaque na economia nacional

Fonte: Adaptado de IBAMA, 2006, v. 2, anexo 17. Ofício enviado em 21 de novembro de 2003, assinado por Ernesto Mosaner Júnior – Coordenador do Movimento Empresarial do Espírito Santo.

Os pontos levantados no ofício enviado ao IBAMA/ES depois foram publicados em jornal de grande circulação no estado⁴⁶, quando também foi questionada a criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas.

O discurso apresentado pelo movimento empresarial destaca a estratégia de aproximação em relação à comunidade local e aos pescadores como forma de legitimar suas ações. A mudança no foco do desenho da unidade influenciou decisivamente em tal aproximação. Outro caminho de legitimação social do discurso apresentado foi o de direcionar os argumentos no sentido dos empregos e divisas criadas pelas empresas. Há destaque para a deslegitimação dos anseios ambientais traçando-os como particulares, concomitante ao processo de tornar os interesses econômicos como de defesa coletiva.

O impacto sócio-econômico [...] prejudica o Espírito Santo, sua sociedade e seu desenvolvimento sustentável, sem que isto necessariamente traga ganhos ambientais.

O Movimento ES em Ação não poderia deixar de se manifestar contra este tipo de iniciativa, que não considera os anseios maiores da população capixaba, para a qual

⁴⁶ Nota intitulada “Criação de Parques Nacionais no ES em foco”, publicada em A Gazeta no dia 01 de abril de 2005, p. 11.

esta discussão não tem sido colocada com a transparência e a clareza dos prejuízos para esta e futuras gerações, marginalizando-as do ingresso na cidadania plena que só pode ser obtida com empregos advindos do desenvolvimento sustentável, que propugna o crescimento com justiça social e com o respeito ao meio ambiente.

Procura-se, com essa iniciativa, proteger uma região na qual dados técnicos demonstram que nenhum processo de degradação está em curso e que o estado dispõe de meios legais de protegê-lo, no futuro, contra empreendimentos que porventura venham a causar impactos a sustentabilidade dos ecossistemas em questão. Estudos e licenciamentos ambientais são realizados caso a caso conforme estabelece a legislação vigente. Com isso, não se justificam ações extremadas que, fundamentalmente contemplam a visão limitada de minorias interessadas em objetivos particulares.

Nossa posição não é contra o meio ambiente, mas a favor de uma posição equilibrada, socialmente e ambientalmente responsável, motivada pelo interesse maior do Espírito Santo, do seu desenvolvimento e do Brasil. É impensável que, no momento, este Estado que está nas portas de seu maior salto de desenvolvimento desde a implantação de seus grandes projetos da década de 70, com o descobrimento do segundo volume de reservas de petróleo, tenha o seu crescimento impedido por atos inconseqüentes, consubstanciados por processos carentes de transparência na sua condução e discussão com a sociedade, que desconhece as conseqüências que advirão para esta e futuras gerações.

O Movimento ES em Ação aproveita para manifestar seu interesse em participar, de ora em diante, do processo de discussão deste assunto, inclusive da Comissão de Acompanhamento, coordenada pelo IBAMA, visando defender os interesses reais do povo capixaba (IBAMA, 2006, v. 2, anexo 17, ofício enviado em 21 de novembro de 2003, assinado por Ernesto Mosaner Júnior – Coordenador do Movimento Empresarial do Espírito Santo).

Pode-se observar que o cuidado em tornar coletivo o interesse da entidade, invocando a “sociedade”, o “desenvolvimento do Brasil”, os “interesses reais do povo” como sendo os interesses da ONG. As reais motivações são consubstanciadas pelo interesse coletivo, tornando-os defensores do bem comum. O interesse coletivo surge assim como legitimador das ações e as disputas internas do campo ambiental concorrem para a representação da noção de coletividade. Acselrad (2004) destaca esse processo discursivo descrevendo que:

Não são decisivas nestes embates a ‘veracidade’ ou a capacidade de ‘atestação’ científica dos argumentos, mas as estratégias discursivas de persuasão enquanto pretensão a tornar gerais objetivos determinados. Através de um caminho inverso ao do senso comum, não procura-se aqui entender como diferentes atores se somam na defesa de um mesmo ‘todo ambiental’ dado, mas como a defesa do ‘todo ambiental’ é construída a partir da defesa de projetos parcelares: os instrumentos de justificação legítima, forjados pelas comunidades políticas, serão caracterizados assim por sua capacidade de relacionar causas particulares a entidades mais gerais (ACSELRAD, 2004, p. 20).

A dimensão científica foi abordada como forma de questionar a política ambiental adotada, ao mesmo tempo em que reelaborada com bases em preceitos da dimensão econômica previa uma “posição equilibrada, socialmente e ambientalmente responsável”. O plano coletivo é invocado no discurso como elemento legitimador. É nesse sentido que Castells (1999) expressa a ambigüidade da dimensão científica – da qual tratamos no capítulo 1 – e que estamos aplicando ao campo ambiental. O poder de retradução e refratação do

campo econômico se pretende ao ponto de deslegitimar resultados científicos que não condizem com seus interesses.

4.1.3.2 A legitimidade de instrumentos políticos e a questão indígena

Procuramos entender a causa da mudança na condução do modelo adotado na região de Santa Cruz, desde a primeira proposta que foi extraviada. As conseqüências da mudança puderam ser sentidas quando analisadas as modificações nas manifestações dos pescadores. Será que os líderes da proposta não previram a reação dos pescadores ou acreditaram não precisar mais do apoio deles? Essas e outras questões se colocaram quando nos debruçamos sobre o papel dos movimentos sociais na configuração de uma pauta política. E a resposta se situou entre a legislação do SNUC e o decreto 4.340; o contexto de outro segmento social relevante para a questão; e a delicada situação da política municipal enfrentada na época.

O resultado da disputa travada entre desenvolvimentistas, preservacionistas e conservacionistas desenhou em grande medida o SNUC – como já descrevemos. Alguns mecanismos sutis foram incorporados ao aparato legal de forma a valorizar áreas de proteção integral. Assim, em seu Artigo 36 e seus três parágrafos, destaca-se que:

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1o O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2o Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3o Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo (BRASIL, LEI nº. 9.985 de 18 de julho de 2000).

O ordenamento legal de empregar, no mínimo, meio por cento em uma unidade de proteção integral figurou como possibilidade objetiva de manutenção das ações de

fiscalização e instrumentalização da unidade. Essa perspectiva foi confirmada por funcionário do IBAMA/ES e por ambientalista que estava à frente da proposta.

Entendíamos que a legislação quando se tratava de área integral, os empreendimentos de grande impacto eles eram obrigados pelo SNUC a destinar recursos para compensação ambiental. Nós entendíamos que havia grandes empreendimentos de impacto que se enquadravam nessa descrição da lei e que eles por si só poderiam implantar e garantir a manutenção inclusive em benefício próprio. Ou seja, a Aracruz Celulose poderia se beneficiar em termos de marketing, pelo fato de contribuir para uma unidade de conservação e sem prejuízo de suas atividades, por exemplo. E a Petrobras e outras empresas e o mínimo que essas empresas seriam obrigadas a destinar para compensação ambiental já causaria um resultado positivo muito grande, inclusive com desdobramentos na questão social. Para você poder fazer obras sanitárias, por exemplo. Desenvolver projetos integrados à formação da unidade de conservação, ou seja, as atividades previstas no plano de manejo envolvendo a população local, de maneira que você recuperasse áreas degradadas envolvendo a participação de pessoas locais e que pudesse dessa maneira obter renda, etc. (informação verbal).

A possibilidade de disponibilidade de, pelo menos, meio por cento destinados a uma área de proteção integral, na localidade, garantiria parte dos recursos necessários à gestão da unidade. Segundo informações de um funcionário do IBAMA/ES, há facilidades comparativas para captação de recursos no Brasil e no exterior quando se trata de unidade de proteção integral (informação verbal). Diegues (2004) alerta para o mito da natureza intocada como uma construção alienígena ao contexto histórico de populações com altos níveis de relação com os ciclos ambientais. A valorização do processo de pleno cercamento de espaços ambientais é questionável do ponto de vista do aniquilamento de pelo menos uma das dimensões da sustentabilidade: a dimensão sócio-cultural.

Tal ação, contudo, encontrou um contexto diretamente inter-relacionado de intensos embates entre indígenas e poder público municipal. Essa questão tomou proporções federais, dada a delicada situação indígena no Brasil. Na arena de debates, em torno do processo de criação da unidade de conservação em Santa Cruz, a inclusão da questão indígena representou a incorporação de novos agentes ao campo de disputas.

Como já descrevemos, a situação fundiária indígena na região é complexa e envolve o processo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo e o II PND, lançado no período ditatorial. Revela cenários da história política e suas relações com os recursos ambientais, bem como a ideologia desenvolvimentista adotada. O pseudo-equilíbrio, pautado no autoritarismo, mostrou-se delicado. A composição social da região de Santa Cruz e adjacências é caracterizada por esse contexto, no qual a temática indígena representa papel relevante nos conflitos coletivos.

A situação local tem se mostrado instável há algum tempo, contudo, especificamente relacionada à criação de unidade marinha em Santa Cruz, a doação de terreno para a

instalação da Thotham Mineração Marítima Ltda. contribuiu decisivamente para efervescência social a partir do ano 2000. Desde as primeiras especulações em torno do empreendimento minerador, houve questões obscuras e sem respaldo científico e político. A situação encontrou seu ápice quando a Prefeitura Municipal de Aracruz doou terreno de 50 hectares à empresa, que, por sua vez, era reivindicado como terra indígena além de área de preservação.

Tratava-se de área contígua à terra indígena Caieiras Velha e de unidade de conservação municipal denominada Reserva Ecológica dos Manguezais dos Rios Piraquê-Mirim e Piraquê-Açu, instituída através da Lei Municipal nº. 994/1986. Os indígenas questionaram veementemente a doação de terras de uma área protegida a um empreendimento industrial de interesses estritamente econômicos.

A conjuntura atingiu picos de explicitação de conflitos quando indígenas das tribos Tupiniquim e Guarani ocuparam a área, em agosto de 2000. Decorreu daí uma série de manifestações indígenas e mobilização da sociedade em torno da reintegração de posse em favor dos indígenas. Manifestações contrárias também foram observadas, com argumentos de que a região precisa se desenvolver, porém estas foram observadas em menor número⁴⁷. A ocupação desencadeou uma série de denúncias contra o poder público municipal em Aracruz.

Após intensas batalhas judiciais, envolvendo pedidos de despejo dos indígenas e denúncias de improbidade administrativa, em janeiro de 2001, a FUNAI emite um parecer favorável aos indígenas.

Tendo como base os levantamentos técnicos realizados na Terra Indígena Caieiras Velha para a caracterização ambiental, as principais conclusões e recomendações estão assinaladas abaixo:

1) O trecho de área contígua à Terra Indígena Caieiras Velha com a dimensão aproximada de 50,57 hectares, deve ser incorporada ao antigo território já registrado, por ser considerada imprescindível ao patrimônio indígena e ao usufruto exclusivo das comunidades indígenas locais com base nas seguintes justificativas:

a) esse trecho de área é necessário à proteção e à preservação ambiental dessa Terra Indígena, pois trata-se de uma área bastante vulnerável devido a sua localização próximo à ponte sobre o rio Piraquê-Açu e por já possuir um *pier* semi-construído, o que a torna bastante visada por terceiros que pleiteiam esse trecho de terra para a instalação de possíveis atividades danosas ao ecossistema local;

b) comprovadamente essa área sempre serviu aos índios e vem sendo utilizada como área de usufruto por parte dos índios Tupiniquim e Guarani para as atividades de caça e pesca, coleta de frutas e plantas nativas, plantio e manejo de espécies florestais e também como ocupação territorial conforme indícios encontrados na área não demarcada. A existência de pequena faixa de floresta nativa (Mata Atlântica) remanescente na linha de divisa da demarcação foi seccionada [...] durante o processo demarcatório antigo e que ficou fora da Terra Indígena Caieiras

⁴⁷ Essa questão específica que trata das manifestações públicas em torno da criação de unidade em Santa Cruz será detalhada no próximo capítulo quando abordamos a relação entre a mídia e a agenda pública e institucional.

Velhas favorece essas atividades. Essa floresta é bastante utilizada pelos índios no manejo florestal e precisa ser preservada devido ao avanço da monocultura do eucalipto na região. A inclusão desse trecho de floresta na Terra Indígena asseguraria maior proteção legal contra futura devastação. Ficou evidente também o manejo de plantas medicinais e ornamentais pelos índios Guarani da Aldeia Boa Esperança, que utilizam os recursos da floresta remanescente dentro e fora dos limites atuais da terra indígena;

c) é uma comprovada área de ocupação indígena devido aos indícios encontrados de utilização dos recursos naturais do local como: o achado de fragmentos de cerâmica (pto GPS 18) em área de mata fechada; cacimba rasa c/ manilha para captação d'água (pto GPS 02) e antigas armadilhas na mata próximo ao local da aldeia antiga (pto GPS 01);

d) possui trechos de manguezal na margem do rio Piraquê-Açú que estão incluídos na *Reserva Ecológica dos Manguezais dos Rios Piraquê-Mirim e Piraquê-Açú* - Lei Municipal nº. 994/1986, que ficarão também mais protegidos legalmente se incluídos na Terra Indígena (CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA CAIEIRAS VELHA/ES, GT 1156/00 apud IBAMA, 2006, v. II, anexo 11).

Tal parecer, contudo, só seria efetivado em 2002 após intensa repercussão de contestações jurídicas e pressões sociais. O desgaste das figuras dos representantes da prefeitura local era notório, ao insistirem na implantação do parque industrial, assim como a imagem da Thotham Mineração Marítima Ltda., no cenário estadual, estava completamente abalada. A explicitação dos conflitos pelos indígenas foi essencial para tornar pública a disputa envolvendo a exploração de calcário coralíneo e, conseqüentemente, a proposta de criação do PARNA Marinho de Santa Cruz.

A questão de legitimidade política em Aracruz na gestão 2001-2004 teve marcas polêmicas. Especificamente para a região de Santa Cruz, a doação irregular de terras ambientalmente protegidas e indígenas para empresa Thotham Mineração Marítima Ltda. foi o ponto alto. Em relação ao município como um todo, houve denúncias de irregularidades em obras públicas superfaturadas. Estas últimas, por sinal, foram motivo de afastamento por improbidade administrativa entre 29 de janeiro e 02 de fevereiro de 2001 – logo após a reeleição do prefeito.

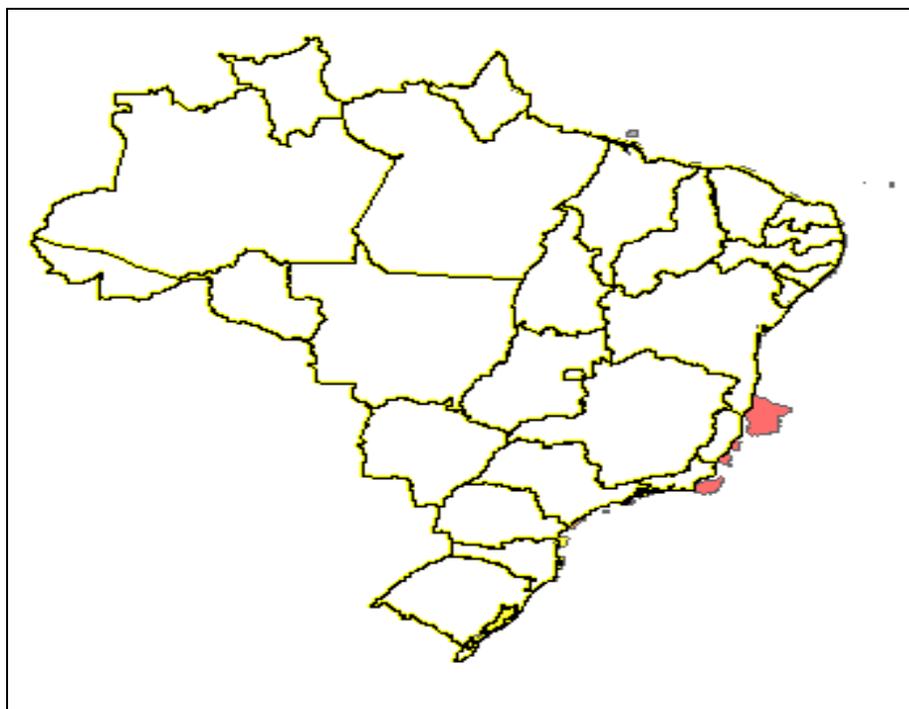
4.1.4 Terceira proposta de área protegida para Santa Cruz: REVIS e APA

Após a resolução da questão fundiária indígena e da ampla desqualificação da proposta técnica e indícios de favorecimento político na exploração de sedimentos biodetríticos marinhos por parte da Thotham Mineração, a questão que mais havia tido apelo midiático já não representava foco de atenção. Com a autorização da demarcação da Aldeia Piraquê-Açú, o centro de ação dos indígenas passara a se concentrar em outros temas. Sempre que

solicitados a participar dos debates, os indígenas não se furtaram, porém a ocupação que havia causado grande comoção social já era fato resoluto.

Em 2005, o outro ponto de discórdia que oscilava em torno da exploração de algas calcárias, já não mais assombrava os debates. A instalação da indústria de exploração do calcário coralíneo não passava mais de um assunto moribundo que teimava em permanecer vivo, apesar de extremamente limitado em seus argumentos. Afinal, os órgãos federais mais representativos atuantes na definição de lavras de pesquisa e produção mineral, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e o IBAMA, depois de muita pressão social, já haviam manifestado ressalvas à exploração em larga escala dos biodetritos calcários. Como se tratava de área contígua a terras indígenas, a FUNAI havia se manifestado contrária à industrialização das algas na região.

Mapa 3 – Áreas prioritárias para a conservação – plantas marinhas



Fonte: <http://www.bdt.fat.org.br/workshop/costa> apud IBAMA, 2006, v. I, p. 37.

A posição do movimento industrial, que esboçou um alinhamento com os interesses dos pescadores, sofreu um importante revés em 2002. Naquele ano, o Ministério do Meio Ambiente apresenta o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, constante no documento

Biodiversidade Brasileira MMA/2002 (IBAMA, 2006, v. I, p. 34). A posição contra a criação da unidade de conservação na área, através de questionamentos dos dados científicos do IBAMA/ES, perdera legitimidade com a publicação dos dados nacionais, já que a região de Santa Cruz consta como de prioridade máxima de conservação. No mapa 3, acima, destacam-se as áreas prioritárias para conservação na costa brasileira entre Corumbau/BA e Cabo Frio/RJ, figurando duas áreas no Espírito Santo: a região de Santa Cruz, em Aracruz – ponto rosa no centro-norte do estado – e a região da Ilha dos Franceses, entre os municípios de Piúma e Itapemirim, no sul do estado.

A estratégia de desqualificação da proposta foi refutada com o empenho do MMA em definir uma política ambiental a longo prazo – ainda que tenha um longo caminho até efetivar os planos.

Neste contexto, as manifestações de pescadores, pela mudança de categoria de unidade, e do movimento empresarial, pela extinção da proposta de criação de área protegida na região, passaram a ter um novo sentido no interior da arena de discussões. Os pescadores ainda transitavam pela questão inicial que os afligia: a concorrência com embarcações de fora, contudo incorporaram novas demandas, como problemas com as pesquisas sísmicas (de petróleo). Por isso, não abriam mão de uma unidade de conservação na região, porém o modelo que preservavam que defenderam era o de RESEX ou APA. Uma categoria de uso sustentável, argumentaram, seria a coroação de um trabalho de preservação ao longo da história do lugar. Afinal, se a área é passível de preservação, os pescadores locais possuem o mérito de terem utilizado seus recursos, sem que, com isso, comprometessem as espécies.

Essa argumentação, aliás, refere-se a toda área habitada que se pretende especialmente protegida. Se ela reúne atributos que a alçam ao *status* de proteção legal, e nesta, seres humanos habitam ou dela retiram seu sustento, significa que estes indivíduos estabeleceram critérios de sustentabilidade sofisticados ao ponto de coexistir com os recursos ambientais conservados. Seria assim um ato de injustiça ambiental o impedimento da presença dos que ao longo do tempo cuidaram da área.

Essa tensão é mais sutil no caso dos pescadores que eles sentem a ausência de dispositivos legais que os amparem, uma vez que o mar é de propriedade da União. Diegues (2004a) dedica esforços à humanização do mar, no sentido de mostrar que os pescadores habitam o oceano e este compõe uma série de elementos simbólicos da vida cultural no continente.

Ao contrário do que ocorre com a percepção e estudo dos mares pela ciência moderno-positivista, por longo período da história da humanidade, os oceanos não eram simplesmente uma realidade físico-biológica, mas eram povoados por seres humanos e não-humanos, por monstros e divindades. No entanto, mesmo hoje, somente para uma ciência reducionista o oceano é uma realidade somente material, despovoada de seres humanos e seus símbolos. A concepção totalizante ainda subsiste entre as populações marítimas que mantêm um contato estreito com o mar e dele tiram sua subsistência. Essas populações humanas têm uma percepção complexa do meio-marinho e seus fenômenos naturais. De um lado, há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos (ventos, marés, reprodução dos cardumes de peixes) que hoje começa a ser explorado pela chamada etnociência marítima. De outro lado as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar (DIEGUES, 2004a, p. 51).

Tais debates ainda possuem inserção limitada nos círculos decisórios das políticas ambientais. A criação de uma unidade de proteção integral na região de Santa Cruz representa não somente o impedimento da pesca no interior da unidade, mas também o cessar do fluxo simbólico que nutre grande parte das relações sociais em comunidades que vivem da pesca artesanal. Do ponto de vista legal, o que é mais dramático, os pescadores não teriam direito a qualquer tipo de ação compensatória ou mitigadora, haja vista que a questão oceânica é representada por usufruto ou posse, o que inibe ressarcimentos. Cientes da questão, os pescadores continuaram a pressionar o IBAMA/ES a fim de alterar a proposta. Argumentaram que, muitas famílias, cujas embarcações de pequeno porte não permitem ir além dos limites da área restrita para acessar sua fonte alimentícia, seriam extremamente penalizadas com a criação da unidade.

Diante do quadro, em que os pescadores pressionavam por uma unidade de uso sustentável, o que, na prática, representava cada vez menos apoio popular à proposta, houve um terceiro projeto de modelo gerencial para a área protegida. Em 2005, foram propostos dois modelos contíguos: um Refúgio de Vida Silvestre – REVIS de Santa Cruz, no interior, circundado pela Área de Proteção Ambiental – APA Costa das Algas. Com esta estrutura, esperava-se que os anseios por uma unidade de uso sustentável fossem atingidos, ao mesmo tempo em que os interesses vinculados a uma unidade de proteção integral fossem alcançados.

O Decreto 4.340, do ano de 2002, no seu capítulo III, prevê esse modelo de gestão de área protegida, e é chamado de mosaico de unidades de conservação. É um mecanismo utilizado para atenuar conflitos oriundos da criação de unidades de conservação, notadamente as de proteção integral. Brandon (apud FERREIRA, 2004), ao se referir ao modelo de mosaico, descreve que:

Os usos sustentáveis dos recursos naturais devem ser incentivados e implementados no entorno de parques e reservas e nos corredores que compõem as redes de UCs, mas espécies protegidas devem ser mantidas a salvo em áreas onde a interferência humana sobre os processos naturais seja altamente controlada e vise

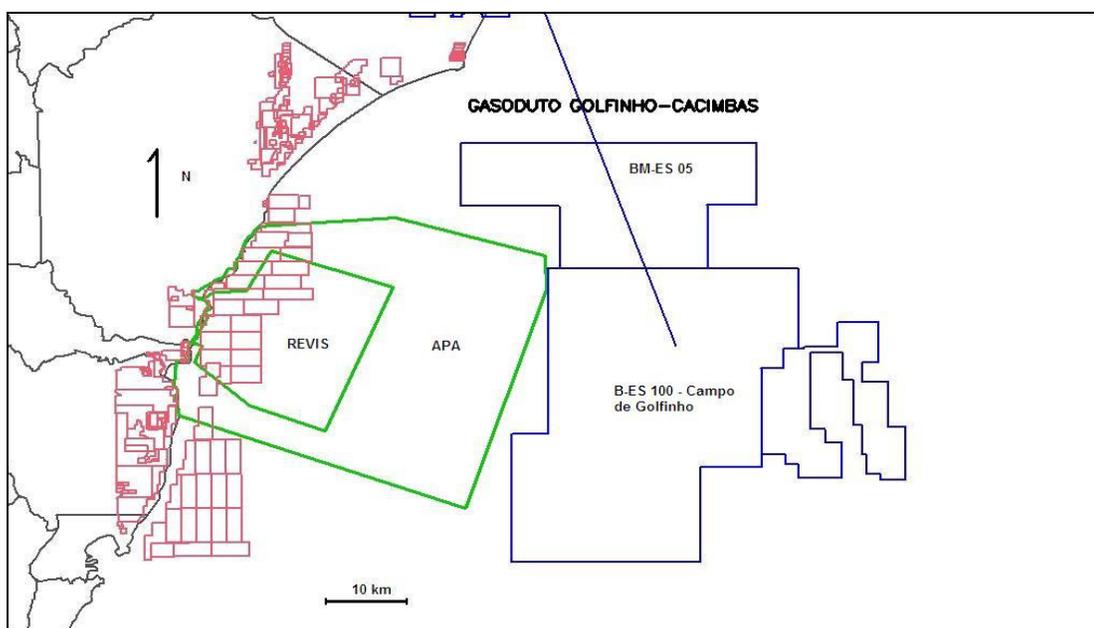
preferencialmente sua conservação e não o bem estar social dos povos que nelas habitam (BRANDON apud FERREIRA, 2004, p. 49).

Na prática, a proposta é vincular a criação de unidades de uso sustentável às categorias de proteção integral. Assim, os órgãos ambientais, nas três esferas de poder – municipal, estadual ou federal –, condicionam um objetivo a outro. Com isso, têm à disposição mais instrumentos de captação de recursos, além da possibilidade de apoio popular.

Nesse contexto do mosaico de unidades de conservação, é proposta a alteração do modelo PARNA para o REVIS circundado por APA, na região de Santa Cruz. Na verdade, porém, a situação dos pescadores não mudou muito. Em termos geográficos, as dimensões do PARNA se reduziram em relação ao REVIS – porém a redução não satisfaz integralmente os pescadores. A mudança mais significativa ficou por conta da zona de amortecimento transformada em APA, podendo, assim, ser aumentada expressivamente.

A ampliação da área protegida sofreu severas críticas do movimento empresarial. Em reuniões setoriais com pescadores, representantes do setor industrial questionaram a ampliação da área protegida, com a criação da APA e, conseqüentemente, de sua zona de amortecimento, em relação às atividades do Portocel. Outra preocupação explicitada era com a sobreposição em relação aos blocos petrolíferos.

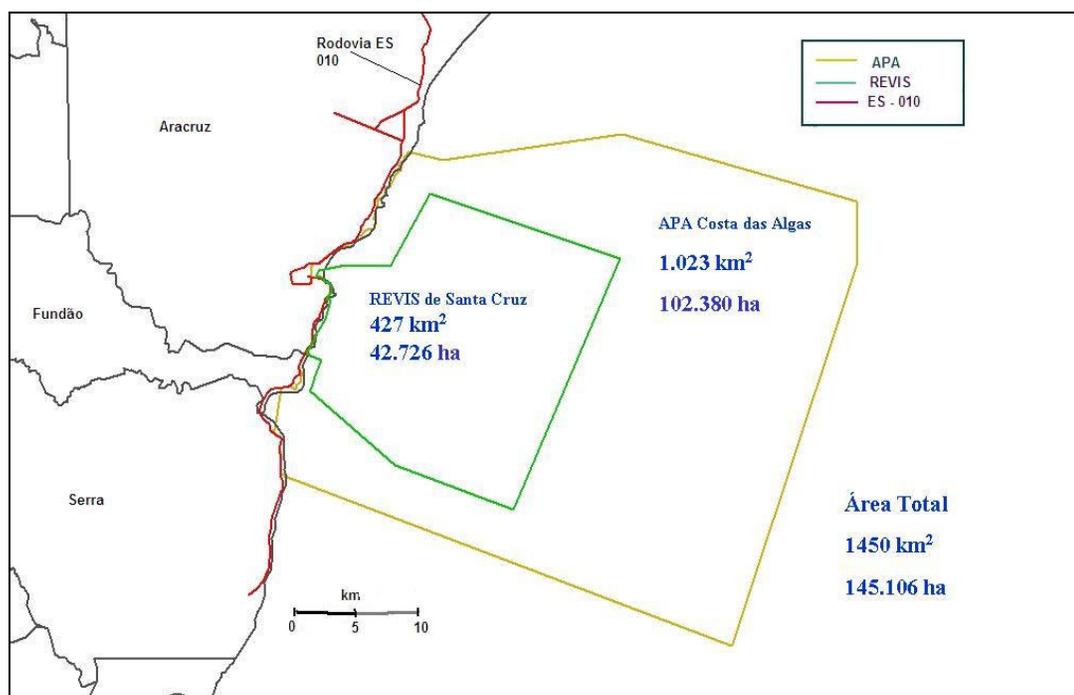
Mapa 4 – Sobreposição da área das UCs com atividades petrolíferas e de mineração de sedimentos biodetríticos



Fonte: IBAMA, 2006, v. I, p. 80.

O desenho da área foi sensível às demandas portuárias e dos blocos petrolíferos leiloados até a data da finalização do modelo. O mapa 4, acima, destaca o posicionamento das unidades frente aos blocos BM-ES 05 e B-ES 100 – Campo de Golfinho. Os polígonos em vermelho representam as áreas solicitadas ao DNPM para exploração de algas calcárias e sedimentos biodetríticos. A ampliação da área também influenciou a situação política municipal, pois aglutinou a costa de outros dois municípios – Fundão e Serra – além do já citado, Aracruz – mapa 5, abaixo.

Mapa 5 – Localização da APA e do REVIS em relação aos municípios de Aracruz, Fundão e Serra



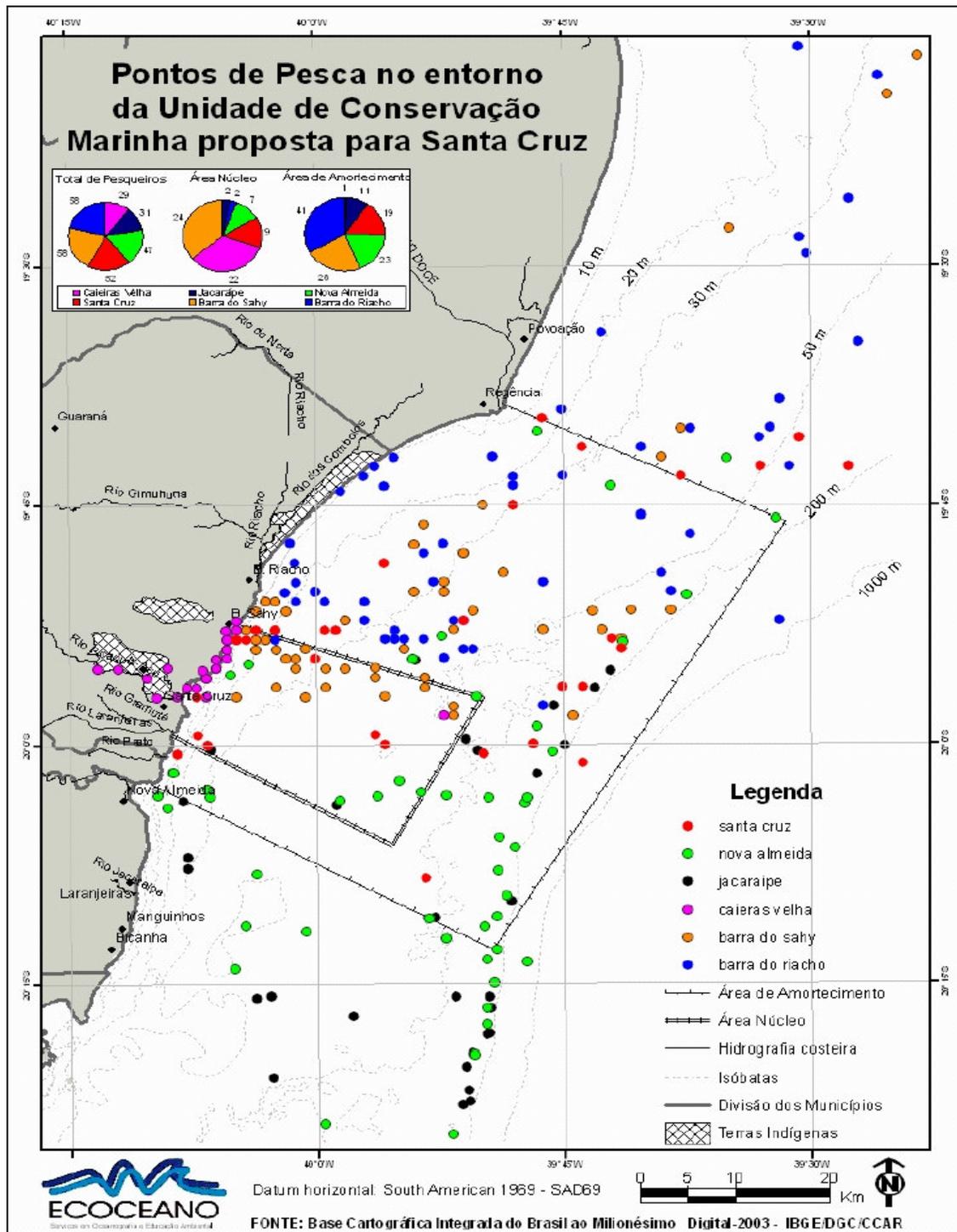
Fonte: IBAMA, 2006, v. I, p. 67.

As comunidades de Caieiras Velha e Barra do Sahy seriam as mais prejudicadas – mapa 6 – devido aos pontos de pesca utilizados e às características de suas embarcações. Muitos pescadores utilizam barcos sem motor, denominados canoas, com baixo poder de deslocamento e de permanência no mar. Em outras palavras, se esses pescadores não utilizarem a costa próxima às suas residências, não conseguirão exercer sua atividade.

A luta dos pescadores foi encorpada, graças à aglutinação de agentes de outros municípios. Segundo levantamentos encomendados pelo IBAMA/ES, além de Caieiras Velha

e Barra do Sahy, outras 7 comunidades seriam diretamente afetadas com a criação da APA e da REVIS – tabela 5.

Mapa 6 – Pontos de pesca por localidade



Fonte: ECOCEANO, 2005, p. 49.

Tabela 5 – Número estimado de pescadores por localidade diretamente afetada, nos municípios*

Município	Localidade	Número de Pescadores
Aracruz	Barra do Riacho	170
	Santa Cruz	40
	Barra do Sahy	30
	Caieiras Velha	20
	Aldeia Piraquê-Açú	30
	Praia dos Padres	5
	Putiri	5
Serra	Nova Almeida	50
	Jacarapé	80

Fonte: ECOCEANO, 2005, p. 30.

* Não foi detectada atividade pesqueira significativa no litoral do município de Fundão.

As entidades de representação dos interesses dos pescadores insistiram muito nessa questão⁴⁸, utilizando vários mecanismos de pressão na tentativa de mudar a proposta, principalmente por saberem que legalmente não haveria qualquer garantia de medidas compensatórias ou mitigadoras em benefício da classe.

4.1.4.1 Consulta pública: momento de explicitar conflitos na consecução de objetivos

A audiência pública é um instrumento de participação pautado na concepção de democracia participativa, no qual os agentes são convidados a expressar seus interesses acerca de algum tema específico. O SNUC prevê consulta pública em casos de criação de unidades de conservação e determina linguagem clara e acesso às informações por parte dos interessados. O Decreto 4.340, que regulamenta o SNUC, contudo, apresenta uma expressão condicional, não muito clara, para a realização de consulta pública.

Art. 4º Compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, *quando for o caso*, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade [grifos nossos]

Art. 5º A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.

⁴⁸ Entre outras ações, os pescadores lançaram, em abril de 2006, uma manifestação pública de apoio à APA e repúdio à REVIS.

Parágrafo 1º A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.

Parágrafo 2º No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta (BRASIL, DECRETO 4.340, de 22 de agosto de 2002).

Assim, a consulta pública não visa à definição da criação em si, mas sim desenhar sua localização, dimensão e limites. A definição de categoria implementada é resultado dos estudos técnicos, pautados em linguagem científica – geralmente não acessível às populações altamente dependentes dos ciclos ambientais. Segundo Hannigan (1995), ao refletir sobre expectadores de questões ambientais, declara que:

Para além das capacidades dos formuladores de exigências e a gravidade da própria situação, o êxito de uma exigência ambiental reconhecida pode também ligar-se à magnitude do público que é mobilizado em torno da exigência. Isto é, a onda de apoio do público, não marca apenas o aumento da consciência de um problema, mas pode constituir também uma valiosa fonte no esforço para captar a atenção política (HANNIGAN, 1995, p. 71).

A quantidade de agentes envolvidos na problemática é resultado da complexidade social ao mesmo tempo em que resulta na sua potencialização.. A consulta pública realizada, em 05 de outubro de 2005, em Santa Cruz, por conta da criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz, foi uma das últimas etapas públicas da criação das áreas protegidas. A manifestação dos pescadores foi marcante, no tocante às suas preocupações. Estima-se que 600 pessoas participaram da consulta (IBAMA, 2006, v. V, anexo 26), o que comprova que o assunto agregou interesse popular. No momento de consulta pública, a sociedade ampla teve a oportunidade de se tornar parte de um evento participativo – até então as reuniões setoriais haviam reunido pescadores por comunidade ou no máximo por município e, geralmente, se expressavam via representante.

O evento contou com a presença de pescadores de todas as comunidades diretamente envolvidas. Os participantes lotaram o auditório – fotos 3 e 4 – e a estratégia adotada, por eles, envolveu intensos questionamentos sobre a situação da reprodução material e simbólica dos pescadores proprietários de pequenas embarcações – os mais afetados –, além de intensa movimentação com tentativas de esvaziamento do auditório, como forma de deslegitimar as decisões que estavam sendo tomadas. Tais ações ainda representaram uma tentativa de explicitação dos conflitos pela sobrevivência por parte dos agentes. Mais de 50% de todas as perguntas escritas destinaram-se à questão da sobrevivência dos pescadores e marisqueiros artesanais – quadro 6.

Quadro 6 – Questionamentos escritos feitos na audiência pública da APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz

“Eu sou marisqueira, vivo disso. E agora como eu vou viver, como vou criar meus filhos?” Edir Vieira dos Santos

“Porque não proibir o lixo da Aracruz Celulose. Porque não proibir a entrada da Petrobras na nossa região. Eles têm grana coisa que os pescadores não têm.” Alexandre

“Porque vocês não proibem rede, barco industrial e arrastão? Aquele que não tem outra fonte de renda vai viver do que, de ‘assaltante’?” Carla Cristina de Souza

“Como que vai ser a sobrevivência de quem tem barco de pequeno porte, ou seja, não pode ir além de 6 milhas?” Maria da Penha de Souza

“Aqueles pescadores que possuem embarcações pequenas, como sobrevirão? E os marisqueiros?” Alfredo Sampaio

“Com a proibição do pesqueiro marítimo na costa do ES, como fica a cintuação dos pescadore diários de pequenas embarcações. Vamo pasa fome?” (sic) Gabriel André Minervino

“Qual é o problema que uma pesca de linha causa? E uma pesca de rede? E uma traineira?” Maria da Penha de Souza

“Se vocês estão tão preocupados com a natureza, ou seja cm o meio ambiente, porquê que vocês não tiram restaurante, casas etc. que estão na propriedade da marinha?” Eliane

Fonte: IBAMA, 2006, v. V, anexo 26.

Fotografia 3 – Consulta pública acerca da criação das unidades APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz



Fonte: banco de fotos do IBAMA-ES, gentilmente cedido.

Fotografia 4 – Manifestação social contrária à criação de unidade de proteção integral durante a consulta pública



Fonte: banco de fotos do IBAMA-ES, gentilmente cedido.

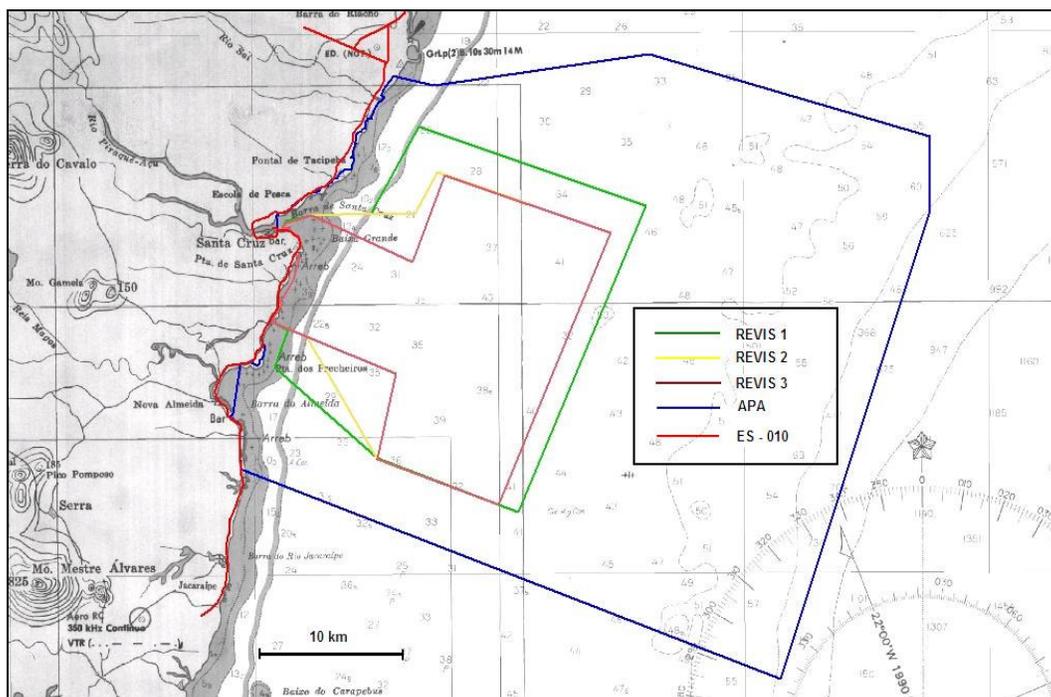
No outro lado, no jogo de forças, 15 entidades locais manifestaram apoio por escrito à proposta de APA e REVIS – quadro 7, abaixo.

Quadro 7 – Declarações de apoio à criação da APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz durante a realização da consulta pública

AMBA – Associação de Moradores da Balsa
AMPRAFOR-PSC – Associação de Moradores de Praia Formosa e Portal de Santa Cruz
AETA – Associação das Empresas de Turismo de Aracruz
CONEO – Conselho de Entidades da Orla
ASSAOARA – Associação dos Artesãos da Orla de Aracruz
ACOPS – Associação Comunitária do Sauê
AMMA – Associação de Moradores do Mar Azul
Banda de Congo de São Benedito da Flor de Gramutê/Santa Cruz
AMIP – Associação Amigos do Piraquê-Açú
Grupo da Melhor Idade de Santa Cruz
Casa da Cultura Recanto da Cultura de Santa Cruz
Estação Biologia Marinha Ruschi
Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente
AMPP – Associação Moradores de Praia dos Padres
CAOCEANO – Centro Acadêmico de Oceanografia da UFES

Fonte: IBAMA, 2006, v. V, anexo 26.

Mapa 7 – Mapa comparativo das três áreas propostas para o REVIS



Fonte: IBAMA, 2006, v. I, p. 94.

As manifestações dos pescadores surtiram efeito e os limites da REVIS de Santa Cruz foram revistos – mapa 7, acima. A proposta de mudança de categoria de preservação não foi acatada, como era de interesse da classe, mas foram desenhados mecanismos legais, inéditos no Brasil, para identificar os pescadores com maior dependência em relação à área da REVIS. Até os trabalhos serem concluídos por um GT interinstitucional, previsto no decreto de criação da unidade de conservação, os pescadores cadastrados residentes na região poderão continuar a usufruir dos recursos pesqueiros da área. São objetivos do GT:

Identificar os pescadores profissionais que realizem pescarias em pequena escala ou para fins de subsistência, que tenham na área do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz a maior parte de seus pesqueiros possíveis e que possam vir a sofrer limitação severa para composição de sua renda familiar em decorrência da criação desta Unidade de Conservação; e definir medidas que visem minimizar ou compensar os efeitos negativos da criação da unidade de conservação sobre estes pescadores (MODELO PROPOSTO PARA O DECRETO DE CRIAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DE SANTA CRUZ, ARTIGO XX).

A medida de definir em bases legais a minimização ou compensação de efeitos de criação de área protegida marinha foi fruto de intensos debates, afinal pelo SNUC e o Decreto n°. 4.340, não há qualquer menção a mitigação ou compensação referente a áreas marinhas.

Atualmente, a proposta está em compasso de espera por uma definição na Casa Civil, segundo informa o IBAMA/ES. A proposta vem sofrendo constantes ataques a fim de esvaziar seu conteúdo científico, econômico e político. O processo já foi completamente instruído e está no MMA para definição quanto ao envio para a Casa Civil e Presidência da República. Os maiores empecilhos estão sendo formulados pela ONG MESAção, que entrou com pedidos de revisão da proposta no Ministério Público e, inclusive, acionou o Governo do estado, via Secretaria de Meio Ambiente (informação verbal). Assim, somos expostos à dúvida: diante de tantas pressões econômicas e políticas, será que as unidades de conservação realmente serão criadas e implementadas? Salientamos que a temática está paulatinamente saindo da agenda pública, o que concorre para seu esquecimento. Dessa forma, então, restar-nos á aguardar o desfecho final das unidades.

Contudo, podemos destacar que o embate de forças promoveu as discussões que permitiram a criação da Reserva Indígena Piraquê-Açu – que, legalmente, é uma área especialmente protegida –, em 2002. Ademais, promoveu amplo debate em torno das algas calcárias, o que fez avançar os conhecimentos acerca do mineral, além de ter conseguido barrar o empreendimento da Thotham Mineração Marítima Ltda. Estes foram, sem dúvida, os objetivos atingidos mais visíveis até o momento, mas podemos destacar também que o grau de informação sobre política ambiental que os agentes alcançaram foi um ganho imaterial promovido pelos debates em torno da problemática local. A legislação do SNUC e do Decreto nº. 4.340 são, atualmente, instrumentos dominados pelas representações civis locais, o que os habilita a discussões mais consubstanciadas sobre medidas políticas para a região e o estado. Esta discussão permitiu, entre outros, que, caso seja criado e implementado, o REVIS de Santa Cruz tenha mecanismos de mitigação e compensação para pescadores. Tal avanço é significativo em termos de criação de áreas marinhas pois abre precedente nacional, dado seu caráter inédito.

4.2 Influência midiática no arranjo das agendas pública e institucional

A partir desse momento nos remetemos à agenda da mídia relacionada à criação de unidades de conservação no Espírito Santo. Entre os anos de 2000 e 2006, foram discutidos cinco pedidos de criação de áreas protegidas marinhas no estado. Dentre estas, apenas a da criação da área contígua da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz – Processo nº 02009.002019/2001 – foi completamente instruído e aguarda envio para a Casa Civil e a

Presidência da República. Das outras propostas, uma está com processo aberto, mas ainda carente de uma série de informações substantivas ao seu prosseguimento (UC Ilha do Francês, Processo n° 02009.003372/03-50, entre os municípios de Piúma e Itapemirim); outra que conta com o apoio do Centro-Tamar/IBAMA (Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS da Foz do Rio Doce, no município de Linhares), mas não teve seu processo administrativo aberto; uma terceira, a mais antiga, que data de 2000 (RESEX de Barra Nova, Processo n°. 02001.002153/2000-15, entre os municípios de Linhares e São Mateus), está com seu processo parado devido a conflitos com o setor industrial – mais precisamente com interesses petrolíferos; e uma quarta que não teve força política para seguir adiante (RESEX Ilhas Costeiras de Vila Velha).

O período de efervescência de propostas de unidades marinhas no Espírito Santo coincide com a ampliação das atividades petrolíferas no estado. Esta, por sinal, potencializou significativamente disputas eleitorais nos municípios que passaram a receber *royalties* do petróleo – notadamente os litorâneos da região centro-sul capixaba. No município de Jaguaré – maior produtor terrestre de petróleo do estado –, no norte capixaba, as eleições municipais para prefeito, em 2004, foram marcadas por guerra judicial entre os candidatos. O candidato Florisvaldo Klippel (PSDB)⁴⁹, que obteve maioria no pleito de outubro de 2004, teve sua candidatura impugnada, provocando novo pleito dadas às denúncias de irregularidades. Situação não muito diferente do município de Presidente Kennedy, no sul do estado. Município capixaba com um dos maiores índices de analfabetismo, teve sua arrecadação incrementada significativamente com o dinheiro do petróleo – no ano de 2005 representou cerca de R\$ 725.588,00 mensais, o que em termos municipais significa receita maior que todas as outras fontes de arrecadação somadas. No pleito de 2004, a população local viu uma das mais acirradas disputas de sua história política, com denúncias e processos recíprocos entre os candidatos.

No contexto 2000-2006, as expectativas oriundas da exploração de petróleo na costa capixaba influenciaram também a atividade pesqueira. A pesquisa sísmica, como já apontamos, mexeu com o imaginário e com a realidade dos pescadores. A queda abrupta na comercialização do peroá (*Balistes capriscus*) – espécie de pescado muito apreciada no estado – coincide com a intensificação da atividade de pesquisa de petróleo. A combinação entre a queda de pescado e a sísmica ainda é muito pouco conhecida, mas, em 2006, foi lançado o Plano de Compensação de Atividade de Petróleo – PCAP. O lançamento do plano indica que

⁴⁹ Todas as indicações de partido neste trabalho se referem aos adotados pelos candidatos e figuras políticas à época da exposição do fato. Assim, não buscamos atualizar as siglas dos que, por ventura, mudaram de partido.

os apontamentos dos pescadores têm algum fundamento, já que a indústria petrolífera se rendeu – após intensa explicitação de conflitos – às reivindicações. Tais exigências passaram a ser consideradas somente após pressões originadas ainda no ano de 2001, ou seja, cinco anos após as primeiras manifestações de insatisfação.

Os veículos de notícias foram acionados, respeitando as limitações de acesso dos pescadores aos formuladores de reportagens, e constituíram um elemento substantivo na explicitação de reivindicações sociais. Ao tratar especificamente da questão ambiental, Hannigan (1995) declara que:

Na passagem dos problemas ambientais de condições para assuntos, e depois para condicionantes da elaboração de políticas, a visibilidade midiática é crucial. Sem a cobertura dos meios de comunicação social, é pouco provável que problemas antigos entrem na área do discurso público ou venham a fazer parte do processo político (HANNIGAN, 1995, p. 79).

A mídia exerce, assim, o papel de potencializar uma temática de forma a torná-la pública. Dessa forma, novos agentes são convidados a participar das discussões, complexificando a temática. Num movimento espiral, quanto mais agentes envolvidos, maior será a possibilidade de cobertura midiática de uma questão e vice-versa.

A ascensão de uma notícia ambiental na agenda da mídia leva em consideração cinco fatores principais: 1) relação com os conceitos culturais amplamente aceitos; 2) articulação entre as agendas política e científica; 3) caráter dramático do problema ambiental; 4) relação com o presente ao invés de um futuro distante, e; 5) relação com uma agenda de ações concretas (HANNIGAN, 1995). Ao relacionar estes cinco itens com a agenda de notícias criada em torno da criação da área protegida em Santa Cruz, obtivemos indícios qualitativos e quantitativos que ajudam a entender a configuração final da proposta, bem como sua evolução e sua condição atual.

As dimensões científica – que legitima a proposta de desenvolvimento sustentável –, econômica – que explora os recursos ambientais em larga escala – e política – que operacionaliza e institucionaliza os preceitos científicos e econômicos, entre outros – inter-relacionaram-se, traçando o cenário da política ambiental local. As dimensões centrais da modernidade se apresentam, assim, de forma incisiva nos debates. As agendas da mídia, pública e institucional, no que tange à temática ambiental, foram marcadas – mesmo que às vezes de forma tácita – pela perspectiva de um novo ciclo de desenvolvimento no estado. Este ciclo permeou as três dimensões expostas de forma a relacioná-las e conjugou a perspectiva do desenvolvimento, com a do petróleo, do aumento do emprego e renda, da qualidade de

vida, entre outros amplamente aceitos pela sociedade. Assim, o discurso do desenvolvimento a partir do petróleo assumiu caráter coletivo e de bem comum.

O processo de agendamento envolveu não só as agendas científica e política, como sentença Hannigan (1995), mas também a agenda econômica. O complexo jogo de forças incluiu relações estreitas entre o que se veiculou na mídia e o que se discutiu na sociedade. Envolveu uma seqüência de histórias (GAMSON e WOLFSFELD apud HANNIGAN, 1995), o que foi substantiva para entender, por exemplo, porque dentre as cinco propostas de criação de unidades marinhas, somente a discutida neste trabalho teve continuidade, dado a correlação dos eventos sociais.

A seqüência de histórias marca uma continuidade em um espaço temporal relativamente longo se comparado com o fato explicitado. Este encadeamento de notícias está intimamente ligado ao terceiro fator de ascensão de uma notícia ambiental – drama social (HANNIGAN, 1995). Adicionamos o elemento conflitivo ao dramático para demarcar o diferencial midiático da veiculação da criação de unidades de conservação em Santa Cruz. A situação política municipal, em Aracruz, relacionada aos conflitos indígenas e pesqueiros, deu o tom das matérias jornalísticas.

Por último, as disputas territoriais e marítimas na região marcaram os interesses. Assim, houve uma atualização de debates históricos envolvendo o uso e apropriação dos recursos ambientais locais. A ação proposta – criação de área protegida – fechou o círculo que conferiu interesse midiático à região.

A exposição da temática e, principalmente, a seqüência de notícias se deveu a uma série de fatores. Já na década de 1980, a SEMA, através do relatório Sherer (apud MINC, 1985), destacava a localidade de Santa Cruz como alvo de degradação ambiental em ecossistemas litorâneos (MINC, 1985), o que propõe um histórico de, pelo menos, duas décadas, em nível nacional, de denúncias contra impactos antrópicos na região. Outro fator importante foi o novo olhar conferido ao mar capixaba. O que antes era visto como fonte de lazer e de pescado, passara, nos últimos dez anos, à fonte de riquezas minerais, como petróleo e sedimentos calcários. A questão fundiária envolvendo indígenas, quilombolas e Aracruz Celulose já figura no cenário estadual há, pelo menos, três décadas, apresentando-se como ícone das disputas regionais.

O contexto pretérito da área, aliado à chegada de empreendimentos minerais – petróleo e algas calcárias –, foi central na disposição da seqüência de notícias. O foco midiático girou em torno de histórias. A questão indígena, a chegada da Thotham Mineração Marítima Ltda. e

a exploração de biodetritos calcários, conflitos na pesca na região norte do Espírito Santo e denúncias contra a administração municipal de Aracruz, estiveram relacionadas à criação da área protegida na região, o que conferiu visibilidade social e política à problemática. A veiculação de notícias na mídia teve o diferencial de potencializar o debate.

Os dados da tabela 6 demonstram o histórico das notícias de criação de unidades marinhas no Espírito Santo desde 2000, quando surgiram as primeiras propostas. Salientamos que a proposta de criação de área protegida em Santa Cruz teve uma seqüência de histórias em torno da questão ambiental. Dessa forma, ganhou proeminência em relação às demais e, o que é mais importante, obteve visibilidade social e, com isso, angariou novos agentes à sua causa. A complexificação e a explicitação das disputas envolvendo os recursos ambientais de Santa Cruz foram cruciais para demarcar a configuração atual.

A composição da agenda da mídia se mostrou elemento interpretativo da composição do jogo de forças. A potência da proposta de criação de área protegida se materializou a partir da legitimação conferida pelo apoio das diversas entidades sociais envolvidas. O diferencial dessa proposta está situado na capacidade aglutinadora exposta pelos diferentes segmentos sociais em comum. Destaca-se a capacidade das lideranças envolvidas em criar um fato político que, ao mesmo tempo, propiciasse a convivência de interesses tão díspares num mesmo conjunto, e que alçasse a temática ao debate amplo.

Pode-se observar, a partir dos dados, um elemento diferencial entre as propostas. Enquanto a criação da RESEX de Barra Nova obteve 13% da atenção da mídia, relacionada à criação de unidades de conservação marinhas em 2000, a proposta de área protegida em Santa Cruz atingiu mais de 95%⁵⁰ dos assuntos, no mesmo período. A proposta de unidade de conservação marinha em Vila Velha foi noticiada apenas uma vez naquele ano – e não apareceu mais desde então na mídia. Em 2001, a RESEX de Barra Nova captou 10% dos assuntos noticiados, enquanto a questão de Santa Cruz atingiu o índice de 93%.

Em 2002, a questão começa a deixar o cenário midiático. A demanda indígena, uma das que mais angariaram atenção para a região, havia sido atingida com a demarcação da Aldeia Piraquê-Açu. Tal fato concorreu para o relativo afastamento dos indígenas em relação à criação da unidade de conservação. Naquele ano, a problemática em Santa Cruz recebeu 54% de atenção da mídia, enquanto a outra proposta de RESEX em Barra Nova atingiu 38%.

⁵⁰ Os conflitos da pesca no norte do estado foram computados como notícias vinculadas às duas propostas dado a abrangência territorial.

Tabela 6 – Matérias relacionadas à criação de áreas marinhas protegidas

Ano de publicação/assuntos relacionados à reportagem*	Número de matérias relacionadas ao tema
Ano 2000	
Matérias sobre a Thotham Mineração Ltda.	13
Denúncias contra a administração municipal de Aracruz relacionadas à doação indevida de terras indígenas à Thotham Mineração Ltda.	10
Matérias sobre a questão indígena ligada à área proposta de criação de área protegida em Santa Cruz	9
Conflitos na pesca na região norte do ES	4
Criação da Resex de Barra Nova	1
Criação de Resex de Vila Velha	1
Ano 2001	
Matérias sobre a Thotham Mineração Ltda.	25
Matérias sobre a questão indígena ligada à área proposta de criação de área protegida em Santa Cruz	14
Denúncias contra a administração municipal de Aracruz relacionadas à doação indevida de terras indígenas à Thotham Mineração Ltda.	10
Criação da Resex de Barra Nova	4
Criação de UC marinha em Santa Cruz	4
Conflitos na pesca na região norte do ES	2
Denúncias de exploração de biodetritos de algas calcárias	1
Ano 2002	
Criação da Resex de Barra Nova	4
Criação de UC marinha em Santa Cruz	3
Criação de Parque Marinho da Ilha do Francês	2
Conflitos na pesca na região norte do ES	1
Matérias sobre a questão indígena ligada à área proposta de criação de área protegida em Santa Cruz	1
Matérias sobre a Thotham Mineração Ltda.	1
Conflitos entre a criação de UC marinha em Santa Cruz e o setor petrolífero	1
Ano 2003	
Denúncias de exploração de biodetritos de algas calcárias	7
Criação de UC marinha em Santa Cruz	3
Matérias sobre a Thotham Mineração Ltda.	2
Criação de Parque Marinho da Ilha do Francês	2
Criação da Resex de Barra Nova	2
Ano 2004	
Denúncias de exploração de biodetritos de algas calcárias	1
Conflitos entre a criação de UC marinha em Santa Cruz e o setor petrolífero	1
Criação de Parque Marinho da Ilha do Francês	1
Criação de UC marinha em Santa Cruz	1
Ano 2005	
Criação de UC marinha em Santa Cruz	4
Criação de Parque Marinho da Ilha do Francês	2
Conflitos entre a criação de UC marinha em Santa Cruz e o setor petrolífero	2
Ano 2006	
Nenhuma reportagem se referiu à criação de unidades marinhas	0

Fonte: Jornal *A Gazeta*.

* No anexo 1 são apresentados os títulos das reportagens, a data e a página de veiculação, assim como a posição da matéria na folha.

A partir de 2003, os conflitos fundiários entre indígenas e ARCEL continuaram a ocorrer, porém não contemplaram a criação de unidades de conservação marinhas. Isso contribuiu sobremaneira para a queda no número de assuntos veiculados na mídia relacionados ao objeto deste estudo. O outro ponto que angariou atenção, a chegada e instalação da Thotham, também já havia sido praticamente selado com a suspensão do direito de lavra da empresa.

Mesmo com a saída do conflito da agenda midiática, as notícias veiculadas em 2000, 2001, 2002 e 2003 contribuíram para a amplificação da agenda local e explicitação dos debates. É nesse período que a segunda proposta – a do PARNA – é elaborada e consegue sua primeira audiência pública – via internet. É nesse período, ainda, que novos agentes são incorporados ao processo – como a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Ministério Público Estadual, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

No total, em torno de 86% das notícias ambientais vinculadas à criação de áreas marinhas protegidas estiveram relacionadas à atual denominação de APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz. Este resultado mostra a impressionante força midiática conquistada pela proposta, representando a capacidade social dos agentes envolvidos de exporem a temática. Com a análise quantitativa do material jornalístico obteve-se correlação entre o avanço das propostas e suas veiculações. As outras propostas não tiveram força política para seguir, como foi o caso da proposta de RESEX de Vila Velha, que obteve apenas uma matéria.

A proposta de criação da RESEX de Barra Nova não obteve êxito na configuração de um fato político que angariasse foco midiático. A aglutinação de novos agentes foi comprometida, além de ter enfrentado forte apelo econômico por conta da indústria do petróleo sediada na região. O município de São Mateus é um dos mais antigos produtores de petróleo do estado, datando do final da década de 1960, o que confere um cunho tradicional ao setor. Nesse caso, o debate público e o apoio social foram substantivamente limitados, deixando a proposta à mercê de *lobbies* econômicos e da vontade política dos administradores ambientais.

A criação de unidade marinha em Santa Cruz, ao contrário, reuniu elementos que permitiram a operacionalização e conjugação de interesses distintos, cujas ações dos agentes se pautaram por realidades econômicas, sócio-culturais e ambientais. A inadvertência dos formuladores da proposta foi não levar em consideração a gênese do *habitus* de certos

agentes, como os pescadores, que elevaram sua sobrevivência material ao mais alto grau dentro a taxonomia de ações. A formulação da proposta de unidade de proteção integral coincidiu com a resolução dos conflitos territoriais da Aldeia Piraquê-Açu e com a retirada de apoio à proposta por parte dos pescadores.

Observa-se que o argumento utilizado pelos pescadores, para legitimar a criação da área especialmente protegida – a concorrência/conflitos com frota de fora –, foi sumamente abandonado a partir de 2002. A luta deste grupo social passou a ser travada para a revisão da proposta, o que mereceu uma mudança de atenção no acionamento da mídia. Denúncias contra a pesquisa sísmica e contra a extração mineral de algas calcárias passaram a ser o centro gravitacional. As primeiras, por conta de uma possível ação compensatória por parte das empresas de pesquisa e da própria Petrobras. Já as segundas se justificam devido à expectativa da possibilidade de os pescadores executarem o processo de coleta e, com isso, materializar uma alternativa de renda.

O setor petrolífero praticamente não apareceu na mídia como causando conflitos com a criação das unidades de conservação até 2004, quando entra em cena. A partir de então, dado o andamento da proposta de área protegida em Santa Cruz, as notícias veiculadas deram conta de um ambiente de prosperidade com a ampliação do setor petrolífero no estado. A composição das notícias era reflexo e, ao mesmo tempo, referendavam a perspectiva social de desenvolvimento econômico pujante. Assim, a política de criação de unidades de conservação, apareceu em contraste com a ascensão econômica do estado.

4.3 Contando uma história a partir de histórias: o conteúdo das notícias

Aqui abordamos o conteúdo das notícias veiculadas no período 2000-2006, relacionadas à criação de unidades marinhas na região de Santa Cruz e adjacências. A partir de um mosaico de histórias pretendemos apresentar como foi veiculado o desenvolvimento da proposta de área especialmente protegida. Buscamos demonstrar o jogo de forças no campo em questão, a fim de interpretar as ações dos agentes envolvidos.

Dois grupos em especial alternaram suas expectativas ao longo do processo: a comunidade em geral e os pescadores – que compõem, junto com seus agregados, grande parte da comunidade. Estes grupos se viram diante da disjunção apresentada por seu modo de

vida e sua reprodução material e simbólica, de um lado, e a política ambiental adotada, visando à manutenção da qualidade de vida e dos recursos ambientais, de outro lado.

O interesse em destacar matérias jornalísticas se deveu à exposição pública da problemática e sua relação com o andamento – mudanças – no processo de criação das unidades de conservação. O processo de seleção de matérias procurou privilegiar as primeiras e as últimas reportagens veiculadas, além de uma ou mais intermediárias. Algumas entrevistas são longas e, portanto, em certos momentos, incorremos na prolixidade, mas preservamos sua integralidade ao não propor cortes. Assim, apresentamos não só o dado, mas todo seu contexto.

4.3.1 A chegada da Thotham Mineração Marítima Ltda.

A chegada da Thotham Mineração Marítima Ltda. ao distrito de Santa Cruz foi marcada, desde o início, por polêmicas. A que mais atingiu os veículos de notícias foi a doação, por parte da Prefeitura Municipal de Aracruz, de área de proteção ambiental para a instalação da empresa. Contudo, outras controvérsias foram suscitadas. Número de empregos gerados, distribuição de cestas básicas para angariar apoio popular, denúncias de impacto ambiental, entre outras, deram a tônica das disputas entre empresa e comunidade.

Talvez prevendo as proporções que tomariam os conflitos envolvendo a chegada da Thotham, a primeira reportagem sobre a questão teve grande destaque, tomando uma página inteira de jornal – quadro 8, abaixo.

A postura da prefeitura municipal, desde o início, foi claramente favorável aos interesses da Thotham, o que demonstra ação baseada em pré-noções, haja vista a escassez de informações com relação aos biodetritos calcários. Historicamente, a relação entre prefeitura e grandes empreendimentos industriais é marcada pelo discurso de desenvolvimento econômico, na busca pela legitimação da exploração ambiental a partir da apropriação, em larga escala, de matérias-primas.

A longa matéria, abaixo transcrita, trouxe uma série de elementos até então camuflados para a comunidade. Expôs, com base nos documentos enviados à SEAMA, o número real de empregos gerados pelo empreendimento – “serão sete funcionários na área administrativa e 26 na área de produção” (CASTILHO, 2000, p. 20). Esse número representava um quarto do número de empregos diretos divulgado na comunidade – 120 chegando a 500 na fase final de

instalação. Com base nesses dados, ambientalistas e comunidade em geral passaram a questionar os ganhos sociais prometidos por prefeitura e empresa.

Quadro 8 – Polêmica chegada da Thotham em Santa Cruz, Aracruz

Denúncia contra extração mineral em Santa Cruz

Duas jazidas de mil hectares cada uma estão sendo pesquisadas pela mineradora Thotham, no estuário do Rio Piraquê-Açu

Márcio Castilho

Um investimento de R\$ 5 milhões, geração de 120 empregos diretos e 500 na fase final e desenvolvimento econômico do distrito de Santa Cruz, uma belíssima região de manguezal do município de Aracruz. Essas são as promessas da empresa Thotham Mineração, que pretende explorar as jazidas de algas marinhas para extração de sedimentos calcários na plataforma continental do pequeno distrito.

A GAZETA teve acesso à Documentação de Licença Prévia, encaminhada pela empresa à Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), para liberação da atividade de processamento dos sedimentos. No capítulo 6 do documento, a empresa faz o seguinte detalhamento: serão sete funcionários na área administrativa e 26 na área de produção, um quarto do quadro de empregados anunciado em Santa Cruz.

A Thotham está pesquisando o potencial em duas jazidas, de cerca de mil hectares cada, pois obteve licença do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Caso o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em Brasília, conceda a licença de operação, o mineral poderá ser explorado para a produção de fertilizante natural. Dependerá, contudo, da aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), sem a qual a Thotham não poderá exercer qualquer atividade na região.

Em julho do ano passado, a empresa descumpriu a Lei 9.605/98, restaurando um píer abandonado, às margens do Rio Piraquê-Açu, onde está prevista a instalação de uma unidade de beneficiamento da Thotham. As obras foram embargadas pelo Ibama regional – auto de infração 090970 – pois a recuperação estava sendo feita em área de mangue sem a Licença de Operação, segundo descrição do fiscal Iberê Sassi.

Para conseguir a aceitação da comunidade de Santa Cruz, a empresa precisará também se livrar das acusações contidas numa ação encaminhada à Promotoria de Justiça de Aracruz. As denúncias recaem sobre a doação feita pela Prefeitura de uma área de 50 mil metros quadrados, na localidade de Mamboa, em Santa Cruz, para a Thotham Mineração abrigar a sua unidade de beneficiamento.

O terreno, doado através do Decreto municipal 8.851/99, encontra-se dentro da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, prevista pela Lei Federal 6.938/81 e Resolução 4 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Os ambientalistas denunciam a inconstitucionalidade do decreto, que traria para o âmbito municipal, segundo eles, o direito de legislar sobre áreas de preservação permanente, asseguradas por legislação federal.

A Lei municipal 994, criando a reserva, proíbe em seu Artigo 2º “a devastação da vegetação, a degradação do meio ambiente físico e as atividades que implicarem em modificação do ecossistema manguezal”. A unidade de beneficiamento integraria um dos centros industriais que a Prefeitura de Aracruz pretende criar para atrair investimentos.

Os pólos de desenvolvimento já existem no papel: o Decreto 5.979/95 criou os centros industriais de Jacupemba, Guaraná, Vila do Riacho e Santa Cruz. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Aracruz justificou que a doação foi feita pois a cidade não pode abrir mão de um empreendimento desse tipo face á guerra fiscal entre os municípios.

“A Prefeitura entende que o negócio é bom e o fato, novo. Se a área é manguezal ou não quem decide são os órgãos ambientais”, disse o secretário Moacir Durães.

A criação da empresa mineradora segue uma regra básica do assistencialismo. Nas localidades mais carentes do pequeno distrito, a Thotham distribuiu, às vésperas do Natal, cestas básicas para a comunidade num sorteio promovido em praça pública, que contou com a participação de autoridades locais. Os moradores também ganharam calendários com o nome estilizado da empresa. “Ganhei a cesta. Achei bom. Nunca recebemos nada aqui”, contou a moradora Ana Ribeiro.

Um abaixo-assinado favorável à instalação da Thotham também correu de porta em porta pelas ruas de terra do distrito. “Assinei porque eles prometeram emprego. Mas agora se passar uma lista contra a empresa também vou assinar. Estou achando que eles vão dar trabalho apenas para quem vier de fora”, disse o garçom desempregado Vicente Cabideli.

Na verdade, os moradores do distrito estão no meio de um tiro-teio de acusações entre os empresários que defendem o projeto e os ambientalistas. Nomes de entidades representativas da comunidade estão sendo usadas para combater a atuação da Thotham em Aracruz. É o caso da Colônia Z-7, que teria encaminhado uma denúncia de extração de sedimentos marinhos, feita pelo barco Obstinence, à Procuradoria Geral da República.

O presidente da colônia, Juarez Azeredo, negou que tenha encaminhado denúncia à Procuradoria. Segundo ele, a iniciativa partiu dos ambientalistas. “Não fizemos essa denúncia. Temos preocupação com o impacto ambiental, mas por enquanto estamos aguardando uma posição dos órgãos competentes”, afirmou. A colônia Z-7 tem cerca de 800 filiados.

O professor da Universidade de São Paulo (USP), Eurico Cabral de Oliveira Filho, especialista em algas calcárias, afirmou que a discussão em torno da extração de sedimentos, conhecidos também como calcário biogênico marinho ou sedimentos biodetríticos, deve ser feita sem “paixão” e com base em “conhecimentos técnicos”. Ele defende a extração em Santa Cruz.

“Qualquer atividade humana gera impacto, mas acredito que os benefícios sociais e econômicos dessa atividade sejam maiores que os prejuízos ambientais”, disse.

Segundo Cabral, atividades como o turismo e a pesca podem ser mais predatórias que a extração mineral “se não houver cuidado”. Para o ambientalista Augusto Ruski, responsável por uma Estação de Biologia em Santa Cruz, não haverá benefício social. Segundo ele, o Estado concentra 85% da reserva de sedimentos calcários no país e pode ser comparado a uma “Carajás do mar”, uma referência às riquezas minerais da megajazida situado no Pará.

Esse garimpo no fundo do mar compreende, mais precisamente, o trecho entre Ilhéus, no litoral baiano, e o balneário de Guarapari, segundo a Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (CNIO). Ruski citou um trecho do documento da CNIO para mostrar a importância do estuário. “Os estoques de lagostas e peixes, característicos de fundos duros da região, são sustentados direta e indiretamente por algas marinhas”.

A Thotham não nega a abundância de sedimentos com teor de carbonato superior a 75% em toda a extensão da costa brasileira. O consultor da mineradora, Orlindo Borges Filho, disse porém que não haverá extração de algas. “Defendemos a não utilização dos bancos de algas calcárias, porque elas são a nossa principal matéria-prima. Os sedimentos têm como seu maior constituinte as algas calcárias”, afirmou.

Estudos da mineradora revelam que os estoques de calcário agrícola no país seriam suficientes para suprir a demanda brasileira do produto por 75 séculos. O levantamento da CNIO mostra que o Estado concentra a maior reserva de conchas calcárias do país, com 460,2 milhões de toneladas. O país concentra um total de 547,8 milhões de toneladas do mineral.

De acordo com o consultor da Thotham, a empresa estará pronta para operar seis meses depois da obtenção da licença do Ibama, com uma produção estimada em dez mil toneladas de fertilizantes por mês.

Fonte: A Gazeta, 15 de janeiro de 2000, p. 20.

O mecanismo de obtenção de apoio utilizado pela empresa explicitou outra polêmica. A distribuição de cestas básicas e outros brindes na semana do Natal de 1999, em conluio com

uma lista de abaixo-assinado de adesão comunitária à proposta, foram desvelados. A exploração da necessidade da população mais carente, como forma de obter massa de manobra, foi realizada pelo diretor da empresa, Clovis Bordini Racy – “o assistencialismo vai continuar e, se possível, cada vez mais” (CASTILHO, 2000, p. 20).

Essa estratégia dividiu a opinião da comunidade. Uma parcela criou expectativas com relação à geração de emprego e renda e outra passou a desconfiar dos dados e das ações da empresa. Entre a parcela que questionava os métodos da Thotham, encontravam-se ambientalistas que passaram a atuar de forma incisiva na obtenção de esclarecimentos da atividade, como sinaliza o depoimento abaixo.

Aqui no estado, a pessoa que respondia pela direção dela [Thotham] era uma pessoa chamada Clóvis Bordini. Nós recebemos a informação de que era um coronel reformado do exército e que tinha desempenhado funções no antigo Serviço Nacional de Informações – SNI, portanto uma pessoa que tinha conhecimentos dentro da estrutura do governo federal. A gente começou a sentir que essa empresa atuava mais na forma de *lobby* do que propriamente na questão técnico-científica (informação verbal).

A gestão municipal 1997-2000, de Luis Carlos Gonçalves, o Cacá, foi contestada socialmente por conta de denúncias de irregularidades em obras públicas superfaturadas. Estas últimas, foram motivo de afastamento por improbidade administrativa, entre 29 de janeiro e 02 de fevereiro de 2001 – quando de sua reeleição para o mandato de 2001-2004. Especificamente para Santa Cruz, a postura de amplo apoio à Thotham, inclusive com a doação de área de preservação ambiental, deram a tônica de sua administração. Nesse contexto, grupos ambientalistas moveram uma ação civil pública contra o licenciamento prévio concedido para exploração de lavras de algas calcárias, pela Thotham, assim como questionaram veementemente a doação de terras para a empresa – quadro 9. Dessa forma, o movimento social, composto para lutar contra a instalação da empresa mineradora, esboçava os primeiros passos no sentido de incluir o Ministério Público Estadual na questão.

Setores da sociedade civil organizada atuaram de forma marcante em todo o processo, o que garantiu o debate público da questão em torno da exploração de algas calcárias marinhas. A Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes), no final de janeiro de 2001, entrou com pedido de audiência pública, junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, para explicar a concessão de licenciamento prévio para a Thotham Mineração Ltda. As denúncias davam conta de uma situação de concessão de direitos de exploração sem estudos de impacto ambiental. Entidades civis começavam, nesse momento, a reivindicar a criação de uma unidade de conservação no local – na época uma APA. Para isso, o primeiro passo foi tornar pública, a partir da audiência, a questão. Até

então, o tema era pouco discutido – e conhecido – pela sociedade. Esse dado foi utilizado pela empresa, a fim de acelerar o processo de concessão de lavra, ao mesmo tempo em que pelo movimento social, para defender maiores esclarecimentos públicos.

Quadro 9 – Contestação jurídica de movimentos sociais contra a Thotham

Liminar suspende os processos de licença da Thotham

O juiz federal José Ferreira Neto concedeu, quarta-feira, liminar favorável à Organização Consciência Ambiental (ORCA), e determinou ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Departamento Nacional de Produção Mineral, ao Estado e ao município de Aracruz que sejam suspensos os processos de licenciamento de qualquer atividade da Thotham Mineração Ltda. no litoral de Santa Cruz, município de Aracruz. Caso a ordem judicial não seja cumprida, a multa será de R\$ 50 mil por dia, segundo estipula o juiz.

A concessão da liminar atende à ação civil pública número 2000.50.01.002485-9 impetrada pela ORCA. Na ação, a organização pediu também a suspensão da doação de área feita pela Prefeitura à Thotham e questionou os critérios utilizados para a concessão de funcionamento da empresa, que pretende explorar sedimentos calcários na região. A ORCA denunciou ainda que pareceres técnicos mostram que a atividade da empresa “gerará erosão nas praias da região e desequilíbrio biológico” no local onde se processará o calcário. A construção de unidades industriais na reserva dos manguezais Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim desrespeita a legislação federal, por tratar-se de espaço territorial protegido, argumenta a Orca. O juiz José Ferreira Neves Netto levou em consideração “fortes indícios de ilegalidade no procedimento administrativo de licenciamento ambiental” para atender ao pedido de suspensão de licenciamento.

Fonte: A Gazeta, 27 de outubro de 2000, p. 19.

O domínio de informações legais e a organização dos movimentos sociais formaram o elo necessário entre os debates e a ação concreta. De posse das informações sobre a doação de terras e da instalação da Thotham, os movimentos populares materializaram seus interesses. A estratégia foi a de obstruir a concessão da licença prévia, associada à proposta de criação de área protegida.

A reportagem abaixo transcrita – quadro 10 – foi a primeira a citar o pedido de criação da Área de Proteção Ambiental – APA, na região. Foi também a primeira reportagem que veiculou a opinião de um representante da ONG Amigos do Piraquê-Açu – um dos principais grupos envolvidos nos debates.

Quadro 10 – Audiência pública para captar audiência do público: a atuação da FAMOPES

Seama faz audiência para explicar licença

Famopes quer conhecer os critérios adotados para concessão feita a mineradora

Zenilton Custódio

Linhares – Sucursal – Os técnicos da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama) explicarão hoje porque concederam licença prévia à empresa Thotham Mineração, que planeja implantar uma unidade de processamento de sedimentos de biodetritos marinhos na zona industrial de Barra do Riacho, sem conhecer os prováveis impactos ambientais da atividade. A explicação é cobrada pela Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes) e a audiência será às 16 horas, na Seama.

Em nota de repúdio divulgada no dia 2 de dezembro do ano passado, a Famopes condenou a iniciativa da Seama, adotada cerca de um mês antes, colocando-a sob suspeita de favorecer os interesses da Thotham. De acordo com o documento, o órgão só deveria se manifestar após a conclusão de estudos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e pelo Ministério do Meio Ambiente visando conhecer os riscos que a atividade representaria para os ecossistemas do Rio Piraquê-Açú.

Extratativismo

No dia 12 de dezembro, em ofício assinado pelo secretário Almir Bressan Júnior, a Seama convidou os integrantes da Famopes para uma reunião, que deveria ter se realizado ontem, mas que foi adiada para hoje. As explicações dos técnicos da Seama não deverão influenciar a opinião dos ambientalistas que lutam contra a implantação da indústria na região, antecipa Luiz Cláudio Ribeiro, coordenador de comunicação da Associação de Amigos do Piraquê-Açú (Amipi) e representante da entidade junto à Famopes. “Vamos pedir que o licenciamento prévio não avance”.

Os ambientalistas solicitarão que qualquer medida só seja adotada após a consolidação do processo que visa conferir à região do Piraquê-Açú o status de Área de Preservação Ambiental (APA), em tramitação no Ministério do Meio Ambiente. Qualquer manifestação a partir daí, conforme Ribeiro, deve ser discutida com o conselho de gestão da APA.

A Famopes também pleiteará providências com relação à extração de algas calcárias em Praia Formosa, em Portal de Aracruz, no mesmo município. Segundo Ribeiro, a atividade é desenvolvida há cerca de um ano. Ele explicou que o processo de extração das algas é incentivado por um homem conhecido apenas como Pardal, que compra o produto dos moradores. Os ambientalistas estimam, baseados em informações fornecidas pela comunidade local, que mais de 40 caminhões de algas já foram comercializados no período. O material, conforme Ribeiro, seria utilizado como composto na produção de ração animal.

Fonte: A Gazeta, 30 de janeiro de 2001, p. 16.

Dado o primeiro passo, que foi o de obstruir o processo de licenciamento prévio da Thotham Mineração, as organizações proponentes da unidade de conservação partiram para a construção de alianças entre os principais envolvidos, a fim de engrossar suas fileiras. No quadro 11, no último parágrafo, observamos uma amostra do discurso que envolveu os pescadores e a indústria do turismo.

Quadro 11 – Tornando pública a proposta de área protegida

Comunidade debaterá hoje em Aracruz criação de Apa

Linhares – Sucursal – Ambientalistas do Norte do Estado estarão reunidos hoje em Santa Cruz, no município de Aracruz, com o propósito de prestar esclarecimentos às comunidades locais sobre a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), de Ponto das Flexas, em Nova Almeida, até Barra do Riacho. A reunião, convocada pela Associação de Amigos do Rio Piraquê-Açú (Amipi), se realizará no sítio Timbaúba, a partir das 10 horas.

O processo de criação da APA está em discussão desde setembro do ano passado. O anteprojeto já foi apresentado pelos integrantes da Amipi ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que teria se comprometido a dar atenção especial ao pleito. Atualmente, o projeto é analisado em Brasília pelo Instituto Nacional do Meio Ambiente (Ibama). A expectativa, diz o presidente da Amipi, Guido Magalhães, é de que a criação da APA seja consolidada até o Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho.

A reunião, conforme Magalhães, foi solicitada pelos moradores das comunidades localizadas nas áreas incluídas na APA. Na oportunidade, segundo o presidente da Amipi, serão discutidos vários aspectos da questão, com enfoque principal para os problemas relacionados com a agressão ao meio ambiente. Entre eles, destaca-se a coleta manual de algas marinhas, registrada em várias praias daquela parte do litoral e mais intensa na Praia Formosa. Guido Magalhães explicou que o material é adquirido por uma empresa ainda não identificada, que paga R\$ 1,00 por cada quilo do produto. A atividade acabou se transformando em uma disputada fonte de renda entre as famílias locais. O volume de algas comercializado é desconhecido, mas Magalhães disse que o comércio foi intensificado.

Outro problema que tem merecido a atenção dos ambientalistas de Santa Cruz está relacionado com o processo de migração de barcos pesqueiros de várias regiões para o porto da praia de Piraquê-Açú. Uma das conseqüências do movimento de embarcações no local é a poluição das águas do manancial, com óleos combustíveis. “Além disto, a tranquilidade de Santa Cruz, principal atrativo para os turistas, está ameaçada”.

Fonte: A Gazeta, 18 de março de 2001, p. 14.

Após a proposta de APA ser difundida – até mesmo influenciada pelos debates de criação de RESEX nos municípios adjacentes, de Linhares e São Mateus – os moradores de Santa Cruz foram pegos de surpresa no momento de troca de categoria, por uma mais restritiva – o PARNA. Esta mudança trouxe conseqüências para a estremeçada relação entre pescadores e IBAMA.

O órgão ambiental federal, marcado pela função fiscalizadora, vem enfrentando resistência dos pescadores e das comunidades, no que concerne novas propostas para Santa Cruz e para a Ilha do Francês, no litoral Sul do estado. Ressabiados, os pescadores assumem postura de defesa quando entram em contato com representantes do IBAMA. Foi assim nas reuniões de que participamos, tanto para debater especificamente a criação do REVIS de Santa Cruz e da APA Costa das Algas, quanto da Câmara de Ordenamento da Pesca e Recursos Vivos Marinhos do Ibama – COPESCA, que trata de ordenamento marítimo no

Espírito Santo de um modo geral. A mudança de categoria trouxe conseqüências que podem ser observadas no atual estágio do processo de criação.

4.3.2 A Questão Indígena

Em 02 de agosto de 2000, indígenas das tribos Tupiniquim e Guarani ocuparam a área que a Prefeitura de Aracruz havia doado para a Thotham Mineração Marítima Ltda. Iniciava-se, assim, um dos conflitos mais noticiados no que diz respeito à criação de área protegida em Santa Cruz. A manifestação era promovida com o intuito de contestar a doação de terras para instalação da mineradora no local. Os indígenas reivindicavam a reintegração das terras à Reserva Ecológica Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim que, segundo eles, além de área ambiental especialmente protegida, tratava-se também de terras indígenas. Para tal, invocavam a Lei Municipal 994\86 que instituiu a proteção da área – quadro 12.

A manifestação foi tomada como ocupação desde o início, o que indicava uma conotação variando de neutra a positiva dada pelo meio de comunicação. A análise desse termo, aliás, aparece em oposição à invasão, que possui significação negativa. A indicação da lei, legitimando o movimento de ocupação, contribuiu, substantivamente, para a postura midiática. Contudo, se analisada a primeira notícia jornalística, percebe-se que foram adotados elementos que ora consubstanciavam os argumentos indígenas, ora os da empresa – “A Thotham Mineração Ltda. pretende discutir a questão referente à ocupação de *seu terreno* em Santa Cruz com representantes da Funai” [grifos nossos] (BELESA e CUSTÓDIO, 2000, p. 21).

O discurso indígena, apontando para a preservação dos recursos ambientais e seus elementos sócio-culturais, foi central para a aproximação entre as suas reivindicações e a dos pescadores da região. A alteração de ciclos biológicos de espécies marinhas, vitais à manutenção dos estoques pesqueiros da região, a partir da extração de sedimentos biodetríticos, constou na pauta de exigências de ambos os grupos.

O cacique Antônio Carvalho, à época, declarou que o empreendimento minerador iria trazer danos ambientais, afetando diretamente o delicado equilíbrio ambiental do estuário do Rio Piraquê-açu, que envolve diretamente o manguezal e o estoque pesqueiro da região – banco protéico utilizado por famílias indígenas, de pescadores e de catadores de crustáceos.

Assim, o argumento desenvolvimentista de progresso – principal utilizado para a legitimação, tanto da doação da área quanto do empreendimento em si – foi sistematicamente contestado.

Quadro 12 – Ocupação indígena

Índios ocupam área destinada à Thotham

Representantes indígenas querem que área seja reintegrada à Reserva Ecológica Piraquê-açú
Gustavo Belesa e Zenilton Custódio

Pintados para a guerra, cerca de 200 índios das tribos tupiniquins e guaranis ocuparam na manhã de ontem uma área de 5 hectares localizada entre o Rio Piraquê-açú e a Reserva Indígena Caieiras Velha, em Santa Cruz, Aracruz. O local foi doado pela Prefeitura do município para a empresa de extração mineral Thotham, e os índios alegam que a área é indígena e de preservação ambiental. Os índios representam cinco aldeias da região.

Eles reivindicam a reintegração da terra à Reserva Ecológica Manguezais Piraquê-açú e Piraquê-mirim de acordo com a Lei 994/86. O secretário-geral da Associação Indígena Lauro Martins afirmou que só negociará com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público, que foram comunicados da ocupação. “A Prefeitura não respeitou o acordo firmado entre o antigo prefeito e os índios, e nós ficaremos aqui até o local virar reserva novamente”, garantiu Martins, que não informou o ato à Prefeitura. A área foi doada à Thotham neste ano, e será utilizada para fazer a secagem dos sedimentos marinhos extraídos da foz do Rio Piraquê-açú.

Ontem à tarde os índios estavam montando duas barracas para abrigar 60 pessoas, que passariam a noite no local. Eles usavam dois tratores, um caminhão e uma ambulância para ocuparem a área. Os índios começaram também a roçar uma parte da área para plantar frutas.

De acordo com o cacique da aldeia Boa Esperança, Antonio Carvalho, a ocupação é um direito dos índios, que sairão após a reintegração à Reserva. O cacique diz que a Thotham trará poluição à região e acabará com o mangue e os peixes do rio. Segundo ele, muitos pescadores e os próprios índios usam o local para pescar. “Os argumentos da empresa sobre progresso são falsos. Serão gerados apenas 24 empregos”, afirmou Carvalho.

Manifestação

Os índios garantiram que ficarão no local até a situação se definir. E prometem uma manifestação pública, com os cerca de 1,7 mil índios da região, se forem obrigados a sair. No município existem mais de 300 famílias indígenas.

A Thotham Mineração Ltda. pretende discutir a questão referente à ocupação de seu terreno em Santa Cruz com representantes da Funai. De acordo com o assessor de Comunicação da empresa, Sinval Gomes Coelho Júnior, o assunto será debatido hoje com um advogado representante do escritório do órgão em Governador Valadares, Minas Gerais.

O assessor considerou que os índios guaranis e tupiniquins de Aracruz estariam sendo vítimas de uma manobra organizada com o propósito de comprometer a imagem da empresa. No entanto, garante Sinval, a área doada pela Prefeitura não é de proteção ambiental e pertencia à Aracruz Celulose.

Fonte: A Gazeta, 03 de agosto de 2000, p. 21.

Em outubro de 2000, os indígenas sofreram um revés quando de uma liminar que tratava da reintegração de posse das terras. Tão logo houve a indicação de reintegração, a FUNAI que, neste momento, já estava completamente envolvida com a questão – por

reivindicação dos indígenas locais –, entrara com pedido de recurso da decisão – quadro 13. A movimentação judicial foi intensa desde então. De um lado, os indígenas tentando impedir a instalação da Thotham na região – principalmente nas terras que reivindicavam para si –, e de outro, a prefeitura municipal e a empresa defendendo interesses comerciais.

Quadro 13 – Seqüência de recursos judiciais no conflito pela posse de terras

<i>Liminar reintegra posse de terreno à Thotham</i>
<i>A Funai entrou com recurso na Justiça Federal para tentar invalidar a medida</i>
<i>Zenilton Custódio</i>
<i>Linhares – Sucursal – A Justiça Federal concedeu uma liminar, garantindo à empresa Thotham Mineração Ltda. a reintegração de posse de uma área de cerca de 50 mil metros quadrados localizada em Santa Cruz, no litoral de Aracruz, que foi ocupada pelos índios tupiniquins e guaranis no início de agosto.</i>
<i>A decisão foi assinada pelo juiz Alexandre Miguel. Mas ontem, a Advocacia Geral da União (AGU), que representa a Fundação Nacional do Índio (Funai), ingressou com um recurso de agravo junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para tentar invalidar a medida. A disposição dos índios é de resistir a qualquer investida com o propósito de retirá-los da área, onde estão mantendo um esquema de permanente ocupação.</i>
<i>O terreno ocupado foi doado à Thotham, indústria que pretende explorar algas calcárias na região, em 1999, através de um decreto municipal. Os índios argumentam que se tratam de terras indígenas que teriam dispensado em 1986, quando o então prefeito Primo Bitti teria prometido que a área seria classificada como espaço de preservação ambiental. De acordo com o presidente da Associação Indígena Tupiniquim e Guarani, Ervaldo Santana, os índios só sairão do local se a Prefeitura Municipal de Aracruz suspender a doação à Thotham.</i>
<i>A expectativa dos representantes da Thotham é de que a liminar seja cumprida. O diretor Cloves Bordini Racy disse que, se necessário, entrará com um recurso na Justiça, requerendo o cumprimento da medida. Ele acredita, entretanto, destacou, que isto não será necessário, confiando na possibilidade de a Funai convencer os índios a desistirem da questão. “Fizemos um levantamento criterioso e temos certeza de que não se tratam de terras indígenas como querem fazer crer”, disse. Lembrou ainda que a Justiça Estadual da comarca de Aracruz também se manifestou, proibindo a permanência no local de outras pessoas que não pertençam à comunidade indígena, iniciativa, argumentou, que pretende evitar o incitamento à ocupação.</i>
<i>O clima entre os índios é de expectativa e apreensão, conforme destacou o cacique Nelson.</i>

Fonte: A Gazeta, 07 de outubro de 2000, p. 24.

A mobilização do movimento indígena na região fomentou o debate em torno da posse e utilização das terras. A contestação indígena, expondo o conflito pelo uso dos recursos ambientais, promoveu a reavaliação da propriedade das terras na região. O movimento teve êxito na explicitação da questão e trouxe o debate para a agenda pública local, com a ocupação, e nacional, a partir do acionamento da FUNAI. Na segunda metade de novembro de 2000, o órgão federal anunciou a formação de um grupo de trabalho, envolvendo técnicos

do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF, da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente – SEAMA e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, além de analistas da própria FUNAI. As declarações dos técnicos do órgão federal indígena demonstraram que as terras ocupadas pelos indígenas pertenciam às tribos Guarani e Tupiniquim da região, como é ilustrada pela declaração do então diretor de Assuntos Fundiários, Paulo Roberto Soares: “não existe acordo com terras indígenas. [...] Estamos convencidos de que se trata de terra indígena de ocupação tradicional” (FUNAI DESAUTORIZA ACORDO DE DOAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, 2000, p. 23). Esta declaração foi dada antes dos estudos técnicos, que iriam definir a propriedade das terras. O diretor amparava sua afirmação em uma carta datada de 1860, apresentada pelos indígenas, onde, em visita ao estado, o imperador Dom Pedro II fazia a doação de extensa área que englobaria as margens do Piraquê-Açu, além do acordo firmado em 1986 com a administração municipal, que conferia status de área especialmente protegida à região, em contrapartida da cessão das terras por parte dos guarani e dos tupiniquim.

O conflito envolvendo administradores públicos e os indígenas locais, provocou uma reação autoritária por parte do então prefeito municipal, que em dezembro de 2000 transferiu o cacique da Aldeia Caieras Velha, José Cezenando, que era funcionário da prefeitura, para uma outra localidade distante da sua aldeia, além de cortar o combustível da ambulância que prestava serviços comunitários – quadro 14. Tal ação foi uma manobra para retaliar o movimento indígena, e tentar dissolvê-lo a partir da coerção e da descoordenação com o afastamento de um de seus líderes.

A situação na região iria ficar conturbada durante muito tempo ainda. Em abril de 2001, as comemorações em torno do Dia do Índio foram marcadas pela expectativa de um confronto direto entre os indígenas e forças de reintegração de posse. Esta situação foi consubstanciada por uma polêmica decisão judicial.

A liminar que transformou as comemorações programadas para o Dia do Índio foi concedida pelo juiz Alexandre Miguel, da 6ª Vara de Justiça Federal, no ano passado, e reiterada no dia 22 de março último. Como a notificação só ocorreu no dia 5 de abril, e o prazo estipulado para que a decisão seja cumprida é de 15 dias, a Funai terá de providenciar a retirada dos índios amanhã (CUSTÓDIO, 2001b, p. 18).

A demora no processo de demarcação potencializou os conflitos locais. A decisão da Justiça Federal anunciava que a FUNAI seria responsável por retirar os indígenas da área ocupada. Contudo, segundo a assessoria de imprensa do órgão, os advogados da Procuradoria Geral apontaram falhas no processo, especialmente no que se referia à lei 6001, de 1975, que

estabelece o Estatuto do Índio, no qual a FUNAI se responsabiliza pela proteção dos indígenas – e não usar poder de polícia contra eles.

Quadro 14 – Retaliação municipal contra a manifestação indígena de ocupação de terreno

Prefeitura de Aracruz tira benefício de índios

Aldeias crêem em retaliações. Administração diz que medidas obedecem à legislação
Zenilton Custódio

Linhares – Sucursal – Os índios tupiniquins e guaranis de Aracruz acusam o prefeito do município, Luiz Carlos Gonçalves, de retaliação contra a comunidade indígena local. Afirmando que, além de ter cortado a cota de combustível da ambulância, o administrador teria transferido o motorista do veículo, o cacique da aldeia de Caieiras Velha, José Cezenando, para outra atividade no Centro da cidade. O prefeito, por sua vez, considera que os índios romperam a parceria com o município a partir do momento em que ocuparam a área de cerca de 50 hectares, em Santa Cruz, pertencente à Prefeitura, que doou uma parte da terra à empresa Thotham Mineração Ltda.

Tensão

O relacionamento entre os índios e os administradores públicos locais é tenso. Há cerca de 20 dias, quando visitou a área que guaranis e tupiniquins ocupam desde agosto, o prefeito acabou se envolvendo em uma violenta discussão com os ocupantes do terreno, o que gerou um clima de conflito. Segundo os índios, Gonçalves teria criticado duramente a ocupação e ameaçado reagir com retaliações. Logo depois de sair do local, o prefeito manteve contato com o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Wilton Madson Andrada, em Governador Valadares (MG), e comunicou a tomada de algumas decisões, como a transferência do cacique e funcionário público municipal efetivo José Cezenando, que trabalhava como motorista da ambulância, para o Centro da cidade.

“O motorista foi transferido, pois trata-se de um servidor público municipal e foi chamado para cumprir sua escala dentro da cidade de Aracruz”, informou a assessoria do prefeito.

Com relação ao corte da cota de combustível, que era de 200 litros mensais, a assessoria de Gonçalves alegou que “a Prefeitura está tentando conter gastos, inclusive para se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal”. A administração pública de Aracruz acusou a Funai de agir com omissão devido ao fato de o órgão não ter acatado decisão da Justiça Federal que garante à empresa Thotham a reintegração de posse do terreno ocupado pelos índios.

Os índios divulgaram uma carta aberta à população. Eles firmam que o prefeito teria interrompido o serviço de limpeza pública da aldeia de Caieiras Velha e suspenso o pagamento da conta de energia elétrica da sede do Centro Comunitário e da igreja local, além de ter ameaçado tirar o transporte escolar dos alunos indígenas. Segundo Lauro Martins, uma das lideranças das aldeias tupiniquins e guaranis, o clima é de revolta. A carta foi encaminhada ao procurador da República no Espírito Santo, Alexandre Bravo Barbosa, responsável pela questão indígena no Estado, e ao presidente da Funai, Glênio da Costa Alves.

Fonte: A Gazeta, 03 de dezembro de 2000, p. 23.

A essa altura, o processo de doação das terras já não tinha qualquer legitimidade social, haja vista os indícios de irregularidades em todo o processo – desde a assinatura do decreto municipal em 1999 até as liminares de reintegração de posse impetradas na justiça. O conflito se tornara explícito e entrara definitivamente na agenda pública. Desde a ocupação,

em agosto de 2000 até abril de 2001, foram publicadas 19 reportagens, totalizando 1.301 linhas. Esses números dão uma média de duas reportagens e, aproximadamente, 150 linhas por mês. As entrevistas possuem um tamanho médio de 68 linhas e a grande maioria foi posicionada na parte superior do jornal, ou seja, onde há maior visibilidade.

Quadro 15 – O cálculo do conflito indígena pela posse da terra: autorização da demarcação da Aldeia Piraquê-Açu

Autorizada demarcação da Aldeia Piraquê-Açu

A nova aldeia será ocupada inicialmente por seis famílias de índios guarani
Zenilton Custódio

Linhares – Sucursal – Depois de mais de três anos de luta, os índios guarani e tupiniquim concentrados no município de Aracruz comemoraram, ontem, a divulgação de portaria emitida pelo Governo federal, autorizando a demarcação da área de 50,57 hectares, criando a aldeia Piraquê-Açu, localizada em Santa Cruz, que já há três anos estava sendo reivindicada pelas comunidades indígenas locais.

O documento foi assinado pelo ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira. O terreno também estava sendo pleiteado pela empresa Thotham Mineração Ltda. e pela Prefeitura Municipal de Aracruz que, no entanto, não criaram qualquer obstáculo ao andamento do processo que reconhece a área como terra indígena tradicional.

Apoio

De acordo com representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Estado, a autorização teria sido concedida mediante interferência do arcebispo do Espírito Santo, dom Silvestre Luiz Scandian, e do secretário-executivo da entidade, Egon Heck, que esta semana teriam discutido a questão com o ministro Aloysio Nunes Ferreira, em Brasília.

Na oportunidade, relataram, o arcebispo teria solicitado empenho ao ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, no sentido de agilizar o processo de criação do Parque Nacional Marinho de Santa Cruz.

A notícia da autorização para demarcar a área estava sendo aguardada desde o início do ano passado. Para o presidente da Associação Indígena Tupiniquim e Guarani, Evaldo dos Santos, a consolidação do processo encerra mais uma etapa de luta da comunidade.

Santos fez questão de destacar o empenho de várias entidades capixabas nos esforços desenvolvidos em favor do reconhecimento do terreno. Ele afirmou que a disponibilidade da área irá contribuir para melhorar a qualidade de vida dos índios de Aracruz, principalmente das famílias guarani, que serão diretamente beneficiadas com a demarcação.

No terreno a ser demarcado está sendo formada mais uma aldeia guarani, batizada de Piraquê-Açu. Desde março de 2000, a área é ocupada por seis famílias que, com a conclusão do processo, deverão se apressar para eleger o primeiro cacique e o terceiro líder guarani de Aracruz, onde também estão implantadas as aldeias de Três Palmeiras e Boa Esperança.

Fonte: A Gazeta, 23 de março de 2002, p. 22.

O conflito já havia aglutinado diversos agentes – com interesses diversos – em torno da causa indígena na região, além da defesa dos recursos ambientais locais. No final de março

de 2002, o desfecho do conflito apontou a área como terra indígena. Curiosamente, o mesmo repórter que vinha cobrindo a tensão local desde o início, veicula na derradeira reportagem sobre a problemática que a empresa Thotham Mineração Marítima Ltda. e a Prefeitura Municipal de Aracruz “não criaram qualquer obstáculo ao andamento do processo que reconhece a área como terra indígena tradicional” (CUSTÓDIO, 2002, p. 22) – quadro 15, acima.

4.3.3 O dilema da sobrevivência dos pescadores

A disputa pelos recursos pesqueiros figura entre um dos principais tópicos de conflitos em toda costa brasileira. No Espírito Santo não é diferente e a concorrência pelo pescado envolve elementos de pertencimento, desproporcionalidade de poder de captura, descarte de pescado e desrespeito à legislação local. Tal concorrência é responsabilizada pelos pescadores locais pela queda na quantidade de pescado ao longo do tempo.

As estatísticas de pesca possuem uma base de dados muito frágil, portanto não correspondem ao total capturado. Essa característica inviabiliza o acompanhamento histórico confiável do total desembarcado ao longo dos anos. Os dados, assim, possibilitam apenas uma leitura de tendências. A percepção de donos de peixarias e atravessadores converge para a estabilidade na quantidade total de pescados. Para esses agentes, uma espécie e outra pode ter declinado sua produção, mas, no geral, a quantidade de pescado tem se mantido estável. Posição contrária adotada pelos pescadores, que declaram incisivamente que a pescaria está “fracassando”.

Diante de sua percepção sobre a pesca, os pescadores orientam as ações para defender a manutenção de seu estilo de vida. Assim, seus principais oponentes no mar são os “de fora”. Estes últimos geralmente se configuram nos pescadores de outras comunidades, mas, principalmente, nos que dominam equipamentos com maior poder de captura.

Como solução do impasse entre os locais e os “de fora” foi proposta a regionalização da costa, que, debatida amplamente na COPESCA, contudo não teve o menor amparo legal. As licenças de pesca são validadas levando em conta que os recursos-alvo são sazonais e se deslocam, portanto são concedidas autorizações cujo raio de atuação ultrapassam as fronteiras estaduais. Atualmente, a disputa voltou ao estado latente, uma vez que foram estabelecidas normas afastando o máximo possível da costa, os barcos camaroeiros – também chamados de

tangoneiros –, sem comprometer radicalmente a sua pescaria. Assim, os *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000) da pesca continuam a utilizar mão-de-obra local para pequenos serviços – quadro 16 – e, ao mesmo tempo, ampliam a área de atuação dos pescadores artesanais.

Quadro 16 – Relação simbiótica na pesca entre *outsiders* e os locais em Santa Cruz

Santa Cruz vive dilema da sobrevivência

Falta pescado no litoral Sul e barcos pesqueiros migram para o Norte, levando renda, problemas e polêmicas para o balneário, cujos habitantes se dividem quanto aos forasteiros

Zenilton Custódio

Linhares – Sucursal – A escassez de peixes na costa do Sul do Estado provocou uma corrida ao litoral Norte capixaba, motivada principalmente pela pesca do peroá. A maior concentração de embarcações, entretanto, ocorre em Santa Cruz, município de Aracruz, para onde mais de 200 embarcações pesqueiras de vários pontos do Espírito Santo migraram, levando o caos à pacata vila.

O clima de bucolismo que atraía os turistas e proporcionava tranqüilidade aos moradores está ameaçado, assim como o Rio Piraquê-Açu e a extensa área de manguezal que enriquecem a paisagem. Tanto o rio quanto o mangue estão castigados pelo derramamento de óleo diesel das embarcações e pela grande quantidade de peixe estragado jogado em suas águas.

O problema, que já mobilizou as autoridades municipais e do Estado, dividiu a comunidade. De um lado, estão moradores e empresários que exploram o turismo. Do outro, a parte mais pobre da população, que encontra na pesca uma fonte de renda.

Empregos

Esta não é a primeira vez que os cerca de três mil moradores de Santa Cruz são envolvidos neste tipo de dilema. A notícia da implantação de uma indústria de calcário no local, a Thotham Mineração, há dois anos, também provocou um impasse entre os habitantes da vila, e a questão acabou indo parar na Justiça. Dessa vez, novamente a comunidade é desafiada a solucionar um problema, mesmo que os interesses em jogo não sejam os mesmo para todos.

Este é o segundo ano consecutivo que os pescadores de peroá se deslocam para Santa Cruz, em temporada que foi iniciada em meados do ano passado. Mas desta vez o número de embarcações com capacidade para transportar de duas a três toneladas de peixes, é maior, entre 200 e 250. Os barcos se aglomeram em um trecho de cerca de 300 metros da praia do Rio Piraquê-Açu, onde são desembarcadas diariamente cerca de 50 toneladas de peroá.

Lixão

O principal problema é que o ponto de concentração dos barcos, onde ocorre o desembarque do pescado, fica localizado justamente na área mais nobre do balneário, o “point” dos turistas na vila. Nesse espaço, também estão concentrados os principais bares, restaurantes e hotéis de Santa Cruz.

Os empresários que exploram o turismo na orla do Piraquê-Açu alegam que a atividade pesqueira desordenada está comprometendo o desenvolvimento do turismo. Luiz Carlos Fanchiotti, que mantém um ponto comercial na área, afirma que a situação é caótica. “O rio se transformou em um depósito de lixo, onde é despejado todo tipo de detrito, além de óleo e peixes podres.”

Outro comerciante, que preferiu não se identificar temendo represálias, disse que durante a noite a área mais nobre do balneário transforma-se em um local de prostituição e de consumo de drogas. O empresário Carlos Augusto Ewad, que explora o turismo no balneário, acha que está faltando empenho da parte da administração pública para resolver o problema. Disse ainda que o assunto já foi levado ao conhecimento da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), da ouvidoria do Ministério do Meio Ambiente e da Capitania do Portos. “Este movimento ameaça o ecossistema”, alerta.

Alguns moradores da orla também revelam-se inconformados com a situação.

É o caso de dona Carmem Araújo Carlos Lamego, de 82 anos. Ela reclama do mau cheiro, do barulho dos motores dos barcos, da sujeira da praia e do movimento permanente de pescadores, que usam a calçada de sua casa para almoçar e deixam o lixo espalhado pelo chão. Disse, inclusive, que já pensou em construir um muro alto em volta da casa, uma construção de mais de 100 anos que se constitui em uma das referências históricas da vila. “Minha filha acha que eu não devo fazer isto porque vou perder a visão para o rio”, comentou.

“Só quer a saída dos pescadores quem não precisa deles”, reage o pescador Jaó, de 49 anos, morador do local há 10 anos. Para ele e para parte da população mais carente, a presença das embarcações de fora representa a oportunidade de conseguir uma fonte de renda e de alimentos. “Eles me dão peixe todos os dias e ainda ganho dinheiro consertando redes”, explica. Para Madalena Vicente Ribeiro, 60 anos, a invasão de barcos pesqueiros “foi a melhor coisa que aconteceu”. Ela disse que fatura de R\$ 5,00 a R\$ 15,00 por dia preparando isca para os pescadores. “Já consegui até comprar um carrinho de mão”, relatou, acrescentou que pretende utilizá-lo para transportar o peixe que ganha para sua casa no morro de Nova Santa Cruz.

Outro que também lucra com a situação é Edilsom Machado Oliveira, de 16 anos, que ganha entre R\$ 20,00 e R\$ 30,00 para descarregar um barco. A mãe, Lena, de 42 anos, que tem mais seis filhos menores, também trabalha preparando iscas e comemora, afirmando que a atividade “caiu do céu”.

Drama

Os pequenos comerciantes como Hélio Crema, de 60 anos, que mantém uma sorveteria na vila, também defendem os pescadores. “Eles dão peixe para todo mundo. Hoje mesmo eu ganhei sete quilos de peróá”, contou. É desta forma, distribuindo o excedente de peixe entre os moradores mais pobres, que os pescadores, conforme o empresário Carlos Augusto, conseguem transmitir a “falsa impressão de que contam com o apoio da população”.

Mas os pescadores também vivem seu drama. Aíltom Milagres de Souza, de 53 anos, é dono do barco José Adriano, que tem capacidade para transportar 400 quilos de peixes. Ele mora em Guarapari e enfrenta uma viagem de 12 horas para chegar ao litoral Norte, porque o pescado está escasso na costa Sul. “Nós também temos famílias para sustentar e estamos tentando ganhar nosso dinheiro honestamente e com muita luta”, desabafa.

Fonte: A Gazeta, 28 de janeiro de 2001, p. 24.

Na verdade, ao mesmo tempo em que os pescadores artesanais são prejudicados com a exploração dos bancos pesqueiros locais pelos de fora, a comunidade estabeleceu uma relação simbiótica com os *outsiders* – diferentemente do que propôs Elias e Scotson (2000) em seus estudos sobre relações de dominação em uma pequena comunidade.

A discussão sobre os de fora deixou de ser suscitada na mídia a partir de 2003, quando esse debate foi transferido para o *locus* institucional da COPESCA. Ademais, o objetivo mais esperado, por parte dos pescadores, com essa discussão era a possibilidade de regionalização ou zoneamento da área de pesca. Foi esse propósito que atraiu a atenção dos pescadores para a proposta de criação de área especialmente protegida no mar próximo de Santa Cruz. Com as descobertas de que a regionalização da pesca não tinha amparo legal e de que a proposta de área protegida havia sido modificada para um modelo de proteção integral, os pescadores alteraram seu discurso. O ponto a ser atacado passou a ser a pesquisa sísmica – que já aparecia no discurso dos pescadores desde 2002, pelo menos.

A mudança no discurso dos pescadores foi condizente com a nova postura de ação adotada, significando um revés ao apoio à criação da nova área de proteção ambiental em Santa Cruz.

4.3.4 O histórico político da criação do IEMA

A situação política no estado do Espírito Santo não era das melhores no período. O executivo experimentava uma crise de legitimidade que percorreu os mandatos de 1991-1994 (Albuíno Azeredo – PDT), 1995-1998 (Vitor Buaiz – PT) e 1999-2002 (José Inácio Ferreira – PSDB). Os três mandatos sofreram pedidos de cassação, além de intensas manifestações e greves, devido ao atraso de salários dos servidores estaduais e a situação política em si. Para nossas análises, os reflexos do mandato 1999-2002 são os que mais diretamente interessam – principalmente os relacionados à política ambiental –, mas podemos destacar que a história recente fornecia elementos para deslegitimação das instituições políticas estaduais.

Nesse contexto de instabilidade é criado, em 2002, no Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA. Inaugurado para executar as políticas estaduais de meio ambiente, sua estrutura foi concebida para ser autônoma à política de governo estadual. O diretor-presidente – que também acumula o cargo de secretário estadual – teria um mandato de 5 anos. Assim, a gestão 1999-2002 nomeou, no último ano de governo, o encarregado pela política ambiental da gestão posterior – 2003-2006. Fora as denúncias que orbitavam em torno de sua gestão, o então governador José Inácio Ferreira escolheu um político com nenhuma experiência para a pasta ambiental. Sávio Martins, o selecionado para dirigir a política ambiental capixaba, ao assumir declarou à imprensa que “apesar de nunca ter se envolvido com a área, estou determinado a superar as dificuldades que aparecerão. A vida pública sempre marcou a minha trajetória e acho que sou capaz de exercer a função” (A GAZETA, 2001, p. 15).

Menos de um ano após sua criação, as denúncias sobre o IEMA se intensificaram quando, no pleito de 2002, o então governador José Inácio Ferreira perdeu a disputa eleitoral para Paulo Hartung (PSB) – quadro 17.

A situação teria seu ápice na troca de governo, entre 2002 e 2003 – quadro 18. Além das denúncias, a situação era, no mínimo, incômoda e inusitada para o novo grupo do executivo, já que segundo o artigo 18, da Lei Complementar nº. 2.481/02, que criava o IEMA,

o diretor-presidente do instituto permaneceria por 5 anos no cargo. Assim, todo o secretariado do novo governo seria alterado, com exceção da pasta ambiental que herdaria a composição administrativa do antigo executivo.

Quadro 17 – Denúncias contra o IEMA

Denúncias reforçam pedido de extinção do Iema

Multas que deveriam ser revertidas para proteção de unidades de conservação foram aplicadas na contratação de serviços de consultoria

Márcio Castilho

Parte dos recursos provenientes das multas ambientais não está sendo aplicada nas unidades de conservação por falta de estrutura da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama). A denúncia da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma) foi encaminhada ao governador eleito, Paulo Hartung (PSB).

A equipe de transição ingressou, na última quarta-feira, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a Lei Complementar 2.481/02, criando o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema). O pedido foi feito ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A denúncia teve origem no ano passado, quando a Seama aplicou uma multa de R\$ 5,4 milhões à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A empresa descumpriu condicionantes ambientais no ano 2000.

No Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental, assinado em 5 de março de 2001, a Seama reduz pela metade o valor da multa, obrigando a CVRD a pagar R\$ 2,7 milhões. O dinheiro deveria ser aplicado em programas de proteção das unidades de conservação e de desenvolvimento sustentável e produção de seis vídeos e um Atlas.

Os documentos, aos quais a reportagem de A GAZETA teve acesso, mostram, porém, que as cláusulas previstas no termo não foram cumpridas. Neles, a Seama “manifestou estar encontrando dificuldades para estruturação necessária ao acompanhamento dos projetos, (...) que demandam equipe técnica não disponível na secretaria”.

Consultoria

Em 11 de abril de 2002, a Seama fechou um novo acordo, substituindo os investimentos nas áreas de Proteção Ambiental (APAs) por projetos de reaparelhamento do órgão e descentralização dos serviços. O aditamento do termo de compromisso, feito na gestão do secretário de Meio Ambiente, Domingos Sávio Martins, foi assinado no valor de R\$ 2.301.658,00, sendo R\$ 1.197.881,65 para a consultora Equilibrium Engenharia do Meio Ambiente.

O novo acordo gerou protestos das ONG's e dos secretários municipais de Meio Ambiente, tendo em vista a situação precária das unidades de conservação. O Parque Estadual Paulo César Vinha, em Setiba, não conta com um quadro suficiente de fiscais para evitar a prática de queimadas e o despejo irregular de lixo.

O secretário de Meio Ambiente [do município] da Serra, João Luiz Paste, também critica a decisão. “O Mestre Álvaro sofre com desmatamentos e a caça predatória. O município quer ser parceiro, mas não existe transparência na aplicação dos recursos”, afirmou.

A Anamma associa a política ambiental do Estado a um “negócio privado de seus gestores” ao reduzir valores de multas e contratar serviços de consultoria por valores “fora da realidade”. Para a entidade, composta por secretários de Meio Ambiente de Vitória, Vila Velha, Serra, Viana e Santa Teresa, os valores estão “absolutamente fora da realidade, para não dizer estratosféricos, recursos estes entregues a uma empresa de consultoria”.

Fonte: A Gazeta, 17 de novembro de 2002, p. 20.

Quadro 18 – Conflitos pela direção da política ambiental no estado do Espírito Santo

Schettino assume o Iema com força policial

Governador exonerou ontem a diretoria do órgão de meio ambiente

Jussara Batista

O secretário estadual de Meio Ambiente, Luiz Fernando Schettino, empossado ontem, utilizou reforço de homens do Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar para assumir o comando do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

O antigo secretário da pasta, Sávio Martins, de acordo com a Lei Complementar 2.481/02, que criou o instituto, deveria permanecer no cargo por mais quatro anos.

Martins, a diretora técnica do Iema, Marialva Lyra da Silva, e a diretora administrativa e financeira, Tereza Cristina Pinheiro de Almeida, foram exonerados por decreto do governador Paulo Hartung, publicado no Diário Oficial de ontem.

Tropa

Pela manhã, o novo secretário, escoltado por quatro carros do Batalhão de Missões Especiais, foi tomar posse do cargo na sede do Iema, em Jardim América, Cariacica. Depois de se reunir com a assessora técnica exonerada, Marialva Lyra, Schettino informou que tomava posse do instituto anunciando medidas como a realização de concurso público. “Vamos montar uma comissão para iniciar a elaboração das regras do concurso. Temos que ter um quadro permanente e estável”, disse ele.

Os servidores do Iema, em forma de apoio ao novo secretário, deixaram seus postos de trabalho, aguardando que os diretores da administração passada deixassem os cargos. “Precisamos de uma direção séria, chega de politicagem”, disse Luiz Cláudio Viana Fraga, que trabalho há 12 anos no Iema. Ele disse que foi exonerado por Martins por ter participado de encontros com Schettino, lhe informando sobre projetos em andamento no instituto.

Segundo o artigo 18 da Lei Complementar 2.481/02, que criou o Iema, o diretor-presidente do órgão teria mandato de cinco anos. Martins, que assumiu há um ano, deveria então ficar no cargo até o final da administração de Paulo Hartung. No entanto, a lei está sendo questionada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), impetrada pela equipe de transição no Supremo Tribunal Federal (STF).

A ex-diretora técnica do Iema não quis comentar a exoneração. Já o ex-secretário, Sávio Martins, e Tereza Cristina Pinheiro de Almeida não foram encontrados para informar se vão recorrer da decisão.

Fonte: A Gazeta, 04 de janeiro de 2003, p. 18.

A conturbada situação da política ambiental no Espírito Santo pode ter contribuído para a relativa ausência de órgãos estaduais nos debates de criação de unidades marinhas em Santa Cruz. Apesar de se tratar de unidades federais, o território abarcado justificaria presença mais atuante de órgãos estaduais no processo, o que não aconteceu de acordo com as atas das reuniões. O que se observa, em relação à criação da área protegida em Santa Cruz e adjacências, é que a política ambiental estadual tem se alinhado à perspectiva de crescimento a partir da indústria do petróleo.

Segundo um informante do IBAMA/ES, “a pressão da indústria, via Movimento ES em Ação, está muito grande, inclusive com atuação do Governo do ES, via Secretaria de Meio

Ambiente” (informação verbal). A FINDES também atingiu os meios de difusão do Senado Federal, na defesa de seus interesses. O então senador Marcos Guerra (PSDB/ES), no dia 11 de julho de 2006, entrou com pedido de contestação da proposta de criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz.

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) requereu nesta terça-feira (11) a inclusão, nos Anais do Senado, de um documento que contesta a proposta de duas unidades de conservação – a Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e o Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz - no estado do Espírito Santo.

A proposta de criação dessas unidades de conservação foi feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Já o documento que contesta essa proposta - apresentado à Mesa por Marcos Guerra – é de autoria da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, do Movimento Empresarial do Espírito Santo e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo. (KOSHIMIZU, 2006).

O pedido do senador Marcos Guerra teve um peso político e simbólico maior que a atuação concreta, uma vez que a criação de áreas protegidas, segundo o SNUC, não é responsabilidade do poder legislativo, na esfera federal. Nos planos simbólico e político, essa definição sofre alterações, haja visto que a pressão do senado – caso haja uma ampla aceitação da proposta de contestação do projeto de criação –, pode influenciar decisivamente a decisão do Ministério do Meio Ambiente e da Presidência da República.

A atuação de senadores do Espírito Santo contra unidades de conservação marinha na região, contudo, foi ainda mais contundente. Em reportagem veiculada em 05 de julho de 2006, a revista Carta Capital, de circulação nacional, expôs manobra política liderada pelo senador capixaba João Baptista Motta (PSDB/ES) e que envolveu os outros dois senadores representantes do Espírito Santo, Magno Malta (PL/ES) e Marcos Guerra (PSDB/ES), além dos então três senadores baianos, Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), César Borges (PFL/BA) e Rodolpho Tourinho (PFL/BA). Na matéria de quatro páginas intitulada *Camarões à moda tucana* (FORTES, 2006, pp. 34-37), foi explicitado o artifício político dos senadores de criar um decreto legislativo que prevê a anulação da zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, que abarcaria o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, e inviabilizaria um empreendimento do qual o senador Motta é sócio.

O texto, assinado pelos seis representantes da Bahia e do Espírito Santo no Senado Federal, prevê a anulação da Portaria nº. 39, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que criou a chamada Zona de Amortecimento do Parque Marinho de Abrolhos. A norma do governo, baixada em 16 de maio passado, visa proteger o meio ambiente da região de atividades comerciais predatórias.

O decreto legislativo, caso aprovado, servirá como uma luva para os interesses pessoais e familiares de um dos signatários do projeto, o senador João Baptista Motta (PSDB-ES). Ele, a mulher, dois filhos e duas netas são sócios da Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia, denominada pelo nome fantasia de Coopex. Criada em 2003, a cooperativa tem um capital social registrado

em cartório de 1 milhão de reais. Tem como objetivo implantar um projeto de carcinicultura (criação de camarões em tanques de água salgada) no litoral do município [de Caravelas, na Bahia]. Mas está proibida de se instalar na região, justamente, por causa da portaria do Ibama (FORTES, 2006, p. 34).

A atuação no senado, no sentido de legislar em causa própria, ganhou novos contornos após a veiculação da reportagem e vem rendendo uma disputa acirrada, na região de Caravelas, na Bahia, além da interferência direta na criação das unidades de conservação em Santa Cruz. Na Bahia, a estratégia atual de ambientalistas e funcionários ligados ao IBAMA é de criar uma unidade de conservação na região. Assim, acreditam, ficariam respaldados legalmente de ações como a dos senadores supracitados. Mas, como no caso-alvo deste estudo, os interesses divergentes em jogo englobam agentes que defendem relações comerciais influentes no cenário político e econômico.

4.3.5 O petróleo é nosso

A questão do petróleo no ES influenciou diversas dimensões sociais como já expusemos neste trabalho. O papel da FINDES e da ONG MESAção, como interlocutores da classe empresarial, mormente dos interesses da ARCEL e da Petrobras, entre outras gigantes do mercado nacional e internacional, foi decisivo na composição do arranjo e do posicionamento dos agentes – principalmente daqueles com menor poder aquisitivo – frente à política ambiental adotada para a região. Trabalhando com as expectativas da população, as entidades empresariais traçaram um padrão argumentativo que, de início, questionava a ciência num movimento dialético – protestaram contra os resultados científicos a partir de resultados científicos. Num segundo momento, quando da publicação do mapa das áreas prioritárias para proteção pelo IBAMA, passaram a compor sua agenda discursiva tendo por base a oposição entre unidades de conservação e desenvolvimento local. No quadro 19, é apresentada reportagem que opunha a criação da RESEX de Barra Nova à exploração de petróleo na região.

A temática do desenvolvimento do Estado e da região foi alvo de incursões frequentes dos interesses empresariais. A exceção ficou por conta de empresas de turismo, que defenderam a proposta de área protegida. A questão portuária – PORTOCEL – e do petróleo foram o carro-chefe do discurso desenvolvimentista. Tal argumentação buscou eco nas bases sociais, locais e estaduais, para compor o conjunto de pressão social contrário à política de unidades de conservação.

Quadro 19 – Conflitos entre criação de unidades de conservação marinhas e a indústria do petróleo I

Reserva marinha ameaça Petrobras	<i>Zenilton Custódio</i>
<p><i>Linhares – Sucursal – A criação de uma Reserva Extrativista Marinha (Resex) no Norte do Estado poderá comprometer o processo de exploração de petróleo em águas profundas na região. A questão será discutida hoje, em reunião convocada pela Petrobras, que acontecerá a partir das 8h, no hotel Senac, em Vitória.</i></p> <p><i>De acordo com a proposta, a unidade se estenderia do litoral de São Mateus a Aracruz, passando pelas praias de Linhares – num percurso de cerca de 100 quilômetros, avançando a seis milhas da costa.</i></p> <p><i>A discussão deverá gerar polêmica, porque não há consenso nem mesmo entre os representantes dos municípios incluídos na área da Resex.</i></p> <p><i>Um dos principais incentivadores da medida foi o secretário municipal de Meio Ambiente de São Mateus, Eduardo Rodrigues da Cunha. Ele não da proteção dos interesses das comunidades pesqueiras locais contra a invasão de embarcações de outras regiões do país.</i></p> <p><i>Já o secretário de Meio Ambiente de Aracruz, Paulo Sérgio Barcelos Pimentel defende uma discussão mais ampla sobre o projeto, porque considera que “a medida proposta não atende as expectativas das comunidades locais”.</i></p> <p><i>O presidente da Associação de Pescadores de Regência, Noel Rodrigues de Assis, diz que a criação da unidade é vista como uma alternativa para garantir o futuro da pesca no Norte do Estado.</i></p> <p><i>Segundo o gerente da Unidade de Negócios de Exploração e Produção do Espírito Santo (UNEP), Oswaldo Luiz Monte, a empresa pretende conhecer melhor o projeto e apresentar suas considerações. A assessoria de Comunicação da Petrobras em Vitória foi contatada, mas no fechamento desta edição não se manifestou sobre o assunto.</i></p>	

Fonte: A Gazeta, 31 de outubro de 2002, p. 11.

A expansão das atividades do PORTOCEL foi decisiva na argumentação, dado sua condição estratégica para o desenvolvimento da pauta política de exportação do estado e do Brasil. Sua proximidade em relação à região metropolitana da Grande Vitória pode significar, num futuro próximo, a transferência de boa parte das atividades portuárias da área metropolitana para Aracruz. Tal transferência é justificada devido às condições ambientais – profundidade e largura do canal que dá acesso à zona portuária – e sociais – por se tratar de um centro urbano movimentado, a circulação de mercadorias, via caminhões, impõe algumas restrições de expansão das atividades – dos portos de Vitória e de Capuaba – este último em Vila Velha, município da região metropolitana.

A declaração de representante da FINDES é ilustrativa na estratégia de tornar coletivos interesses individuais – “está na hora de os capixabas pensarem que um grande desenvolvimento virá com o petróleo. Não podemos assustar os empreendedores, colocar dificuldades no processo sem fundamentação técnica e legal” (FELIZ, 2005, p. 5) – na íntegra no quadro 20, abaixo.

Quadro 20 – Conflitos entre criação de unidades de conservação marinhas e a indústria do petróleo II

Parque pode restringir atividade econômica

O temor é de representante do empresariado; Ibama avalia tipo de unidade

Cláudia Feliz

Membro dos conselhos Nacional e Estadual de Meio Ambiente e coordenador de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fíndes), Roosevelt Silva Fernandes manifestou ontem preocupação em relação a uma possível restrição à implantação de atividades econômicas, caso seja instalado o Parque Nacional Marinho de Santa Cruz.

Ele alega que toda a infra-estrutura atual e futura de desenvolvimento do Estado encontra-se na área de influência onde ambientalistas defendem a implantação do parque.

“O setor empreendedor não é contra a implantação de uma unidade de conservação, mas tem que haver estudos com enfoques técnicos, econômicos e ambientais, além de escuta de todos os atores envolvidos”, argumenta.

Para Roosevelt Fernandes, é preciso “retirar a emoção” da discussão. “Está na hora de os capixabas pensarem que um grande desenvolvimento virá com o petróleo. Não podemos assustar os empreendedores, colocar dificuldades no processo sem fundamentação técnica e legal”, alega.

No Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), no Estado, estão em fase final os estudos para definição de áreas e tipos de unidades de conservação previstos para áreas litorâneas de Santa Cruz, no Norte do Estado, e Ilha do Francês, no Sul.

Organizações Não-Governamentais (Ongs) e associações de moradores reivindicam a criação de parques nacionais litorâneos, mas só após a conclusão dos estudos o processo será remetido à sede do Ibama, em Brasília, seguido de consulta pública.

Devido à falta de estudos técnicos, o processo de criação das unidades foi susgado no final do Governo FHC. Analista ambiental do Ibama no Estado, Roberto Sforza explica que, no Norte, a área alvo dos estudos possui 240 hectares, do Rio Doce, em Linhares, até Praia Grande, em Fundão.

Ele garante que qualquer que seja a unidade de conservação implantada na região, não afetará atividades de navegação e petróleo.

“A proposta em estudos prevê a área marinha costeira, mais próxima do manguezal, como mais restritiva. Os terrenos para edificações ficariam dentro da zona de amortecimento, em torno das unidades. Nesse caso, o uso pode ser até industrial, mas com licenciamento e controle ambiental mais eficazes”, afirmou.

Fonte: A Gazeta, 04 de maio de 2005, p. 05.

4.4 Situação momentânea da pauta ambiental

Em nossas pesquisas, que compreenderam até o final do ano de 2006, observamos que a última notícia relacionada à criação de unidades marinhas no Espírito Santo é datada de 18 de agosto de 2005. Após essa data, o cenário midiático que cobriu notícias ambientais se centrou na chegada da doença do caranguejo letárgico⁵¹ no Espírito Santo – a partir do final

⁵¹ Pouco se conhece a respeito dessa doença. O que se sabe é que se trata de um vírus, cuja transmissão ainda não foi completamente desvendada, que faz com que os caranguejos, da espécie *Ucides cordatus*, percam seus

de 2005 e com mais intensidade em 2006. Essa doença levantou debates sobre o fechamento dos manguezais do estado, assim como alternativas de renda para os catadores de caranguejo impossibilitados de trabalhar.

Politicamente, a agenda midiática ambiental se concentrou, em agosto de 2006, na greve dos funcionários do IBAMA, que culminou com a exoneração do então gerente executivo estadual, Ricardo Vereza Lodi. Este foi acusado, por funcionários do órgão, de improbidade administrativa.

A saída de cena, da problemática de criação de área marinha protegida em Santa Cruz e adjacências, contribuiu para a perda de sua força política. Isso põe em dúvida se realmente a área será ou não criada. A partir dos dados, acreditamos que dependerá da habilidade dos formuladores da proposta em colocar novamente em evidência pública a proposta – ou de saber se a força social concentrada entre 2000 e 2003, período de maior explicitação de conflitos na região, será capaz de conferir legitimidade suficiente para compor oposição aos poderosos interesses econômicos em jogo. Tanto que, aproveitando a saída de cena dos debates, parte significativa da bancada capixaba – deputados Rita Camata, Neucimar Fraga, Camilo Cola, Jurandy Loureiro, Luiz Paulo Vellozo Lucas, Lelo Coimbra e o senador Gerson Camata – teve uma audiência com o ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, em junho de 2007, para pedir a suspensão da criação da área (ROSSETTI, 2007, p. 37).

membros, levando-os à morte num espaço de tempo compreendido em horas. Não foi detectado nenhum sintoma desse vírus nos seres humanos, até porque os caranguejos morrem muito rapidamente, inviabilizando o consumo de espécimes contaminados. Especula-se que essa doença tenha se espalhado pelo Brasil a partir de empreendimentos de carcinicultura do nordeste.

RESUMO DO CAPÍTULO IV

Neste capítulo, procuramos remontar os debates em torno do processo de criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz, no litoral centro-norte do estado do Espírito Santo. A partir dessa exposição, buscamos analisar o papel dos conflitos na configuração das agendas social e política local, assim como sua apropriação pela sociedade civil organizada no sentido de alcançar seus objetivos.

As disputas entre setores pujantes da economia do estado – como a Aracruz Celulose S/A e a Petrobras S/A – e a comunidade local – dividida entre indígenas, pescadores, ambientalistas e demais moradores –, deram o tom dos conflitos pela apropriação social do meio ambiente. Nesse ínterim, a habilidade em compor um fato político – a chegada da Thotham Mineração Ltda. à localidade de Santa Cruz –, que agregasse as várias demandas populares, foi marcante no processo inicial de proposição de unidades de conservação, para proteger os bens ambientais locais. Assim, os conflitos latentes e manifestos puderam ser expostos à sociedade capixaba, ganhando notoriedade e força política para forjar sua entrada na agenda social, o que, no nosso quadro teórico, caracteriza os conflitos explícitos.

Com essa exposição, demonstramos empiricamente a relação entre os conflitos e as agendas social, política e da mídia. Esta última, a partir dos dados recolhidos na amostragem entre os anos de 2000 e 2006 em um jornal de grande circulação no Espírito Santo, apresentou correlação entre sua seqüência de reportagens e o elenco de eventos relacionados às propostas de criação das unidades pesquisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental envolve níveis interconectados que vão do global ao local. A complexidade no que tange à temática exige análises dinâmicas. A postura dos grupos e dos agentes isolados, em torno de um problema ambiental, é envolta por interesses, percebidos a partir das pré-disposições calcadas na relação indivíduo (s) e reprodução material e simbólica. As disputas pela legitimidade do discurso estabelecem critérios e ordenações em torno da ação dos agentes.

Assim, a abstração dos campos proposta por Bourdieu (2003, 2004, 2004a, 2005), se materializa nas estratégias de ação. Acompanhando um movimento histórico, as disputas e as normas tacitamente estipuladas pelos agentes tornam-se apreensíveis. A configuração dos espaços sociais é delineada por conceitos próprios, o que os diferencia. O indivíduo se prende aos campos pela adoção desses conceitos, que podem ser diversos – estilos, linguajar, modos de vida, etc. A temática ambiental, nesse sentido, é, na atualidade, um dos exemplos mais vivos do modelo teórico bourdieusiano. Nesse sentido, o conceito de sustentabilidade talvez seja o mais ilustrativo – e o mais concorrido – no campo ambiental.

Os campos, entretanto, não são espaços sociais isolados. Eles se relacionam e possuem o poder de refratar e retraduzir normas mais gerais ou específicas de outros campos. Dada a dinâmica no fluxo histórico que parte da virada entre os séculos XIV e XV, destacamos a relação entre o campo ambiental com outros três campos não menos complexos: científico, econômico e político. A realidade empírica demonstra que esses três campos formam a base do que chamamos de modernidade, influenciando, dessa forma, tudo o que nela se insere. A Ciência, a economia e a política são combinadas e recombinações continuamente, a fim de se restabelecerem de processos questionadores de seus pressupostos. Apesar de apresentarem sinais de saturação, dados os questionamentos radicais aos quais estão submetidos, principalmente a partir do final do século XIX e potencializados no pós-segunda metade do século XX, não podemos falar ainda de uma superação completa. Os marcos regulatórios do iluminismo e do positivismo, do capitalismo – em suas várias concepções – e das revoluções burguesas ainda fazem parte do conjunto hegemônico.

Os agentes são envolvidos por essa complexa teia de relações, na qual os conflitos pelo poder de ser conhecido e reconhecido são constantes. Os conflitos permeiam as relações interpessoais na medida em que não há consenso – o que é mais comum que o inverso. A despeito das dificuldades teóricas apresentadas por Simmel (1986), ilustradas por Moraes

Filho (1983), o autor alemão nos ensinou que novos horizontes podem se abrir ao analisarmos o conflito como um conceito livre de suas causas e conseqüências. Aplicado ao modelo bourdieusiano, o conflito assume papel de destaque na configuração dos campos e na agenda de ação dos agentes. A luta pelo poder simbólico (BOURDIEU, 2004), de ser conhecido e reconhecido por seus pares e pela sociedade como um todo, é crucial no processo de retradução e refratação de normas sociais gerais ou de outros campos. Aplicado ao campo ambiental, por exemplo, a disputa pela legitimidade de ser o defensor da sustentabilidade (ACSELRAD, 2004) envolve uma série de conflitos internos ao campo – preservacionistas, conservacionistas e desenvolvimentistas – e exteriores a ele – esfera científica, econômica, política, cultural, religiosa, etc.

A amplificação de um discurso pessoal, a fim de torná-lo coletivo, envolve alguns processos imprescindíveis. Traçar uma relação entre conflito e agendas pública, política e da mídia, é a dinâmica que aglutina mais processos desse tipo. Para se atingir as agendas, um agente – um único indivíduo ou um grupo – necessita possuir legitimidade para falar sobre o determinado assunto. Esse ponto é dramático para populações e agentes que não dominam os conceitos amplamente aceitos na sociedade e no campo específico de atuação. Métodos discursivos e de linguagens são a base da estratégia de agentes que buscam a amplificação de um debate via agendamento midiático. Desta forma, no campo científico, descobertas científicas são ilustradas em veículos de transmissão de informações como revistas – impressas e eletrônicas – ou mesmo em espaços institucionalizados como congressos, a fim de que seu portador seja aceito e reconhecido entre seus pares. Do ponto de vista das políticas sociais, a não-legitimidade do discurso de populações cuja vulnerabilidade social é considerável, ganha contornos dramáticos. Uma vez não reconhecido, o discurso não será portador de demandas específicas.

Na mídia de massas, a amplificação de uma temática atinge a sociedade ampla. Relacionada aos conflitos, é ao mesmo tempo reflexo de uma indisposição social e potência dela mesma. Devido ao poder aglutinador de novos agentes à temática exposta, a pressão social tende a aumentar influenciada pelas notícias veiculadas. Dominando esse mecanismo, os movimentos sociais tendem a explicitar suas problemáticas de forma a traduzir sua propaganda social. Assim, atingem um número maior de possíveis aliados em sua luta. Essa estratégia de ação se mostra relevante na exposição de questões sociais, principalmente pelos agentes individualmente mais fracos politicamente.

As reportagens, por sua vez, estão longe de refletirem um posicionamento isento das informações. A forma como são transmitidas podem tanto ajudar quanto minar o apoio social. Os termos usados, as fontes pesquisadas, os jogos de interesses comerciais envolvidos, dão o tom das reportagens. De forma alguma ignoramos esses pontos, entretanto as seqüências de histórias (GAMSON e WOLFSFELD apud HANNIGAN, 1995) refletem, em conluio com os elementos anteriores, dinâmicas presentes na sociedade. Assim, os movimentos de massa possuem força suficiente para forjar a agenda da mídia. O que falta, na maioria dos casos, é vigor – o que envolve recursos escassos, como tempo, dinheiro, contatos, etc. – para dar seqüência às histórias e, principalmente, domínio sobre o ponto ótimo de atuação. Com relação a este último ponto, os conflitos exercem um papel central.

Os conflitos obedecem a níveis de intensidade diferenciados se relacionados às agendas. A explicitação de um conflito, a ponto de incluí-lo na agenda da mídia e na agenda pública, seria o estágio ótimo em uma curva de intensidades de conflitos, se tangenciada com a exposição de demandas sociais. Antes desse ponto os conflitos são latentes – não se traduzem publicamente – ou manifestos – se revelam, mas não atingem níveis de aceitação na agenda pública. Após o estágio ideal, os conflitos se tornam indesejáveis, dada sua extremidade – conflitos que atingem a integridade física dos agentes – ou sua naturalização – conflitos banalizados pela sociedade. Na tabela 7, demonstramos esse esquema.

Tabela 7 – Tipos de conflitos – intensidades X escalas

Conflitos	Descrição
Latentes	Mecanismos sócio-políticos e culturais encobrem os conflitos
Manifestos	Os conflitos são visíveis, contudo não possuem força política para compor a agenda política local ou regional
Explícitos	Os conflitos são visíveis e possuem força política para entrar nos debates da agenda política local ou regional
Extremos	Os conflitos atingem níveis desproporcionais, atingindo a integridade física dos embatentes
Naturalizados	Os conflitos podem atingir a integridade física dos embatentes, mas não necessariamente, são visíveis e possuem força política para entrar nos debates da agenda política local ou regional, mas dada sua continuidade, por falta de resoluções, se mantêm na agenda da mídia durante muito tempo, sofrendo processo de reificação

Os conflitos latentes e manifestos são aqueles que não possuem força política para compor a agenda pública, portanto não forjam a inserção de sua temática na arena dos debates públicos, onde devem ser apresentadas alternativas aos impasses. Aplicado ao campo ambiental, a abundância de recursos pode encobrir disputas por recursos ambientais. No cenário nacional, situamos a fase de conflitos latentes da chegada dos europeus até por volta do século XIX, quando Bonifácio lança seu quadro teórico. A partir daí, a temática começa a ser exposta para a sociedade de maneira mais sistemática, inaugurando a fase manifesta. No âmbito dos debates para criação das unidades APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz, a transição da fase latente para a manifesta se dá a partir de 2000, quando a temática passa a ser tratada pela mídia.

Os conflitos explícitos são aqueles que possuem a característica de conseguir aglutinar elementos suficientes para levar os impasses/conflitos para a arena de decisões, que é o debate político. Aqui é ilustrado o ponto ótimo de relação entre conflitos e agenda pública e política. Esta última, por excelência, compõe a arena de debates políticos onde são traçados parâmetros de mitigação de impasses/conflitos. Explorando um caso na Argentina, Lopes (2004) expõe o papel da explicitação de conflitos envolvendo uma empresa de carbono para motores e a população local na configuração da política nacional de instalação de incineradores (LOPES, 2004). A própria agenda ambiental internacional, formulada a partir da década de 1960, foi fruto de uma combinação de fatores, nos quais os conflitos explicitados por estudantes universitários na Europa e no EUA tiveram papel central (DIEGUES, 2004; HOBBSAWM, 2001). No Brasil, situamos o início dessa fase de conflitos entre o final da década de 1970 e, com mais intensidade, na década de 1980. No caso estudado, no Espírito Santo, a exposição sistemática dos conflitos tem seu ponto de inflexão quando as 23 entidades sociais, em 2002, se agrupam em torno da questão, demonstrando força política para dar início ao processo de criação das unidades de conservação.

Os conflitos extremos são apresentados como abomináveis em qualquer sentido. Não podem ser justificados em nenhum aspecto, salvo a defesa da própria integridade física. Este tipo de conflito pode estar na pauta de debates públicos ou não. Em algumas situações, somente após casos de conflitos extremos a temática envolvida entra na agenda pública, contudo esta variável não é uma constante. Envolvendo a temática ambiental no Brasil, temos casos emblemáticos como o do líder seringueiro Chico Mendes e mais recentemente a da missionária Dorothy Steing. No estado do Espírito Santo, temos o caso do ambientalista Paulo César Vinha, assassinado por denunciar extração ilegal de areia em área de restinga e que hoje

dá nome a uma reserva estadual. Esta vertente não fez parte do processo no estudo de caso no Espírito Santo.

A última escala de conflitos, os naturalizados, são aqueles que, dada sua permanência, em um espaço temporal relativamente extenso, na agenda da mídia e pública, são banalizados pela sociedade. Dessa forma, se perdem as origens sociais de uma determinada temática. O processo de reificação de um conflito dificulta substancialmente a busca por sua resolução. Nesse sentido, devemos buscar a desnaturalização da natureza, a fim de perceber os processos sociais que envolvem as disputas pelos bens ambientais (ACSELRAD, 2004). Essa escala de conflitos possui relação com o conceito de história reificada de Bourdieu (2004), na medida em que a variável tempo exerce influência direta na possibilidade de mudança. Percebemos essa escala de conflitos na situação atual do processo de criação das unidades no litoral centro-norte do Espírito Santo. O paulatino afastamento da temática em relação aos debates públicos, captados a partir da veiculação de notícias, demonstra a perda de vigor da problemática. Tal situação potencializada culmina no esvaziamento do conteúdo social da demanda.

Podemos interpretar os quatro primeiros tipos apresentados na escala indivíduo X indivíduo, contudo tendo como parâmetro a agenda pública, os conflitos incluídos nesse quadro serão essencialmente na escala grupos X grupos – mesmo que um indivíduo isoladamente represente um grupo. A escala individual só é possível nos conflitos manifestos e explícitos quando supor que, ao menos um dos indivíduos envolvidos no conflito, seja dotado de força política capaz de mobilizar, sozinho, debates em torno da questão. Mesmo assim, ao colocar a questão para debate público, irá intencionalmente envolver outros indivíduos formando grupos pró e contra, e deixará de ser um conflito indivíduo X indivíduo. Portanto, a interpretação individual dos níveis de conflitos apresentados só poderá ser exercida para compreensão de sua gênese – quando convier.

A resolução dos conflitos significa, em nossa perspectiva, mantê-los latentes ou torná-los manifestos, pois sempre haverá discordâncias na condução de ações políticas, resultado último dos debates na arena de decisões. As disputas são uma constante no jogo político, significando assim que o objetivo último das ações públicas é manter os conflitos sob controle.

A exposição dos conflitos, apresentada sob o ângulo das intensidades relacionadas à agenda pública, da mídia e política, proporciona novos contornos à gestão pública e aos movimentos sociais. Mostra-se como ferramenta analítica capaz de potencializar a busca de

demandas sociais, por parte da sociedade civil organizada, assim como contribuir para um novo entendimento dos conflitos pelos gestores públicos. Acreditamos que, assim, fornecemos subsídios para uma melhor compreensão dos embates sociais, o que permite um posicionamento mais eficaz dos tomadores de decisão.

Especificamente relacionados à política de criação de unidades de conservação – entendida aqui como uma política social, haja vista o redimensionamento espacial, no que tange o acesso aos bens ambientais por parte de populações socialmente e ambientalmente vulneráveis –, os conflitos manifestam a adoção de ações e são manifestados a partir dessas. Na origem da adoção política de uma área ambientalmente protegida, está o conflito entre distintas apreensões dos bens ambientais. Social e simbolicamente, o meio ambiente é apreciado e apreendido através de relações entre homens, tendo como cenário a natureza. Segundo Acselrad (2004) “os conflitos ambientais podem ser entendidos como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento” (ACSELRAD, 2004, p. 18). A relação entre campo ambiental e campo político é muito nítida quando abarcados os projetos sócio-políticos de desenvolvimento de uma região ou país. A decisão de reservar – onde e como – parte dos bens ambientais compõe o processo decisório estipulado pela agenda de desenvolvimento adotado.

O *onde* e o *como* serão propostas as unidades forçam a entrada de agentes na arena de debates. A adoção de propostas de proteção integral tem como argumento principal que toda e qualquer ação humana produz impacto ambiental, por isso a solução radical de eliminar o homem da paisagem a ser protegida. O projeto almeja sanar os conflitos ambientais originários da presença humana. Ao traçar esta estratégia, contudo, não se leva em consideração a multidimensionalidade do conceito sustentabilidade (SACHS, 2002), o que inverte a solução. Os dados corroboraram a nossa hipótese de que as propostas de proteção integral suscitam conflitos mais intensos do que as de uso sustentável, o que num primeiro momento entra em contradição com o escopo político mais geral que é o de promover a manutenção do controle sobre os conflitos. Vale ressaltar que esse resultado é completamente o inverso do alcançado por Dourojeanni e Pádua (2001) que declaram que “a presença de populações e de exploração dos recursos dentro da unidade de uso direto eleva dramaticamente a complexidade do manejo e a multiplicação dos conflitos que as autoridades da unidade devem administrar” (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001, p. 87). Além dos dados que se referem à criação de unidades de conservação – dados do estudo de caso deste trabalho –, destacamos o relato de Bensusan (2006) em relação aos conflitos de Yellowstone, nos EUA, para apoiar nossas conclusões.

Outra forma de apoiar erroneamente a resolução de conflitos a partir da anulação de agentes é o incentivo desproporcional da representação nas esferas decisórias. Sabemos que a questão da participação é tão dilemática quanto a da representação, mesmo que em sentidos diferentes. Entretanto, tentar anular conflitos evitando o contato direto com agentes é dormir sob uma bomba que uma hora vai explodir. Assim, envolver a população nas ações de uma unidade de conservação é um passo substancial no processo de conservação dos bens ambientais (PIMBERR e PRETTY, 2000). Dessa maneira, incentivar a democracia participativa mostra-se um ponto relevante para o sucesso de unidades de uso sustentável.

O Brasil apresenta singularidades em sua política ambiental dado seu histórico de debates ambientais e seu rico estoque de biodiversidade. Disto, conclui-se que os modelos adotados aqui devem ser criteriosamente adaptados à nossa realidade. Contudo, nossa fragilidade política no cenário internacional – o que louvavelmente apresenta sinais de mudança – acentua as pressões e modelos internacionais de preservação ambiental. O projeto preservacionista de proteção integral é a manifestação de uma das facetas mais dramáticas de modelos internacionais contra populações que não dominam linguagem técnico-científica. Ao não permitir a continuidade na relação histórica entre populações altamente dependentes dos ciclos ambientais com a natureza, a criação de áreas de proteção integral corta o fluxo material e imaterial que sustenta as comunidades.

No processo de criação da área protegida em Santa Cruz, no Espírito Santo, pudemos observar o jogo de interesses, as estratégias individuais e coletivas, como também as formas de retradução das normas de outros campos em contato com o ambiental. Os conflitos se mostraram centrais tanto na definição das ações dos agentes, quanto na configuração da política ambiental adotada. A explicitação dos conflitos mostrou um caráter ímpar para amplificar as disputas e dar seguimento à agenda política, uma vez observada a correlação entre a má sorte da primeira proposta – a APA – e o pequeno número pretérito de publicações sobre a temática. Ao contrário, a segunda proposta – o PARNA – teve um antecedente de seqüências de histórias que impressiona se comparadas às outras propostas – RESEX de Barra Nova, UC da Ilha do Francês, RDS da Foz do Rio Doce e RESEX das Ilhas Costeiras de Vila Velha.

A composição dos grupos de pressão foi determinante para as mudanças de categorias de unidades de conservação. A composição de conflitos em torno do conflito materializado na exploração de algas calcárias e a chegada da Thotham Mineração foi o ponto alto da estratégia dos grupos de pressão favoráveis à criação da UC. Esta composição não foi observada nas

outras propostas. A habilidade em compor um fato político que aglutinou diversas demandas marcou distintivamente a proposta em Santa Cruz. Tanto que, a partir do momento em que as demandas setoriais foram mudando ou sendo alcançadas, o posicionamento dos agentes foi alterado. O cenário, a partir de 2006, contribuiu para o incremento na assimetria de forças em jogo, a ponto de colocar em discussão a aplicação do conceito conflito. Como já citado, o descompasso da luta se transforma em opressão (SIMMEL, 1986).

Há ainda grande necessidade de se conhecer mais a respeito da política ambiental no Brasil e, especificamente, as relacionadas ao ordenamento costeiro a partir de unidades de conservação. O mar impõe dinâmicas próprias às populações que vivem diretamente dele e as políticas públicas e sociais devem se manter sensíveis a esta característica (ALLUT, 2000). A legislação nacional sobre áreas costeiras e marinhas está em processo de transformação e procuramos contribuir para seu avanço. Instigados com a temática ambiental, desde sua origem na modernidade até sua materialização na política de criação de unidades de conservação marinhas, ordenado num objeto tão amplo quanto complexo, este foi o produto final de nossas reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. A lógica da ação estatal: política social no Brasil autoritário. In: _____. **Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, pp. 49-80. (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo. Análise, balanço, perspectivas).
- ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto e As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ____ (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 7-11 e p. 13-35.
- ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, Héctor (compilador). **Ecologia Política: natureza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: Clacso, 2003, p.115-135.
- ALLUT, Antonio García. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2000, p. 101-123.
- ANJOS, Erly Euzébio et al. **Diagnóstico socioambiental dos rios Sahy e Guaxindimba no município de Aracruz, ES**. Vitória, 2004 (mimeo).
- BATISTA, Jussara. Schettino assume o Iema com força policial. **A Gazeta**, Vitória, 04 jan. 2003, p. 18.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: ____; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997, p. 11-71.
- BELESA, Gustavo; CUSTÓDIO, Zenilton. Índios ocupam área destinada à Thotham. **A Gazeta**, Vitória, 03 ago. 2000, p. 21.

- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- BOLTANSKI, Luc. Usos fracos e usos intensos do *habitus*. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (coord.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 155-163.
- BONETI, Lindomar Wessler. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social**. 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003, p. 73-111.
- _____. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Coisas ditas**. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- _____. Espaço social e espaço simbólico. In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 6ª ed. Campinas: Papyrus, 2005, p. 13-28.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 de jul. de 2000. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/legislacao/index.htm>>. Acessado em: 11 abr. 2006.
- BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**,

Brasília, 22 de agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/legislacao/index.htm>>. Acessado em: 11 abr. 2006.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 29-40.

CAMARGOS, Regina. Nascimento da APA Sul-RMBH: o poder da polêmica. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 131-146.

CASTEL, Robert. Pierre Bourdieu e a rigidez do mundo. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (coord.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 351-358.

CASTELLS, Manuel. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. In: _____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 141-168.

CASTILHO, Márcio. Denúncia contra extração mineral em Santa Cruz. **A Gazeta**, Vitória, 15 jan. 2000, p. 20.

_____. Denúncias reforçam pedido de extinção do Iema. **A Gazeta**, Vitória, 17 nov. 2002, p. 20.

CEPEMAR TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA Fiberline “C”**. Relatório Técnico CPM 077/99, Vitória, 1999, CD-Rom.

CEPEMAR TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE. **Declaração de Impacto Ambiental – DIA Implantação do Aeoródromo da Aracruz Celulose S/A**. Declaração de Impacto Ambiental CPM RT 083/01, Vitória, 2001, CD-Rom.

COLBY Michel E. **The evolution of paradigms of environmental management in development**. Strategic Planning and Review Department. The World Bank, 1989, Working Papers Series 313, p. 1-37.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando efeitos limitados. (2001). In: **Revista FAMECOS**, n°. 14. Porto Alegre. disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/17/a07v1n17.pdf>>. Acessado em: 06 mai. 2007, p. 88-101.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

COMUNIDADE debaterá hoje em Aracruz criação de Apa. **A Gazeta**, Vitória, 18 mar. 2001, p. 14.

CRUVINEL, Tereza. Marina em questão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 dez. 2006, p. 2.

CUSTÓDIO, Zenilton. Liminar reintegra posse de terreno à Thothan. **A Gazeta**, Vitória, 07 out. 2000, p. 24.

____. Prefeitura de Aracruz tira benefício de índios. **A Gazeta**, Vitória, 03 dez. 2000a, p. 23.

____. Santa Cruz vive dilema da sobrevivência. **A Gazeta**, Vitória, 28 jan. 2001, p. 24.

____. Seama faz audiência para explicar licença. **A Gazeta**, Vitória, 30 jan. 2001a, p. 16.

____. Prazo para despejo de índios vence amanhã. **A Gazeta**, Vitória, 19 abr. 2001b, p. 18.

____. Autorizada demarcação da Aldeia Piraquê-Açu. **A Gazeta**, Vitória, 23 mar. 2002, p. 22.

____. Reserva marinha ameaça Petrobras. **A Gazeta**, Vitória, 31 out. 2002a, p. 11.

DALY, Herman E. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo e Recife: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 2002, p. 179-192.

- DIAS, Genebaldo Freire. Cronografia (1500 a 1993). In: _____. **Educação ambiental: princípios e prática**. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Gaia, 1994, p. 28-55.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub/Usp, 2004.
- _____. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2004a.
- DOUROJEANNI, Marc J.; PÁDUA, Maria Tereza Jorge. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba: Editora da Ufpr, 2001.
- DOWBOR, Ladislau. Atividades produtivas. In: _____. **A reprodução social (vol. II) – política econômica e social: os desafios do Brasil**. Petrópolis : Vozes, 2003, Capítulo II, p. 19-52.
- DURÁN, Tulio A. Área de Proteção Ambiental: o maciço de Baturité. In: LOPES, Ignez Vidigal [et al.] (orgs.). **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 215-238.
- ECOCEANO. **Diagnóstico da Atividade Pesqueira nas Comunidades no Entorno da Área Proposta para a Unidade de Conservação Marinha de Santa Cruz**. Relatório Técnico, Vitória, 2005, 79p.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FELIZ, Cláudia. Parque pode restringir atividade econômica. **A Gazeta**, Vitória, 04 mai. 2005, p. 5.
- FERANDES, Juliana de Brum. A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas. (2003). In: **Revista Electrónica Razon e Palabra**, nº 35. Disponível em: <http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n35/jbrum.html>. Acessado em: 04 set. 2006.

FERREIRA, Leila da Costa. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, vol. VII, nº 3 jan./jun., 2004, p. 47-68.

FORTES, Leandro. Camarões à moda tucana. **Carta Capital**, ano XII, nº. 400, 05 jul. 2006, p. 34-37.

FUNAI desautoriza acordo de doação de terras indígenas. **A Gazeta**, Vitória, p. 23, 18 nov. 2000, p. 23.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: ____; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997, p. 73-133.

GOLDBLATT, David. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. (Coleção Perspectivas Ecológicas, 20).

HALL, Stephen J. By-catch and discards. In: _____. **The effects of fishing on marine ecosystems and communities**. [S.I.]: Blackwell Science, 1999, Chapter 2, p. 16-47. (Fish biology and aquatic resources series 1).

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. (Coleção Perspectivas Ecológicas, 31).

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª ed. 18ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IBAMA. **RELATÓRIO FINAL DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DAS UC'S APA COSTA DAS ALGAS E REVIS DE SANTA CRUZ**. Vitória, 2006, Volumes I, II, III, IV e V, anexos de 1 a 29.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Dados Municipais/ES**. Vitória, 2000, CD-Rom.

JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 53-111.

KOSHIMIZU, Ricardo Koiti. Marcos Guerra apresenta documento que contesta criação de unidades de conservação no Espírito Santo. **Agência Senado**, Brasília, 11 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/agencia>>. Acessado em: 20 fev. 2007.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: Edusc, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: 2006.

LENOBLE, Robert. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969. (Coleção Perfil).

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru; Edusc, 2006. (Coleção Ciências Sociais).

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva/Instituto de Antropologia e Meio Ambiente/Fapesp, 1998 (Coleção estudos nº 157).

LIMINAR suspende os processos de licença da Thotham. **A Gazeta**, Vitória, 27 out. 2000, p. 19.

- LOPES, José Sergio Leite (coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004 (Coleção Antropologia da Política, nº 29).
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Pilhagem da natureza e conflitos de classe. In: **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, v.1, n.º 38, ano XIII, set. 1988, p. 25-34.
- MARTINS, Agnaldo Silva; DOXSEY, Jaime Roy. Diagnóstico da Pesca no Litoral do Estado do Espírito Santo. In: ISAAC, Victoria J. (et al.) **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais**. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2006, p. 93-115.
- MINC, Carlos. **Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **II Conferência Nacional do Meio Ambiente: Política Ambiental Integrada e Uso Sustentável dos Recursos Naturais – Vamos cuidar do Brasil (Deliberações)**. Brasília, 2006, 129 p.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas**. Brasília, 2006, 89 p.
- MORARES FILHO, Evaristo de. Formalismo sociológico e a teoria do conflito. In: ____ (org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p.7-44.
- MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1998. (Coleção Práxis).
- MOTA, José Aroudo. **O valor da natureza: economia e política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

- ÖELZE, Berthold. A percepção das essências em Simmel – um estudo metodológico. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (orgs.). **Simmel e a modernidade**. 2ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2005, p. 219-233.
- OLIVEIRA, Eliane Rita. **Populações humanas na Estação Ecológica Juréia-Itatins**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004, 50 p. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 2). Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/jureiaitatins.pdf>> Acessado em: 09 jan. 2007.
- PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: _____. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 11-62.
- PARK, Robert E. Ecologia Humana. In: PIERSON, Donald (org.). **Estudos de Ecologia Humana: Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social**. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1948, p. 21-37.
- PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxos do papel do Estado nas unidades de conservação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 119-142.
- PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- PIMBERR, Michel P.; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2000, p. 183-223.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Coleção *Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização*).
- PROTA, Leonardo. **As filosofias nacionais e a questão da universalidade da filosofia**. Londrina: Ed. UEL, 2000.

RELATÓRIO sobre a Visita à Reserva Extrativista de Corumbau. **Colônia de Pescadores Z-11**, Serra, 2006, 13p.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, Haroldo C. Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira; DAVEL, Eduardo Paes Barreto (orgs.). **Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1998, p. 33-75.

ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 41-53.

ROSETTI, Marcos. Ministro veta parque no Estado. **A Tribuna**, Vitória, 29 de jun. 2007, p. 37.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização de Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Leonardo Bis dos. **Reflexos sociais da pesca em distintas escalas de produção**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2004, 60p.

_____. Da árvore ao rizoma: apontamentos para a educação ambiental na alta modernidade. In: **Revista Vértices**. v. 7, n°. 1/3 (jan./dez. 2005). Campos dos Goytacazes: Essentia, 2006, p. 37-46.

SÁVIO Martins assume na Seama. **A Gazeta**, Vitória, 25 set. 2001, p. 15.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-134.

_____. La lucha. In: _____. **Sociología 1: estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza Editorial, 1986, p. 265-355.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2006.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC.

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5ª ed. aumentada. Brasília: Ministério do Meio Ambiente – MMA/Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF, 2004, 56p.

SOFFIATI, Arthur. **Reflexões sobre ecopolítica**. In: Revista Rural. Disponível em: <<http://www.ruralnet.com.br/meioambiente/default.asp?noticia=904>>. Acessado em 29 abr. 2007.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

URBAN, Teresa. **Saudade do matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998.

VIEIRA, Liszt. Constituição e meio ambiente: as raízes e o sonho... In: PÁDUA, José Augusto. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 139-162.

VIEIRA, Paulo Freire. A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990). In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, pp. 103-147.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil: (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 63-109.

___; LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 73-102.

ANEXO 1 – RELAÇÃO DE MATÉRIAS PUBLICADAS EM A *GAZETA*, ENTRE 01 DE
JANEIRO DE 2000 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006, SOBRE CRIAÇÃO DE UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO MARINHAS – TABELA 8A

Tabela 8A
Matérias publicadas entre 2000 e 2006, no jornal A GAZETA

Título da matéria	Posição da matéria na página	Página da matéria	Data de publicação
Denúncia contra extração mineral em Santa Cruz	Página inteira	20	15/01/2000
Resex marinha de Itapoã	Inferior direito	18	01/02/2000
Ministro suspende licença de mineradora	Superior inteiro	23	19/02/2000
Denúncia contra pesca ilegal no Norte do Estado	Superior inteiro	16	14/03/2000
Ibama discute com Ufes instalação de mineradora	Superior inteiro	19	17/03/2000
Pescadores se unem contra barcos de fora	Superior inteiro	22	20/04/2000
Aracruz inaugura Centro Industrial	Superior	25	01/07/2000
Jurisdição sobre pesca gera conflito no litoral	Esquerdo inteiro	20	02/07/2000
Centro Industrial terá associação	Superior	19	06/07/2000
Aracruz terá novo pólo industrial	Superior esquerdo	21	16/07/2000
Norte terá 1ª reserva extrativista do Estado	Superior esquerdo	16	21/07/2000
Índios ocupam área destinada à Thotham	Superior esquerdo	21	03/08/2000
Índios querem incorporação de área	Nota inferior direito	17	04/08/2000
Área ocupada por índios terá vistoria	Superior esquerdo	20	05/08/2000
Índios reivindicam demarcação de terras	Superior esquerdo	14	08/08/2000
Liminar reintegra posse de terreno à Thotham	Superior inteiro	24	07/10/2000
Aldeias pedirão à Funai ajuda para reaver área	Superior esquerdo	18	20/10/2000
Liminar suspende os processos de licença da Thotham	Superior direito	19	27/10/2000
Thotham recorrerá de liminar	Inferior centralizado	22	28/10/2000
Funai reavalia terra indígena em Santa Cruz	Superior inteiro	20	16/11/2000
Funai desautoriza acordo de doação de terras indígenas	Inferior centralizado	23	18/11/2000
Prefeitura de Aracruz tira benefícios de índios	Superior inteiro	23	03/12/2000
Pesca predatória é denunciada	Inferior direito	12	04/12/2000
Área pleiteada por índios é analisada	Inferior centralizado	14	08/01/2001
Santa Cruz vive dilema da sobrevivência	Página inteira	24	28/01/2001
Justiça afasta do cargo o prefeito de Aracruz	Superior inteiro	3	30/01/2001
Seama faz audiência para explicar licença	Superior inteiro	16	30/01/2001
Cacá reintegrado em Aracruz	Inferior inteiro	3	03/02/2001
Governo fiscaliza pesca	Inferior inteiro	15	16/02/2001
Norte criará reserva marinha em junho	Superior esquerdo	16	02/03/2001
Prefeito de Aracruz pode ser afastado	Superior inteiro	2	03/03/2001
Pedida a prisão do prefeito de Aracruz	Capa de jornal (inferior direito)	Capa	07/03/2001
Procurador pede prisão de Cacá e mais 12	Superior inteiro	2	07/03/2001

Comunidade debaterá hoje em Aracruz criação de Apa	Inferior esquerdo	14	18/03/2001
Delimitada reserva marinha	Inferior centralizado	14	20/03/2001
Índios ameaçam usar a força para obter água tratada	Superior direito	20	23/03/2001
Pescador aposta em reserva marinha para elevar vendas	Superior esquerdo	18	29/03/2001
Prazo para despejo de índios vence amanhã	Esquerdo inteiro	18	19/04/2001
Funai tenta impedir o despejo de índios	Esquerdo inteiro	19	20/04/2001
Indefinição sobre despejo	Nota inferior esquerda	25	21/04/2001
Índios se preparam para resistir a despejo	Superior completo	21	28/04/2001
Índios mantêm mobilização para impedir despejo	Superior direito	23	29/04/2001
Impacto ambiental da Thotham será avaliado amanhã	Superior direito	16	01/05/2001
Estudo da Thotham vai para Brasília	Inferior centralizado	17	03/05/2001
Ambientalistas debatem APA	Inferior centralizado	14	15/05/2001
Audiência debaterá Thotham	Inferior esquerdo	18	16/05/2001
Thotham não vai a audiência	Inferior centralizado	15	17/05/2001
Catação ilegal de algas embargada pelo Ibama	Superior esquerdo	18	18/05/2001
Thotham deverá transferir porto	Inferior direito	16	22/05/2001
Thotham passará por nova análise	Inferior centralizado	16	25/05/2001
Coisa nossa	Superior direito	5	28/05/2001
Ibama chama Thotham para audiência pública	Superior inteiro	22	09/06/2001
Ibama adia audiência pública com a Thotham	Superior inteiro	16	16/06/2001
Audiência com a Thotham será dia 4	Inferior direito	20	21/06/2001
Índios vão a Brasília discutir posse de terra	Superior inteiro	16	29/06/2001
Audiência pública com a Thotham será hoje	Superior inteiro	16	04/07/2001
Índios mudam de idéia sobre área ocupada	Superior inteiro	17	06/07/2001
Funai vai processar presidente do Ibama	Superior esquerdo	19	07/07/2001
Ibama responde à Funai	Inferior centralizado	22	17/07/2001
TC contesta doação de área em Aracruz	Inferior direito	15	18/07/2001
Ibama nega licença para Thotham	Superior esquerdo	20	09/08/2001
Pescadores aprovam reserva extrativista	Superior inteiro	22	30/08/2001
Aracruz pode ganhar um parque marinho	Superior esquerdo	21	28/12/2001
Santa Cruz cativa turistas	Superior inteiro	17	11/01/2002
Autorizada demarcação da Aldeia Piraquê-Açu	Superior inteiro	22	23/08/2002
ES recebe R\$ 3 milhões para o meio ambiente	Superior inteiro	14	04/05/2002
Pescadores definem Reserva Extrativista	Superior inteiro	30	14/07/2002
Estado terá mais cinco unidades de conservação	Superior esquerdo	21	10/08/2002
Reserva marinha ameaça Petrobras	Inferior inteiro	11	31/10/2002
Reserva de Goytacazes vira floresta nacional	Superior inteiro	24	05/12/2002
Consulta pública para criar parque no	Superior inteiro	17	09/01/2003

Norte			
Ilha do Francês pode virar parque marinho	Superior inteiro	16	07/03/2003
Ibama apreende 450 sacas de algas calcárias	Superior esquerdo	21	15/03/2003
Justiça autoriza coleta de algas em Aracruz	Superior esquerdo	18	23/04/2003
Fiscais apreendem 6t de sedimentos marinhos	Superior inteiro	19	01/05/2003
Inquérito vai apurar coleta irregular de sedimentos	Superior direito	20	03/05/2003
Ibama suspende licença da Thotham	Inferior centralizado	24	10/05/2003
Ibama fiscaliza litoral Norte	Inferior centralizado	21	24/06/2003
Ibama aciona na justiça pescadores de Aracruz	Superior esquerdo	23	27/07/2003
Acusados de crime ambiental são detidos	Superior completo	11	03/11/2003
Thotham vai pedir revisão de parecer	Inferior esquerdo	18	07/11/2003
Justiça proíbe cata de algas em Santa Cruz	Superior inteiro	18	09/01/2004
Ibama quer excluir blocos de petróleo	Inferior esquerdo	8	19/03/2004
Comunidade luta pela criação de parque marinho em Piúma	Página inteira	13	12/11/2004
Espírito Santo espera receber R\$ 5 milhões para Meio Ambiente	Página inteira	9	08/01/2005
Moqueca e congo em caminhada ecológica	Nota inferior direita	10	29/03/2005
Ausência de Parque Marinho em litoral de Aracruz facilita destruição do meio ambiente	Página inteira	11	02/05/2005
Parque pode restringir atividade econômica	Inferior inteira	5	04/05/2005
Ibama tem nova proposta para preservar Santa Cruz	Inferior inteira	7	18/08/2005

ANEXO 2 – RELAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS: ENTREVISTADOS, INFORMANTE
E PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES

Informante:

Roberto Sforza – Analista Ambiental do IBAMA (Centro TAMAR-Ibama) – responsável por conduzir o processo de criação das unidades de conservação marinhas APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz no IBAMA – ES.

Entrevistados:

Entrevista gravada em áudio:

Data: 13/07/2006

Luis Cláudio Ribeiro – Vice-presidente da ONG Amigos do Piraquê-Açú – AMIP (uma das organizações mentoras do processo de criação das unidades de conservação); Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Entrevistas:

Datas: 04/04/2006 e 19/04/2006

Adwalter Lima – Presidente da Colônia de Pescadores Z-11 (município de Serra-ES).

Data: 04/04/2006

Joaquim Juvêncio do Nascimento – Presidente da Associação de Pescadores de Nova Almeida (município de Serra-ES).

Data: 04/04/2006

Antônio Luiz Vitorino – Presidente da Colônia Z-7 (município de Aracruz-ES).

Participações em reuniões:

Data: 04 de abril de 2006

Local: Centro de Treinamento de Servidores da Prefeitura Municipal da Serra.

Participantes da reunião: **Ricardo Vereza Lodi** – Gerente Executivo do IBAMA/ES; **Antônio Luiz Vitorino** – Presidente da Colônia Z-7 (Aracruz); **Adwalter Lima** – Presidente

da Colônia Z-11 (Serra); **Manoel Bueno dos Santos** – Presidente da Associação de Pescadores de Jacaraípe/Serra; **Joaquim Juvencio do Nascimento** – Presidente da Associação de Pescadores de Nova Almeida; **Roberto Sforza** (Analista ambiental – IBAMA); “**Nilamom**” (IBAMA); “**Leandro**” (IBAMA); **Keila Jesus Oliveira Cunha** (Oceanógrafa da Prefeitura Municipal da Serra); Secretário de Meio Ambiente da PMS; Secretário de Desenvolvimento Econômico PMS; Duas Representantes do IEMA.

Data: 19 de abril de 2006

Local: UNESC/Serra

Participantes da reunião: **Iberê Sassi** e “**Jota**” – Representante do Fórum das ONG’s ambientalistas de Serra e do Instituto Guaimum (Serra); **Adwalter Lima** – Presidente da Colônia Z-11 (Serra); **Manoel Bueno dos Santos** – Presidente da Associação de Pescadores de Jacaraípe/Serra; **Joaquim Juvencio do Nascimento** – Presidente da Associação de Pescadores de Nova Almeida; **Roberto Sforza** (Analista ambiental – IBAMA); Representante de Associação de Catadores; Representantes da pastoral ecológica (vinculada à Igreja Católica); e Representante da ONG Espírito Santo em Ação (vinculada à FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo).